

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

**A ESCRAVIDÃO EM ITABORAÍ:  
UMA VIVÊNCIA ÀS MARGENS DO RIO MACACÚ (1833-1875)**

GILCIANO MENEZES COSTA

NITERÓI  
2013

GILCIANO MENEZES COSTA

**A ESCRAVIDÃO EM ITABORAÍ:  
UMA VIVÊNCIA ÀS MARGENS DO RIO MACACÚ (1833-1875)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Hebe Mattos

Niterói  
Maio/2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

C837 Costa, Gilciano Menezes.

A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacu (1833-1875) / Gilciano Menezes Costa. – 2013.

197 f. ; il.

Orientador: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 186-197.

1. Escravidão. 2. Itaboraí (RJ). 3. Diversidade no local de trabalho. 4. Memória. 5. Viajante. I. Castro, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 326.098153

GILCIANO MENEZES COSTA

**A ESCRAVIDÃO EM ITABORAÍ:  
UMA VIVÊNCIA ÀS MARGENS DO RIO MACACÚ (1833-1875)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social

Aprovada em Maio de 2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Hebe Mattos (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Martha Abreu (Co-orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Nielson Rosa Bezerra  
Fundação Educacional de Duque de Caxias

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Vianna (Suplente)  
Fundação Oswaldo Cruz

Niterói  
Maio/2013

*“Rico, saudável, alegre e cheio de proporções para ser grande, Itaborahy todavia ou permanece estacionário, ou seu progresso é quase imperceptível: por que não progride ele?”*

(Joaquim Manuel de Macedo.

Ostensor Brasileiro. 1846)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a todos os meus parentes e amigos que já faleceram. A meu querido pai, Manoel de Souza Costa, que tantas lembranças boas deixou. O que sou hoje é também fruto do que você foi um dia. Suas ações, mesmo prejudicadas pela sua saúde, contribuíram e muito na minha formação enquanto professor, pessoa e cidadão; Aos meus tios Danilo e Joaquim, pessoas de bem com a vida; a minha tia Ana, com seu jeitinho que tantos momentos agradáveis proporcionou. Aos meus queridos avós maternos, Zeni e José e aos meus avós paternos Jupira (Jota) e Manoel e Durval que se casou com minha avó com o falecimento de meu avô Manoel, se tonando também meu avô; a minha saudosa amiga, a historiadora Marta Gomes, a martinha da UERJ. Saudades de todos.

## AGRADECIMENTOS

Consegui, depois de todas as dificuldades para a conclusão desta obra, finalmente chegou a hora dos agradecimentos. Tornar público os nomes daqueles que me ajudaram é mais do que um gesto de gratidão é também uma demonstração de afeto e amizade.

Assim, agradeço em especial há uma senhora torcedora do Clube de Regatas do Flamengo, que criou cinco filhos e ensinou o valor da educação na formação e no cotidiano de cada um, que mesmo diante de tantas dificuldades financeiras, a senhora Zelinda Menezes Costa conseguiu investir na educação de seus filhos e proporcionar uma realidade social melhor para todos eles. Dos seus cinco filhos, eu tive a sorte de ser um deles. Obrigado minha mãe, por ter sido tão guerreira e persistir em proporcionar o melhor para todos nós.

À minha querida esposa Regina Coeli, que tanto companheirismo e amizade demonstrou de longa data e que tanto apoio me proporcionou. Obrigado pelas suas palavras de incentivo em momentos difíceis, a sua compreensão e carinho e aos diversos auxílios do cotidiano.

À minha querida tia Elazir, pelo carinho e torcida e por toda ajuda que proporcionou pra mim, para os meus irmãos e para os meus pais. Obrigado pelos livros de História que recebi na adolescência e que tanto reforçaram a minha paixão pela História.

À Dona Emília, mãe de meu cunhado, pela sua cultura e pelas conversas agradáveis que tivemos e pelas palavras de apoio.

À minha irmã Tavane e ao meu amigo e cunhado Luíz, que me auxiliaram de diferentes formas, além de todo carinho e ajuda financeira, me ajudaram no acesso a realização do meu tratamento de saúde, tornando possível minha recuperação.

Aos meus irmãos, Gildimar, que além dos diversos conselhos realizados, me financiou antes e durante a graduação e que sem essa ajuda seria impossível ter me tornado professor; à Gilbran, que junto com minha irmã, me inspirou no gosto e na vontade de estudar; à Gildson, que no período da minha adolescência me mostrou a importância e os benefícios da informática.

A todas as minhas cunhadas, Leda, Ana e Viviane que compreenderam de forma harmoniosa os auxílios que recebi dos meus irmãos. Agradeço também a minha outra cunhada, Viviane Alcântara, irmã de minha esposa, por ter sido solícita a todo o momento, assim como o meu sogro, seu Reginaldo e minha sogra, Dona Lourdes.

Aos meus tios Jair e Darci, pela simpatia e alegria nos momentos em que nos encontramos.

Aos meus sobrinhos, Gabriel, Matheus e Caio por gerar momentos agradáveis.

A todos do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), local que contribuiu e muito para a minha formação e ao qual sempre me sentirei como parte integrante.

Às professoras e amigas, Hebe Mattos, minha orientadora, e Martha Abreu, pessoas que tenho enorme admiração e carinho e que tanto me ajudaram. Professoras que contribuíram diretamente para o desenvolvimento da proposta temática que trabalho. Obrigado pelo nível de compreensão e paciência comigo, nos momentos de minhas teimosias e por terem sido tão solícitas comigo. Uma relação que surgiu no início da graduação e que esteve presente durante todo o Mestrado.

Aos demais professores da graduação, em especial a Marcelo Bittencourt, Mariza Soares, Sheila de Castro, Marcelo Badaró, Adriana Fascina, Ciro Flamarion Cardozo, Mário Jorge, Marcos Alvito, Ronald Raminelle, Rodrigo Bentes, Ana Mauad, Carlos Addor, Daniel Aarão, Márcia Motta, Noberto Ferreras e Paulo Knauss. Obrigado a todos.

A Nielson Bezerra que tão prontamente aceitou participar de minha banca examinadora, realizando ricas sugestões.

À amiga Carolina Viana que me auxiliou no desenvolvimento do trabalho e que de forma muito cordial participou de minha qualificação.

A Adilson Figueiredo que gentilmente me forneceu algumas imagens.

À Maria Suellen Timóteo Correa, que sendo sempre muito solícita, me ajudou em algumas traduções e dicas antropológicas.

A todos do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, em especial aos meus amigos jongueiros.

Aos pesquisadores e amigos Carlos Eduardo Costa, Denise Demétrio, Eric Brasil, Matheus Serpa e Thiago Campos. Obrigado pelas conversas, pelas orientações e dicas. Um convívio que vem desde a época do LABHOI e que me ajudou muito.

A todos do PPGHIS, em especial e com todo carinho, a Silvana e a Inês.

Aos coordenadores e pessoas que possuo muita simpatia, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Carlos Gabriel Guimarães.

A todos da seção de periódicos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Municipal de Niterói e em especial a Luiz Antônio David e Antônio Carlos Marones de Gusmão, ambos do Centro de Memória Fluminense.

Aos amigos do Colégio Estadual Visconde de Itaboraí e da Escola Municipal Comendador Délio Pereira Sampaio em Magé, espaço de trabalho e de construções de amizade.



Agradeço a todos os amigos da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, a Dona Aurora, ao Cláudio, ao pesquisador Dawson, que tantos diálogos frutíferos tivemos, e em especial a José Américo e a Alexandra, minha ex-aluna e uma das melhores que já tive até hoje, obrigado por vocês terem sido tão atenciosos comigo.

A todos os meus professores de história da educação básica, em especial ao Húrio Quintanilha, que tanto me estimulou em fazer história. Lembro que em suas aulas quando respondia corretamente as suas perguntas, ouvia dele em voz alta: “*bom muito bom*”. Isso era cativante; á Carlos Cabral, que ensinava em suas aulas a dimensão da história de Itaboraí; á Oswaldo Luíz, com sua radiante paixão em escrever a história do nosso município.

Aos historiadores locais Paulo Maia e Dermeval Marins, pelos diálogos sobre o passado de Itaboraí.

Ao amigo Igor que por diversas vezes me recebeu em sua residência em Niterói e a todo o apoio que Ramon Vieira me deu em Porto das Caixas.

A todos da CEAI (Comunidades dos Estudantes e Amigos de Itaboraí) e do SEPE de Itaboraí (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação).

Por fim, agradeço a Deus por tudo.

## **RESUMO**

A presente pesquisa analisa a escravidão negra em Itaboraí nas regiões próximas ao Rio Macacu no período de 1833 a 1875. Um estudo que demonstra que a diversificação econômica do século XIX, somada à presença dos portos fluviais, proporcionou o surgimento de locais onde a relação de trabalho pautada na especialização da mão de obra escrava na grande lavoura monocultora não era predominante. O que se pretende demonstrar é que tal contexto gerou a presença de diferentes relações de trabalho dos escravos em Itaboraí e uma ampliação de seus espaços de atuação. Assim, o objetivo é desenvolver uma história pública da cidade, através da compreensão de sua organização socioeconômica, focando na investigação da diversidade das relações escravistas na região.

## **ABSTRACT:**

This research analyzes the black slavery in Itaboraí in regions near the Macacu (River) from the period of 1833 to 1875. Its study demonstrates that the economic diversification of the nineteenth century, combined with the presence of river ports, had provided the appearance of sites where the employment relationship based in the specialization of slave labor in plantation monoculture was not predominant. The aim is to demonstrate that such a context had generated the presence of different ratios of slave labor in Itaboraí and an expansion of its fields of action. The objective is to develop a public history of the city, through the understanding of their socio-economic organization, focusing on the investigation of various slave relations in the region.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

1- O caminho percorrido até a definição do Tema.....	16
2 - As abordagens metodológicas e a Historiografia.....	29
3 - A Produção no Recôncavo da Guanabara.....	39
4 - As Fontes e seus usos.....	41

### CAPÍTULO I – a Vila de Santo Antônio de Sá: o desenvolvimento econômico, a evolução demográfica e a formação político-territorial de Itaboraí

1.1 - Da Formação da Vila até seu desaparecimento.....	48
1.2 - Uma diversificação econômica já existente no século XVIII.....	62
1.3 - Estatísticas demográficas, Mapa Populacional de 1821 e a escravidão na Vila.....	73
1.4 - A Procedência dos escravos de Itaboraí.....	81

### CAPÍTULO II - A escravidão no Vale do Macacu pelo olhar dos viajantes

2.1 - Relatos de Viajantes: riscos e contribuições enquanto fontes.....	89
2.2 - Hermann Burmeister (1851) – Os Escravos Tropeiros.....	95
2.3 - Daniel Parish Kidder (1837) - A escravidão no Convento de São Boaventura.....	111
2.4 - Thomas Ewbank (1846) - A diversidade do trabalho escravo nas fazendas.....	123

### CAPÍTULO III: Vila de São João de Itaborahy - Economia, Política e População no século XIX

3.1 - A elevação a Vila e a sede administrativa.....	132
3.2 - Café, Açúcar, gêneros alimentícios e os escravos no espaço urbano.....	139
3.3 - A substituição do Transporte Fluvial pelo Ferroviário e os escravos barqueiros.....	153
3.4 - A movimentação populacional dos escravos no século XIX.....	171

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	186
-------------------	-----

## LISTA DE TABELAS:

Tabela 1.1: Produção de Açúcar e Aguardente da Vila de Santo Antônio de Sá (1778).....	65
Tabela 1.2: Proprietários de Engenho de Açúcar, Produção e Plantéis de Escravos (1778).....	67
Tabela 1.3: Produção de gêneros alimentícios da Vila de Santo Antônio de Sá (1778).....	69
Tabela 1.4: População e Número de casas da Vila de Santo Antônio de Sá (1695).....	73
Tabela 1.5: População e fogos da Vila de Santo Antônio de Sá e da Vila Nova de São José Del Rei (último quartel do século XVIII).....	75
Tabela 1.6: População e número de casas da Vila de Santo Antônio de Sá e da Vila Nova de São José Del Rei (1821).....	78
Tabela 1.7 – Aumento da quantidade de engenhos de açúcar (Último quartel do século XVIII).....	87
Tabela 3.1: Produtores de Cana de açúcar em Itaboraí (Século XIX).....	140
Tabela 3.2: Plantéis de Escravos (Século XIX).....	143
Tabela 3.3: Produtores de Café na Freguesia de São João Batista (Sede da Vila).....	145
Tabela 3.4: Participação na renda municipal da Província (%) - Comparação com outras Vilas.....	151
Tabela 3.5: Crescimento da Vila de Itaboraí e do Recôncavo – Ano base: 1850.....	152
Tabela 3.6: Grupo de Procedência dos Remadores Africanos em Itaboraí.....	161
Tabela 3.7: Marítimos da Vila de São João de Itaborahy (1872).....	163
Tabela 3.8: População da Vila de São João de Itaboraí (1840, 1850, 1856 e 1872).....	171
Tabela 3.9: Razão de Masculinidade dos escravos de Itaboraí, Magé, Capivary e Paraíba do Sul (1850 a 1872).....	178
Tabela 3.10: Proporção de Africanos e crioulos na população escrava (1856-1870).....	180

## **LISTA DE MAPAS:**

Mapa 1.1: Localização dos rios no Recôncavo da Guanabara.....	49
Mapa 1.2: Sertões do Macacu em 1819.....	51
Mapa 1.3: Engenhos de Açúcar e aguardente em 1767.....	63
Mapa 1.4: Principais rotas de comércio atlântico de escravos do Século XVI ao XIX.....	85
Mapa 2.1: Sede da Vila de Santo Antônio de Sá (1838).....	120
Mapa 3.1: Sede da Vila de São João de Itaborahy (Década de 1830).....	137
Mapa 3.2: Aterrado do Tipotá nas proximidades de Porto das Caixas (1855).....	154

## **LISTA DE FIGURAS:**

Figura 1.1: Ruínas da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá.....	53
Figura 1.2: Marco de Pedra da Fundação da Vila Nova de São José Del Rei.....	56
Figura 1.3: Ruínas da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio de Sá.....	57
Figura 1.4: Negros de Benguela, Angola, Congo e Monjolo.....	84
Figura 2.1: Parada de Tropeiros em Venda das Pedras.....	101
Figura 2.2: Escravo negro conduzindo tropas.....	106
Figura 2.3 - Igreja de São João Batista de Itaboraí.....	109
Figura 2.4: Igreja de São Barnabé – Itambi.....	112
Figura 2.5: O Convento de São Boaventura.....	115
Figura 2.6: Sede da Vila de Santo Antônio de Sá (1838).....	121
Figura 2.7: Escravos serrando a madeira.....	128
Figura 2.8: O Trabalho do escravo na produção de farinha.....	131
Figura 2.9: Transporte da Cana de Açúcar.....	131
Figura 3.1: Câmara Municipal da Vila de São João de Itaborahy (1920).....	136
Figura 3.2: Sede da Vila de São João de Itaborahy (Década de 1840).....	137
Figura 3.3: Praça Marechal Floriano Peixoto (Década de 1920).....	138
Figura 3.4: Palacete do Visconde de Itaboraí (1920).....	139
Figura 3.5: Ruínas da Fazenda Maravilha - Porto das Caixas.....	142
Figura 3.6: Propriedade do Visconde de Itaboraí - Palacete da Cruz (Década de 1950).....	149
Figura 3.7: Porto das Caixas – Rio Aldeia.....	156
Figura 3.8: Rua da Conceição no Porto das Caixas (Década de 1940).....	165

Figura 3.9: Escravos trabalhando na criação de Ovelhas (segunda metade do século XIX).....172

## **Introdução:**

### **1 - O caminho percorrido até a definição do Tema:**

Do segundo semestre de 2005 até o segundo semestre de 2009, fiz parte da equipe de pesquisadores do LABHOI<sup>1</sup>-UFF como bolsista de Iniciação Científica do CNPQ. O trabalho realizado no projeto Jongos, Calangos e Folias: memória e música negra em comunidades rurais do Rio de Janeiro e a participação no projeto Passados Presentes: Memórias negras no Sul Fluminense contribuíram de forma decisiva na identificação com a temática direcionada para o negro. Soma-se a esse fato, o constante contato com o acervo do projeto Memórias do Cativo e com o trabalho Versos e cacetes: O Jogo do Pau na Cultura afro-fluminense.<sup>2</sup>

No decorrer da graduação, as disciplinas ministradas pelas professoras Hebe Mattos, Martha Abreu, Sheila de Castro e Mariza Soares, me proporcionaram o acesso a uma bibliografia voltada para o debate historiográfico de temáticas, que de forma geral, envolviam o negro, seja sobre a escravidão, tráfico negreiro, movimentos abolicionistas, abolição ou pós-abolição.

A participação na aplicação de oficinas pelo projeto Pontão de Cultura<sup>3</sup> em comunidades jongueiras do Sul e do Noroeste Fluminense, viabilizou uma proximidade ainda maior com a temática da escravidão, na medida em que tive diálogos diretos com descendentes de escravos integrantes de grupos jongueiros dessas regiões.

Seja pelo LABHOI ou pelo Pontão de Cultura, as informações adquiridas em ambos os projetos ocasionaram o desenvolvimento de uma compreensão mais clara, de como as disputas em torno das políticas de ação afirmativa referentes à população afrodescendente são crescentes e o quanto visam à ampliação dos direitos democráticos. Sem entrar no mérito das discussões, é evidente que as memórias vivenciadas estão dispostas sobre uma ampla arena de conflitos políticos, ao mesmo tempo em que representam um importante instrumento de luta e

---

<sup>1</sup> Laboratório de História Oral e Imagem.

<sup>2</sup> Ambos projetos estão localizados no LABHOI-UFF. Tem como coordenadoras gerais: Hebe Mattos e Martha Abreu, contando com a consultoria de Ana Lugão Rios. No projeto Versos e Cacetes a direção é de Matthias Assunção & Hebe Mattos.

<sup>3</sup> Ponto de Cultura do Jongo/Caxambu é um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como parte do Plano de Salvaguarda do jongo, Patrimônio Imaterial do Brasil.



afirmação de direitos para população afrodescendente. A partir desse aprendizado passei a direcionar essas questões para a cidade a qual escolhi como foco de análise.

O fato de ser nascido e criado no município de Itaboraí<sup>4</sup> fez surgir a união de duas paixões em busca de um objetivo. O exercício do ofício de historiador e a identificação com minha cidade geraram em mim o desejo de produzir uma obra que contribua para um novo olhar da História do município. Quando criança no ensino fundamental, em aulas que apresentavam informações sobre a formação da cidade, aprendia contextos condicionados apenas à trajetória de personagens que eram mencionados como determinantes na construção da sociedade da região. Nomes como Visconde de Itaboraí, Joaquim Manuel de Macedo, Salvador de Mendonça, Jornalista Alberto Torres, Barão de Itapacorá, entre outros, eram muito citados.

O tempo passou e com raríssimas exceções, a história da região continua sendo ensinada atrelada apenas aos feitos de personalidades já consagradas nos manuais de História sobre a cidade. Além disso, o teor ufanista de alguns textos, que superdimensionam fatos locais ocorridos a níveis nacionais, caracterizam parte dos escritos que circulam pelo município. Como adulto e apaixonado por história, passei a questionar cada vez mais por que personagens “comuns” do cotidiano, de uma determinada época, não eram mencionados nos textos históricos que explicavam a formação político-administrativa e principalmente, a formação social e cultural da região.

Terminado a graduação no segundo semestre de 2009, agora como historiador e professor, busco fundamentar através de fontes primárias a afirmação que fez gerar o questionamento citado: de que “pessoas simples” também contribuíram para a construção da cidade. Desses personagens, optei em analisar a presença dos negros nesse contexto. Ao ter acesso aos dados demográficos da região, passei a refletir ainda mais no quanto é fundamental o desenvolvimento de obras que registrem memórias do cotidiano dos negros na formação do município. Isso porque constatei que Itaboraí apresenta aproximadamente 218 mil habitantes, possuindo um percentual de pretos<sup>5</sup> e pardos, quando somados, em torno de 63% da população total da cidade<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Segundo dados do **IBGE** referentes ao ano de 2010, Itaboraí apresenta uma área de 430 km<sup>2</sup> com 218 mil habitantes. De acordo com o **Itadados de 2006**, o município possui oito Distritos: 1º Itaboraí, 2º Porto das Caixas, 3º Itambí, 4º Sambaetiba, 5º Visconde de Itaboraí, 6º Cabuçu, 7º Manilha e 8º Pacheco. Os municípios limítrofes são os seguintes: Ao norte - Cachoeiras de Macacu e Guapimirim; Ao sul – Maricá; A leste - Tanguá e a Oeste - São Gonçalo. Os principais rios da região são o Macacu, Caceribú, Iguá, Aldeia e Várzea.

<sup>5</sup> Denominação utilizada pelo IBGE no Censo demográfico de 2010.

A preocupação em apresentar parte da memória dos negros, atende a uma outra, que é a valorização da afirmação da contribuição desses na construção de uma identidade local. Para Michael Pollak, a memória é constituída por acontecimentos, pessoas, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente, ou vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo sente pertencer. As pessoas ou os personagens podem ou não ter participado do acontecimento naquele espaço-tempo, mas contribuem para o ‘forjar’ da memória. Já os lugares são aqueles particularmente ligados a uma lembrança que favorece um sentido de pertencimento.

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, colaboram para a construção da memória, seja consciente ou inconscientemente. Segundo Pollak, há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade. A memória é, portanto:

*“(...) um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.<sup>7</sup>*

Desta forma, a presente obra apresentará os principais acontecimentos que ocorreram no decorrer da formação político-administrativa e territorial de Itaboraí, narrando uma história local, onde o negro é explicitado como atuante na construção da sociedade do município estudado. Não é intenção desmerecer a contribuição de personagens consagrados pelas obras publicadas na cidade, mas sim assinalar a importância em estender o olhar interpretativo para outros agentes sociais. O que se pretende alcançar com isso é o reconhecimento de que a sociedade de Itaboraí que conhecemos é fruto de conflitos, resistências e negociações, entre diferentes setores sociais que se relacionavam em um contexto de uma sociedade escravocrata.

Afinal, a identidade em ser Itaboraiense não se desenvolveu de forma homogênea e nem tão pouco sustentada apenas nas ações de letrados, fazendeiros ou clérigos. Apesar do silêncio “gritante” já tão naturalizado na maioria das obras produzidas, o negro, seja na

---

<sup>6</sup> Segundo análise demográfica do **censo do IBGE de 2010**, a população residente de Itaboraí apresenta os seguintes indicativos de acordo com a cor: 78785 Brancos, 26400 Pretos, 111368 Pardos, 1246 Amarelos e 209 indígenas.

<sup>7</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989, p. 16.

condição de escravo ou liberto, crioulo ou africano, esteve presente no decorrer de todo o contexto mencionado e também é parte integrante dessa identidade.

Optou-se privilegiar como foco de análise o período que se inicia em 1833, quando a Freguesia de São João Baptista de Itaborahy é elevada à categoria de vila<sup>8</sup>, indo até 1875, momento em que a Freguesia de Santo Antônio de Sá é anexada a Vila de São João de Itaborahy<sup>9</sup>, definindo com essa anexação as fronteiras do município estudado.<sup>10</sup>

Tal corte cronológico não foi construído apenas pelo referencial político administrativo de forma isolada, mas sim pelo fato de que essas datas representam o resultado, ou o ponto de partida, de ações e interesses desenvolvidos com as modificações políticas e econômicas que influenciaram as práticas sociais da sociedade escravocrata analisada. O interesse aqui é estudar as relações sociais que se estabeleceram dentro deste espaço.

A pesquisa é direcionada para as regiões interligadas pelo fluxo de comércio, transporte e conseqüentemente de pessoas. Entre essas regiões, temos o centro político-administrativo localizado na Freguesia de São João Baptista de Itaborahy e as áreas que possuíam portos nas proximidades do Rio Macacú, como Porto das Caixas, Vila Nova (Itambi), Sampaio e a Freguesia de Santo Antônio de Sá, que era a sede da Vila de mesmo nome. Não é trabalhado aqui o município de Itaboraí na sua dimensão territorial atual, mas sim como este se encontrava no último quartel do século XIX. A análise é direcionada para o período do desenvolvimento dessa configuração territorial.

Naturalmente outras regiões serão mencionadas, contudo a análise se baseia nas relações e conflitos que se desenvolveram principalmente em torno das margens do Rio Macacú, nas proximidades com seus afluentes, sobretudo os rios Caceribu e Aldeia. Essa região foi o ponto de partida da expansão do povoamento da Vila de São João de Itaborahy.

Vale ressaltar, que o ano de 1875, corresponde a um momento próximo a conclusão da substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, devido à concretização das obras que conectaram as linhas férreas de Vila Nova com as de Niterói. Essa iniciativa foi realizada pela companhia Ferro Carril Niteroiense em Setembro de 1873 e tendo o serviço ao tráfego

---

<sup>8</sup> Decreto de 15 de Janeiro de 1833.

<sup>9</sup> Decreto nº 2193 (1875, nº 82).

<sup>10</sup> No Quadro demonstrativo das freguesias da província do Rio de Janeiro, publicado em 1878 no **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro**, a região de Itaboraí possuía 545,58 Km<sup>2</sup>. Tal área se aproxima do território do município existente até 1995, quando Tanguá foi elevado à categoria de município pela lei nº 2496 de 28/12/1995. Até 1995, segundo o livro do **FUNDREM de 1979**, Itaboraí possuía um território equivalente a 526 Km<sup>2</sup> e com a emancipação de Tanguá passou a ter, segundo o **Itadados de 2006**, 429,03 Km<sup>2</sup>.

regularizado em Outubro de mesmo ano<sup>11</sup>. O ano de 1875 representa o primeiro ano de fato que as ferrovias estavam em pleno funcionamento para o transporte. Esse contexto gerou repercussões consideráveis nas regiões que dependiam do fluxo comercial existente nas proximidades do rio Macacu, embora em ritmos diferentes.

Tal episódio foi analisado, levando em consideração a presença da diversificação econômica, na medida em que essa característica gerou em Itaboraí uma maior resistência aos fatores conjunturais. Da mesma forma, as “Febres de Macacu” receberam uma nova interpretação. Nos diálogos com os memorialistas e os historiadores locais, suas dimensões foram ponderadas e as interpretações que utilizavam tais febres para explicar as transformações políticas, administrativas e territoriais foram problematizadas, assim como o contexto da implementação das ferrovias.

Entre as diversas obras utilizadas, a dissertação de mestrado da Ana Maria dos Santos foi determinante para a elaboração dessa pesquisa. Sua obra chama atenção para o fato de que a região do Recôncavo da Guanabara, quando estudada por um processo de declínio ocorrido no século XIX, especialmente com o fim do tráfico de escravos em 1850, ao englobar todos os municípios que compõe a região, acaba não levando em conta as particularidades locais, ocasionando assim interpretações generalizantes. Segundo a autora:

*“A generalização dos fatores de declínio não leva em conta que as especificidades locais, dentro de um quadro econômico baseado na escravidão e na exportação, podem oferecer diferenças que permitem reações particulares face a própria crise da economia escravista no século XIX e possibilidades específicas de reorientação econômica ou de mudança”.*<sup>12</sup>

Ao realizar um estudo econômico a nível local, considerando as dinâmicas internas, a autora demonstra que a hipertrofia do setor exportador não eliminou a diversificação da economia, na medida em que as principais atividades econômicas para exportação, como café e açúcar, apresentavam setores complementares e setores voltados para o mercado interno local e regional. Setores de subsistência se agregavam aos cultivos de exportação, impulsionando o intercâmbio interno e se constituindo em opção quando diminuía a rentabilidade do café ou da cana na região. Para Santos:

<sup>11</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro**. Relatório do Engenheiro Fiscal da estrada de ferro de nietheroy ao Porto das Caixas. 1874. p. 3.

<sup>12</sup> SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1975, p.08.

*“A produção para o mercado externo dera margem, em Itaboraí, a coexistência de dois setores exportadores paralelos (cana e café), a uma atividade industrial urbana e a uma produção para o mercado interno, que também eram condicionados, em seu desenvolvimento, pela escravidão e pelos limites que esta impunha ao desenvolvimento do mercado interno. Esta diferenciação na economia municipal afetava o grau de dependência de Itaboraí e, portanto, conferia-lhe maior resistência aos fatores conjunturais que levavam a decadência algumas regiões do Recôncavo da Guanabara. Face a outros municípios da região, Itaboraí apresentaria maior estabilidade e até mesmo crescimento em suas rendas durante o século XIX.”<sup>13</sup>*

A autora, ao assinalar a manutenção da produção canavieira que não foi deslocada pelo café, somado a existência de uma diversificação econômica interna, constatou que esses fatores tornaram Itaboraí menos especializado, logo, menos dependente e vulnerável e isso em um período no qual o Recôncavo da Guanabara conhecia um acentuado declínio e em que o café se transferia para serra acima. Assim, diante da crise da economia escravista, era possível ao município procurar formas de adaptação e de reorientação econômica, com base em uma diversificação de atividades produtivas que desde segunda metade do século XVIII se vinha observando.

Em relação a coexistência de dois setores exportadores paralelos citados acima – cana e café - o historiador Ricardo Salles, em um momento mais recente, ao realizar uma resenha sobre a obra *“Escravidão e política no império”* do norte-americano Jeffrey Needell, demonstra que o autor da obra chama atenção para um aspecto importante que *“trata-se de certa diferença entre os fazendeiros da baixada litorânea de Itaboraí e Saquarema – Salles acrescenta São Gonçalo e Maricá –, mais ligados à produção de açúcar, e os da serra, ligados à cultura do café.”<sup>14</sup>*

Sobre essa especificação de produção por região proposta por Needell, Salles realiza dois comentários que se inserem na proposta dessa pesquisa e que vão ao encontro da obra de Ana Maria dos Santos. Ele fala que:

*“Em primeiro lugar, saliento que os fazendeiros da baixada também estavam ligados à cultura do café, mais disseminada na província do que se pensa normalmente, e não apenas à produção de açúcar. Em segundo lugar – e sobre isso mais pesquisas seriam necessárias –, parece ter havido mesmo uma ‘especialização de funções’ entre os grupos da baixada e os da serra. Os primeiros, mais antigos e ligados à grande política, e os segundos, mais novos e na crista do boom cafeeiro*

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 09.

<sup>14</sup> SALLES, Ricardo. **Escravidão e política no império**. Resenha de NEEDELL, Jeffrey. The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, v.15, n.1, p.231-235, jan.-mar. 2008.

*do Vale do Paraíba, fortes localmente, mas em segundo plano no cenário político do Império, ainda que ligados aos primeiros”.*<sup>15</sup>

Essa análise também compartilha a colocação de Salles referente à questão política, podendo ser percebida pela articulação e atuação que alguns itaboraienses possuíam no cenário político do Brasil Império, sobretudo no período em que os conservadores conduziram a nação. Um dos nomes de mais destaque foi o de Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí<sup>16</sup>.

Sobre esse personagem da história local, Maria de Fátima Silva Gouveia o menciona como parte integrante do grupo de políticos fluminenses, que liderou o processo de organização política e administrativa na província. Ela narra que algumas figuras preeminentes, que fizeram parte desse grupo, como Paulino Soares de Souza e o já citado Joaquim José Rodrigues Torres ocuparam:

*“O cargo de presidente da província, de forma consecutiva, pelos primeiros cinco anos de sua existência. Eles foram responsáveis pela construção do cenário básico no qual o governo provincial operaria até a queda da monarquia”*<sup>17</sup>.

Em relação ao grupo citado por Gouveia, Ilmar Rohloff de Mattos o denomina como Saquaremas. Ele explica que:

*“Por Saquaremas se denominariam sempre e antes de tudo os conservadores fluminenses, e se assim ocorria era porque eles tendiam a se apresentar organizados e a ser dirigidos pela “trindade saquarema”: Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, e Eusébio de Queirós.”*<sup>18</sup>

A partir da contribuição da obra de Ana Maria dos Santos, se tornou possível fundamentar a ideia, de que a memória do negro em Itaboraí pode ser estudada por um leque amplo de interpretações, seja no ambiente rural da pequena e grande lavoura ou no espaço

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 232.

<sup>16</sup> Para saber mais ver: RAMOS, César Augusto Ornellas. **Visconde de Itaboraí: trajetórias de um estadista do Império**. Itaboraí, Mimeo, 2001; SILVA, Salvador Mata e. **Nobreza Itaboraiense**. Editora Berlamino de Matos, 1996. Além do Visconde de Itaboraí, Silva realiza também uma breve biografia do Barão de Itambi e de Itapacorá.

<sup>17</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008, p. 42.

<sup>18</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São. Paulo: Editora Hucitec, 1987, p. 108.

urbano em formação. Isso porque o surgimento de uma reorientação econômica, em momentos de crise de um determinado produto, tornou possível a continuidade da existência de um mercado interno e de uma concentração de pessoas envolvidas em práticas comerciais e urbanas.

A condição de entreposto comercial de Itaboraí, desenvolvida pelo transporte de tropeiros e acima de tudo, pelo transporte fluvial, fomentou ainda mais esse mercado e conseqüentemente a urbanização nas proximidades dos portos e da sede administrativa.

Nas áreas portuárias da Vila, que se caracterizavam por serem os centros de comunicação e contato com a Baía da Guanabara e conseqüentemente com o exterior, se instalavam atividades de tipo comercial, financeiro ou prestadoras de serviços, o que contribuiu para o crescimento do mercado interno e da urbanização, determinantes na manutenção da diversificação das atividades produtivas.

Tais informações viabilizaram o desenvolvimento da questão central da pesquisa: a diversificação econômica mencionada tornou possível o surgimento de locais, onde a relação de trabalho pautada na especialização da mão de obra escrava, na grande lavoura monocultora, não era predominante. O que intensificou a presença de diferentes relações de trabalho dos escravos na Vila e uma ampliação de seus espaços de atuação.

É essencial destacar que não estamos defendendo que tais locais tenham existido na mesma proporção em toda Vila. Como exemplo dessa observação, temos a Freguesia de São João de Itaboraí que apresentou consideráveis concentrações de escravos na grande lavoura exportadora, na medida em que essa freguesia, ao contrário das outras, teve o predomínio desse modelo de produção.

Ao mesmo tempo, até nessa freguesia, a característica marcante da economia de Itaboraí em ter uma produção agrícola variada, também reflete consideravelmente nas fazendas da região. Essa situação pode ser percebida pela presença, nessas propriedades, de uma produção de gêneros de abastecimento ou na fabricação de utensílios que eram utilizadas para o manuseio das mercadorias agrícolas. Apesar dessas atividades funcionarem paralelamente com a produção agrário-exportadora, elas também representaram mais um local de diferenciação das relações escravistas.

A Vila como um todo será estudada como forma de realizar as comparações necessárias entre as freguesias que a compõem. Porém, o olhar interpretativo se focará nas relações escravistas fora da zona da grande lavoura monocultora.

Tendo tais ideias como ponto central, a presente pesquisa pretende contribuir com o entendimento da organização socioeconômica e das relações escravistas nessa parte do

Recôncavo da Guanabara. Com o intuito de alcançar o entendimento das complexidades sociais, é realizado um estudo que se distancia das interpretações pautadas no modelo *Plantation* escravista, na medida em que busca compreender as relações escravocratas em diferentes áreas, não se restringido ao entendimento apenas para as áreas de ponta da produção exportadora.

Não é pretensão esgotar os estudos sobre a presença dos negros e nem tão pouco mencionar todas as suas vivências na região, mas sim proporcionar um meio ao qual seja possível demonstrar no quanto de memórias e histórias esses personagens possuem e no quanto ainda podem ser estudados, reforçando assim, a ideia de que esses agentes sociais foram determinantes no desenvolvimento da cidade.

A coexistência de escravos negros com o pequeno lavrador e com o trabalho na grande lavoura, somado a sua atuação em atividades que surgiram com o constante desenvolvimento urbano - tanto na região da sede administrativa, assim como nos lugares que realizavam o transporte fluvial e nas áreas das seções das ferrovias, quando essas eram pontos de partida e chegada - proporcionou diferentes espaços de trabalho e conseqüentemente amplos espaços sociais dos escravos.

Apesar desse estudo mencionar algumas áreas urbanas, a região estudada é consideravelmente uma sociedade rural, tendo a agricultura um peso intenso nas rendas locais. Nesse sentido, não é intenção subestimar o grau de importância da produção da grande lavoura - café e açúcar - para a economia local, mas sim reconhecer que paralelamente a economia agrário-exportadora, existia a produção de gêneros de abastecimento e uma intensa atividade comercial nas regiões dos portos fluviais, que no caso de Itaboraí, possuía uma posição geográfica extremamente favorável para escoamento da produção de serra acima, das Vilas ao redor e com a Corte.

Tal condição de entreposto comercial permite entendermos a existência e o crescimento de atividades complementares dentro das próprias fazendas que produziam café e, sobretudo açúcar. Naturalmente essas fazendas possuíam um número expressivo de escravos, mas até nessas fazendas, embora em menor proporção, os escravos trabalhavam em atividades que coexistiam com a grande lavoura, como as Olarias e a produção de aguardente.

Nas regiões que apresentavam uma urbanização em desenvolvimento, especificamente nas proximidades das áreas dos portos, que é o caso de Itambi, Santo Antônio de Sá, Sampaio<sup>19</sup> e principalmente Porto das Caixas, as relações de trabalho dos escravos e seus

---

<sup>19</sup> Região localizada próximo ao rio Macacu, entre Vila Nova (Itambi) e Porto das Caixas.



ofícios estavam vinculados a uma dinâmica atrelada ao escoamento da produção agrícola e consequentemente com as transações comerciais dessa produção e a uma rede de demandas que surgiram com o crescimento populacional nessas localidades.

Entre os ofícios presentes nessas áreas temos: os Tanoeiros, oleiros, trabalhos em edificações, trabalhos em ferrovias, como jornaleiros e de forma geral existente em quase toda Vila, o serviço doméstico e o ofício de costureiras, que com a exceção de Itambi, existia em toda Itaborahy<sup>20</sup>. Através da interpretação da confluência dos espaços urbanos e rurais os escravos tropeiros e os barqueiros foram analisados com mais destaque.

Além desses ofícios, outro dado que auxilia no entendimento da temática central da pesquisa é a presença da escravidão de aluguel. Um tipo de escravo que não deve ser confundido com o escravo de ganho, na medida em que o escravo de aluguel *“tinha seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabelecia o tipo de trabalho e as condições de pagamento.”*<sup>21</sup>

Tal contexto se torna uma preocupação constante dos fazendeiros envolvidos nas práticas agrícolas de exportação e por parte das autoridades, principalmente com o fim do tráfico internacional de escravos em 1850, gerando medidas das autoridades para manter e restringir o uso da mão de obra escrava negra na grande lavoura. Tais medidas demonstram que a presença do negro escravo além da grande lavoura era uma característica marcante na escravaria da Vila de São João de Itaborahy.

O caráter particular da economia Itaboraiense com sua especificidade em ter uma economia diversificada e consequentemente uma mão de obra escrava não especializada em toda Vila, tornou possível a comparação tanto com áreas escravistas ligadas a dinâmica da grande lavoura direcionada para exportação, assim como com as regiões produtoras de alimentos que forneciam seus produtos para o mercado interno e para as proximidades da Corte. Com isso, podemos tanto estabelecer as diferenças e semelhanças entre elas como compreendermos melhor a sociedade do Recôncavo da Guanabara.

A expressiva diversificação econômica em Itaboraí e a consequente não especialização da mão de obra escrava na lavoura monocultora, não eram características comuns nas Vilas “próximas” à região analisada. Embora seja reconhecido por esse trabalho que a diversificação econômica tenha existido em outros lugares do Recôncavo da Guanabara, o

---

<sup>20</sup> Constatação obtida com a análise do **Censo de 1872**.

<sup>21</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988, p.89.

apontamento aqui é direcionado para as dimensões e proporções de tal característica na Vila de Itaboraí.

Como forma de refletir melhor essa questão, comparações com outras obras tornaram-se necessárias. Entre os diversos estudos que serão mencionados no decorrer da pesquisa, destacamos o trabalho de Hebe Mattos, que em meados da década de 1980, demonstrou o caráter comercial da grande e da pequena produção de alimentos voltada para o mercado interno na região de Capivary. Em tal abordagem ela apresenta a existência de uma estratificação social em uma área abastecedora e introduz o "homem livre pobre" como ator de fundamental importância na cena econômica e social do Brasil durante a vigência do modo de produção escravista.

Uma de suas contribuições, entre tantas, foi preencher em parte a lacuna que a história da agricultura de alimentos representava na historiografia brasileira. Isso porque, a quase exclusividade de estudos acadêmicos sobre as áreas mais dinâmicas da economia mascarava a real complexidade e heterogeneidade de situações que compuseram o conjunto que hoje chamamos Brasil. Nesta perspectiva, Mattos argumenta que:

*“O estudo do funcionamento de uma agricultura comercial e escravista de baixos rendimentos em Capivary, especializada na produção de Café e farinha de mandioca para os centros de comércio regional, permitiu-nos tentar responder a algumas das questões que a pouca atenção comumente prestada ao tema não havia conseguido ainda caminhar”.*<sup>22</sup>

Com essa abordagem Mattos realiza algumas perguntas como pontos a serem esclarecidas no decorrer de sua obra. Entre elas escolhemos as que são mais pertinentes para a presente pesquisa. Referindo-se a produção de café e principalmente a farinha de mandioca em Capivary, a historiadora realizou as seguintes perguntas:

*“Como e por quê, a organização agrária local se especializou neste tipo de produção? (...) Em que níveis se realizava a utilização do trabalho escravo? E como se refletiram na região os efeitos da crise do escravismo a partir da extinção do tráfico?”*<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Ao Sul da História. Lavradores Pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 12.

Essa especialização na produção e a pequena produção escravista em Capivary viabilizou uma comparação com o quadro socioeconômico de Itaboraí do Século XIX, contribuindo desta forma, para entendermos melhor as relações escravistas na região estudada. Continuando na proposta em se realizar uma análise comparativa, temos também o trabalho de Antonio Carlos Jucá de Sampaio.

Esse historiador, na década de 1990, analisou a produção de alimentos em Magé, focando sua pesquisa na produção de farinha e nas relações escravistas que se desenvolveram ao seu redor. Mostrou que a partir da segunda metade do Século XIX, os agricultores mageenses se tornaram cada vez mais favoráveis à especialização da produção. Ao contrário da estrutura produtiva de Itaboraí que foi caracterizada pela diversificação econômica existente durante todo o Século XIX, Sampaio argumenta que em Magé tal estrutura:

*“não deixou de apresentar importantes variações na segunda metade do século XIX. Entre estas destacaríamos, principalmente, a concentração crescente da produção em um único produto, a farinha de mandioca, levando esta região a perder o caráter policultor que apresentava até meados deste século. Em nenhum momento, porém, Magé perdeu sua principal característica: a de uma região produtora de alimento, e voltada para o abastecimento da Corte”.*<sup>24</sup>

Interpretamos que desta forma, se torna possível pensarmos que essa especialização na farinha de mandioca em Magé, diferente de Itaboraí, gerou uma considerável especialização dos escravos nessas áreas produtivas. Tais informações, assim como as extraídas no trabalho de Hebe Mattos que trabalha com escravarias de menor porte, foram determinantes para refletir sobre a sociedade escravocrata de Itaboraí.

E por fim, para não se estender muito, destacamos também o trabalho de Nielson Bezerra. Em estudos mais recentes, Bezerra desenvolve em suas análises, uma perspectiva em estudar o Recôncavo da Guanabara, como uma região representativa da escravidão africana fora dos grandes centros urbanos e dos lugares de Plantation.

Junto com as obras já citadas acima, a leitura de seus trabalhos foi essencial para perceber o cotidiano dos escravos em áreas onde a dinâmica social não se restringia apenas ao mundo agrário-exportador e nem tão pouco a regiões urbanas centrais da economia da província. Assinalo como uma de suas contribuições para a presente pesquisa, a análise dos marinheiros escravos nas águas da Guanabara, sendo fundamental para o entendimento das

---

<sup>24</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História na UFF. Rio de Janeiro, 1994, p. 19.

relações escravistas as margens do rio Macacú. Em relação a esse tipo de investigação Bezerra percebeu que:

*“As possibilidades de análise da sociedade escravista se multiplicam de forma contundente. Através da documentação disponível, associada às descrições de viajantes que passaram pela região durante o período, além de importantes referências historiográficas, penso ser possível o desenvolvimento de um processo analítico capaz de oferecer contribuição para a historiografia. A acentuação das diferenças sociais, étnicas e de nações, considerando as expressões culturais variadas concentradas na Baía de Guanabara através dos agentes sociais que formavam as tripulações que formavam ou compunham os ‘trabalhadores da Guanabara’, são indispensáveis para a compreensão deste processo”<sup>25</sup>.*

Diante dessa perspectiva historiográfica, consideramos que o estudo do Recôncavo da Guanabara possibilita um desenvolvimento de análise para se repensar a escravidão no Brasil. Isso porque para compreender as relações escravistas em uma região caracterizada pela transição de mercadorias e pessoas entre o interior e o litoral, se torna fundamental reconhecer as confluências entre a escravidão rural e a escravidão urbana. No caso de Itaboraí isso não foi diferente, pois a presença de características tanto urbanas quanto rurais na prática escravagista só foi possível ser reconhecida a partir da existência dessas confluências.

Outra questão que se soma à diversificação econômica e que contribuiu na ampliação dos espaços dos cativos, embora em menor proporção, é a presença religiosa franciscana no Convento de São Boaventura. Tal presença era localizada especificamente na região da sede administrativa da Vila de Santo Antônio de Sá. As relações escravistas existentes nas proximidades do Convento, ou até mesmo no próprio Convento, contribuíram ainda mais para reconhecermos o caráter diversificado das relações escravistas em Itaboraí.

Apesar de não ser prioridade desse estudo e nem tão pouco intenção em superdimensionar esse tipo de escravidão na compreensão da organização socioeconômica da região analisada, a variedade das informações presentes nesse contexto citado acima, permitem também enxergar a escravidão além da lavoura monocultora. Soma-se a isso, o fato de que para a população da região, ao qual o autor desta pesquisa faz parte, ter acesso a essas informações representa conhecer um pouco mais da riqueza da História desse querido município chamado Itaboraí.

---

<sup>25</sup> BEZERRA, Nielson Roza. **Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, p.117.

Para essa temática, entre outras obras, a do Frei Basílio Röwer<sup>26</sup> foi fundamental. Historiador da Ordem Franciscana no Brasil apresentava como uma de suas preocupações, relatar as possíveis contribuições das ações franciscanas nos espaços sociais próximos a esses religiosos. Demonstrou também preocupação em se escrever uma história franciscana a partir da sistematização de fontes documentais dos vários segmentos da Ordem.

Apesar da escravidão não ser seu foco principal, principalmente ao que se refere ao Convento de São Boaventura, seu trabalho apresenta fontes que narram parte do cotidiano dos escravos nesse Convento. A referência de outros espaços religiosos analisados por ele permite obtermos um pouco mais de informações da escravidão que não foi apresentada ao Convento citado, formulando assim algumas possíveis suposições ou confirmações de algumas hipóteses presentes nas fontes que foram analisadas.

Assim, esse estudo se propõe a traçar um panorama geral das diversas relações de trabalho dos escravos, apresentando um olhar interpretativo que não se restringe apenas às relações escravistas existentes na lavoura monocultora, pois parte do pressuposto que a diversificação nas atividades produtivas, somada à condição de entreposto comercial fez gerar o surgimento de lugares onde os escravos exerceram diferentes ofícios.

O objetivo é realizar o desenvolvimento de uma história social, inserindo a história patrimonial, tendo nas relações escravistas um referencial para entender a história pública da região, compreendo por essa nova perspectiva as transformações econômicas, políticas e sociais da cidade. É a realização de uma nova leitura dos trabalhos dos memorialistas. É partir do humano, principalmente daqueles que não tiveram sua história contada, é romper esse silêncio “gritante” das memórias dos negros, para conhecermos os patrimônios materiais e imateriais de Itaboraí.

## **2 - As abordagens metodológicas e a Historiografia**

Com o intuito de compreender como os diferentes métodos de pesquisa modificam o olhar do pesquisador, bem como o processo de construção e reconstrução da história, essa parte da pesquisa apresenta as ferramentas teóricas utilizadas como recurso para alcançar uma interpretação mais ampla do passado. Será considerado o deslocamento proporcionado pelas novas abordagens metodológicas, priorizando as experiências cotidianas de homens e mulheres, e a visão de que as realidades são social e culturalmente construídas numa intrincada teia de relações e atividades humanas com seus inúmeros agentes, interesses e práticas.

---

<sup>26</sup> Rower, Frei Basílio. **Páginas de História Franciscana no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 1941.

Por ter como um dos objetivos proporcionar eco para as diferentes “vozes sociais” que figuravam o mundo escravista no século XIX em Itaboraí, optou-se utilizar a Micro-história como um recurso metodológico para auxiliar na identificação das complexidades sociais que estudos mais gerais comumente ignoram.

O surgimento e a consolidação da Micro-história<sup>27</sup> influenciaram os caminhos da narrativa histórica já no final da década de 1970. A negação à tradição Braudeliana, a crítica ao estruturalismo marxista e a consolidação da nova direção dos Annales acompanharam a virada do paradigma historiográfico no final dos anos de 1970.

O uso da Micro-história possibilitou o desenvolvimento de uma abordagem referenciada na alternância de escala, especialmente na sua redução, redefinindo objetos e problematizando suas dimensões. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa. A escolha deste procedimento parte do pressuposto de que a redução do grau de escala permite observar de forma mais acurada fenômenos ditos gerais. Para Giovanni Levi:

*“A micro-história como prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Essa definição já suscita possíveis ambigüidades: não é simplesmente uma questão de chamar a atenção para as causas e os efeitos do fato, de que dimensões diferentes coexistirem em cada sistema social; em outras palavras, o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida. Para a micro-história, a redução de escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado. Pois sua prática é essencialmente baseada, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”<sup>28</sup>.*

Com a redução da escala de análise, como meio de interpretar os acontecimentos, os conflitos e as negociações existentes na construção do município de Itaboraí, enquanto sociedade escravocrata, pretendemos perceber os fenômenos da sociedade que os gerou, acompanhando os agentes sociais, como seres, nomes, genealogias, nas diferentes relações que realizam e estão inseridos. Perceber a partir do micro, as coincidências narrativas que permitem construir um direcionamento em comum, com o objetivo de refletir as diferentes

---

<sup>27</sup> Conceito construído pelos historiadores italianos - Carlo Ginzburg e Giovanni Levi - fundadores da revista intitulada **Quaderne Storici**, e diretores da coleção *Microstorie*, publicada pela Editora Einaudi, na década de oitenta.

<sup>28</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 136 e 137.

formas que o negro esteve presente no decorrer da construção da sociedade do município estudado.

A presente obra, parte do pressuposto que o recorte do local, nas suas interdependências com a micro-história, nos seus jogos de escalas, alcança um redimensionamento das possibilidades interpretativas das informações que antes passavam despercebidas. O que se apresenta é uma interseção entre história local e micro-história<sup>29</sup>.

Naturalmente os laços interdisciplinares estiveram presentes no decorrer dessa pesquisa. A obra do antropólogo norueguês Frederick Barth<sup>30</sup>, é um exemplo disso, na medida em que possibilitou uma interpretação em entender a formação de identidades étnicas através do fluxo de pessoas, demonstrando assim uma oposição à ideia de que a identidade se formava através de restrições de comunidades e de isolamentos geográficos. Entre alguns pontos de convergência entre os micro-historiadores e o método de Barth, é destacado aqui a prioridade que ambos dão aos estudos dos mecanismos concretos das mudanças sociais, não se apoiando em uma lógica estruturalista.<sup>31</sup>

Paul André Rosenthal ao estudar os escritos de Barth sobre à micro-história demonstra que este autor privilegia a análise do mundo social através das interações existentes entre as pessoas. Além disso, sobre Barth ele pontua que:

*“O outro interesse que as transações apresentam para o autor é o de revelar a incerteza que prevalece em toda relação social: esta é uma razão suplementar para afastar uma abordagem estritamente culturalista, ideal, da sociedade. Para ele, uma das características principais da ação social é que seu resultado depende das ações paralelas, ou da reação, das outras pessoas”<sup>32</sup>.*

A micro-história nos oferece um bom caminho de análise, que foi alegoricamente esclarecido por Carlo Ginzburg através da metáfora da observação do objeto através de uma lupa. Por meio desta é possível encontrarmos indícios, detalhes, sintomas, que irão servir de

<sup>29</sup> Reznik, Luís. **História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades**. Apresentado na 6ª mostra de extensão da UERJ. 2002. Disponível em: <[http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp\\_hsg\\_lista\\_artigos.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm)> Acessado em 09/04/2011.

<sup>30</sup> BARTH, Frederick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-capas, 2000.

<sup>31</sup> ROSENTHAL, Paul. Construir o “macro” pelo “micro”: Frederik Barth e a “micro-história” In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escala. A Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 169

<sup>32</sup> Ibidem, p. 157.

ponto de partida para compreendermos os significados atribuídos pelos próprios agentes sociais.

Portanto, reduzir a escala de observação até uma análise microscópica nos permite reconstruir o vivido, “*por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula*”<sup>33</sup>. Assim, podemos encontrar vários níveis de significação e racionalidades dentro da sociedade. Desta forma, a micro-história inviabiliza uma compreensão unívoca da História e testa na realidade os modelos interpretativos mais amplos.

A valorização da “história vista de baixo”, os questionamentos envolvendo a experiência e a vivência das pessoas “comuns” e a crise dos grandes modelos explicativos, além da redução na escala de análise, trouxeram a tona reflexões importantes na História Social, Política, Econômica e também na História Cultural.

Nesta pesquisa objetiva-se recuperar as mediações existentes entre racionalidade individual e os processos coletivos, desfazendo-se assim uma possível oposição entre estudos de caso e história total. Como ressalta Jacques Revel:

*“Cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos e portanto se inscreve em contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais”.*<sup>34</sup>

Assim, é necessário olhar o todo e as partes ao mesmo tempo para que não se perca o sentido real do fenômeno a ser compreendido. A micro-história não rejeita, portanto, a história total, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação. Portanto, a micro-história inscreve ações políticas, processos econômicos, tramas, vidas que geralmente ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. Nesse sentido, o desafio dessa pesquisa é tirar “grandes” conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente

---

<sup>33</sup> GINZBURG, Carlo. “**O nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico**”. IN: A Micro-História e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991, p. 177.

<sup>34</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Revel, J. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998, p. 28.



entrelaçados, considerando a todo o momento que a micro-história não deve ser utilizada como um método absoluto e autossuficiente.

O papel da microanálise e o diálogo com outras disciplinas foram fundamentais para a redefinição do campo da história social. Assim, se torna essencial reconhecermos que as proposições teóricas de Edward P. Thompson contribuíram para a renovação historiográfica que já vinha ocorrendo desde os anos de 1960. No tocante à questão da relação entre a História Social e a Historiografia brasileira, nota-se uma receptividade acadêmica, no que se refere aos temas e discussões da História Social, redimensionando a escrita acerca da História do Brasil. Sobre a História Social Hebe Mattos assinala que:

*“Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam”<sup>35</sup>.*

A presente obra é influenciada pela História Social, na medida em que esta redimensionou a escrita da História dos negros e da escravidão no Brasil. Com isso, além de apresentar uma perspectiva teórica que viabilize a realização de uma demografia histórica com novos significados, a História Social proporcionou também a ampliação de estudos sobre a escravidão desenvolvidos principalmente no decorrer da década de 1980.

Retomando um período anterior para a melhor compreensão desse debate, destacamos de início o livro *“Casa Grande e Senzala”* de Gilberto Freyre publicado em 1933. É valorizado nesta obra, a fusão das três raças ou a interpenetração das culturas portuguesas, indígenas e africanas na formação do Brasil e seu povo. É realizado um esforço para superar preconceitos ainda reinantes acerca da inferioridade racial dos negros, procurando celebrar a mestiçagem e a influência africana na formação cultural brasileira. Freyre desenvolve uma visão de certa forma harmoniosa das relações raciais no Brasil dos anos 1930 como herança da escravidão. É o chamado “Mito da democracia racial”.

Em suas narrativas apresenta comparações com outras sociedades escravistas, para endossar uma perspectiva centrada na benevolência do sistema escravocrata brasileiro,

---

<sup>35</sup> MATTOS, Hebe. História Social In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 78.

dizendo que: “*desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América*”<sup>36</sup>

Freyre demonstra uma sociedade de tipo paternalista, configurada como que por uma vasta rede de parentesco, cujo aspecto se tornara preponderante na promoção das relações harmoniosas. De acordo com essa interpretação, marcadas pelo paternalismo e mediadas pela ação do Estado e da igreja, as relações sociais entre senhores e cativos no Brasil produziram escravos indolentes, passivos e, acima de tudo, submissos a uma grande família patriarcal.

Ele inaugura posições que seriam quase paradigmáticas na academia pelo seu consenso nos anos 1930, 1940 e 1950. Sua obra foi sem dúvida uma novidade, seja quanto ao método de análise, seja quanto às interpretações de fundo que, no limite, positivaram a miscigenação herdada do período colonial.

Nos anos 1950 as ideias de Gilberto Freyre passam a ser extremamente criticadas. Entre os trabalhos dos críticos, dois enfoques estiveram presentes. A ideia de coisificação do escravo, destacada principalmente pela chamada “escola paulista,” representada por Emília Viotti, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e pelo mais importante crítico das posturas de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes<sup>37</sup>, que é considerado também um dos principais estudiosos da inserção dos negros na sociedade brasileira pós-emancipação. As abordagens desses autores afirmavam que a escravidão reduzia o africano a um estado de completa anomia social.

Outro enfoque desse período foi à ênfase dada na resistência e heroísmo dos cativos, presentes principalmente nas obras de Clóvis Moura<sup>38</sup> e Décio Freitas<sup>39</sup>. Autores que concebem a escravidão como absolutamente reificadora do africano, que só readquire identidade e subjetividade na fuga e na revolta, isto é, negando a escravidão.

No início dos anos 1980, ocorre uma rica revisão historiográfica incorporando o conceito do escravo como agente, rompendo assim, com os diversos paradigmas estruturalistas até então predominantes. Tal postura fez gerar uma transferência da ênfase das pesquisas, que passam a ser direcionadas para o papel social dos próprios escravos. O ponto

---

<sup>36</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Brasília: UNB, 1963, p.393.

<sup>37</sup> FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed, São Paulo, Ática, 1978.

<sup>38</sup> MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 2. ed. (1. ed. de 1959), Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1972.

<sup>39</sup> FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 2. ed, Rio de Janeiro, Graal, 1974.

culminante foi o ano das comemorações do centenário da abolição, 1988, quando dezenas de trabalhos sobre o tema apareceram<sup>40</sup>.

Sobre esse período, Ronaldo Vainfas, em um excelente trabalho que analisa a historiografia brasileira sobre a temática em questão, caracteriza bem esse momento, pois segundo ele:

*“No tocante aos negros, os anos de 1980 trouxeram novidades. Em franca reação à visão reificadora do africano sugerida pelos estudos das décadas de 1960 e 1970, os historiadores buscaram mostrar o negro como sujeito da história, protagonista da escravidão, ainda que não aquilombado, quando não cúmplice do cativo. Avançou-se muito nesta linha de investigação, a começar pelo livro de Kátia Mattoso, Ser escravo no Brasil, que recolocou a importância do paternalismo como mecanismo de poder senhorial e, por meio disso, negou a quase exclusividade do fator violência como explicação do sistema escravista<sup>41</sup>. Indicou também a importância de se estudar a África, o tráfico, as etnias, os mores, as religiões, para se entender a conformação da cultura negra no Brasil – cultura a que muitos chamaram de afro-brasileira”.*<sup>42</sup>

Como um dos méritos da recente historiografia, Vainfas menciona a valorização ou descoberta da África para o estudo da escravidão e da formação da cultura brasileira, alegando que tal proposta de certo modo reabilita a obra de Gilberto Freyre, embora as motivações e inspirações sejam hoje distintas, aparentemente, das do mestre dos Apicucos.

Entre os historiadores que passam a recorrer à história da África para interpretar a escravidão negra no Brasil temos: João Reis,<sup>43</sup> Robert Slenes,<sup>44</sup> Manolo Florentino e José Roberto Góes<sup>45</sup>. Além desses, outros historiadores desenvolveram esforços que

<sup>40</sup> RIOS, Ana Lugão. e MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p. 26

<sup>41</sup> MATTOSO. Kátia M. Queirós. **Ser escravo no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1982.

<sup>42</sup> VAINFAS. Ronaldo. **“Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”**. In: Revista Tempo, vol. 4, nº8, Agosto de 1999. P. 10.

<sup>43</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. João Reis, Rebelião escrava no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>44</sup> SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 288p.

<sup>45</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

demonstravam as experiências dos escravizados enquanto sujeitos históricos. Entre outros temas: Silvia Hunold Lara<sup>46</sup> e Hebe Mattos.<sup>47</sup>

A historiografia desse período acionou recursos que cada vez mais utilizaram diálogos com a Antropologia, com o conhecimento acerca dos povos africanos e com a quantificação demográfica. Com isso, passaram a dar ênfase na análise de documentos como, entre outros, os inventários post mortem, registros paroquiais, testamentos, listas nominativas, censos, cartas de alforria e processos civis e criminais. Com essa revisão historiográfica a investigação busca descobrir e compreender, para além da fala dos senhores, a dos escravos.

A partir desse período, houve uma proliferação de trabalhos acadêmicos sobre escravidão e abolição no Brasil. As análises destes trabalhos, em sua maioria, apresentam fortes influências teóricas dos estudos de Thompson.

Com a renovação dos estudos históricos, influenciada pela História Social, os escravos deixaram de ser vistos apenas como mercadorias. Como outra contribuição desse período estuda-se hoje a escravidão e a abolição, através de leituras que enxerga os escravizados como agentes históricos, que agenciaram sua própria história, não sendo interpretados como vítimas passivas do sistema escravista.

Rompendo com as interpretações tradicionais, são as experiências dos cativos, agindo em favor da conquista da liberdade que interessa nos estudos sobre o tema. Ainda sob influência thompsoniana, tematiza-se as relações conflituosas entre senhores e escravos. Incluem-se também estudos sobre família, cultura, cotidiano e as múltiplas formas de resistência escrava.

Com isso, o desenvolvimento de uma abordagem que passa a combater a imagem do “escravo-coisa,”<sup>48</sup> a partir de um conjunto expressivo de estudos empíricos se torna constante. Uma historiografia que ao ser influenciada pela História Social critica a imagem dos escravos como um conjunto de homens e mulheres inteiramente subjugados por sua própria condição, impedidos de pensar a si mesmos de outro modo que não como “coisas”.

O autor dessa pesquisa pretende realizar um estudo de história social com abordagens quantitativas, como meio de observar o comportamento das variáveis demográficas do século

---

<sup>46</sup> LARA, Silva Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>47</sup> MATTOS, Hebe Maria. “**Ao Sul da História**”. **Op. Cit.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>48</sup> Para usar a expressão de Sidney Chalhoub em **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Chalhoub discute com os teóricos do “escravo-coisa” em todo o livro, mas especialmente nas pp. 35-42 e no epílogo, pp. 249-253.

XIX na Vila de São de Itaborahy. Em busca desse desafio, o entendimento da História Demográfica gerou consideráveis contribuições.

A primeira técnica de demografia histórica foi desenvolvida na França por Louis Henry e Michel Fleury<sup>49</sup>. Registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos foram usados por esses pesquisadores, como meio para reconstruir o comportamento das populações que viviam sob outros regimes demográficos.

Na mesma década de 1960, surge outro grupo na Inglaterra, utilizando tanto os registros paroquiais quanto as listas nominativas de habitantes: O Cambridge Group for the History of Population and Social Structure<sup>50</sup>. Suas pesquisas, também reconstruíram as taxas demográficas das populações do passado usando os registros existentes, mas focou suas análises na formação e na estrutura dos domicílios. Com essa proposta foi possível compreender alguns aspectos da dinâmica econômica e social dessas populações.

No Brasil, a demografia histórica propriamente dita foi introduzida por Maria Luiza Marcílio, que desenvolveu na França na década de 1960, sua tese de doutorado com Louis Henry<sup>51</sup>. Contudo, apenas posteriormente a pesquisadora implementou no Brasil a técnica de reconstituição de famílias.<sup>52</sup> Em seguida, nos anos 1980, constituiu-se o CEDAL (Centro de Demografia Histórica da América Latina) na USP.

Ainda na década de 1970, um grupo de historiadores demógrafos na Universidade Federal do Paraná, também formado na escola francesa, realizaram produções com versões adaptadas do trabalho de Louis Henry para as condições das fontes e arquivos brasileiros. Alguns dos professores da UFPR desenvolveram seus doutorados em demografia histórica, produzindo estudos que depois foram publicados. Entre outros temos: Ana Maria Burmester<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> FLEURY, Michel, HENRY, Louis. **Nouveau manuel de dépouillement e d'exploitation de l'état civil ancien**. Paris: INED, 1965.

<sup>50</sup> WRIGLEY, Edward Anthony (ed.). **An introduction to English historical demography from the sixteenth to the nineteenth century**. New York: Basic Books, 1966.

<sup>51</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1974.

<sup>52</sup> Idem. **Caiçara: terra e população**. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.

<sup>53</sup> BURMESTER, Ana Maria de O. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, Iraci Del Nero da. **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 295-308.

e Sérgio Odilon Nadalin<sup>54</sup>. Também na UFSC produziram-se alguns trabalhos na mesma linha como os de Maria Luiza Bertulini Queiroz.

Nos anos seguintes, diversas técnicas se difundiram. Sob a influência do Grupo de Cambridge, surgiram trabalhos na USP como os realizados por Eni de Mesquita Samara,<sup>55</sup> Iraci del Nero da Costa,<sup>56</sup> Francisco Vidal Luna<sup>57</sup> e José Flávio Motta.<sup>58</sup> Na UFMG algumas obras também estudaram o passado da população brasileira como os trabalhos de Clotilde Andrade Paiva<sup>59</sup> e Douglas Cole Libby.<sup>60</sup>

Atualmente boa parte dos estudos desenvolvidos foi direcionada principalmente para o Sul e Sudeste do país. A família tornou-se um tema privilegiado de análise dentro da perspectiva dos estudos de população, sobretudo a família escrava.

Com o estreitamento dos laços entre a demografia histórica e a história social, pretendemos compreender as relações socioeconômicas na Vila de São João de Itaborahy, para em seguida, alcançar o entendimento das relações escravistas nessa região. Um estudo que tem como estratégia reduzir a escala de observação como procedimento analítico, utilizando como princípio que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Acompanhado a esta perspectiva, desenvolveremos um quantitativo demográfico como recurso para entender as dinâmicas econômicas e sociais das populações do período estudado, realizando assim, dentro do possível, consideráveis comparações com outras regiões do Recôncavo da Guanabara.

---

<sup>54</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

<sup>55</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo: século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

<sup>56</sup> COSTA, Iraci del Nero da. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE/USP, 1979.

<sup>57</sup> LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura ocupacional e econômica de alguns núcleos mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

<sup>58</sup> MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablum, FAPESP, 1999.

<sup>59</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, Iraci Del Nero da. **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 173-187.

<sup>60</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

### 3 - A Produção no Recôncavo da Guanabara

O Recôncavo da Guanabara, região a qual Itaboraí faz parte, compreende as terras situadas entre a Baía de Guanabara e a Serra do Mar, com terrenos de pequena altitude entre o mar e a serra, ao lado de planícies alagadiças<sup>61</sup>. Apesar da escassez de trabalhos para essa região, destacaremos abaixo algumas obras que representam consideráveis contribuições para o estudo em questão.

Na década de 30, o memorialista José Mattoso Maia Forte<sup>62</sup> analisou a Vila de Santo Antônio de Sá, sendo esse um dos primeiros trabalhos, que mais tarde se tornaria referência para os historiadores das regiões que compunham a Vila. Suas reflexões se direcionavam especificamente para o contexto do início do povoamento e para a formação política-administrativa e territorial da Vila. Embora apresente dados que necessitam de uma leitura mais cautelosa, ainda sim, sobretudo pelo período em que foi escrita devido ao nível de dificuldades que com certeza era muito maior que é atualmente, sua obra apresenta uma considerável contribuição e se tornou um ponto de partida para pesquisadores dos municípios de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacú, Guapimirim, entre outras regiões.

Nos anos 1960, Alberto Ribeiro Lamego<sup>63</sup> desenvolveu estudos que forneceram informações gerais sobre o Recôncavo. Seus escritos se baseavam na apresentação de dados geográficos e político-administrativos, mostrando a composição de Freguesias e Vilas. Através de suas pesquisas, a problematização da relação entre o homem e o espaço natural do Recôncavo ganha peso considerável.

O trabalho de Vânia Froes<sup>64</sup>, desenvolvido na década de 70, expande os estudos do Recôncavo para os meios acadêmicos, com a elaboração de sua dissertação sobre a Vila de Estrela. Outra importante obra nesse período é a dissertação de Ana Maria dos Santos que analisa a economia de Itaboraí no século XIX. Ambas as dissertações foram produzidas na Universidade Federal Fluminense e apresentam análises das dinâmicas internas atreladas a

---

<sup>61</sup> SANTOS, Ana Maria dos. Op cit. p. 14.

<sup>62</sup> FORTE, José Matoso Maia. “**Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá**”. PMI, 1984.

<sup>63</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1964.

<sup>64</sup> FROES, Vânia. **Município de Estrela (1846-1892)**. 1974. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

leituras onde o estudo da economia foi mais contemplado. Nesses trabalhos as atividades complementares a grande lavoura exportadora passam a ser estudadas.

Com os novos debates historiográficos, ocorre uma ampliação do estudo sobre o Recôncavo da Guanabara nos anos 90, principalmente com as dissertações de Antonio Jucá Sampaio<sup>65</sup> e Jorge Silveira<sup>66</sup>, ambos da UFF e Flávio Gomes<sup>67</sup> da Universidade Estadual de Campinas. Esses trabalhos inserem abordagens sobre a escravidão e suas repercussões para o local estudado, além de proporem uma compreensão das reações dos negros à escravidão como atuantes de um determinado processo.

No decênio seguinte os pesquisadores do LABHOI-UFF ampliam ainda mais os estudos do Recôncavo, priorizando análises do cotidiano de escravos com abordagens voltadas mais para a História Social. Desses trabalhos destacamos as obras de Denise Demétrio<sup>68</sup> e Nielson Bezerra<sup>69</sup>, além é claro dos artigos de Mariza Soares. Essas obras, assim como a presente pesquisa, reforçam a proposta de pensar o Recôncavo da Guanabara em seu conjunto, rompendo com a antiga dicotomia entre a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno. Mariza Soares questiona essa dicotomia de centro/periferia ao dizer que:

*“Essas são chaves de leitura das quais até hoje o Recôncavo da Guanabara não conseguiu se livrar. Toda a historiografia que trabalha o Rio de Janeiro esbarra numa visão do Recôncavo como periferia rural da cidade, da capital. Entre os historiadores que trabalham com esta oposição destaco o artigo do brasileiro A. J. R. Russell-Wood. O historiador sofisticado a noção usual de periferia distinguindo três diferentes situações consideradas periféricas através de três termos tomados de empréstimo aos geógrafos (umland, hinterland e vorland). (...) De acordo com o autor, o Recôncavo seria uma umland, próxima ao centro (a cidade do Rio de Janeiro)”.*<sup>70</sup>

---

<sup>65</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Op. Cit.

<sup>66</sup> SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. **Transformações na estrutura fundiária de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo (1850-1890)**. 1998.293 p. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 1998.

<sup>67</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro- século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>68</sup> DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História. UFF. 2008.

<sup>69</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. Op. Cit.

<sup>70</sup> BEZERRA, Nielson Rosa e SOARES, Mariza de Carvalho. **Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII-XIX**. Introdução. p. 24.



Soares questiona a perspectiva de estudar o Recôncavo da Guanabara com o referencial de centro/periferia, pois a historiadora percebe que esse tipo de abordagem acaba reforçando a ideia de sujeição da periferia ao centro. Atento a esses riscos mencionados acima, a presente pesquisa pretende compreender o Recôncavo como um lugar de confluência entre o espaço rural e o urbano. Essa característica pode ser melhor compreendida, segundo Nielson Bezerra, quando é levado em consideração que o:

*“(...) Recôncavo do Rio de Janeiro além de ter uma economia de produção de alimentos, foi também uma importante área de passagem das mercadorias que eram transportadas entre o interior serra acima e o litoral. Este dinamismo econômico marcou decisivamente as relações sociais que se construíram na região, um lugar de entreposto, onde além de mercadorias, também passavam pessoas e informações, influenciando o modo de vida da sociedade local, aí incluídos os escravos”.<sup>71</sup>*

Nesse contexto, através da perspectiva teórica mencionada no breve balanço historiográfico apresentado nessa introdução, desenvolveremos um estudo que possa gerar no leitor o entendimento das complexidades existentes na sociedade escravocrata de Itaboraí, onde as dinâmicas internas são compreendidas não pelo seu isolamento e nem tão pouco pela sujeição a outras áreas, mas sim pelo reconhecimento de níveis reais de participação na província do Rio de Janeiro.

#### **4 - As Fontes e seus usos**

Entre as fontes utilizadas pela metodologia presente nessa obra, uma questão se apresentou como uma constante: os dados específicos para a análise do município de Itaboraí, quando existem, se acham dispersos. Além do fato de que parte deles se perdeu com o decorrer do tempo.

Diante desse problema, como recurso para obter o máximo de informações possíveis sobre o século XIX em Itaboraí, tendo a preocupação em não deixar pra traz pequenos dados, que quando conciliados a outros, se tornam consideráveis contribuições, optou-se em organizar as fontes da seguinte maneira: fontes principais e complementares, sendo estas

---

<sup>71</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. **Cenas da escravidão africana no Recôncavo do Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: <<http://www.debateculturais.com.br/cenas-da-escravidao-africana-no-reconcavo-do-rio-de-janeiro/>> Acessado em 10/10/2004.

caracterizadas em locais, ao qual interpretamos como o documento produzido na própria região e gerais, referente ao material elaborado sobre área estudada, mas fora dela.

Com isso, buscamos informações gerais da Província Fluminense, como recurso para dar um sentido mais amplo aos dados presentes nas fontes locais, na medida em que em alguns casos, os documentos produzidos pela própria região se encontravam incompletos.

Das fontes que consideramos principais e gerais temos: O Almanaque Laemmert, sendo este um almanaque administrativo, mercantil e industrial, que publicava dados sobre a Côrte e sobre a Província do Rio de Janeiro no período de 1844 a 1889.

Apresentava informações em formato de listas, mostrando entre outros, propagandas de serviços profissionais, escolas, associações, sociedades, instituições, livrarias, tipografias, periódicos e o que mais nos interessa, dados censitários, navegação fluvial, comércio e as atividades econômicas da Vila organizadas por freguesias. Informações essenciais para notar o nível de diversificação da economia e a movimentação populacional na Vila de São João de Itaborahy. Esse material está digitalizado e foi acessado no site do Center for Research Libraries - Global Resources Network.<sup>72</sup>

O Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, que através de suas publicações do século XIX, nos fornece informações sobre o estado geral da província e particularidades dispersas sobre o município. Em seus anexos e apêndices foi possível perceber diversos dados estatísticos sobre vários setores da vida provincial e municipal. Entre eles realizamos a seguinte organização de análise dentro do que consideramos relevante para a pesquisa:

*Arrecadação:* tornou possível o conhecimento das rendas municipais diante do todo da província, o que viabilizou uma análise comparativa.

*Obras Públicas:* continham informações sobre reparos de pontes, melhoramentos em estradas de rodagem, aterramentos e drenagem de rios, construções de estradas de Ferro e suas conseqüentes manutenções. Vale destacar, que o acesso aos relatórios dos engenheiros das estradas de Ferro Carril Niteroiense e de Cantagalo, foram determinantes para constatar o período de coexistência do transporte ferroviário com o Fluvial e as etapas de substituição do transporte realizada nos rios pela malha ferroviária;

*Municipalidades:* Mostrava algumas solicitações das Câmaras Municipais, nomes das regiões e a condição financeira de cada Câmara para dar andamento às obras pertinentes a Vila;

---

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/almanak>>. Acessado em 01/03/2011.

*Navegação fluvial:* contendo os nomes dos principais portos da Província, a dinâmica social no seu funcionamento, os rios navegáveis e os produtos que eram transportados. Um material que viabilizou a compreensão da variação das atividades agrícolas e o cotidiano das relações escravistas para além do mundo da grande lavoura;

*População:* Principal documento analisado, visto que possibilitou o contato com o quantitativo populacional de Itaboraí e com as Vilas ao redor. Fonte fundamental para a realização da história demográfica e a compreensão das alterações sócio econômicas da região. Na busca dos habitantes de Itaboraí encontramos as estatísticas dos anos de 1840, 1850 e 1856. Esses recenseamentos apresentavam dados referentes a população livre, escrava e total, sendo organizados por cor, gênero, freguesias e no caso de 1850 e 1856, aparecia também as idades, estado civil e nacionalidades.

Além dessas estatísticas populacionais foram localizados também os quadros da movimentação populacional da Província dos anos de 1850 a 1857. Tais quadros continham o quantitativo da população livre e escrava referentes especificamente a batizados, casamentos e óbitos.

Ainda no levantamento realizado pela leitura do Relatório do Presidente de Província, localizamos o Mapa dos escravos Matriculados e falecidos de 1871 até 1877; o mapa especial do movimento da população ingênua de Dezembro de 1877, contendo as informações dos matriculados, entrados, mudados, falecidos e a média total; o quadro demonstrativo das freguesias com os respectivos números de habitantes por quilômetro quadrado de 1878; o quadro demonstrativo dos filhos livres de mulher escrava, matriculados e averbados em 1885 e por fim, o quadro demonstrativo do movimento da população escrava de Setembro de 1873 a Junho de 1885. Todos esses documentos associados a outros fontes viabilizaram a comprovação de algumas hipóteses que foram apresentadas no decorrer da obra. Assim como o almanaque, esses Relatórios estão digitalizados e acessíveis pela mesma instituição.<sup>73</sup>

Junto à análise dessas estatísticas populacionais, foi usado também o censo de 1872. Ele representa o primeiro levantamento censitário oficial de abrangência nacional e o único com essa dimensão no período imperial e escravista. Mais sistematizados que os recenseamentos dos Relatórios do Presidente de Província do Rio de Janeiro, apresenta também, dados sobre as profissões e a especificação da população estrangeira, mostrando inclusive a quantidade de africanos livres e escravos. Através desse documento, mas não apenas por ele, se tornou viável sustentar as afirmações da pesquisa, ao que se refere aos

---

<sup>73</sup> Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio\\_de\\_janeiro](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_de_janeiro)>. Acessado em 01/03/2011.

espaços sociais diversos dos escravos fora do mundo agrário-exportador. O arquivo completo do censo se encontra no site do IBGE<sup>74</sup>.

Ainda na apresentação das fontes principais, mas agora mencionando a documentação produzida em Itaboraí, destacamos os jornais *A Civilização* (1850-1853) e *O Popular* (1855-1862), entre tantos outros editados no século XIX na Vila de Itaborahy. Apesar de passíveis de parcialidade, representavam o pensamento local sobre questões de caráter político, econômico, social e cultural da sociedade escravocrata da região. Esses jornais se localizam na Biblioteca Nacional.

Como outra fonte local, os relatos dos viajantes se apresentam como um interessante material de análise. Em suas narrativas foi possível encontrar observações sobre o centro administrativo da Vila, das condições do transporte fluvial, da produção nas fazendas, do Convento de São Boa Ventura, mencionando, em alguns casos, o trabalho dos escravos e situações do cotidiano da população local.

A análise dessa fonte foi feita considerando que as informações desses relatos são fruto dos componentes ideológicos de seus autores, dotados de conteúdos culturais próprios e patrimônio anterior que condicionavam o modo de observar e entender o empírico.<sup>75</sup> A documentação impressa contendo todas as narrativas dos viajantes foi encontrada no Centro de Memória Fluminense da UFF.

Entre as fontes complementares locais, o Livro de Batismos da Freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1807) gerou uma aproximação ainda maior com a sociedade do período estudado, devido ao contato direto com os nomes das pessoas envolvidas nos cerimoniais de batismo.

Apesar da riqueza das informações desse documento, eles não foram estudados em toda sua dimensão, se restringindo na busca de referências de um quantitativo dos escravos, em suas procedências, nos nomes dos principais proprietários dos cativos e nos registros que apresentassem informações que demonstrasse, de alguma forma, o caráter heterogêneo da

---

<sup>74</sup> Disponível na **Coleção digital do IBGE**. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=7115>>. Acessado em 10/03/2011.

<sup>75</sup> REICHEL, Heloisa Jochims. **Os relatos dos viajantes como fonte para o estudo da história**. XIII Congresso do Programa de Pós- Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo. s.d. <<http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf>> Acessado em 03/06/2010.

escravidão, como forros e religiosos enquanto proprietários de escravos. Esse livro se encontra digitalizado no Laboratório de História Oral e Imagem da UFF.

Na ideia de veicular várias ferramentas de pesquisa e tentar diminuir as lacunas que a busca do passado apresenta e sendo este um estudo de história local, a leitura das obras dos memorialistas se apresentam como mais uma fonte complementar produzida na região.

Seus discursos mostram memórias individuais com informações de um contexto vivido por quem as produziu. Caracterizam-se pela narrativa de fatos conjunturais e por mencionarem as condições dos lugares por onde passaram, escrevendo sobre as ruas, igrejas, estrutura administrativa, rios e população.

Apesar do seu caráter subjetivo, que deve ser lido com a cautela que o questionamento historiográfico necessita, tais fontes são relevantes, seja pela presença de informações sobre o local estudado, ou até mesmo, para mostrar ao leitor leigo, os cuidados que devem ser tomados para não reproduzir os equívocos que os memorialistas realizaram. Da contribuição que tivemos, as obras do Monsenhor Pizarro<sup>76</sup> ganham mais destaque e estão digitalizadas e a livre acesso no site da Biblioteca digital do Senado Federal<sup>77</sup>.

O material presente nas revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, além de conterem diversos textos com informações avulsas sobre a área estudada, nos proporcionou consideráveis acréscimos a pesquisa. Exemplo disso, temos como fonte complementares locais o Relatório do Marques do Lavradio e o Relatório da primeira exposição municipal de Itaboraí. Encontramos também o Mapa da população da corte e província do Rio de Janeiro de 1821, sendo este caracterizado como uma das fontes principais gerais. Todos acessíveis no site do IHGB<sup>78</sup>.

O primeiro relatório citado acima foi construído pelo Marquês, ao receber as relações parciais dos mestres de campo que representavam as freguesias do Recôncavo. Com esses dados o Lavradio ao entregar a administração do governo, em 1779, pode apresentar um extenso e minucioso relato com informações sobre a situação política, militar, econômica e comercial da colônia. Tais observações, embora não estejam dentro do corte cronológico, foram analisadas para mostrar que a presença de diferentes atividades produtivas, já era uma característica local existente desde o Século XVIII.

---

<sup>76</sup> ARAUJO, José de Souza A. Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. RJ. edição original, 1820, Imprensa Régia.

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182898>> Acessado em 10/03/2011.

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>> Acessado em 09/04/2011.

O Relatório da Fundação da Biblioteca Popular Itaborayense e da primeira exposição municipal de Itaborahy foi escrito em 1873, pelo literato Joaquim Manuel de Macedo. Documento que demonstra o nível de diversificação econômica existente, apresentando uma variedade de produtos agrícolas na exposição e o seus respectivos graus de comercialização.

O Mapa da população de 1821 é o nosso ponto de partida para estudarmos as relações escravistas do século XIX em Itaboraí. Mais objetivo e simplificado que as estatísticas províncias, mostra o quantitativo populacional da Vila de Santo Antônio de Sá, organizado em população livre, escrava e total.

Para fechar a sistematização das fontes complementares gerais, temos o jornal Aurora Fluminense (1827-1839), sendo este um dos primeiros periódicos a noticiar as “Febres de Macacú”, mostrando relatos e acusações feitos pelos leitores das Freguesias de Santo Antônio de Sá e de Itaborahy. Informações encaminhadas por quem vivenciou as tensões do momento que a doença gerou.

O uso desse material se restringiu as publicações que mencionavam as Febres. O objetivo que tivemos foi perceber a real dimensão que essas febres proporcionaram para a Vila de Santo Antônio de Sá, através da compreensão das alterações demográficas na região. Jornal localizado nas coleções digitais da Biblioteca Nacional.<sup>79</sup> O Jornal Astrea de 1829 e o Ostensor Brasileiro de 1846, também se inserem nesse tipo de fontes e estão localizados na Biblioteca Nacional.

Sobre a produção local contemporânea, conseguimos contato com um variado acervo de pequenos textos sobre a história da cidade, de monografias e dissertações. Sendo estes dois últimos direcionados mais para a temática urbana da região fluminense e para a arquitetura do Convento de São Boaventura. Material que pode ser acessado na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres.

Acompanhando a toda reflexão das fontes listadas acima e levando em conta de que se trata de um estudo de história local, publicaremos no decorrer de toda obra, imagens dos principais patrimônios materiais, que se caracterizam por ser parte integrante das representações históricas de Itaboraí. Mapas e algumas cartas topográficas estão inclusas nesse material. Um acervo iconográfico e cartográfico construído em pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional, no Centro de Memória Fluminense, na Casa de Cultura Heloísa Alberto

---

<sup>79</sup> Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>> Acessado em 20/05/2012.

Torres, no IHGB e pela relação de cordialidade de familiares e amigos que nos forneceram algumas fotos.

A quantidade de fontes e a metodologia empregada foram construídas pela vontade do presente autor, em desenvolver para a cidade, um estudo com referências que possam auxiliar outros pesquisadores em suas pesquisas, pois afinal fontes ganham seu maior valor quando diversos estudos são realizados e interpretações variadas surgem. Ter acesso a esses documentos, com a perspectiva gerada pelas leituras da historiografia citada, nos possibilitou a ampliação do olhar interpretativo para diversos agentes sociais, tornando possível a releitura das obras dos memorialistas e o desenvolvimento de um novo olhar para a história patrimonial de Itaboraí. Recurso determinante para a percepção de registros de memórias que antes passaram despercebidos, mas que agora estão sendo escritos, divulgados e pensados como um meio de reconhecermos, através dessa humilde contribuição, a rica participação dos negros na história de Itaboraí.

## **Capítulo I – Vila de Santo Antônio de Sá: o desenvolvimento econômico, a evolução demográfica e a formação político-territorial de Itaboraí**

Nesse primeiro capítulo é apresentado o início do povoamento e a formação político-territorial de Itaboraí. É desenvolvido um material de história local, tendo como foco principal a movimentação populacional dos escravos. É realizada uma análise no último quartel do século XVIII e no primeiro do XIX, como meio de gerar recursos para o entendimento das características socioeconômicas existentes no decorrer do período oitocentista. Tal contexto, também se justifica no fato de que o entendimento das relações escravistas na região depende, diretamente, de uma delimitação correta do território estudado, na medida em que a presente pesquisa se baseia principalmente em estatísticas demográficas. A não explicitação do contexto em que ocorreram os desmembramentos territoriais ocasionaria lacunas que dificultariam a realização de análises comparativas. Mapas, relatórios, estatísticas demográficas, Imagens, narrativas de memorialistas, fragmentos de jornais e livro de Batismo representam as fontes utilizadas nessa etapa da investigação.

### 1.1- Da Formação da Vila até seu desaparecimento:

O município de Itaboraí tem suas origens associadas ao povoamento desenvolvido na extinta Vila de Santo Antônio de Sá<sup>80</sup>, sobretudo na região da Freguesia sede de mesmo nome. Segundo o pesquisador Fluminense José Matoso Maia Forte: “*Foi essa freguesia a primeira das criadas no recôncavo e, mais antiga do que ela, só se apontava a da Sé do Rio de Janeiro*”.<sup>81</sup> O povoamento da Vila é consequente à fundação da cidade de São Sebastião em 1565, sendo sua criação uma estratégia portuguesa frente às pretensões dos franceses.

A coroa de Lisboa ao vencer seus inimigos, os franceses e os Tamoios, passou a distribuir sesmarias, como forma de proteger a cidade do Rio de Janeiro dos ataques de estrangeiros e dos nativos. Essa conjuntura de política de distribuição de terras, segundo Regina Celestino, contribuiu para a formação de aldeamentos indígenas que facilitavam a catequização pelos jesuítas e a exploração escrava pelos senhores de engenho.<sup>82</sup> A aldeia de São Barnabé<sup>83</sup>, fundada nas proximidades de Itambi, é um exemplo de tal prática.

Segundo Francisco Carlos Teixeira, a distribuição das terras fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro concentrou-se em “*quatro eixos principais, constituídos pelos rios que deságuam na Baía da Guanabara*”: 1) a área dos rios Inhaúma, Irajá e Meriti até o litoral da baía na altura da Ilha do Governador; 2) a área do rio Sarapuí, incluindo os rios Cachoeira e Bangu (hoje no município de Duque de Caxias); 3) a área do rio Iguaçú, incluindo o rio Inhomirim, (hoje entre Nova Iguaçu e Magé), o rio Suruí (hoje Magé), os rios Guapy e o Macacu, que davam acesso ao amplo Sertão (hoje municípios de Cachoeira de Macacu e Itaboraí); 4) a área do rio Guaxindiba, via de penetração na região dos tabuleiros de São Gonçalo.<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> Também conhecida como Vila de Macacu.

<sup>81</sup> FORTE, José Matoso Maia. “**Vilas fluminenses desaparecidas**”, Op. Cit., p. 1.

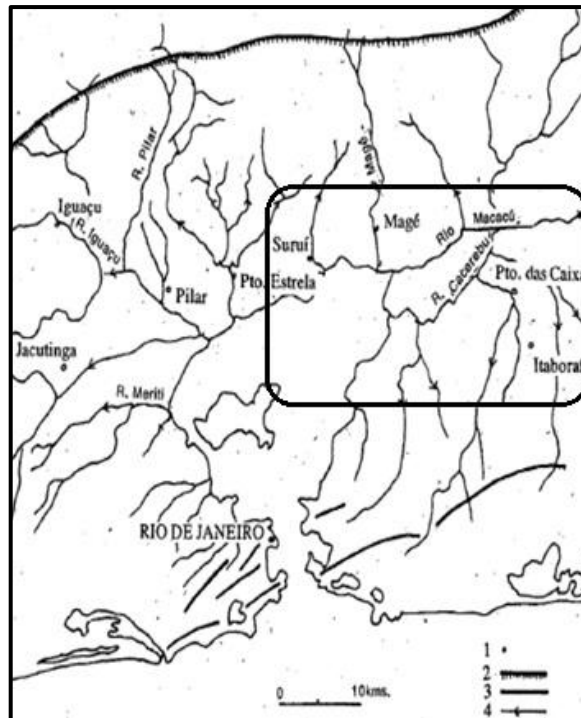
<sup>82</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>83</sup> Para saber mais ver: OLIVEIRA, Nanci de. **São Barnabé: lugar de memória**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2002, 244 p.

<sup>84</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1990, p. 324.



**Mapa 1.1: Localização dos rios no Recôncavo da Guanabara**



**Fonte: (Adaptado) BERNADES e SOARES.**<sup>85</sup>

Pelo mapa 1.1, é possível perceber o quanto os rios proporcionaram o acesso ao interior do Recôncavo da Guanabara. Vale ressaltar que a distribuição de terras e o consequente povoamento no Recôncavo da Guanabara, a princípio, representaram uma estratégia para impedir invasões estrangeiras, porém com o desenrolar dessa prática, ocorreu formações de hierarquias sociais, na medida em que a terra era concedida para os “desbravadores” que prestassem serviços para a coroa portuguesa e colaborassem com a elite colonial<sup>86</sup>.

Além disso, a expansão das fronteiras viabilizaria a conquista do gentio, principalmente facilitada com a formação dos Aldeamentos. Desta forma, o acesso à terra e à mão de obra, considerados os pressupostos essenciais da sociedade colonial fluminense, já tinha sido organizado no Século XVII e iria caracterizar a paisagem rural do Rio de Janeiro pelo domínio da grande propriedade.

Alberto Ribeiro Lamego assinala que a “conquista” das margens do Guanabara em todo seu recôncavo já tinha terminado antes do fim do século XVI, contudo quase que ininterruptamente a marcha prosseguia através de restingas, morros, florestas e pântanos. Ao

<sup>85</sup> BERNARDES, Lysia M. C. & SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: cidade e região**. RJ. Secr. Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural. 1990, p. 24.

<sup>86</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 51.

mencionar os principais rios que os desbravadores utilizaram para penetrar nos sertões, cita também o Macacu e diz que *“ao longo de suas margens é que se foram alinhando engenhos e fazendas e por eles é que descia para o Rio de Janeiro a produção agrícola do recôncavo”*<sup>87</sup>. Vale destacar que *“o rio Macacu é o maior rio em extensão que deságua na Baía de Guanabara”*<sup>88</sup>.

Percebe-se que o transporte fluvial, apesar de todos os problemas que a falta de manutenção em realizar a desobstrução dos rios gerava para a navegação, desde o início do desbravamento dos sertões, se caracterizou como o principal transporte utilizado, seja para a locomoção de pessoas, assim como, e principalmente, para os produtos agrícolas comercializados. Em Itaboraí, a perda de sua preponderância para o transporte Ferroviário, ocorreu apenas na segunda metade do Século XIX.

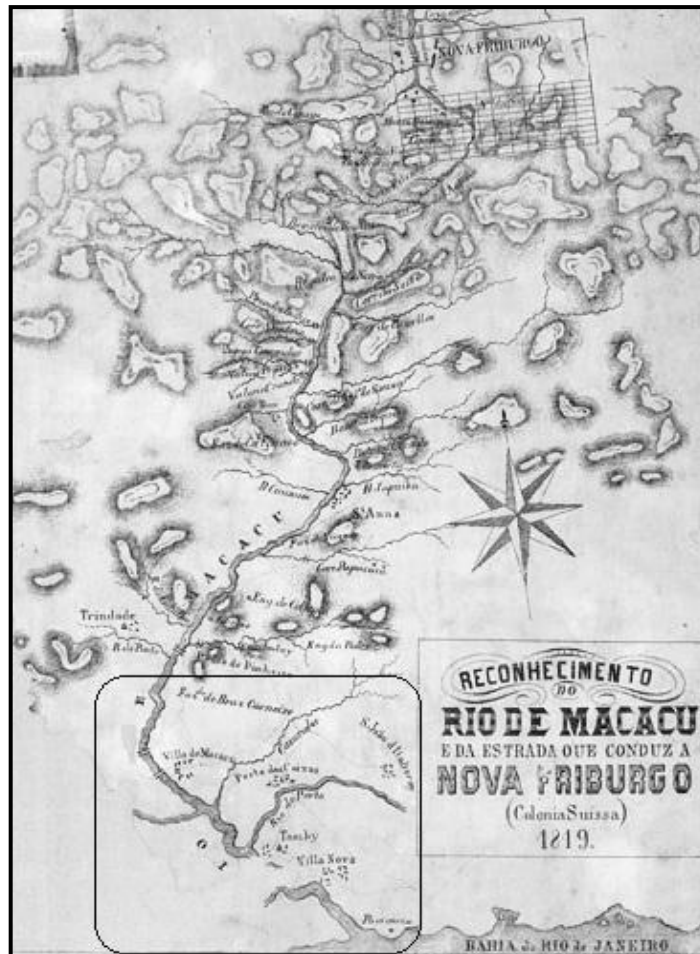
A concessão de sesmarias na área 3, destacada no Mapa 1, apresentada por Teixeira é a que mais nos interessa, acima de tudo nas regiões dos sertões de Macacu. Para termos uma noção da dimensão geográfica e as conexões que o rio Macacu proporcionou para várias áreas produtoras, segue abaixo um mapa de 1819 contendo as principais regiões e a localização da área pesquisada que se encontra destacada:

---

<sup>87</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. **“O Homem e a Guanabara”**. Op. Cit., p.193.

<sup>88</sup> BOHER, C. B. A. 2007. **“Diagnóstico Ambiental das Bacias do Rio Macacu e Caceribú: Cobertura vegetal, uso e ocupação do solo.”** Relatório Técnico Final (PETROBRÁS), p. 88.

**Mapa 1.2: Sertões do Macacu em 1819**



**Fonte: (Adaptado) Biblioteca Nacional<sup>89</sup>**

Pelo mapa acima, é mencionado algumas regiões e nomes de proprietários, entre eles Braz Carneiro Leão.

Maia Forte também constata a estratégia de ocupação dos portugueses e menciona a primeira sesmaria doada na região, ao assinalar que:

*“a concessão de terras do Recôncavo da Baía do Rio de Janeiro, na região banhada pelo Rio Macacu e seus afluentes, começou logo após a vitória das armas portuguesas contra os franceses e tamoios, em 1567”. A primeira sesmaria que encontramos bem caracterizada é a de Miguel de Moura (...).<sup>90</sup>*

Ele argumenta que possivelmente essa Sesmaria doada a Miguel de Moura, foi fruto de sua ajuda a Estácio de Sá e Mem de Sá na expulsão dos franceses e tamoios do Rio de

<sup>89</sup> Biblioteca Nacional, Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart524755.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart524755.jpg)> Acessado em 09/02/2012.

<sup>90</sup> FORTE. José Matoso Maia. . “Vilas fluminenses desaparecidas”, Op. Cit., p. 1

Janeiro. Isso de certa forma vai ao encontro dos argumentos de Antônio Carlos Jucá de Sampaio, ao que se refere à distribuição de sesmarias como compensação de serviços prestados à Coroa.

O memorialista Monsenhor Pizarro, que visitou a Freguesia de Santo Antônio de Sá no século XVIII, ao ter acesso às fontes da época, mencionou em seus relatos a data de doação da Sesmaria, sua dimensão territorial e sua transferência para os Jesuítas. Segundo ele:

*É de saber, que Mem de Sá, (...) concedeu a Miguel de Moura, escrivão da Fazenda d'El-Rei, nove mil braças de terra de largo, ficando em meio delas o Rio Macacu, e doze mil para o Sertão de ambas as partes do mesmo rio, por Sesmaria de 29 de Outubro de 1567, como se declarou no Liv. III de Sesmarias de 1567 à 1568. Senhor da dada dito Moura, doou-a aos Padres Jesuítas por Escritura de 18 de Outubro de 1571; e os novos proprietários não se descuidaram de confirmá-la por El-Rei D. Sebastião, em Carta lavrada a 6 de Dezembro do mesmo ano.<sup>91</sup>*

É possível interpretar que Miguel de Moura, ao não gerar um nível de produção esperado para um sesmeiro, doou suas terras aos jesuítas com receio de perdê-las, na medida em que de acordo com as Ordenações Manuelinas, teria um prazo de três anos para usufruir da terra como estabelecido em doação<sup>92</sup>. Os jesuítas só alcançaram a demarcação dessas terras em 1579. Desta forma, “podemos entender então, que entre 1567 e 1579 toda a área já se encontrava “pacificada””.<sup>93</sup>

A prática de doação de Sesmarias pela coroa portuguesa continuou no decorrer do Século XVI nos sertões de Macacu, o que gerou um processo continuado de ocupação dos sertões em direção a Serra dos órgãos. Monsenhor Pizarro narra que os jesuítas venderam parte das terras à:

*“Manoel Fernandes Ozouro, que, com permissão do Prelado Aborim fundou uma Capela em sitio entre os Rios Cassarébú (Caceribu), e Aquápehy-Assú (Guapiaçú), dedicando-a à Santo Antonio no ano de 1612, e hipotecando-lhe trezentas e cinquenta braças de terra para sua subsistência.”<sup>94</sup>*

<sup>91</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. RJ. Edição original, 1820, Imprensa Régia. Livro II, p. 184.

<sup>92</sup> **Ordenações Manuelinas**, Livro IV, Título 67, das Sesmarias. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>> Acessado em: 06 de Maio de 2012.

<sup>93</sup> Pesquisas arqueológicas do **projeto Sagas** e seu contexto histórico. Monografia apresentada como parte do Contrato estabelecido entre a CEG e o IAB e integrante do Projeto SAGÁS. 2011-2003, p. 52.

<sup>94</sup> ARAÚJO. Op. Cit., p. 184.

A construção dessa capela, que foi elevada a curato em Agosto de 1628, dá origem ao primeiro núcleo de povoamento na região de Macacu, “*confirmando a regra, frequente, da organização religiosa preceder à civil*”<sup>95</sup>. Abaixo segue a imagem da capela:

**Figura 1.1: Ruínas da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá**



**Fonte: Mario Baldi**<sup>96</sup>

Em Dezembro de 1644 é criada a Paróquia de Santo Antônio de Caceribu e com isso a Freguesia de mesmo nome que, segundo Pizarro, foi desmembrada da Freguesia da Candelária. A confirmação do alvará ocorreu em Fevereiro de 1647<sup>97</sup>.

O fluxo crescente de pessoas e toda movimentação desenvolvida em volta dessa região, contribuiu para que o governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, criasse em cinco de agosto de 1697, a Vila de Santo Antônio de Sá<sup>98</sup>. A região da

<sup>95</sup> LACOMBE, A. J. **A igreja no Brasil colonial**. In: História geral da civilização brasileira, vol. 2, RJ: Bertrand Brasil, 1993, 7ª ed. p.52.

<sup>96</sup> Foto tirada em 1929, pelo fotógrafo austríaco **Mario Baldi**. Cedida ao autor desta obra, pelo pesquisador de artes sacras Adilson Figueiredo que recebeu do historiador Marcos Lopes. É possível ter acesso a esse acervo iconográfico na Secretaria de Cultura de Teresópolis. Sobre as ruínas, atualmente só existe a torre.

<sup>97</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (Monsenhor Pizarro) **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753 – 1830**. RJ. INEPAC. 2009. Vol. II, p. 143.

<sup>98</sup> A construção de uma capela era a primeira providência para que uma localidade se tornasse freguesia, sendo essa sinônimo de paróquia, território sob jurisdição eclesiástica, podendo se tornar candidata à vila com a residência de um pároco.

Igreja Matriz, onde iniciou o núcleo de povoamento, se tornou a freguesia sede com o mesmo nome da Vila. Esse episódio é narrado por Pizarro, quando este fala que:

*“(...) o povoado junto a Matriz, onde, presente o povo da Freguesia, e do seu termo, criou, estabeleceu e formou uma Villa, correndo o dia 05 de Agosto de 1697 com Ordem Régia. Mudado o título de Santo Antonio de Cassarebú (Caceribu), com o qual se conhecia o território da freguesia, pela vizinhança do Rio assim chamado, em Carta de Diligencia datada a 7 do mês dito determinou, que para sempre se denominasse Santo Antonio de Sá (...)”<sup>99</sup>*

Lamego fala de forma geral, que embora os governantes fossem hábeis na multiplicação do fomento agrícola pela doação de sesmarias, não tinham elementos para concentrar em povoados a população dispersa, sendo a Igreja um poder paralelo nessa função. Segundo Lamego:

*“Foi esta (Igreja) que, ciosa de organização e do domínio espiritual de seu crescente rebanho católico, lançou, com a fundação de freguesias, as verdadeiras raízes das futuras vilas e cidades. Foi em torno dessas primitivas capelas elevadas a curatos que todas elas nasceram sob a vigilância dos vigários, posteriormente dilatando-se para agrupamentos urbanos com o surto de um comércio local”<sup>100</sup>*

A título de ilustração, vejamos alguns trechos do auto de ereção da Vila que foi extraído do registro de Ordens Régias:

*“Ano do Nascimento de N.S. Jesus Cristo de mil seiscentos e noventa e sete, aos cinco dias do mês de agosto do dito ano, neste lugar da freguesia de Cassarebu (Caceribu), junto ao Rio de Macacu, nas casas em que se acha pousado o Senhor General e Governador Arthur de Sá e Menezes, aí sentado na cabeceira de uma mesa e o Ouvidor Geral Manoel de Souza Lobo (...) disse o dito Governador que era vindo a este lugar para estabelecer e formar uma vila, com seu distrito e termo, na forma de uma ordem que tinha de Sua Majestade. (...) Porquanto o apelido que até agora se denominou de Macacu é menos curial, assentou-se que de hoje em diante se chamasse a Vila de Santo Antônio, por ser o orago da freguesia matriz, e que em obséquio e gratulação do trabalho que ele Governador teve em vir formar esta vila, por ser a primeira que a ilustrou com sua presença, pela excelência dessa primazia, querem condecorar mais o dito nome com o apelido de Sá (...) a esta nova Vila de Santo Antônio de Sá.”<sup>101</sup>*

<sup>99</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. **“Memórias Históricas do Rio de Janeiro”**. Op. Cit., p. 196.

<sup>100</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. **“O Homem e a Guanabara”**. Op. Cit., p. 199.

<sup>101</sup> **Auto de ereção da Vila de Santo Antônio de Sá**. Extraído do Registro de Ordens Régias, Códice 78, vol. 12, pág. 132 a 134. Localizado na sala de memória da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, na pasta da Vila de mesmo nome.

A Vila de Santo Antônio de Sá foi a primeira Vila fundada em separado da Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro.<sup>102</sup> Em momentos posteriores a sua fundação, de acordo com José Maia Forte, a Vila em 1778 possuía as seguintes freguesias: A de Santo Antônio de Sá, sendo esta a sede e tendo o mesmo nome da Vila; a Freguesia de Santíssima Trindade; Nossa Senhora da Ajuda de Cernambitiba, conhecida também como Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Aguapei mirim (Guapimirim); Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito; São João de Itaboraá e a Nossa senhora do Desterro de Itambi<sup>103</sup>.

Eram seis freguesias com uma dimensão territorial tão extensa que, ao ser desmembrado no decorrer do Século XIX, se dividiu nos atuais municípios de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Itaboraá e Guapimirim.

Em relação à composição da Vila mencionada acima, se torna necessário realizar algumas considerações. No ano de 1778, citado por Maia Forte, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi já tinha sido desmembrada, passando a compor junto com a Freguesia de São Barnabé, a Vila Nova de São José Del Rei criada em 1773.<sup>104</sup> Pizarro narra a criação dessa Vila, ao dizer que:

*Projetando o Vice-Rei Marquez de Lavradio criar uma Vila nesse lugar, fez primeiro demarcar as terras da Aldeia, para lhe servirem de termo a sua jurisdição; e concluída a diligencia no ano de 1773, deu por fundada a Villa Nova de São José Del Rei, sem preceder outra formalidade mais que a de fazer enterrar entre a igreja, e o cruzeiro do Adro, um Padrão de pedra com as suas Armas<sup>105</sup>.*

O marco de pedra abaixo confirma a narrativa de Pizarro:

<sup>102</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. Op. Cit., p.196.

<sup>103</sup> FORTE. José Matoso Maia. Op. Cit., p. 04

<sup>104</sup> ARAUJO. “**Memórias Históricas do Rio de Janeiro**”. Op. Cit. Livro 5. p. 113.

<sup>105</sup> Idem.

**Figura 1.2: Marco de Pedra da Fundação da Vila Nova de São José Del Rei**



**Fonte: Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT)<sup>106</sup>**

O francês J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, em 1835, ao percorrer os Sertões fluminenses, relata em seus escritos que a Vila era localizada na margem esquerda do Rio Macacu. Em seus escritos ele caracterizou a Vila da seguinte forma:

*“Seus principais edificios são dentro a casa da Câmara, cujas lojas servem de cadeia, a Igreja Matriz e o Convento de Santo Antônio da parte de fora. As ruas são mal alinhadas e mal calçadas, as casas, térreas e de pouca aparência”<sup>107</sup>.*

Essas informações estão se referindo à sede da Vila, nos arredores do Convento de São Boa Ventura. Além do que foi mencionado por Saint-Adolphe, essa região possuía também uma praça, casario e arruados que demandavam o porto e os caminhos em direção da baía e

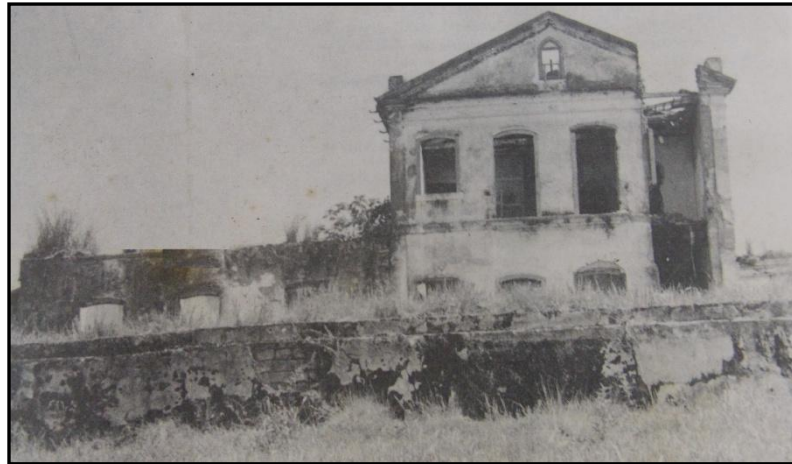
<sup>106</sup> Foto de Gilciano Menezes, tirada em 22/11/2012. Tombado pelo município. Decreto nº 112 (30-10-96). Na placa de apresentação da Pedra está escrito: “Este marco em Pedra foi esculpido por volta de 1770, em Portugal, e trazido à região de Itambi quando, nesta mesma época, o Marquês do Lavradio transformou a antiga Aldeia de São Barnabé em Vila Nova de São José Del Rey. Após ficar um longo período desaparecido, foi encontrado na localidade de Pacheco, em 1976”.

<sup>107</sup> Saint-Adolphe, J.C.R. Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Paris. 1845. Tomo II. p.519.



da serra<sup>108</sup>. A região ao redor do Convento era localizada no delta do rio Macacu numa elevação de 3 Km de Porto das Caixas.<sup>109</sup>

**Figura 1.3: Ruínas da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio de Sá<sup>110</sup>**



**Fonte: Ubirajara Muniz<sup>111</sup>.**

No último quartel do século XVIII e na primeira metade do Século XIX ocorreram diversos fatores, que quando somados, determinaram o gradual fim da Vila de Santo Antônio de Sá. A decadência dessa Vila é geralmente atribuída, principalmente, ou quase exclusivamente, às repercussões que as “Febres de Macacu” geraram a partir de 1829. Apenas como critério de contextualização, se tornou necessário realizar algumas considerações sobre essa questão.

O historiador local Carlos Cabral, que de longa data vem proporcionando consideráveis contribuições para a história da cidade, em um trabalho direcionado para professores da rede pública local, ao se referir à decadência da Vila de Santo Antônio de Sá, escreveu que: “*se deu em função de uma epidemia de malária, denominada na época de “febres do Macacu” e que dizimou a maior parte da população (...)*”<sup>112</sup>.

<sup>108</sup> GUIMARÃES, Ceça. **A memória do esquecimento: a vila e o convento de Macacu**. Cadernos do PROARQ. RJ. UFRJ. 1997. P. 133.

<sup>109</sup> Inventário dos Bens Imóveis de interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro. p. 1. Localizado na sala de memória da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, na pasta da Vila de Santo Antônio de Sá.

<sup>110</sup> Atualmente essas ruínas não existem mais.

<sup>111</sup> MUNIZ, Ubirajara. **O Homem e a História: A verdadeira História de Cachoeiras de Macacu**.

<sup>112</sup> CABRAL, Carlos. **Itaboraí e suas histórias: conheça, valorize e divulgue**. 8º Simpósio de Educação de Itaboraí. 2010. p2.

Cabral realiza outras observações para explicar a decadência da Vila, mas não diferencia as proporções de propagação das febres nas freguesias, citando a proliferação da doença na mesma dimensão para toda Vila.

Em direção semelhante, mas apresentando ainda outra questão merecedora de uma reflexão crítica, César Augusto Ornellas Ramos fala que junto à malária ocorreu também a epidemia de cólera-morbus “*resultando num elevado número de mortos e no progressivo esvaziamento da referida vila, pois todos temiam as célebres Febres de Macacu*”.<sup>113</sup> Nessa mesma obra, Ramos logo após apresentar um registro sobre as repercussões da febre produzida na época em que ocorreu, argumenta que:

*“com isto, a freguesia de São João Batista de Itaboraí ganhava projeção como centro político-administrativo e polo econômico de destaque na Província do Rio de Janeiro. (...) Assim sendo, por decreto imperial de 15 de Janeiro de 1833, a referida freguesia foi elevada à categoria de Vila de São João de Itaboraí.”*<sup>114</sup>

Entre as considerações que julgamos pertinentes, destacamos primeiro que a decadência da Vila de Santo Antônio de Sá deve ser interpretada por um conjunto de fatores, que se desenvolveram desde último quartel do século XVIII e que se somaram com as transformações da província fluminense, sobretudo, na primeira metade do século XIX.

Assim, embora tenha ocorrido um elevado número de mortes com as Febres, sua propagação teve uma dimensão maior nas regiões próximas ao Rio Macacu e não em toda Vila. Nesse sentido, a Freguesia de Santo Antônio de Sá, principalmente a região de sua sede administrativa, de fato foi afetada com maior força pelas doenças endêmicas, isso devido a sua proximidade com regiões pantanosas e pela concentração populacional que inevitavelmente facilitou a propagação das doenças. Porém, as outras freguesias que compunham a Vila, apesar de também terem apresentado casos da doença, não foram atingidas na mesma proporção.

Além disso, o processo de fragmentação territorial de Santo Antônio de Sá é anterior às Febres e não consequência delas. Conforme já foi dito antes, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi foi desmembrada em 1773 e em 1789 a Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim é anexada a Magé, que se torna Vila nesse mesmo ano.

---

<sup>113</sup> RAMOS, César Augusto Ornellas. **Itaboraí, paisagens, monumentos e Cultura**. Niterói. SACEM. 2003, p.17.

<sup>114</sup> Idem.

Soma-se a isso, o fato de que o desmatamento desordenado tornou áreas aráveis em charcos e gerou o conseqüente assoreamento dos rios. Assim, além de repercutir na fragilidade do solo para dar seqüência ao plantio, a navegação fluvial foi consideravelmente prejudicada. As autoridades da época não conseguiam tomar as medidas devidas no mesmo ritmo em que ocorria a formação dos bancos de areia. Inevitavelmente, esse quadro atinge brutalmente a economia da região. Tal questão precede a explicação da substituição da navegação fluvial pela malha ferroviária, que naturalmente representa um dos motivos da decadência da Vila de Santo Antônio de Sá, mas é considerado aqui como um dos últimos.

Por fim, ressaltamos que a elevação da Freguesia de São João de Itaboraí a Vila está muito mais associado ao contexto da economia e da política provincial fluminense, que entrava em um período de rápida expansão, do que os reflexos conseqüentes ocasionados pelas “Febres de Macacu”. Nesse momento, essas regiões do Recôncavo se tornaram uma importante área de ocupação agrícola, repercutindo assim, na criação de vários novos municípios, incluindo nesse contexto, Itaboraí.<sup>115</sup>

É essencial perceber que a multiplicação de vilas e comarcas, acompanhou as propostas de centralização ou de relativa distribuição de poder e de renda, entre as regiões da província, e foi também resultado dos embates entre os agentes locais e regionais pelo domínio do território, revelando desdobramentos no arranjo espacial fluminense. Seguindo essa perspectiva de análise, Fania Fridman e Maria Chrysostomo argumentam que:

*Aliados a estes agentes, tanto os liberais como os conservadores, expressando os interesses das diversas esferas de poder, propuseram em diferentes momentos mudanças político-administrativas que tiveram impacto na regionalização fluminense transformando a estrutura física e social da província.<sup>116</sup>*

Assim, sem diminuir a dimensão do mal que as Febres causaram para a população da época, que não foi pouco, o que defendemos é a realização de uma leitura, que insira a explicação da decadência da Vila de Santo Antônio de Sá por um conjunto de fatores de longa data e levando em consideração, que tais fatores, possivelmente contribuiriam para que

<sup>115</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “O império das províncias”. Op. cit., p32.

<sup>116</sup> FRIDMAN, Fania & CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense**. Revista Praia Vermelha. RJ. Vol. 20.nº1.p.157-168. Jan-Jun 2010. p163. Disponível em: < <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/search/titles?searchPage=3>> Acessado em: 16/08/2012.

ocorresse a apropriação do discurso das Febres com outras finalidades, superdimensionando assim, a sua real propagação.

Os excessos ou exageros, seja de forma intencional ou não, estiveram constantemente presente nos meios de comunicação da época. O jornal Aurora Fluminense, sendo um jornal político e literário existente nos anos de 1827 a 1839, realizou publicações com notícias de parte do Recôncavo da Guanabara e representa um exemplo do que foi dito acima.

Divulgou em suas matérias a existência das “Febres de Macacu” e se tornou na época um dos principais veículos de comunicação para os calorosos debates sobre a causa das doenças, suas repercussões e o nível de descaso das autoridades no combate as epidemias. Em uma de suas publicações sobre essa questão, o Jornal noticia que:

*A Febre de Macacu, que a Comissão Médica para ali mandada pelo governo chamou endêmica, despovoou já essa miserável Vila; e ora continua a fazer seus terríveis estragos no Porto das Caixas, Villa Nova, São João de Itaboraí, &c.; e tal é a força, com que acomete aos doentes, que (...) tem acontecido estarem boas ao meio dia pessoas, que à noite já não existem. (...) Que medidas e esforços da parte do governo não reclamam este fatal fenômeno? Milhares de pessoas condenadas a perecer por falta de médicos naqueles sítios, não é a única desgraça, que devemos temer e prevenir: ainda não está creio eu peremptoriamente decidido se a moléstia é ou não contagiosa.<sup>117</sup>*

O autor do texto se denomina “um amigo da humanidade” naturalmente para manter seu anonimato devido aos riscos que sua denúncia realiza. Os exageros presentes, quando menciona “*milhares de pessoas condenadas*”, podem ser fruto do desespero da propagação do medo da doença ou um ato intencional para atacar as autoridades locais, ou até mesmo, as duas situações. Seja como for, a notícia acima nos mostra o cuidado que devemos ter com a leitura dos discursos do passado, buscando sempre que possível, as intenções implícitas no documento que está sendo analisado.

As “Febres de Macacu” embora não sejam interpretadas aqui como o principal motivo da decadência da Vila de Santo Antônio de Sá, elas de fato atingiram severamente em 1829 e nos anos seguintes, as regiões planas, principalmente a sede da Vila onde havia um considerável fluxo de pessoas. Especificamente nessas áreas, ocorreram um elevado número de mortes e o conseqüente abandono da maior parte da população sobrevivente.

Todos esses conjuntos de fatores, incluindo também as Febres de Macacu, principalmente as repercussões que o medo de contaminação da doença gerou, contribuíram

---

<sup>117</sup> A **Aurora Fluminense**. 13/03/1829. Nº 165, sexta-feira, p. 750. Biblioteca Nacional.

para o início da discussão do fim da Vila. Desta forma, no ano de 1842, o presidente da Província Honório Hermeto Carneiro Leão, insinua na Assembleia Provincial a extinção da Vila. Segundo ele:

*“A vila de Santo António de Sá, quase completamente abandonada de habitantes, tendo ser sujeita à jurisdição do Juiz Municipal de Itaboraí, conviria extinguir-se, reunindo duas de suas freguesias à vila de Itaboraí e uma à de Magé. A comodidade dos povos, parece-me nada ter de sofrer com essa extinção, por estar o assento da Vila de Santo Antônio de Sá muito próximo de Itaboraí”.*<sup>118</sup>

Ao que se refere ao abandono dos habitantes, é possível pensar que Leão tenha se baseado no quadro existente na sede da Freguesia de Santo Antônio de Sá, para se referir ao todo da Vila, pois tal fala não procede nas estatísticas populacionais da região em períodos próximos em que ele menciona. Seja como for, sua fala representou a primeira ameaça de extinção da Vila, que não se consumou de imediato.

Esse contexto apresentou reações de moradores da Vila de Santo Antônio de Sá (Vila de Macacu) que através de publicações nos jornais locais demonstravam argumentos contrários às mudanças administrativas e territoriais. Assim, no Jornal O Popular<sup>119</sup> de 1856 foi publicado que:

*“Todos os anos se propaga a mudança da Vila de Macacu, quando se aproxima a época da abertura da assembleia provincial, e este ano não só se propaga, como até se diz para onde se faz; mas nós acreditamos que os legisladores provinciais não de atender aos cômodos dos habitantes do município, não permitindo que ela faça para Sant’Anna, como se tem dito. (...) quer com essa mudança que esses habitantes, que hoje vão a vila com alguma comodidade e rapidez nas suas canoas, sejam obrigados a darem uma volta de mais de quatro léguas por péssimos caminhos.”*<sup>120</sup>

Embora as epidemias continuassem a assolar a localidade, tinha ainda a Vila elementos de vida própria, como o seu comércio de madeiras, lenha, carvão, farinha e cereais, procedentes das zonas não alagadas e além disso, tinha também a produção de seus engenhos de açúcar e de aguardente. Mesmo assim, apesar das reações dos moradores e da existência

<sup>118</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro.** 1842. p.8.

<sup>119</sup> Jornal comercial, compilador, noticioso e de anúncios publicado em Porto das Caixas as quartas e sábados no período de 1855-1862.

<sup>120</sup> **O Popular.** 18/04/1856. Nº 108, quarta-feira, p.3. Biblioteca Nacional.

de várias atividades produtivas, em 1868 a sede administrativa da Vila foi transferida para a Freguesia de Santíssima Trindade<sup>121</sup> e anos depois, em 1875, a Freguesia de Santo Antônio de Sá é anexada a Vila de São João de Itaboraí<sup>122</sup>, e o que sobrou, foi incorporado à região que passou a se chamar Freguesia de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu, que posteriormente foi elevada a Vila.

## 1.2 – Uma diversificação econômica já existente no século XVIII:

Nessa etapa da pesquisa, iremos conhecer de forma sucinta, as atividades econômicas das Freguesias do século XVIII que passaram a compor no século XIX a Vila de São João de Itaboraí. A ideia presente é demonstrar que a região que está sendo estudada, apresentava uma diversificação das atividades econômicas já no final do século XVIII.

Começando pelo açúcar, percebemos que desde o século XVII representava o principal gênero produzido nas fazendas do Recôncavo. Segundo Lamego *“é o açúcar do recôncavo que vai afinal (...) erguer a economia do Rio de Janeiro e com ela dar o grande impulsionador do índice demográfico com a crescente entrada de africanos para as lavouras”*<sup>123</sup>.

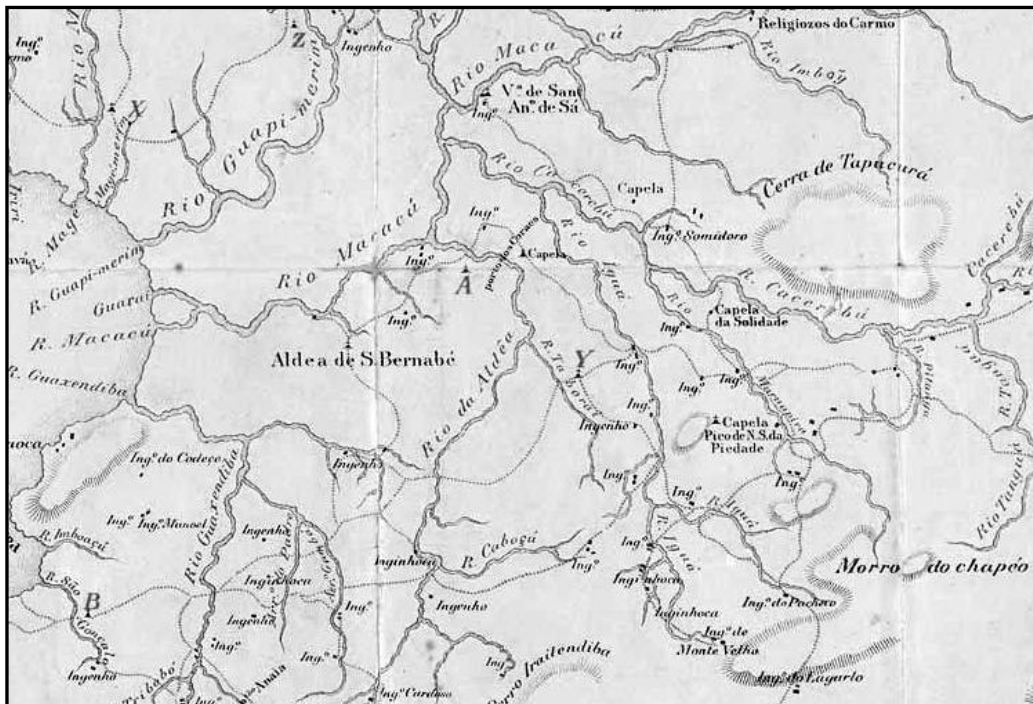
---

<sup>121</sup> **Lei provincial nº 1379**, de 06/11/1868. Biblioteca Municipal de Niterói.

<sup>122</sup> **Decreto Imperial nº 2193**. 1875 – nº82. 29/12/1875.

<sup>123</sup> LAMEGO. O Homem e a Guanabara Op. Cit. p. 195.

**Mapa 1.3: Engenhos de Açúcar e aguardente em 1767**



**Fonte: (Adaptado) Carta topográfica da Capitania do Rio Janeiro - Manuel Vieira Leão<sup>124</sup>**

Pelo mapa de Vieira Leão de 1767, podemos perceber a localização e a quantidade de engenhos de açúcar e aguardente em Itaboraí: eram 18 engenhos localizados, principalmente ao longo do rio Iguá, afluente da margem esquerda do rio Caceribu, e no alto vale e afluentes da margem direita do rio da Aldeia. No mapa vemos também que o limite da área dos engenhos chegava até o rio Mutuapira (ou dos Duques). O centro-sul do atual município de Itaboraí constituía uma importante área canavieira em meados do século XVIII e início do XIX.

A produção açucareira foi uma das principais atividades econômica do Recôncavo da Guanabara, principalmente no vale Macacu-Caceribu. Segundo Lia Osório Machado, o Recôncavo da Guanabara foi um dos locais:

*“aptos ao plantio da cana de açúcar. Apesar da presença dos brejos, alguns trechos da planície e as encostas mais baixas dos morros nos terrenos de relevo suave, por onde serpenteavam pequenos rios, revelaram-se propícios à plantação da cana de açúcar devido à presença de solos férteis de aluvião. As*

<sup>124</sup> Biblioteca Nacional. Disponível em [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart268950.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart268950.jpg) Acessado em 10/12/2012.

*florestas foram sendo devastadas e o mato queimado para dar lugar às plantações*<sup>125</sup>.

Pelo relatório do Marquês do Lavradio de 1778<sup>126</sup> é possível constatar que a maior área produtora nesse período deixara de ser a região do Macacu-Caceribu, deslocando-se para Campos dos Goitacazes, de solos muito mais férteis, com solos menos cansados e com um sistema agrícola mais aberto. Em Campos, havia 168 engenhos e 9 engenhocas, produzindo 2.161 caixas de açúcar e 141 pipas de aguardente.<sup>127</sup> Contudo no mesmo relatório, algumas regiões continuariam apresentando uma expressiva produção de açúcar, acompanhada de uma produção de gêneros alimentícios. A Freguesia de Itaboraí se insere como uma delas.

No relatório, estão presentes dados referentes à distribuição geográfica dos engenhos, escravos, produção de açúcar/aguardente, população e produção de alimentos das Vilas. Embora essas informações não tenham sido desenvolvidas no corte tratado pela pesquisa, elas já assinalam um quadro que se consolidou no século XIX, tendo em Itaboraí nesse período, uma considerável diversificação das práticas produtivas, repercutindo assim, nas diferentes formas de organização da mão de obra escrava na região.

As Freguesias destacadas nas tabelas abaixo representam as áreas de análise, na medida em que são essas regiões que no século XIX passaram a compor a Vila de São João de Itaborahy. Embora não venham receber uma ênfase no estudo presente, a apresentação nas tabelas de Freguesias que não se insere no objeto de pesquisa, foi realizada a critério informativo, explicitando desta forma, o todo da Vila de Santo Antônio de Sá.

A tabela 1.1 foi criada com a leitura direta do Relatório do Marquês do Lavradio. A Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi foi incluída, pois embora essa região passe a compor a Vila Nova de São José Del Rei em 1773, a elaboração do relatório já tinha sido iniciada antes da anexação de Itambi a Vila Nova.

A Freguesia de São João de Itaboraí é mencionada como São José de Itaboraí, visivelmente um erro de denominação do mestre de campo, visto que o Porto das Caixas é mencionado como seu principal porto. Além disso, a presença nessa parte do relatório de

<sup>125</sup> OSÓRIO, Lia. **Diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu. Gente do Caceribu, sua geografia, sua história.** RJ. 2004. p.4. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm>>. Acessado em 20/05/2011.

<sup>126</sup> “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. RIHGB, Tomo 76, Parte 1”. p. 289-303.

<sup>127</sup> MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**, SP: Boletim CX, Geografia n.4, Universidade de S.P, 1950. p55.



nomes de algumas famílias tradicionais donos de engenho em Itaboraí, comprovam essa afirmação. Com as informações extraídas do relatório, criamos três tabelas como meio de conhecer de forma organizada a produção do açúcar, produção de gêneros alimentícios, os principais proprietários e a respectiva quantidade de escravos em seus engenhos.

**Tabela 1.1: Produção de Açúcar e  
Aguardente da Vila de Santo Antônio de Sá (1778)**

Freguesias	Açúcar (Caixas)	Engenhos	Aguardente (Pipas)
São João Batista de Itaboraí	409	20	232
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	115	5	90
Santo Antônio de Sá (Santo Antônio de Macacu)	89	8	59
Nossa Senhora da Ajuda de Aguapei mirim (Guapimirim)	52	3	7
Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)	46	5	31
Santíssima Trindade	26	1	15
<b>Total da Vila</b>	<b>737</b>	<b>42</b>	<b>434</b>

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio<sup>128</sup>

A tabela 1.1 foi elaborada colocando de cima pra baixo as Freguesias com maiores índices de produção de Açúcar. As regiões inseridas no objeto de estudo e que estão destacadas, com exceção de Rio Bonito, representam também os maiores produtores de açúcar da Vila de Santo Antônio de Sá, sobressaindo a Freguesia de São João Batista de Itaboraí com grande margem de diferença das outras. A Freguesia da Santíssima Trindade possuía os números mais baixos, demonstrando assim, ser uma região com uma inexpressiva produtividade de açúcar nesse período.

Colocando em porcentagem o total da Vila por produção de açúcar de cada Freguesia, temos os seguintes dados: A Freguesia de São João de Itaboraí era responsável por mais da metade da produção de toda a Vila, tendo aproximadamente o equivalente a 55.4 %; Em seguida a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, que representava a segunda maior produtora, com uma grande distância numérica de Itaboraí, possuindo um percentual de

<sup>128</sup> “Relatório do Marques do Lavradio”. Op. Cit. pp. 289-303.

15.6%; Santo Antônio de Sá com 12%; Guapimirim com 7%; Rio Bonito com 6.2% e como menor produtora temos a Freguesia de Santíssima Trindade com 3.5%.

As informações referentes às Freguesias com maiores produções de aguardente são equivalentes às três maiores produtoras de Açúcar. A região de Guapimirim apresenta a menor produção. Em relação a região de Santíssima Trindade, o documento analisado mostra uma produção pequena, tanto de açúcar quanto de aguardente, quando comparada com as demais. Contudo, o engenho localizado nessa região possuía uma considerável produção, visto que a quantidade apresentada na tabela 1.1 corresponde à produção de um único engenho para toda Freguesia.

As freguesias com os maiores índices de produtividade de açúcar e aguardente possuíam também os maiores números de engenhos, tendo só em Itaboraí 20 dos 42 de toda Vila. Essas áreas, com a exceção de Itambi, eram detentoras também dos maiores números de escravos no final do século XVIII, destacando São João de Itaboraí e Santo Antônio de Sá, como pode ser percebido na Tabela 1.5. Além disso, soma-se ao expressivo nível de produtividade, o fato de que essas regiões possuíam rios em seus territórios, o que facilitava o escoamento da produção. Tal característica foi fundamental para o desenvolvimento do número de portos, uma considerável movimentação de pessoas, práticas comerciais e para uma expressiva quantidade de fogos nessas áreas.

Esse quadro será determinante para que, na primeira metade do Século XIX, possamos encontrar atividades urbanas e diferentes relações escravistas, sobretudo nas proximidades dos portos de Vila Nova, Sampaio e Porto das Caixas. Vale destacar, que a condição de entreposto comercial dessas áreas, mais visível na primeira metade do século XIX, não está condicionada apenas ao crescimento da produção do café de serra acima, mas sim pelo conjunto de fatores que se desenvolveram no final do século XVIII e que se somaram ao alargamento das fronteiras agrícolas no XIX, tanto dentro de Itaboraí, quanto em outras regiões que dependiam do transporte fluvial para escoar a produção para a Baía de Guanabara. Abaixo segue uma listagem para refletir na dimensão de alguns dos engenhos da área de estudo.

**Tabela 1.2: Proprietários de Engenho de Açúcar, Produção e Plantéis de Escravos (1778):**

<b>São João Batista de Itaboraí</b>				
<b>Proprietário</b>	<b>Anos de Fundação</b>	<b>Caixas de Açúcar</b>	<b>Pipas de Aguardente</b>	<b>Escravos</b>
Mestre de campo Alex	1668	60	30	80
M. Als. de Azevedo	1648	50	30	80
Cap. Francisco Xavier de Azevedo	1658	40	20	40
Cap. Alipo M. Cabral e Melo	1658	30	20	30
Manoel Luiz da Mota	1770	30	20	25
D. Juliana de Oliveira	1744	30	15	16
M. de Campo Miguel Ant. Ferreira	1758	20	10	32
Bento de Souza	1758	20	5	30
Cap. Joaquim L. Furtado de Mendonça	1676	20	15	40
Tem. João Pedro de Azeredo Coutinho	1668	20	15	30
Antônio Pacheco de Figueiredo	1771	18	-----	30
D. Roza M. de São Jozé	1658	15	20	25
Alferes Manoel Gomes Antunes	1773	12	-----	36
Dona Catarina Isabel	1678	11	5	45
Alferes M. Antunes de Az.do	1658	10	4	24
Francisco José da S.	1773	10	5	15
Antônio Couto e Ant. da C. Cardozo	1774	10	8	18
R. do P. Pedro Vila e Sebastião Vilela	1758	3	-----	20
Cap. João Couto	1778	-----	-----	-----
Cap. José M. Pr. Da S.	-----	-----	-----	-----
<b>Nossa Senhora do Desterro de Itambi</b>				
João de Macedo Portugal	1655	70	80	123
D. Clara Maria de Jesus	1658	24	-----	90
Raymundo Soares	1758	8	4	30
Jerônimo Coutinho	1698	7	4	27
Joaquim José Moreira	1748	6	2	22
<b>Santo Antônio de Sá</b>				
P. Francisco da Fonseca Barreto	1718	25	15	40
Cap. Ignácio Nascentes Pinto	1698	16	10	25
Cap. Antônio José Coelho	1772	16	13	40
P. Antônio Glz	1773	12	10	14
João Antunes de Andrade	1772	12	10	22
Maria da Conceição	1767	6	-----	31
Domingoz Leão Furtado	1776	2	1	25
D. José Luiz da Fonseca	1778	-----	-----	23
<b>Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)</b>				
Cap. Francisco Mont. Machado	1770	25	20	38
Alferes Antonio de Az.	1771	7	3	20
Bento de Souza Couto	1772	7	4	16
Alferes João Soares Ribeiro	1775	6	3	30
Cap. Joaquim Jozé da Fonseca	1769	1	1	20

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio<sup>129</sup>

<sup>129</sup> Idem.

Optamos mostrar apenas os dados referentes às regiões que se insere no objeto de estudo. A primeira observação é em relação às engenhocas. O relatório em questão cita as duas existentes em São João Batista de Itaboraí, a de D. Francisca Xavier com 10 escravos e de Agosto Teixeira, que segundo o documento “*não moía há sete anos por falta de escravos*”. A maior parte da produção de aguardente era gerada nas proximidades dos engenhos, embora como pode ser visto na tabela acima, nem todos os engenhos produziam aguardente.

Para termos dimensão dos plantéis de escravos na região estudada, a obra de Iraci Del Nero da Costa<sup>130</sup> possibilita algumas contribuições, na medida em que esse pesquisador analisa a estrutura de posse de escravos dos engenhos e engenhocas fluminenses presentes no mesmo relatório que estamos estudando. Ele demonstra que o Recôncavo da Guanabara no final do século XVIII, tinha 30,7% de seus escravos empregados em engenhos, formando plantéis com 21 a 40 cativos e ao que se refere a unidades de engenhocas, a mesma faixa de plantel reunia 30% dos cativos empregados naquela atividade, equivalendo aproximadamente uma média de 6 escravos por engenhoca.

A propriedade com o maior número de escravos das Freguesias analisadas é o engenho de João de Macedo Portugal com 123 escravos, localizado na Freguesia de Itambi. Esse engenho é o segundo mais antigo da Vila de Santo Antônio de Sá e é também o maior produtor de açúcar e aguardente mencionado no relatório. Em seguida na mesma freguesia, o engenho de D. Clara Maria de Jesus, que embora possuísse 90 escravos, não produzia aguardente e não possuía uma expressiva produção de açúcar equivalente ao seu número de escravos.

Em São João Batista de Itaboraí o engenho de M. Als. de Azevedo, sendo este o engenho mais antigo da Vila e o engenho do Mestre de Campo Alex, possuíam também um número expressivo de escravos, tendo ambos proprietários 80 cativos.

Utilizando como referência os plantéis de escravos apresentados por Costa, todos os engenhos da Freguesia de Santo Antônio de Sá e de Rio Bonito, citados no Relatório, se inserem no quantitativo que representa a média do Recôncavo. Contudo, na Freguesia de Itambi, dos 5 engenhos mencionados, 2 apresentam um quantitativo maior a essa média e na Freguesia de São João Batista de Itaboraí dos 20 engenhos, 2 também são mencionados com um número maior.

---

<sup>130</sup> COSTA, Iraci del Nero. **Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: USP, n°28,1988. pp. 111-113.

Esses dados demonstram que a região estudada no século XVIII apresentava o predomínio de plantéis de escravos com dimensões medianas e tendo, embora sejam exceções, a presença de alguns grandes plantéis. Sem dúvida esses plantéis, em função de sua dimensão, podem ser utilizados como lente de aumento para entender o cotidiano da vida escravista em Itaboraí, percebendo que se a *“reunião de um grande grupo de escravos multiplicava os fatores de tensão, de igual modo deveria multiplicar os mecanismos de negociação”*<sup>131</sup>.

Apresentaremos em seguida a produção de gêneros alimentícios, realizando uma breve análise com conclusões que coadunam a afirmação de Juca de Sampaio, segundo o qual a economia colonial em geral e a agricultura em particular não podem ser pensadas a partir do ritmo da economia açucareira<sup>132</sup>.

**Tabela 1.3: Produção de gêneros alimentícios da Vila de Santo Antônio de Sá (1778)**

Freguesias	Farinha	Milho	Arroz	Feijão	Produção Total
Santíssima Trindade	28000	1700	3500	2200	35400
São João Batista de Itaboraí	23295	11275	2869	8040	45479
Santo Antônio de Sá (Santo Antônio de Macacu)	10000	500	3000	400	13900
N. S. Ajuda de Aguapeimirim (Guapimirim)	9000	200	2500	200	11900
Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)	6600	2300	100	1400	10400
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	1500	80	600	100	2280
<b>Total da Vila (Alqueires)</b>	<b>78395</b>	<b>16055</b>	<b>12569</b>	<b>12340</b>	<b>119359</b>

Fonte: Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio<sup>133</sup>.

<sup>131</sup> ENGEMAN, Carlos. **De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ/IFCS, 2006, p. 30.

<sup>132</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **“Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750”**. ABPHE (org.) Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Belo Horizonte, ABPHE. 2003. p. 33. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/abphe2003/>> Acessado em: 25/09/2012.

<sup>133</sup> **“Relatório do Marques do Lavradio”**. Op. Cit. pp. 289-303.

A tabela acima foi desenvolvida colocando da esquerda para a direita os gêneros agrícolas com os maiores níveis de produtividade e de cima pra baixo as Freguesias com as maiores produções de farinha. Isso porque esse gênero representou aproximadamente 61.4% do total da produção de alimentos da Vila de Santo Antônio de Sá.

Esse maior aumento percentual de farinha não é exclusividade da Vila analisada, pois boa parte do relatório, com algumas exceções, mostra esse tipo de produção como superior à de outros gêneros alimentícios. Denise Demétrio ao analisar a produção agrícola da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, utilizando de mesmo documento, chama atenção para o fato de que esse dado se torna importante para que se tenha uma ideia da diversificação do emprego da mão de obra escrava e de como essa economia interferia na organização do trabalho e da vida dessa população<sup>134</sup>.

A maior produtora de farinha era a Freguesia de Santíssima Trindade, sendo responsável por 35.7% do total da Vila estudada. Sua produção de arroz também sobressai, pois possuía o maior quantitativo, com 27.8%. São João Batista de Itaboraí era o segundo maior produtor de farinha com um percentual de aproximadamente 29.7%. Era também o maior produtor de milho e feijão, possuindo respectivamente 70.2% e 65.1%, responsável assim, por mais da metade da produção de toda Vila em ambos os produtos.

Comparando esses dados com os que foram apresentados por Denise Demétrio temos a seguinte reflexão: Ela mostra que a Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, quando comparada com as demais freguesias do entorno do Iguazu, se sobressai na produção de gêneros alimentícios tendo um total de 37.000 sacas por alqueire. Demonstra também que a farinha corresponde a maior produção desses gêneros com 25.000 alqueires, ficando atrás apenas, segundo ela, de Angra dos Reis da Ilha Grande que tinha na época do relatório, 27.736 alqueires.

Sobre a produção de farinha, a freguesia de Santíssima Trindade supera os dados acima apresentados, tanto para Jacutinga, quanto para Angra dos Reis, na medida em que gerava no mesmo período, 28000 sacas por alqueires. Sobre a produção total dos gêneros alimentícios, a freguesia de São João Batista com 45.479 sacas, também supera Jacutinga que possuía 37.000 sacas<sup>135</sup>. Com essa comparação percebemos que a produção da Vila de Santo Antônio de Sá se caracterizava por ter uma expressiva produção agrícola no século XVIII, sendo uma das principais do Recôncavo da Guanabara.

---

<sup>134</sup> DEMETRIO. Denise Vieira. “**Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara**” Op. Cit., p. 67.

<sup>135</sup> “**Relatório do Marques do Lavradio**”. Op. Cit. p.67

Por fim, nessa breve análise do desenvolvimento da economia da Vila de Santo Antônio de Sá, embora não muito mencionada no relatório do Marquês do Lavradio, temos a extração de Madeira como uma das atividades econômicas existentes. Uma produção que se desenvolveu no final do século XVIII, ganhando maior ritmo no início do XIX, com a vinda da família real e com o aumento da Corte, na medida em que tal fato representou um crescimento expressivo das construções na Vila do Rio de Janeiro. Somam-se a isso, as demandas crescentes de madeira pelo Arsenal da Marinha.

Na bacia do Macacu, as duas principais regiões de corte de Madeira era a Posse, localizada na Freguesia de São João Batista de Itaboraí e “Papocaya” ou “Collegio,” região que se encontrava nas proximidades de Santo Antônio de Sá, mas pertencente à Santíssima Trindade. O corte de madeira em “Papocaya” gerou uma movimentação comercial expressiva em Santo Antônio de Sá, devido ao transporte da madeira utilizar também a estrutura dos portos localizados nessa freguesia.

Em relação ao trabalho realizado nessa atividade, a mão de obra escrava não era priorizada, sobretudo na região do Macacu, visto que o proprietário de escravos enxergava possibilidades de prejuízo com o seu uso, pois o acesso do escravo a floresta para extrair a madeira, criava facilidades de fugas e podia gerar acidentes entre eles, seja por picadas de insetos ou cobras, ou pelo próprio risco no trabalho da extração, devido a galhos e árvores que tombavam e incêndios descontrolados que ocorriam.

Diogo de Carvalho Cabral, ao analisar a extração de madeira na Bacia do Macacu, realiza uma narrativa que confirma o que foi dito acima, pois segundo ele:

*“na maioria das vezes, a empreitada era confiada a trabalhadores livres de alguma forma ligados à extensa família patriarcal (os agregados), em troca do direito de usar temporariamente as áreas desmatadas para a agricultura e/ou comercialização das madeiras retiráveis”<sup>136</sup>*

Outro dado importante que vai refletir no século XIX e que, de certa forma, também demonstra a dimensão da produção na região estudada é a quantidade de portos fluviais existentes no decorrer dos rios que banhavam a Vila de Santo Antônio de Sá. Abaixo descrevemos os portos por freguesias pertencentes à área de estudo e sua respectiva

---

<sup>136</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. **Homens e árvores no ecúmeno colonial: Uma História ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 277

quantidade de fogos. O relatório não mostra portos em Santíssima Trindade e Rio Bonito e em Guapimirim, embora tenha portos, não se insere na área de estudo, logo não foram listados.

Desta forma, temos os seguintes portos e quantidade de fogos: São João Batista de Itaboraí apresentou 546 fogos e o porto citado é o Porto das Caixas, com 14 barcos realizando o transporte nessa região. Para Itambi foi mencionado 121 fogos e os portos eram o da Vila Nova, Olaria e o porto de João de Macedo, tendo cinco barcos para a navegação entre esses portos; Em Santo Antônio de Sá existiam 340 fogos e os portos e suas denominações eram as seguintes: O porto de Vila de Santo Antônio de Sá; João Francisco; Alferes Bento Caldeira; Antônio de Massedo; Manoel de Valadão; Luis Manoel; Manoel Antunes; Caetano Mendes; o porto chamado Vendi; Asenço Dias; o de Capitão Inácio Nascentes e o porto de Custodio Ferreira, totalizando 12 portos fluviais. Conduzem nesses portos todos 17 barcos, 1 barca e 53 canoas. Com esses dados podemos perceber que o Porto das Caixas, já em finais do século XVIII, representa o principal porto do Vale do Macacu, na medida em que sozinho possuía 14 barcos.

As diferentes formas produtivas que se desenvolveram no século XVIII, foram fundamentais para a presença de uma economia diversificada no século XIX, gerando amplos espaços de trabalho e conseqüentemente variados ambientes sociais. A condição de entreposto comercial da região que se tornou a Vila de São João de Itaborahy foi pré-condição e consequência desse desenvolvimento econômico, visto que ampliou as necessidades do escoamento da produção e o uso frequente dos portos à margem dos rios. Com isso, a área de estudo passa a ter uma variada utilização da mão de obra escrava, na medida em que essa região foi configurada com a presença de quase todos os portos da Vila de Santo Antônio de Sá, excetuando apenas os portos de Guapimirim.

No relatório do Marquês do Lavradio, os escravos citados estavam, em sua grande maioria, empregados em atividades relacionadas a engenhos e engenhocas. O quantitativo de escravos de cada freguesia não corresponde aos dados das estatísticas realizadas em mesmo período, o que nos faz realizar a seguinte pergunta: Em que atividades estavam trabalhando os escravos que não foram mencionados no relatório?

A busca em responder tal questão, nos permite enxergar espaços de trabalho dos escravos que vão além da grande lavoura, onde a mão de obra do cativo não possui o mesmo nível de especialização que ocorreu na lavoura monocultora. Isso será mais visível no decorrer do século XIX, principalmente nas regiões dos portos, onde existiam consideráveis concentrações populacionais e atividades comerciais e urbanas em desenvolvimento.



### 1.3 – Estatísticas demográficas, Mapa Populacional de 1821 e a escravidão na Vila:

Como forma de refletirmos na evolução demográfica da região estudada, serão apresentadas três estatísticas de séculos diferentes, mas dando ênfase no Mapa populacional de 1821, por ser esse o documento de investigação mais próximo do período estudado. As estatísticas do século XVII e XVIII foram incluídas com a finalidade de proporcionar uma contextualização da população aos períodos anteriores do século XIX, na medida em que a presente pesquisa focará a análise no período oitocentista.

As tabelas foram criadas colocando de cima pra baixo o maior quantitativo total da população. Aqui também se mantém a organização em destacar as regiões que representam a área de estudo, direcionando a atenção apenas para essas localidades. A tabela 1.4 representa uma das primeiras, se não a primeira estatística demográfica da Vila de Santo Antônio de Sá. Na listagem de onde foram obtidas as informações abaixo, não foi mencionada a região de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito. Os dados mostravam apenas a população total, não sendo possível conhecer o quantitativo de escravos por esse documento.

**Tabela 1.4: População e Número de casas da Vila de Santo Antônio de Sá (1695):**

<b>Regiões</b>	<b>Fogos (Casas)</b>	<b>População (Habitantes)</b>
São João Batista de Itaboraí	483	3176
Santo Antônio de Sá (Santo Antônio de Macacu)	436	2984
Nossa Senhora da Ajuda de Aguapei mirim (Guapimirim)	105	1251
Santíssima Trindade	186	1124
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	97	950
Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)	-----	-----
<b>Total da Vila</b>	<b>1307</b>	<b>9485</b>

**Fonte: (Adaptado) Relação da Catedral do Rio de Janeiro - British Museum<sup>137</sup>**

<sup>137</sup> Relação da Catedral do Rio de Janeiro que foi sufragada na Bahia, de quem se desmembrou em 19 de Agosto de 1682 apud CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Entre a sombra e o sol: A revolta da cachaça, a Freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667) Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2003. p.150

No ano da elaboração da Relação, as regiões presentes na tabela não eram freguesias, mas sim capelas curadas. São João Batista de Itaboraí possuía o maior número de habitantes e fogos da Vila de Santo Antônio de Sá, responsável por aproximadamente 33.4% da população total, seguido da Freguesia de Santo Antônio de Sá com 31.4%. Itambi apresentava o menor quantitativo, com um percentual de 10%.

Das dez regiões citadas na lista como integrantes da Comarca da Parte Norte, Itaboraí possuía um dos maiores quantitativos populacionais, ficando atrás apenas de São Gonçalo que detinha um total de 4.554 habitantes. Essa expressiva quantidade de pessoas está associada, nesse período, diretamente ao fato de que a região *“centro-sul do atual município de Itaboraí, e o leste do atual município de São Gonçalo, constituíam uma importante área canavieira”* já no século XVIII.<sup>138</sup>

Para o século XVIII, desenvolvemos uma tabela dividida em duas partes. Isso porque o desmembramento da Vila de Santo Antônio de Sá já tinha sido iniciado, surgindo no final dos setecentos a Vila Nova de São José Del Rei. Desta forma, tais estatísticas representam as primeiras informações referentes à população de Vila Nova. Sua estrutura seguiu a organização da sociedade escravocrata colonial, separando livres e escravos, pois segundo Stuart B. Schwartz:

*“A distinção social máxima sobre a qual se assentava a sociedade brasileira era a divisão entre escravos e livres. Essa distinção jurídica essencial, herdada da lei romana, dividia a sociedade em indivíduos com direitos de pessoa e propriedade, que podiam teoricamente exercer direitos de “cidadãos”, e indivíduos que não o podiam. Originalmente, tal divisão não se baseara na raça. (...), mas em fins do século XVI, a escravidão no mundo português passou a ser cada vez mais associada aos africanos e seus descendentes”*<sup>139</sup>.

<sup>138</sup> OSÓRIO. Lia. **“Diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu”** Op. Cit. p7. Ver também: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Pelas Bandas do Além (Fronteira fechada e Arrendatários Escravistas em uma Região policultora -1808-1888)**. Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF,1989.

<sup>139</sup> SCHWARTZ. Stuart B. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. 1995, p. 214.

**Tabela 1.5: População e fogos da Vila de Santo Antônio de Sá e da Vila Nova de São José Del Rei (último quartel do século XVIII):**

<b>Vila de Santo Antônio de Sá</b>				
<b>Freguesias</b>	<b>Fogos (Casas)</b>	<b>População Livre</b>	<b>População Escrava</b>	<b>Populaçã o Total</b>
São João Batista de Itaboraí	997	3082	3227	6309
Santo Antônio de Sá (Santo Ant. de Macacu)	782	2320	2410	4730
Nossa Senhora da Ajuda de Aguapei mirim (Guapimirim)	356	1780	2010	3790
Santíssima Trindade	470	-----	-----	3146
Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)	301	841	948	1789
<b>Total da Vila</b>	<b>2906</b>	<b>8023</b>	<b>8595</b>	<b>19764</b>
<b>Vila Nova de São José Del Rei</b>				
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	165	835	663	1498
São Barnabé	99	189	143	332
<b>Total da Vila</b>	<b>264</b>	<b>1024</b>	<b>806</b>	<b>1830</b>

**Fonte: (Adaptado) FORTE<sup>140</sup>; FRIDMAN;<sup>141</sup> MONSENHOR PIZARRO<sup>142</sup>;**

Embora José Matoso Maia Forte não mencione a fonte de onde obteve os dados na tabela acima, tais informações ao que se refere à população total, se aproximam muito das anotações de Monsenhor Pizarro nas Visitas Pastorais. Porém, para essas freguesias, Pizarro não cita o quantitativo de escravos. Assim, optamos em utilizar a contribuição de Maia Forte, acrescentando os fogos e o quantitativo total de Santíssima Trindade. Naturalmente utilizaremos os dados da tabela como referências ou aproximações.

Maia Forte incluiu em sua análise a freguesia de Itambi como parte integrante da Vila de Santo Antônio de Sá, não considerando que tal freguesia, junto com São Barnabé, já fazia

<sup>140</sup> FORTE. “Vilas fluminenses desaparecidas” Op. Cit. p.9.

<sup>141</sup> FRIDMAN, Fania. **Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII**. Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.p11.

<sup>142</sup> ARAUJO. “O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro” Op. Cit.

parte de Vila Nova nesse período. Para a região de São Barnabé, que de Aldeamento indígena foi elevada a freguesia, utilizamos os dados de Fania Fridman.

Para a Vila de Santo Antônio de Sá, Maia Forte apresentou um total de 17.329 habitantes, mesmo incluindo Itambi, porém ele não apresentou o quantitativo de Santíssima Trindade. Ambas as situações geraram um total populacional diferente dos 19.764 que estamos apresentando.

Para a primeira parte da tabela 1.5, a Freguesia de São João Batista de Itaboraí continua tendo o maior número de fogos e o maior quantitativo populacional, seguida de Santo Antônio de Sá. Do total da população, essas freguesias possuíam um percentual respectivamente de 31.9% e 23.9%. Rio Bonito é a freguesia com o menor número de habitantes, ficando com a apenas 9%. Contudo, quando comparamos esses dados com a tabela 1.4, percebemos que as freguesias que mais apresentaram crescimento populacional foi a de Guapimirim com 66.9% e Santíssima Trindade com 64%.

Esse crescimento possivelmente foi gerado pelo aumento da produção de gêneros alimentícios. No caso específico de Santíssima Trindade, é possível pensarmos que tal elevação foi ocasionada pela expressiva produção de farinha, sendo esta freguesia a maior produtora da Vila. A farinha de mandioca, como demonstrou Nielson Bezerra, ganhou proporção de importância maior:

*“durante os séculos XVIII e XIX, considerando que a farinha de mandioca tornou-se uma das mercadorias que tinha lugar no valioso mercado atlântico, cuja função entre outras, era a sua comercialização nas complexas atividades econômicas protagonizadas pelo tráfico africano de escravos”.*<sup>143</sup>

Em relação à população escrava do século XVIII, todas as freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá apresentaram um número maior do que a população livre. Em Itaboraí os escravos correspondiam a 37.5% do total da Vila e 51% na própria freguesia; em Santo Antônio de Sá encontramos 28% do total e 50.9% na freguesia. Embora Rio Bonito tivesse 52.9% de escravos presentes em sua população, o todo da escravaria diante do total da Vila se caracterizava por ser o menor, com apenas 11%.

De acordo com a tabela 1.5, na população das cinco freguesias registrava-se um total de 19.764 habitantes, dos quais 8.595 eram cativos, ou seja, cerca de 43.4%. Como não

---

<sup>143</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. **Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela ( 1790-1830)**. RJ. Biblioteca Nacional. 2010. p7. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Nielson\\_Bezerra.pdf](http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Nielson_Bezerra.pdf)>. Acessado em: 07/08/2011.

obtivemos a população escrava de Santíssima Trindade, apenas o total da população na freguesia, é possível assim, supor que o número de escravos da Vila e seu percentual fossem maiores.

Em relação à segunda parte da tabela, ao compararmos com a estatística de 1695, constatamos que a freguesia de Itambi teve o menor crescimento demográfico, tendo o equivalente a 36.5%. A população escrava da Vila Nova de São José Del Rei era menor do que a população livre. Na freguesia de São Barnabé, é provável que tal fato tenha ocorrido por ter sido essa área um aldeamento indígena durante um longo período e em Itambi, possivelmente pela concorrência do açúcar de São João de Itaboraí, que demandava por mais mão de obra escrava. O total de escravos nessas freguesias e no todo da Vila era menor do que a população livre.

Próximo à independência é realizado o recenseamento de 1821, ordenado por D. João VI, com a finalidade de calcular, através do levantamento da população, o número de eleitores que nomeariam os deputados às cortes portuguesas. Através desse documento elaboramos a tabela abaixo, novamente em duas partes, destacando as freguesias que correspondem aproximadamente ao território de Itaboraí no século XIX.

Desde o início dessa análise da movimentação populacional de Itaboraí, lidamos com uma questão que estará presente em quase todos os recenseamentos, que é o fato de que no decorrer dos anos, ocorreram modificações de natureza administrativa no Rio de Janeiro, sendo criadas novas localidades e gerando a segmentação do território na região estudada. Devido a essas alterações políticos-territoriais, optamos em realizar uma redução da escala de análise, focando a leitura dos levantamentos populacionais nas freguesias, para poder a partir daí, dentro do possível, apresentar o todo da Vila.

Dando sequência ao desmembramento da Vila de Santo Antônio de Sá, iniciado em 1773, com Itambi sendo anexada a Vila Nova de São José Del Rei, em 1789 a freguesia de Guapimirim passa a fazer parte da Vila de Magé, criada no mesmo ano. Desta forma, as informações demográficas dessa freguesia não foram inseridas na tabela 1.6. Porém a título de informação, tal freguesia possuía um total de 2.989 habitantes, com uma população escrava de 1.657 e com 1.332 pessoas livres, mantendo assim a característica dessas regiões, em ter nesse período, a presença escrava superior à população livre.

A análise na tabela 1.6 foi elaborada utilizando a seguinte sistematização por freguesia: Percentual da população escrava, do crescimento da quantidade de cativos e do crescimento da população absoluta, quando comparadas as tabelas 1.5 com 1.6. Além disso, foi realizada uma comparação da Freguesia de Itaboraí com as principais freguesias

mencionadas no Mapa de 1821. Por fim, confrontamos o quantitativo total da Vila de Santo Antônio de Sá com outras Vilas presentes no documento citado, como forma de termos uma noção da dimensão da escravaria na região.

**Tabela 1.6: População e número de casas da Vila de Santo Antônio de Sá e da Vila Nova de São José Del Rei (1821):**

<b>Vila de Santo Antônio de Sá</b>				
<b>Freguesias</b>	<b>Fogos (Casas)</b>	<b>População Livre</b>	<b>População Escrava</b>	<b>População Total</b>
Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)	658	2.318	9.897	12.215
São João Batista de Itaboraí	1250	4.517	6.564	11.081
Santo Antônio de Sá (Santo Ant. de Macacu)	893	3.918	3.826	7.744
Santíssima Trindade	646	1.332	1.658	2.990
<b>Total da Vila</b>	<b>3447</b>	<b>12085</b>	<b>21945</b>	<b>34030</b>
<b>Vila Nova de São José Del Rei</b>				
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	221	956	1210	2166
São Barnabé	26	83	5	88
<b>Total da Vila</b>	<b>247</b>	<b>1039</b>	<b>1215</b>	<b>2254</b>

**Fonte: Mapa da população da corte e província do Rio de Janeiro em 1821<sup>144</sup>**

Rio Bonito apresentou os maiores índices. Possuía a maior população absoluta da Vila e o maior percentual de escravos por freguesia, 81%. Dados que se justificam com o desenvolvimento das atividades cafeeiras e com o crescimento da produção de açúcar na região, entre outras atividades.

Seu crescimento seja pela quantidade de cativos ou pelo total da freguesia, quando comparada às estatísticas do final do século XVIII com a de 1821, merece ser relativizado. Supomos que os dados obtidos para a organização da tabela 1.5, ao que se refere a Rio Bonito, tenha ocorrido uma subestimação da população, encontrando um número inferior ao que possivelmente deveria ter. A comparação com outras freguesias demonstram uma discrepância, o que fez gerar esse questionamento. Seja como for, Rio Bonito fará parte da

<sup>144</sup> RIHGB. 1870. Tomo XXXIII. p138.

Vila de São João de Itaborahy apenas até 1846. Por isso, a ênfase na análise será direcionada para a Freguesia de Itaboraí.

Itaboraí possuía a segunda maior população, tendo 59.2% de cativos nesse período. Sua população absoluta alcançou um aumento de 32.5%, passando a ter mais 4.772 habitantes na região, sendo que desses, 3.337 eram escravos. Assim, a população escrava de Itaboraí dobrou, pois no final do século XVIII era de 3.227, passando a ter em 1821, 6.564 cativos, o que representou um aumento de 50.8%.

Da população total da Freguesia de Santo Antônio de Sá, 49.4% eram escravos. Obteve um crescimento da população total da Freguesia de 38.9% e um crescimento de cativos de 37%, correspondendo desta forma a 1.416 escravos a mais em sua região.

Assim, embora não tenha sido mencionada a freguesia de Santíssima Trindade, mas tendo a exposição de seus dados na tabela, podemos afirmar que a Vila de Santo Antônio de Sá apresentou um contínuo crescimento da população escrava, no período entre o último quartel do século XVIII e 1821.

Em relação à Vila Nova de São José Del Rei, na sua freguesia de São Barnabé, ocorreu uma redução no todo da população, incluindo livres e escravos, possivelmente devido à aproximação com Itambi e pela ausência de unidades de produção que direcionassem uma comercialização intensa.

Já Itambi, obteve um crescimento da população total da freguesia de 30.8%. Passou a ter 547 escravos a mais, o que corresponde a um percentual de 45.2%. Na freguesia a presença dos cativos era maior do que da população livre, alcançando 55.8%. Desta forma, embora tivesse um número de escravos maior do que a população livre, Vila Nova era uma região pouco povoada. Isso pode ser percebido pela quantidade de fogos, assim como pelo quantitativo demográfico, que em ambos os casos, se apresentam bem menor quando comparados com as regiões próximas de Itaboraí e Santo Antônio de Sá.

Ao compararmos o quantitativo populacional da Freguesia de Itaboraí com todas as outras freguesias do Mapa populacional de 1821, constatamos que sua população escrava e absoluta era uma das maiores da capitania do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas de uma freguesia de Campos, chamada S. Salvador, e de algumas da cidade do Rio de Janeiro, como Santa Rita, Sacramento, Candelária e S. José. Contudo, quando se trata de percentual de presença escrava em relação ao total da população por freguesia, Itaboraí possuía o segundo maior, com 59.2%, ficando atrás apenas de Rio Bonito que tinha 81%.

Ao que se refere ao todo da Vila de Santo Antônio de Sá, através da comparação com outras Vilas no Mapa citado, foi possível perceber que seu total de 34.030 habitantes, ficou

atrás apenas da Vila do Rio de Janeiro (79.321) e de Campos (36.514). Porém, sua população escrava era a segunda maior (21.945) ficando na frente de Campos (19.234) e atrás do Rio de Janeiro (36.182). Dado também interessante é que embora a Vila do Rio de Janeiro possuísse mais do que o dobro da população da Vila de Santo Antônio de Sá, esta última apresentava o maior percentual de presença escrava diante da população absoluta da Vila, tendo 64% contra 45.6% do Rio de Janeiro e 52.6% de Campos.

Na Vila de Santo Antônio de Sá, região de expressiva concentração de escravos, as reações à escravidão foram frequentes e as formas de **resistência** diversas<sup>145</sup>. Entre alguns episódios, o Jornal Astrea publicou uma denúncia do Juiz de Paz Suplente, Manoel Martins Pinto, referente ao desfecho do assassinato do fazendeiro Antonio Pacheco Pimentel, ocorrido no dia 05 de Junho de 1829. Segundo o Juiz de Paz, esse ato teria sido realizado pelos próprios escravos do fazendeiro.

Manoel Martins comenta que *“o cadáver tinha sido conduzido para a Vila pelos mesmos seus escravos para ser sepultado, no que tiveram tanto zelo e caridade, que isto mesmo deu motivo a suspeita”*. Esses escravos ao chegarem à Vila de Macacu foram presos por ele, contudo, aí o motivo da denúncia, o Juiz Criminal Jozé Joaquim dos Santos manda soltar os quatro escravos.

O Herdeiro do fazendeiro, que era seu sobrinho, citado pelo denunciante como uma pessoa *“que tão bem a voz pública nada lhe é favorável”* foi à sede da Vila pedir para soltar seus escravos, alegando que eles não tinham culpa do que houve. O herdeiro argumentou que estava *“suplicante na falta de serviços dos seus escravos desde o dia 06 de Junho”*. Por fim, a revelia do Juiz de Paz, os escravos foram soltos no dia 01 de julho de mesmo ano<sup>146</sup>.

Seguindo a narrativa do denunciante, o que pode ser interpretado é uma não submissão dos cativos em relação ao seu senhor, ou uma atuação dentro de um possível jogo de interesses conduzido pelo herdeiro do fazendeiro. Além disso, participação ou não do herdeiro

---

<sup>145</sup> Segundo Flávio Gomes, vários autores já constataram a complexidade da resistência escrava, entre eles: *“Célia Marinho de Azevedo, Onda Negra, Medo Branco. O Negro no imaginário das elites - século XIX, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987; Sidney Chalhoub, Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Manuela Carneiro da Cunha, Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África, São Paulo, Brasiliense, 1985; Lara, Campos da violência. Maria Helena Toledo Machado, O Plano e Pânico, os movimentos sociais na década da Abolição, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994; João José Reis. Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1986; Stuart B. Schwartz, “Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial”, Estudos Econômicos, n° 17, (1987), pp. 61-88 e Robert W. Slenes, “Malungu, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil”, Revista USP, n° 12 (dez./jan./fev., 1991-1992), pp. 4867”.*

<sup>146</sup> Astrea. 03/01/1829. N° 375, sábado, p. 1216. Biblioteca Nacional.



do fazendeiro nesse episódio, o fato é que a dependência dessa sociedade com a mão de obra escrava é demonstrada em sua solicitação de soltura dos escravos, embora segundo o denunciante, todas as evidências constatassem a culpabilidade dos escravos.

A formação de Quilombos também se insere no contexto de resistência escrava na região estudada. Flávio Gomes assinala que as autoridades “já no final de 1712 prepara-se uma expedição para destruir vários quilombos de escravos fugidos localizados no Recôncavo, mais precisamente próximo aos distritos de Santo Antônio de Sá.”<sup>147</sup> Gomes, comenta que “em 1759, as autoridades novamente tentavam perseguir quilombolas. Desta feita a área dos embates seria a região de Macacu, não muito distante de Bacaxá”, região pertencente a Saquarema e onde também teve a formação do Quilombos.

Esse historiador narra que “Havia também em Macacu o problema costumeiro das tabernas e os contatos envolvendo seus donos com os quilombolas” e “que em meados de 1761 tenta-se providenciar mais diligências contra mocambos, desta vez na região de Santo Antônio de Sá”<sup>148</sup>. Comenta que em Outubro de 1808, na região de Tapacorá, quilombolas assassinaram o feitor da fazenda do falecido coronel Francisco Xavier<sup>149</sup>.

A região analisada, sobretudo Santo Antônio de Sá e Itaboraí, é mencionada por Gomes como uma das principais áreas de formações de comunidades quilombolas na capitania do Rio de Janeiro, assim como Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Parati, Saquarema, Magé, Maricá e Iguaquú. Desta forma, os mocambos fluminenses se localizavam tanto nas áreas produtoras de alimentos, assim como nas agroexportadoras.

#### 1.4 - A Procedência dos escravos de Itaboraí:

Entre os fatores que possibilitaram a modificação da movimentação populacional ocorrida entre o último quartel do século XVIII e 1821, sobretudo ao que se refere ao aumento da presença escrava na região estudada, temos o fato de que o crescimento das atividades agrícolas fez aumentar também a necessidade por mais mão de obra, o que repercutiu diretamente na expressiva entrada de africanos.

<sup>147</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)**. Afro-Ásia, n° 17, 1-28, p. 15. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p7.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p7.pdf)>. Acessado em 20/10/2012.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 28.

Manolo Florentino comenta sobre a movimentação populacional desse período ao dizer que:

*“No Rio de Janeiro a demanda era também alavancada pelo complexo açucareiro, com destaque para a área de Campos dos Goitacazes. O centro mercantil formado pela capital colonial e por sua periferia imediata constituía-se em outro grande pólo de demanda por negros (de 1760 a 1780 sua população cresceu 29%, índice ainda maior entre 1799 e 1821 – 160%)”<sup>150</sup>.*

Na África os artigos mais empregados no comércio de escravos eram: a aguardente (jeribita), o fumo e em alguns casos a farinha de mandioca. No período em torno de três séculos e meio, segundo Trans-Atlantic Slave Trade Database, desembarcaram no Brasil um total de 4.864.374, ou seja, quase cinco milhões de escravos. Desses, 2.263.914 vieram para a região sudeste, sobretudo para o porto do Rio de Janeiro.<sup>151</sup> Vale destacar que 80% desses cativos vieram das regiões de predominância da cultura Bantu, na África Centro-Ocidental<sup>152</sup>.

Esse aumento da mão de obra escrava negro-africana na região se explica também pelo fato de que a substituição da mão de obra indígena já tinha sido concluída. Em zonas como o Recôncavo da Guanabara, a tríade “guerra, doença e fome” continuava a cobrar seu preço à já rarefeita população autóctone, diminuindo-a. Apesar da elevação do valor dos negros ocasionada principalmente pela demanda gerada pela atividade mineradora nas Gerais, essa substituição de mão de obra já estava praticamente concluída nas primeiras décadas do século XVIII<sup>153</sup>. Isso porque estando em vigor o tráfico atlântico, por mais alto que fosse o preço do africano no Brasil, seu custo social expresso em valores monetários tendia a ser menor do que o de um indígena.

Os historiadores Manolo Florentino, Carlos Engemann e Marcelo de Assis ao analisarem a sociabilidade e a mortalidade nos registros de óbitos da Freguesia de Itambi na primeira metade do século XVIII, constataram que:

<sup>150</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)**. Afro-Ásia, 31. 2004, 83-126. p 90.

<sup>151</sup> Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>> Acessado em 23/05/2013.

<sup>152</sup> KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. SP: Companhia das letras, 2000.

<sup>153</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia; ENGEMANN, Carlos; ASSIS, Marcelo de. **Das possibilidades de uma fonte múltipla: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbito da Freguesia de Itambi**. RJ. 1720-1742, p. 15.

*(...) diante da escassez de indígenas locais, aos habitantes de Itambi de inícios do século XVIII era mais factível (em valor e em escala) adquirir escravos negros para as suas propriedades. Durante as primeiras décadas do século XVIII, Itambi já ultrapassara a etapa da escravização indígena, utilizando africanos e seus descendentes<sup>154</sup>.*

Eles apontam para o fato de que, no período entre 1717 e 1736, havia certa estabilidade nos níveis de mortalidade dos escravos. Contudo, percebem que a partir de 1737 ocorre uma brusca aceleração da frequência dos óbitos dos cativos, sendo possível assim supor que antes desse período existia uma menor integração da região ao mercado atlântico. Em suas análises é chegada à conclusão de onde os escravos vieram. Assim é afirmado que:

*(...) a partir de 1737, aumenta a média anual de sepultamentos de africanos, que passa de 0.15 para quase 5. Quase todos esses africanos eram provenientes do Golfo da Guiné. As fontes dizem mais, porém. Elas nos informam que não há, entre os africanos mortos antes de 1736, nenhum recém-chegado (“boçal”). Todos os “boçais”, num total de cinco, aparecem nos anos de 1740, 1741 e 1742. Desses movimentos, é possível supor que a brusca aceleração da frequência dos óbitos cativos a partir de 1737 se devesse ao correspondente incremento da população escrava negra alimentada agora pelo tráfico atlântico.<sup>155</sup>*

Em suma, a expansão do sistema agrário de Itambi, assim como de Itaboraí, se fazia mediante a inserção da mão de obra negra africana. Na área de análise, tal inserção ganhou expressão na segunda metade do século XVIII.

Em relação à procedência dos escravos na região estudada, através de uma leitura objetiva do livro de batismo da Freguesia de Santo Antônio de Sá,<sup>156</sup> constatamos que a menção ao Gêntio da Guiné sobressaiu nos registros de batismo, sendo citado em maior quantidade. Foi seguido dos escravos de Nação Angola, que apresentou uma distância considerável dos nomes mencionados de procedência Cassange e Benguela. De forma mais inexpressiva, encontramos também os escravos de Nação Congo e Monjolo.

Embora tenha sido analisado o todo do livro, optou-se dar ênfase aos anos do século XIX, como meio de aproximar ao corte cronológico da presente pesquisa, o que representou a leitura detalhada de 154 registros.

---

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>156</sup> Livro de batismo de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Sá. 1761-1809. LABHOI

Entre alguns dos nomes de escravos temos os seguintes: Francisca do Gentio da Guiné (20/01/1805); Gracia de Nação Angola (23/10/1803); Izabel Caçange (31/12/1804); Domingos Monjolo (26/12/1800), todos escravos do Coronel Braz Carneiro Leão. Pela leitura do livro de batismo é possível afirmar que ele era o maior proprietário de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá, tendo aproximadamente em torno de 100 escravos. Além dessa freguesia, possuía também engenhos de açúcar em Itambi<sup>157</sup>.

Do seu casamento com Ana Francisca Rosa Carneiro Leão,<sup>158</sup> entre os diversos filhos que tiveram, um obteve mais destaque: [José] Fernando Carneiro Leão, barão e conde de Vila Nova de São José. Fernando Carneiro Leão, como era mais conhecido, casou com Gertrudes Angélica Pedra Leão e foi um dos amantes de Carlota Joaquina, esposa de D. João VI. O assassinato da esposa de Fernando foi associado a esse romance<sup>159</sup>.

A importância desse nome para a história local está no fato de que Fernando Carneiro Leão, além de outros ofícios, era também traficante de escravos<sup>160</sup>. Pelo Trans-Atlantic Slave Trade Database ele é mencionado como proprietário do navio S. José Indiano, que realizou a viagem em 1811 em direção a Cabinda. Dessa viagem foram embarcados na África 688 escravos e desembarcaram no porto do Rio de Janeiro 667, o que significa dizer que 21 cativos morreram durante a travessia no Atlântico<sup>161</sup>.

O fato de ser filho e herdeiro de Bráz Carneiro Leão, dono de fazendas em Santo Antônio de Sá e Itambi, viabiliza pensar que possivelmente parte da produção de açúcar e aguardente da fazenda de seu pai tenha sido direcionada para a compra de escravos na África. Assim, podemos, embora na esfera da suposição, visto que não foi feito aqui um estudo aprofundado do tráfico na região, pensar na possibilidade de que mais fazendeiros de Itaboraí tenham tido envolvimento com o tráfico e que parte da produção da região, sobretudo de aguardente, tenha sido destinada para a África.

---

<sup>157</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro “O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro”. Op. Cit., p.171.

<sup>158</sup> Baronesa de São Salvador de Campos de Goitacazes.

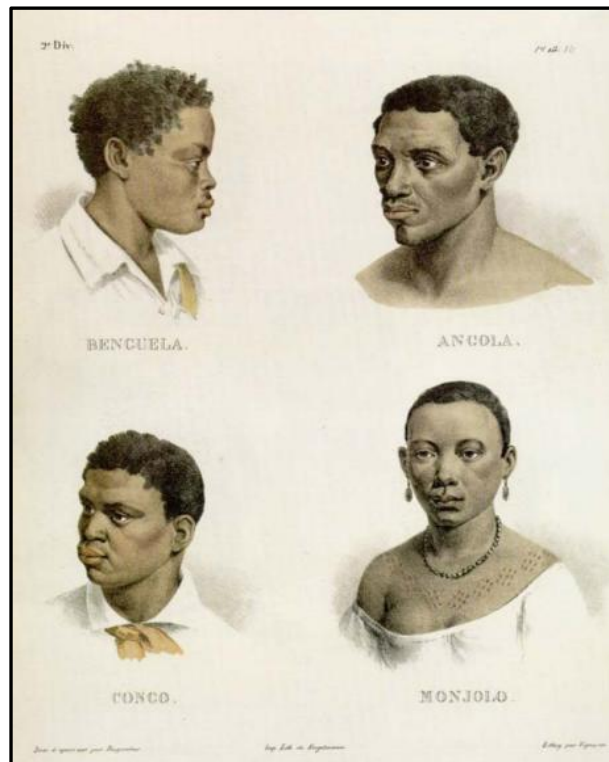
<sup>159</sup> BARATA. Carlos Eduardo. **Dicionário Aristocrático Augusto Romano Sanches de Baena**. 2001. Disponível em: <<http://www.hcgallery.com.br/dicionario2.htm>> Acessado em 20/05/2013.

<sup>160</sup> Grupo História e Política. **O tráfico enobrecido**. Disponível em: <<http://gustavoacmoreira.blogspot.com.br/2013/07/o-traffic-enobrecido.html>> Acessado em 25/05/2013. Ver também: FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 255.

<sup>161</sup> Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>> Acessado em 23/05/2013.

Além dos escravos do Coronel Bráz Carneiro Leão, encontramos também, entre outros nomes, o de Joana de Nação Benguela (11/08/1808), escrava de Emerenciana da Conceição e Manoel de Nação Congo (11/05/1800), escravo dos religiosos do Convento São Boa Ventura. Esses nomes eram mães ou pais dos escravos batizados e as datas ao lado representam a data de batismo de seus filhos ou filhas.

**Figura 1.4: Negros de Benguela, Angola, Congo e Monjolo**



**Fonte: J. M. Rugendas<sup>162</sup>**

Pela imagem do Rugendas é possível termos uma noção da diversidade étnica dos escravos que vieram para Itaboraí.

Sobre o gentio da Guiné algumas considerações se tornam necessárias. Isso porque a Guiné representava um conjunto de portos, etnias e localidades que se abrigavam em um mesmo grupo identitário. Segundo a historiadora Mariza Soares, que ao realizar a leitura da “Crônica da Guiné” de Gomes Eanes de Zurara, constatou que no século XV:

*“(...) a Guiné corresponde à costa ocidental africana do atual Senegal - a "Terra dos negros", onde se estabelece o primeiro comércio regular de*

<sup>162</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. Biblioteca Nacional.

*escravos - e aos desconhecidos territórios a serem conquistados ao longo da costa até a Etiópia Oriental”.*<sup>163</sup>

Ainda no século XV o termo é estendido à costa do Congo, Angola e a Benguela. Também esta parte do continente africano vai ser genericamente denominada Guiné, devido à importância assumida pela costa ocidental no conjunto das possessões portuguesas. Do “gentio de Guiné” partiram africanos de diferentes pontos do território, encobrendo diferentes grupos étnicos. Assim a referência a um grupo de procedência não significa necessariamente a de um grupo étnico.

No século XVIII o tráfico destinado ao Brasil partia, principalmente, de duas grandes áreas fornecedoras: a costa ocidental (chamada da Mina) e a costa centro-ocidental (chamada Angola).

**Mapa 1.4: Principais rotas de comércio atlântico de escravos do Século XVI ao XIX**



**Fonte: Marina de Mello e Souza**<sup>164</sup>

As nações mina e angola abarcam uma grande variedade de grupos étnicos. Entre os escravos procedentes da costa ocidental estão os “minas” e os “caboverdes”, havendo ainda menção a cacheos, calabares, xambás, couras, cabus e a outros pequenos grupos. Na costa centro-ocidental é grande a variedade de nações com alusão a portos de embarque. Do reino do Congo vêm, além dos ditos congos, os muxicongos, loangos, cabindas e monjolos; de Angola vêm os massanganos, cassanges, bandas, rebolos, cabundás, quissamãs e embacas;

<sup>163</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Descobrendo a Guiné no Brasil Colonial**. RIHGB.161 (407), abr./jun. 2000. p. 74.

<sup>164</sup> SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. SP. Ática. 2006. p.82.

mais do sul, os de Benguela.<sup>165</sup> Deste modo, no século XVIII, os grupos minoritários Congo, monjolo, benguela, massangano, luanda e quissamãs procederiam da costa centro-ocidental, assim como os do gentio de Guiné<sup>166</sup>.

Assim, utilizando como referência os livros de batismo de Santo Antônio de Sá e a análise que Manolo Florentino e outros pesquisadores fizeram dos livros de óbitos de Itambi, chegamos à conclusão de que os escravos africanos da região vieram, principalmente, da África centro-ocidental. O que é reafirmado pelo fato de que indiscutivelmente a grande maioria dos cativos africanos, que foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro, originava-se da região centro ocidental da África, particularmente de Angola, procedentes de portos, cidades e lugares como Luanda, Cabinda, Cassange, Benguela, entre outros<sup>167</sup>.

Tendo sido explicitadas as informações referentes à explicação da entrada dos escravos em Itaboraí, constatados pelo aumento populacional nas tabelas já mencionadas, se torna agora necessário para conclusão voltar para o contexto econômico. A economia de Itaboraí no final do século XVIII e início do XIX se caracterizou pelo crescimento dos gêneros alimentícios e, principalmente, pela produção de açúcar como pode ser visto na tabela 1.7.

**Tabela 1.7 – Aumento da quantidade de engenhos de açúcar (Último quartel do século XVIII)**

Vila de Santo Antônio de Sá		
Freguesias	Engenhos (1778)	Engenhos (1794)
São João Batista de Itaboraí	20	32
Santo Antônio de Sá (Santo Antônio de Macacu)	8	11
N. S. da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro)	5	11
Santíssima Trindade	1	5
Arredores		
Nossa Senhora do Desterro de Itambi	5	5
N. S. da Ajuda de Aguapei mirim (Guapimirim)	3	4
<b>Total de Engenhos na região</b>	<b>42</b>	<b>68</b>

**Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio e Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro**

<sup>165</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. **Mina, Angola e Guiné, nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista**. Revista Tempo, Vol. 3. Nº6, Dezembro de 1998, p.6. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-6.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-6.pdf)> Acessado em 20/11/2011.

<sup>166</sup> DEMETRIO, Denise Vieira. “**Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara**”. Op. Cit. p. 101.

<sup>167</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia. “**Em costas negras**”. Op. Cit.

A tabela acima levou em consideração os desmembramentos já ocorridos, colocando as regiões que não pertenciam mais à Vila de Santo Antônio de Sá como arredores. A freguesia de São Barnabé não foi mencionada em nenhum dos dois documentos utilizados para criar a tabela, o que reafirma o que já foi dito anteriormente, que tal região não possuía uma atividade econômica expressiva não tendo referências nem sobre a produção de gêneros e nem tão pouco da presença de engenhos de açúcar, se restringindo apenas às informações referentes às delimitações territoriais contidas no plano político.

No período citado na tabela 1.7 não houve queda na quantidade de engenho em nenhuma das freguesias. Apenas Itambi se manteve com o mesmo número. Todas as outras freguesias tiveram aumento da quantidade de engenhos, o que nos permite supor que houve um considerável crescimento na produção de açúcar na região de estudo. Itaboraí novamente sobressai, passando a ter mais 12 engenhos, além dos 20 que já possuía.

Assim, diante de toda análise realizada acima, podemos concluir que no primeiro quartel do século XIX, a freguesia de São João Batista de Itaboraí possuía a maior quantidade de escravos e o maior quantitativo populacional do Recôncavo da Guanabara<sup>168</sup>. Tal quadro demográfico é reflexo direto do fato de que essa área se tornou nesse período em uma das principais produtoras de açúcar da capitania e a maior produtora do Recôncavo da Guanabara.

Além disso, outras atividades agrícolas, como a farinha, milho, arroz e o feijão, também tiveram expressão e coexistiram com a produção de açúcar. A condição de entreposto comercial, desenvolvida principalmente com a presença dos portos fluviais, se consolidou nesse período e impulsionou ainda mais a diversificação econômica na região. A Vila de Santo Antônio de Sá como todo, embora também tenha tido um aumento em sua economia e na população, não alcançou os mesmos níveis de diversificação que Itaboraí.

A partir da análise realizada no período correspondido entre o último quartel do século XVIII e o primeiro do XIX, se tornou possível compreender a movimentação populacional do corte cronológico da pesquisa, na medida em que os contínuos desmembramentos territoriais, quando não percebidos, proporcionariam uma sequência de erros, que iriam ser refletidos tanto no quantitativo populacional da Vila de São João de Itaboraí, quanto em sua economia.

Desta forma, o estudo, apresentado até aqui desse contexto, tentou-se realizar de forma objetiva, mas que nem sempre a riqueza das informações permite, buscou demonstrar que as relações escravistas existentes na região, no decorrer do século XIX, estão diretamente

---

<sup>168</sup> Aqui não está sendo considerado Rio Bonito como parte integrante do Recôncavo da Guanabara.



associadas a uma diversificação das atividades produtivas e do crescente uso do transporte fluvial desenvolvidas no final do século XVIII e início do XIX. A não compreensão de tal fato, somada aos possíveis erros de delimitação territorial, inviabilizariam o entendimento de uma análise comparativa capaz de proporcionar subsídios para estudar as relações escravistas além da grande lavoura. Por fim, o desejo de gerar uma contribuição para a cidade, apresentando informações sistematizadas e tentando com isso diminuir algumas lacunas existentes sobre a história do município, também estiveram presentes a todo o momento nas reflexões aqui apresentadas.

## **Capítulo II: A Escravidão no Vale Macacu pelo olhar dos Viajantes:**

Agora nesta etapa da pesquisa veremos, através das narrativas dos viajantes, o cotidiano da sociedade escravocrata existente às margens do Rio Macacu, analisando, a partir de um ângulo mais panorâmico, os diferentes ofícios e espaços de atuação dos escravos. Junto a isso, apresentaremos o funcionamento de algumas unidades de produção. Além disso, teremos uma maior aproximação do espaço geográfico da área de estudo e conheceremos a forma como o transporte fluvial era utilizado. Um estudo baseado na linguagem do registro de costumes, nos signos da escravidão e na percepção dos estatutos sociais existentes. Junto com os relatos dos observadores estrangeiros, utilizaremos também como fonte o Almanaque Laemmert, o Relatório do Presidente de Província, censo de 1872 e fragmentos de Jornais locais do século XIX.

### **2.1 – Relatos de Viajantes: riscos e contribuições enquanto fontes:**

Ao utilizarmos os relatos dos viajantes do século XIX como fonte documental, partimos do pressuposto que tais descrições constituem representações, reinvenções de realidades, produzidas a partir da visão de um sujeito. Esse material literário não está desconectado do contexto cultural, econômico e político em que seus autores estão imersos, o que significa dizer que o tipo de discurso desenvolvido pelos viajantes possuía concepções e valores prévios. O seu olhar não era neutro, mas sim preconcebido, o que repercutia em observar sobre o outro o que ele queria ver.

Diante dessas complexidades e como forma de não reproduzir os estereótipos e distorções presentes em boa parte dos relatos dos viajantes, a presente pesquisa interpreta essas fontes como uma produção que reflete uma mescla de representações, contendo opiniões

e sentimentos subjetivos. Assim, ao situarmos estas produções em uma realidade específica, percebemos que os discursos dos viajantes são práticas sociais nas quais os sujeitos estão em constantes apropriações, o que torna ainda mais necessário articular as informações contidas nesses documentos com o contexto da época vivida por quem às produziu.

A produção dos viajantes foi elaborada por diário, correspondências a amigos e familiares, compêndios científicos, coleções de material coletado, guias comerciais e turísticos, aquarelas, desenhos, estatísticas, entre outras formas. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e a posterior abertura dos portos, essa produção ganhou impulso, na medida em que o território brasileiro - com as barreiras referentes à vinda de viajantes sendo rompidas - passou a ser visitado por um considerável número de estrangeiros. O próprio D. João VI incentivava a vinda de expedições científicas, comerciais e artísticas com o objetivo em estudar e divulgar informações sobre a nova sede do Império português<sup>169</sup>. A fauna e a flora, população, relações de produção e trabalho, vida social, economia, indígenas e escravidão, representavam algumas das temáticas presentes na produção dos observadores estrangeiros.<sup>170</sup>

As descrições desses observadores, tendo a cautela da complexidade implícita, representa uma valiosa fonte de investigação. Entre as décadas de 1930 e 1970, esses documentos, sobretudo os produzidos no século XIX no Brasil, tornaram-se um testemunho fundamental na construção de leituras sobre a escravidão empreendidas por cientistas sociais e historiadores. Entre esses autores temos Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e, em momento posterior, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa.

Eneida Maria Mercadante Sela argumenta que nestes casos:

*“a apropriação dos relatos de viagem acabou evidenciando, muitas vezes, uma instrumentalização de fragmentos narrativos daquelas fontes como transparência do real. Tal procedimento ignorou a opacidade cultural, os códigos, os juízos e preconceitos contidos nos excertos dos viajantes, que foram incorporados acriticamente, no afã de demonstrar certas teses. Isso permitiu que interpretações por vezes conflitantes partilhassem da mesma convicção de serem as obras de*

<sup>169</sup> Sérgio Buarque de Holanda denomina esse contexto de o “*novo descobrimento do Brasil*”. HOLANDA, Sergio Buarque. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v.1, t.2. p. 13.

<sup>170</sup> LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: HUCITEC, 1997. P. 33.

*viagem um dos mais autorizados documentos sobre a sociedade brasileira do século XIX, especialmente quanto aos significados da escravidão”.*<sup>171</sup>

Na década de 1980, a produção brasileira elaborou textos direcionados a realização do entendimento das obras dos viajantes, através de análises críticas que passaram a reconhecer o distanciamento dos autores em relação à realidade observada<sup>172</sup>. Em meados da década de 1990, as preocupações teóricas e metodológicas existentes na década anterior, estenderam-se ao material iconográfico produzido pelos viajantes<sup>173</sup>.

Para a região do objeto de pesquisa, os viajantes que por aqui estiveram, ficaram localizados ou apenas passaram, em sua grande maioria, nas “proximidades” do rio Macacu. Isso porque eles optaram utilizar, principalmente, o transporte fluvial para penetrar na região. Dentro de um leque de possibilidades, tal escolha se explica também pelo fato dessa região ser uma área de povoamento mais antigo, contendo alguns portos no decorrer do rio e um número considerável de engenhos. Soma-se isso, o fato de que o rio Macacu era o principal meio de acesso para ligar a corte ao interior da província do Rio de Janeiro.

Entre os diversos viajantes que percorreram o Vale do Macacu e seus arredores no século XIX, temos entre outros, os ingleses John Mawe (1809)<sup>174</sup> que era mineralogista; o comerciante John Luccock (1816),<sup>175</sup> o proprietário de terras Gilbert Farquhar Mathison (1821)<sup>176</sup>, a escritora e pintora Maria Graham (1825)<sup>177</sup> e o naturalista Charles Darwin (1832)<sup>178</sup>; o Príncipe Adalberto da Prússia (1842)<sup>179</sup>; o botânico francês J. C. R. Milliet de

---

<sup>171</sup> SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)**. UNICAMP, Tese de Doutorado, 2006. p. 7.

<sup>172</sup> LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem: 1803-1900**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

<sup>173</sup> BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros/ Salvador: Odebrecht, 1995, vol. 1.

<sup>174</sup> MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, v.33.

<sup>175</sup> LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil.

<sup>176</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar. **Narrativa de uma visita ao Brasil, Chile, Peru e as Ilhas Sanduiche**. Capítulo II: Excursão ao Interior. Tradução de: Cláudia Pacheco de Oliveira. Londres, 1825.

<sup>177</sup> GRAHAM, Maria. **Esboço biográfico de Dom Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo**. Rio de Janeiro, 2010. Cadernos da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1305313.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1305313.pdf)> Acessado em 10/02/2012.

<sup>178</sup> DARWIN, Charles Robert. **O diário do Beagle (1831-1836)**. Tradução de Bernardo Esteves. 2009.

Saint Adolphe (1845)<sup>180</sup>; o barão suíço Johann Joakim Von Tschudi (1864)<sup>181</sup>; e os viajantes que representam o foco de análise da presente pesquisa, como o “alemão” Hermann Burmeister (1851),<sup>182</sup> o norte americano Daniel P. Kidder (1837)<sup>183</sup> e o inglês Thomas Ewbank (1846)<sup>184</sup>;

Embora a maioria dos viajantes acima sejam mencionados no decorrer desta obra, optamos escolher como fonte principal de análise, os relatos que contivessem informações sobre o negro, que fossem narrativas produzidas por viajantes que optaram em conhecer o Vale do Macacu pelo transporte fluvial e que estivessem dentro do corte cronológico, dando preferência aos documentos elaborados na primeira metade do século XIX ou próximos a esse período.

A análise das narrativas dos viajantes não seguiu uma ordem cronológica, mas sim temática, e também, em função da dimensão e proporção das informações de cada relato. Desta forma, Hermann Burmeister é o primeiro viajante estudado por ter apenas passado por Itaboraí, na medida em que sua viagem foi direcionada para Nova Friburgo, passando rapidamente pela região estudada. Contudo, apresentou interessantes detalhes sobre o trajeto realizado no Rio Macacu e mencionou a presença do negro em tropas de viagens.

Logo em seguida, através das narrativas de Daniel P. Kidder, conhecemos um pouco mais a escravidão no Convento de São Boaventura e a presença religiosa na região. Esse observador teve como ponto final da viagem a sede administrativa da Vila de Santo Antônio Sá, conhecida também como Vila de Macacu. Suas impressões, assim como Burmeister, se basearam nos espaços de passagem. Além disso, o ambiente “urbano” em formação representou, também, objeto de atenção para elaboração de seus relatos.

---

<sup>179</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1084>> Acessado em 10/02/2012.

<sup>180</sup> SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Op. Cit.

<sup>181</sup> TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Coleção Reconquista. 1980.

<sup>182</sup> BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. São Paulo: Martins, 1952.

<sup>183</sup> KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil : Rio de Janeiro e província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias**. Brasília Senado Federal. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1050>> Acessado em 11/02/2012.

<sup>184</sup> EWBank, Thomas. **A vida no Brasil**. São Paulo, EDUSP, 1976.

Por fim, assim como Kidder, Thomas Ewbank direcionou sua viagem para a região do Vale do Macacu, porém buscou conhecer o cotidiano da produção nas fazendas. Apresentou com detalhes o funcionamento de diferentes tipos de produção de alguns engenhos e a dimensão dos plantéis de escravos.

Como forma de nos auxiliar na compreensão dos escritos desses viajantes, uma breve biografia de cada um dos selecionados para análise, representa um ponto de partida para percebermos parte de seus valores e concepções presentes em seus discursos. Desta forma, apresentando por ordem de análise, iniciamos por Hermann Burmeister.

Nascido na “Alemanha” em 1807, Burmeister é considerado um respeitável naturalista do século XIX. Além de paleontólogo foi geólogo e zoólogo. Estudou medicina e filosofia e em fins de 1829 defendeu seu doutoramento com o tema direcionado para insetologia. Professor de renome no Departamento de zoologia na Universidade de Halle recebeu subsídios do estado “Alemão” e licença da Universidade para realizar seus estudos científicos nos trópicos. Chegou ao Brasil em 1850, iniciando logo em seguida sua viagem científica. Em 1862, Burmeister assume a direção do Museu Nacional de Buenos Aires, onde desde 1856 fixou moradia permanente. Faleceu nesta cidade em 1892. Suas pesquisas e viagens pelo Brasil, Uruguai e Argentina foram base para sua obra gigantesca, um total de 292 títulos, cuja temática abordada foi a insetologia, a zoologia e a história natural geral.<sup>185</sup>

Daniel Parish Kidder nasceu em 1815 nos Estados Unidos da América. Sobre os preceitos do metodismo, em 1836 formou-se pela Wesleyan University. Como missionário protestante foi enviado pela Sociedade Bíblica norte-americana ao Rio de Janeiro em 1837, aos 27 anos, permanecendo até 1840, quando sua esposa faleceu. No período que esteve no Brasil procurou realizar os objetivos da Sociedade que fazia parte, distribuindo bíblias nas regiões por onde passou e divulgando os princípios metodistas. Kidder é considerado como autor do primeiro - ou um dos primeiros - relato de um viajante norte-americano sobre o Brasil. Morreu em 1891 na região de Illinois nos EUA.<sup>186</sup>

Thomas Ewbank nasceu na Inglaterra em 1792 e mudou-se para os Estados Unidos em 1819, abraçando a política, a cultura e o modo de vida norte-americano com intensidade. Foi inventor, cientista e ex-fabricante de canos de chumbo e cobre em Nova York. Em 1846,

<sup>185</sup> CANDIDO, Luciana de Fátima. **Hermann Burmeister: um viajante apaixonado pela ‘História Natural’ do Brasil.** Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/732> - Acessado 10/02/2013> Acessado em 09/07/2012.

<sup>186</sup> NOMURA, Miriam do Prado Giacchetto Maia. **Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011. p.38.

visitou o Rio de Janeiro à custa própria, local onde residia seu irmão, permanecendo no Brasil entre Janeiro e Agosto de mesmo ano. Entre os anos de 1820 e 1836 Ewbank passou a dedicar-se ao estudo da etnologia, filosofia, ciência e da história das invenções. Faleceu em Nova York no ano de 1870<sup>187</sup>.

Todos os relatos dos viajantes apresentados no decorrer deste capítulo, possuem como referencial interpretativo a diversificação econômica existente em Itaboraí. Tal característica viabilizou o desenvolvimento de práticas e ofícios realizados pelos escravos fora da área da grande lavoura monocultora de exportação. Mesmo com a presença de grandes fazendas exportadoras, a condição de entreposto comercial propiciou uma variedade de atividades ligadas à movimentação desenvolvida com o escoamento da produção.

Registrar o cotidiano dos negros, sobretudo os escravos, através das narrativas dos viajantes, possibilita conhecermos seus diferentes espaços de sociabilidade, tanto nos grandes engenhos, assim como, e principalmente, nas áreas dos portos fluviais e no caminho em sua direção. Isso porque nesses lugares ocorria todo um fluxo de pessoas e mercadorias que fez gerar uma variedade de ofícios ocupados pelos escravos. Assim, a escravidão existente nesses espaços, configura o foco de análise do que está contido nas observações dos estrangeiros que por aqui passaram no século XIX.

---

<sup>187</sup> PAULINO, Carla Viviane. Thomas Ewbank : **Um viajante norte-americano no Rio de Janeiro imperial (1846)**. In: VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008, Vitória - ES., 2008, Vitória-ES. Anais Eletrônicos do VIII Encontro internacional da ANPHLAC, 2008. Disponível em: <[http://anphlac.org/upload/anais/encontro8/carla\\_viviane\\_paulino.pdf](http://anphlac.org/upload/anais/encontro8/carla_viviane_paulino.pdf)> Acessado em 11/03/2013.

## 2.2 - Hermann Burmeister (1851) – Os Escravos Tropeiros:

Em 1851 Hermann Burmeister inicia sua viagem com destino à Nova Friburgo. Optou pelo transporte fluvial a vapor que ia até o Porto de Sampaio no rio Macacu<sup>188</sup>, sendo complementado por estradas utilizadas pelos tropeiros. Assim ele narra o seu ponto de partida:

*“A 21 de Dezembro estava tudo pronto para a partida do Rio e, pelas 10 horas, fui, em companhia de meu amigo, para a praia da Saúde, onde estacionavam os navios, e ali embarquei no que me havia de levar, atravessando a baía, até Sampaio. (...) O trajeto do Rio até Sampaio, situada a 1 e meia milhas acima da foz de Macacu, atravessa a baía no sentido de sua maior extensão, levando o viajante por entre um grande número de ilhas e ilhotas (...).”<sup>189</sup>*

No momento de embarque, Burmeister dialoga com o diretor do Boa Esperança, um instituto de educação religiosa situado perto de Sampaio. Essa informação demonstra que o aparato religioso estava presente no decorrer do Rio Macacu, realizando uma área de atuação ampla, que ai além da presença do Convento de São Boaventura.

Logo em seguida, já embarcado e entrando no Macacu, ele realiza observações referentes às características naturais do lugar e aponta os riscos de realizar o percurso. Não entrando no mérito das reais dimensões das “Febres de Macacu”, na medida em que já foi estudado no primeiro capítulo, o fato é que o medo, na sua intensidade, era uma característica existente por quem passava pela região. Ele narra que:

---

<sup>188</sup> Na obra **“Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil”**, editada em 1845, na página 2 do Tomo II, o viajante francês J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe descreve o rio Macacu como o *“Rio da província do Rio e Janeiro e o maior de quantos deságuam na Bahia de Niterói. Nasce da Serra das Águas-Compridas, na extremidade setentrional da dos órgãos (...) começa a dar navegação à canoas depois junto com o ribeiro Batatá que lhe engrossa do dobro das águas: correndo então do nordeste para o sudoeste, passa pela vizinhança das povoações da Conceição, de Santa-Anna, do Carmo ou Colégio e de Ponte do Pinheiro; abaixo desta existe um canal em sua margem direita, que comunica com a esquerda do Guapiaçu, e é vulgarmente chamado do Rio dos Morros: depois de haver regado a Vila de Santo Antônio de Sá, faz o Macacu obra de 4 léguas mais em linha reta e de pouco mais ou menos 10, se contarem as voltas, antes de se lançar na Bahia de Niterói. Neste intervalo se engrossa, recolhendo pela esquerda as águas do Caceribu, do rio D’Aldeia ou Tambi e pela margem oposta perto de sua embocadura as do Guapiaçu. Sua largura é neste lugar de pouco mais ou menos três quartos de légua. Um banco de areia e de vasa que se acha defronte de sua embocadura faz que os barcos não possam nele entrar nem sair nas vasantes das marés, e que sejam em ambos os casos obrigados a esperar pela enchente.(...) As sumacas e outras embarcações do mesmo gênero cursam por ele até o engenho do Colégio; As canoas deitam até Santa-Ana, e as que são mais ligeiras vão 2 léguas mais adiante até o ribeiro Batatá”*.

<sup>189</sup> BURMEISTER, Hermann. Op. Cit. p. 67 e 68.

*“Ao entrar no rio Macacu, os arbustos de mangue aproxima-se de ambos os lados, cada vez mais, e a água torna-se francamente castanha, mas clara, assim como um café bem fraco. Dizem que estas águas são nocivas ao homem, especialmente aos estrangeiros, não só quando ingerida, mas mesmo as suas exalações, sendo aconselhável afastar-se delas. Os estrangeiros que permanecem por algum tempo em regiões tão baixas, onde há destas águas, provenientes, com toda a evidência, de detritos vegetais em decomposição, são atacados de malária e febre intermitente, que assumem aspecto tifoide. Nessa região é conhecida a doença por “Febre do Macacu”<sup>190</sup>.*

Dando sequência a viagem, o “alemão” menciona que: *“Subíamos o rio havia mais de uma hora, quando passamos por uma cabana solitária de pescadores, anotada pomposamente no mapa como sendo a Vila de São José”<sup>191</sup>*. É pertinente acrescentar que essa região ao qual ele se refere é a Vila Nova de São José Del Rei e que nesse período já tinha sido incorporado a Vila de São João de Itaborahy, desde 1833, se tornando uma de suas freguesias com o nome de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, embora seu porto continuasse sendo chamado de Vila Nova.

Prosseguindo o trajeto, o observador estrangeiro visualiza a região de Sampaio e relata algumas construções e o uso da madeira na produção de embarcações. Assinala que tal região era mais dinâmica que “São José” (Vila Nova):

*“Quando entramos numa curva, avistamos já bem próximo, os telhados de Sampaio, termo da nossa viagem fluvial. Esta localidade não está indicada na maioria dos mapas, sendo, porém mais importante do que São José, pois é construída de algumas casas maiores, entre as quais uma em que funciona um restaurante, sem quartos para pernoite. Nesta localidade constroem embarcações e grande quantidade de madeira para este fim é armazenada na margem do rio”<sup>192</sup>.*

Completando o percurso, ele apresenta o número de passageiros e as dificuldades encontradas pela navegação fluvial. Assinala também a outra forma de transporte que ficava a espera do desembarque nos portos, a montaria conduzida pelos tropeiros. Assim, ele registra o momento que encerra a primeira parte da “jornada”:

*“Foi somente às seis e meia, uma hora mais tarde do que a prevista, que desembarcamos. Nosso navio ficara preso num baixo e levava todo esse tempo para safar-se, pois o número de passageiros, mais de cem, era demasiado para o*

---

<sup>190</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Idem.



*pequeno barco, e foi com muito trabalho que se livrou do encalhamento. Desembarcaram todos em Sampaio e saíram à procura das montarias e dos criados que ali costumavam esperar seus amos. Tive a sorte de encontrar os meus, que me haviam sido mandados de Nova Friburgo*<sup>193</sup>.

Para o período que Burmeister realizou a viagem, a navegação no rio Macacu era conduzida pelas “*barcas de vapor Empreendedora e Sampaioense do porto de Sampaio*”, de propriedade do comendador Antonio da Silva Caldeira. As barcas saíam desse porto para a corte “*as segundas, quartas e sextas-feiras e voltavam as terças, quintas e sábados*”<sup>194</sup>. O outro caminho para chegar a Vila de Itaborahy era vindo da capital da província fluminense, Praia Grande (Niterói), passando por Alcântara através do uso da estrada de rodagem.<sup>195</sup> Burmeister preferiu, assim como Thomas Ewbank e Daniel P. Kidder, o uso do transporte fluvial para chegar até a Vila de Itaborahy.

Do Porto de Sampaio<sup>196</sup> até o destino de sua viagem, o “alemão” utilizou a montaria vinda de Nova Friburgo que estava a sua espera. Esse tipo de transporte era muito usado na estrada que ligava Cantagalo a Porto das Caixas, passando por Nova Friburgo. Além do transporte de pessoas, esse caminho era percorrido, principalmente, para o escoamento da produção de café serra acima. Essa movimentação do transporte de café de Cantagalo era realizada por “*Numerosas tropas dali procedentes, transportando este gênero para o Porto das Caixas, passando constantemente por Nova Friburgo, onde costumam parar (...)*”<sup>197</sup>

O porto de Vila Nova, embora estivesse localizado mais próximo da Baía de Guanabara do que o porto de Sampaio, possuía também uma movimentação de tropeiros que realizavam a continuidade das viagens. O viajante inglês Gilbert Farquhar Mathison, em um período anterior a Burmeister, indo também em direção à Nova Friburgo e Cantagalo, demonstra a ocorrência do uso desse transporte, apresentando referências à existência de estalagem de tropeiros em Vila Nova. Ao passar pela área de estudo em 1821, ele comenta

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> **Almanak Laemmert. Almanak**, 1851, p. 251.

<sup>195</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro**. 1854, p. 25.

<sup>196</sup> No dia 24 de Agosto de 1850, o Jornal **A Civilização**, em sua página 4, publica um anúncio divulgando o transporte realizado na região. Segundo o Jornal: “*No Porto de Sampaio em todas as tardes da chegada da Barca da corte, se achará um carrinho grande, que cabe até 6 pessoas, para transporte até o Porto das Caixas, e daí a Vila de Itaborahy, tendo n° de pessoas que faça conta: e no mesmo Porto das Caixas acharão os Srs. viajantes, muito bons animais de aluguel, tanto para viagem, como para passeio*”.

<sup>197</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro**. 1851, p. 36.

que ao chegar a Vila Nova foi recebido por “*Um inglês, dono de uma pequena loja de varejo e de um ancoradouro para acomodar os tropeiros e os negros, proveu-me com as melhores acomodações que a casa podia oferecer. Mas mesmo o melhor era ruim, (...)*”<sup>198</sup>.

O aluguel de mulas também era prática frequente em Vila Nova nesse período, como mostra o viajante inglês, ao dizer que “*nessa localidade aluguei duas mulas, ao preço de três patacas por dia cada uma, e comecei minha viagem na manhã seguinte*”<sup>199</sup>.

Esse fluxo de pessoas e mercadorias impulsionou em Itaboraí uma ampliação dos espaços de atuação dos negros, sendo destacado nesta parte da pesquisa, o trabalho dos escravos. A própria manutenção das estradas na região era realizada por escravos, que eram fornecidos pela polícia ficando a disposição para obras provinciais - sendo este o caso dos escravos “*José Mina, Antonio Moçambique, Manoel e Anselmo, ambos crioulos*”<sup>200</sup> - ou sendo disponibilizados por alguns fazendeiros que recebiam em troca compensações.<sup>201</sup>

Focando na composição das tropas como um dos espaços de atuação dos escravos, as narrativas de Burmeister apresentam informações pertinentes. Desta forma, dando sequência em sua viagem, ele inicia a caracterização da composição das tropas, falando do condutor, das mulas e já mencionando a presença de escravos. Ele fala que teve:

*“(...) o prazer de encontrar um homem de muito boa vontade na pessoa do condutor, um suíço da região de Neufchael, que não falava alemão, mas conhecia o francês e serviu de intérprete. Nossa pequena caravana que no Brasil se chama “tropa” pôs-se em movimento. (...) O condutor ia à frente. A mula de carga, depois de carregada não quis mais esperar, hábito da maioria desses animais no Brasil. Seguiu à frente com o escravo. Meu filho colocou-se no meio e eu fiquei atrás. Assim iniciamos a marcha noite adentro.”*<sup>202</sup>

Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco o condutor de uma tropa tinha como funções, entre outras, garantir o cuidado com os animais, realizar a vigilância da carga e a supervisão dos escravos, na medida em que o cumprimento de tais funções era determinante

---

<sup>198</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar. Op Cit. p. 1.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro.** 1862. Mapa SN.

<sup>201</sup> Ibidem. 1853, p. 70.

<sup>202</sup> BURMEISTER, Hermann. Op. Cit. p. 70.

para o êxito das transações<sup>203</sup>. Sobre essas tropas, Franco fala que “*Carregadas de produtos de exportação ou de gêneros de subsistência, as tropas de burros percorreram ativamente o país durante todo o século XIX e cortaram em todas as direções (...)*”.<sup>204</sup>

Contextualizando o Tropeirismo e suas contribuições para a interiorização e integração geográfica e cultural no Brasil, José Alípio Goulart argumenta que:

*“Quando no Brasil ainda não havia caminho de ferro nem estrada de rodagem; quando o carro de bois, gemendo nos cocões, era o veículo preferido para o transporte de cargas em terreno pouco acidentado; quando os caminhos nada mais eram do que os espaços naturais entre as árvores ou não passavam das trilhas abertas pelos carregadores humanos e pelas patas da gadaria; quando uma população escassa pulverizava-se numa base física de imensas proporções; quando os núcleos de ocupação se perdiam na vastidão da hinterlândia brasileira, foi a tropa de muares, silenciosa e heróica, varando sertões, atravessando ravinas, rasgando matas, vadeando rios, galgando paredões escarpados, equilibrando-se em abruptos declives, que assegurou — assegurou e manteve — a circulação de produtos e de mercadorias, canalizando vida e civilização para os grupos humanos que se haviam enfiado Brasil adentro!”*<sup>205</sup>

No decorrer do caminho por onde as tropas passavam, ia surgindo às regiões de pousos como o rancho, a venda, a estalagem e até mesmo algumas fazendas. Burmeister comenta que esses:

*“lugares de pernoite costuma-se encontrar nas proximidades de uma aldeia ou junto de uma venda, onde se possam adquirir alimentos. Um grande telheiro sobre quatro colunas e que se denomina “rancho”, serve para abrigar as mercadorias e os tropeiros também, quando não há acomodações, na casa do vendeiro. Paga-se por cada animal, ou antes, por cada carregamento uma taxa fixa”*<sup>206</sup>.

O movimento de tropas promoveu a ocupação do entorno de alguns lugares percorridos. Pousos de tropeiros formaram núcleos de povoamento. A circulação intensa dessas tropas contribuiu também para o desenvolvimento das localidades já existentes. Nesse

<sup>203</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p 71.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>205</sup> GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. p. 15.

<sup>206</sup> BURMEISTER, Hermann. Op. Cit. p. 72

sentido, o Itaboraiense Salvador de Mendonça,<sup>207</sup> no início do século XX, assinala que os tropeiros já estavam presentes em Itaboraí desde o século XVII e mostra que tal presença viabilizou o povoamento na região. Vale destacar que o local que está sendo mencionado por Mendonça é a região, que se tornou no século XIX, a sede administrativa da Vila de Itaborahy e não as proximidades do rio Macacu. O escritor fala que:

*“No século XVII, o governador Salvador Corrêa de Sá mandou abrir a estrada de Campos dos Goytacases a Niterói. Essa estrada passava pela colina de Itaboraí (...). No alto da colina, à beira dessa estrada, havia uma fonte sob um bosque frondoso. Tornou-se esse lugar um ponto de parada para as tropas que por ali transitavam. Levantaram-se ranchos ao lado oposto da fonte, esses ranchos foram as primeiras casas itaboraienses. A fonte deu o nome ao lugar – Itaboraí que quer dizer “Pedra Bonita escondida na água”, e essa denominação nasceu de haver no fundo da fonte, metido na pedra, um pedaço de quartzo que despertara a atenção dos índios do lugar.”<sup>208</sup>*

Em 1832 o naturalista inglês, Charles Darwin<sup>209</sup>, retornando de sua viagem, percorre a cavalo a estrada localizada na região da sede administrativa de Itaboraí. Apresenta uma narrativa que, embora não mencione o negro na região estudada, demonstra as precárias condições do trajeto, assinalando a dificuldade e os perigos que o transporte realizado pela montaria se deparava. Voltando de “Rio Bonito” no dia 22 de Abril, ele narra que:

*“Continuou a chover e partimos para o lugar onde dormiríamos, Freguesia de Itaboraí. Esta estrada interna é a melhor que já vi, mas é muito inferior à pior das estradas com pedágios. Não creio que uma carruagem pudesse passar por ela. Ainda assim, trata-se de uma das principais passagens do Brasil. Encontramos muitas pessoas a cavalo. O único veículo é uma carroça muito grosseira com rodas quase sólidas, puxada por oito bois jungidos: à medida que se move, ela faz um barulho extraordinário. Não passamos por uma única ponte de pedra. Onde há pontes, elas são feitas de troncos de madeira e algumas estão em estado tão ruim que fomos obrigados a sair da estrada para evitá-las. As distâncias*

<sup>207</sup> Salvador de Mendonça nasceu em 21 de Julho de 1841 nas cercanias da Travessa Espírito Santo na Vila de São João de Itaborahy. Foi advogado, jornalista, diplomata e escritor. Para saber mais ver: RAMOS. César Augusto Ornellas. **Notícia Biográfica de Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913)**. PMI. 2006.

<sup>208</sup> MENDONÇA, Salvador de Menezes Drummond Furtado de. **Reminiscências de Itaboraí**. Jornal “O Brasil. 1907.”

<sup>209</sup> No artigo “**Darwin no RJ: o encantamento e a descoberta da diversidade tropical**” a geóloga e professora da UFRJ Kátia Leite Mansur demonstra que Charles Darwin com apenas 23 anos “em sua viagem pelo mundo a bordo do navio Beagle, esteve no Brasil em 1832, quando ficou de 4 de abril a 5 de julho no Rio de Janeiro. Em 1836, no retorno à Inglaterra, o Beagle passou novamente pelo Brasil, com paradas em Salvador e Recife” Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2012/01/darwin-no-rj-o-encantamento-e-descoberta-da-diversidade-tropical.html>> Acessado em 20/12/2012.

*não são conhecidas com exatidão: não há duas pessoas que estejam de acordo em seus cálculos. Em vez de marcos miliários, as margens das estradas são frequentemente marcadas por cruzeiros, para assinalar que sangue humano foi derramado. (...)”<sup>210</sup>*

**Figura 2.1: Parada de Tropeiros em Venda das Pedras<sup>211</sup>**



**Fonte: Acervo pessoal**

Ao mesmo tempo em que assinala as péssimas condições da estrada, registra a beleza das proximidades da área em que passa. No dia 23 de Abril, Darwin comenta que:

*“Avistamos casas bonitas e alegres quando nos aproximamos da cidade. Durante o dia, passamos por uma floresta de acácias cuja folhagem formava um delicado véu contra o céu e projetava sobre o chão um agradável tipo de sombras. Devido à delicadeza das folhas, nenhum farfalhar se ouvia quando a brisa as movimentava”<sup>212</sup>.*

Voltando para Burmeister, em relação à composição das tropas, o viajante alemão narra com o que se deparou, mencionando a participação dos escravos. Comenta que:

<sup>210</sup> DARWIN, Charles Robert. Op Cit., p. 11.

<sup>211</sup> Foto tirada na década de 20 do século XX e cedida gentilmente pela amiga pintora Cristiane Rosa Pereira Jardim.

<sup>212</sup> DARWIN, Charles Robert. Op Cit., p.11.

*Cada grupo de sete bestas ocupa um escravo como condutor e forma um lote. Uma tropa compõe-se de um número variável de lotes e é dirigida por um “tropeiro”. Os escravos marcham cada um atrás de seu lote, vigiando e servindo-se de grossos paus, de dois pés de comprimento, que atiram com muita habilidade sobre os animais que se detêm na estrada para pastar. O tropeiro, montado a cavalo, superintende o conjunto. O seu cavalo é que indica o caminho à tropa; as mulas seguem-no com estranha afeição e põem-se a zurrar alto, quando este desaparece. (...) Os trabalhos de carregar e descarregar ocupam sempre dois escravos, que suspendem o fardo ao mesmo tempo de ambos os lados do animal, pois este não suporta o peso de um só lado, nem que por um segundo apenas, e logo atira-o ao chão. Por isto é necessário levar no mínimo dois escravos, mesmo que a tropa não tenha mais de quatro ou cinco animais, desde que não se queira ajudar em pessoa este trabalho, o que rebaixa, aos olhos dos brasileiros, o viajante. Jornadeando como eu, com tropeiro alugado, todos os cuidados da bagagem ficam a cargo deste, o qual porém deve ser tratado com a máxima consideração<sup>213</sup>.*

Embora Burmeister não explicita com exatidão o número de escravos que compunham a tropa que lhe acompanha, demonstra que os cativos estavam presentes na viagem, pois assinala que os trabalhos de carregar e descarregar só seriam realizados pelos viajantes, caso esses não alugassem os trabalhos dos tropeiros.

O viajante Johann Moritz Rugendas, ao mencionar os tropeiros que saíam do Recôncavo para o interior do Brasil, apresentou informações semelhantes à Burmeister, reafirmando a participação do escravo e sua importância nessa “jornada”. Segundo ele: “*cinquenta ou sessenta bestas constituem o que se chama uma tropa. Esta se subdivide em lotes de sete mulas cada um, confiados a um negro da tropa particular, cabendo ao tropeiro ou ao próprio proprietário a fiscalização do conjunto*”.<sup>214</sup>

A pesquisadora Elione Silva Guimarães, ao realizar uma análise das tropas e tropeiros nas Minas Gerais Oitocentista, observa “*que a expressão “tropeiro” foi amplamente utilizada em Juiz de Fora como uma especialização de cativos; portanto, o termo não estava necessariamente associado ao dono da tropa*”<sup>215</sup>.

Em Itaboraí também ocorreu à especialização do escravo como tropeiro, além de diversos outros ofícios. Tal fato está associado a sua condição de entreposto comercial, na medida em que era uma região caracterizada por ser mais uma das áreas de passagem do Recôncavo da Guanabara, como pode ser constatado pelo fluxo constante de viajantes e tropeiros.

<sup>213</sup> BURMEISTER, Hermann. Op. Cit., p. 72.

<sup>214</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p. 33.

<sup>215</sup> GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)** São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006. p. 211.

Desta forma, se torna possível supor que tal prática gerou uma valorização do valor do escravo, sobretudo do sexo masculino. Burmeister não citou em seus relatos a presença de mulheres escravas acompanhando as tropas, apenas homens, o que não significa dizer que não tenha existido, porém sua narrativa representa um indicativo de que os cativos do sexo masculino tenham predominado.

O tropeirismo não foi uma atividade com o uso exclusivo da mão de obra escrava, mas sim, um movimento que favoreceu a circulação de pessoas independente de sua condição social.<sup>216</sup> Assim, tanto os escravos, como libertos e livres, de alguma forma participaram das tropas que transportavam pessoas e mercadorias pelo sertão do Macacu.

A mobilidade e circulação de pessoas que faziam parte do cotidiano de Itaboraí propiciou a ampliação dos espaços de sociabilidades dos escravos, gerando assim a diversificação das relações escravistas na região. O uso do escravo na lavoura, embora ainda muito utilizado, passou a ter a concorrência da especialização do escravo em outros ofícios, na medida em que tal prática despertou a atenção de alguns fazendeiros em converter essa ação como um meio de sustento. Contudo, a aceitação do uso do cativo fora da lavoura monocultora não ocorria com todos os fazendeiros, sobretudo nas maiores fazendas ligada a plantações direcionadas para exportação.

No início da segunda metade do século XIX, era muito comum em Itaboraí, publicações em jornais criticando quem utilizasse o trabalho dos escravos em atividades que não fosse o trabalho na plantação de seu senhor. Como consta na publicação abaixo:

*“Pedro Antônio Marques Rosa e outros fazendeiros de Itapacorá previnem ao negociante da Venda das Pedras, que recorrerão à autoridade competente se continuar no mau costume de dar dinheiro aos seus escravos para carregarem gêneros nos carros que conduzem, desviando assim os escravos dos serviços de seus senhores”<sup>217</sup>.*

Pela publicação acima, é possível perceber também, que embora não tivesse o consentimento do seu senhor para trabalhar fora das fazendas, o escravo buscava espaços de trabalho diferenciados, o que demonstra, de certa forma, as possibilidades de especialização do trabalho existentes nesse período e a ação direta dos escravos nesse contexto.

---

<sup>216</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. 262 f. p 62.

<sup>217</sup> **O Popular**. 29/12/1855. N. 175. Sábado. Biblioteca Nacional. p.4.

No caso dos cativos enquanto tropeiros, esses usufruíam das viagens e deslocamentos para construir hábitos de autonomia e desenvolviam com isso condições expressivas de negociação e resistência a escravidão. A pesquisadora Maria Helena P. T. Machado, mencionando a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, demonstra a dimensão da valorização social para o escravo que participava das tropas, pois segundo ela:

*“as paradas de tropas, com sua sociabilidade mais solta, agregava diferentes personagens (...), tecendo laços sociais, expandindo possibilidades preciosas, sobretudo para escravos. Decerto os cativos por meio do tropeirismo, organizavam suas vidas, laços amorosos e amigáveis, contraíam dívidas, se faziam de mensageiros, enfim encontravam espaços de valorização social e independência, mormente porque o escravo tropeiro era sempre um escravo de confiança, que gozava o privilégio da mobilidade espacial, sem poder o senhor, ao menos ostensivamente, vigiá-lo”<sup>218</sup>.*

O distanciamento da vigilância senhorial possibilitou para o escravo uma oportunidade maior de fuga. Sua permanência nas tropas era condicionada, sobretudo, pelas possibilidades de alcance da liberdade, do que pelo simples uso da violência. A prática do pecúlio, entre outras, representou uma das intenções presentes nas negociações com seu senhor. A condição de escravo de confiança esteve associada diretamente a continuidade das relações que alimentavam a expectativa da liberdade. O proprietário que rompesse esse laço aumentaria as possibilidades do não retorno de seus cativos.

Vale destacar que *“As fugas faziam parte da escravidão não só porque os escravos resistiam à dominação, mas também porque eram previstas e reconhecidas pelos senhores e pela legislação metropolitana como algo permanente, (...)”<sup>219</sup>* Desta forma, é possível pensarmos nos diferentes níveis de negociação que o escravo realizava com o seu senhor, sobretudo o cativo com domínio em ofícios existentes além do ambiente da lavoura. Em relação às fugas do escravo tropeiro em Itaboraí, a sua mobilidade, com o próprio domínio do ofício, possivelmente facilitou sua inserção social em espaços diferenciados.

Nos jornais do século XIX em Itaboraí, os anúncios de fugas de escravos constantemente apareciam cativos com especializações em variados ofícios. Os valores da recompensa desses escravos tendiam a ser maiores do que os escravos de roça ou de serviços de casa e costura. No caso dos tropeiros, a continuidade da repetição da publicação da fuga

<sup>218</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. **Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo**. IN: História da Cidade de São Paulo, (Paula Porta, org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 59-99. p. 26.

<sup>219</sup> LARA, Sílvia Hunold, **“Campos da Violência”**. Op. Cit., p. 295.



em diversos anos, além de demonstrar que o cativo continuava fugido, assinalava também o nível de circulação que esses escravos possuíam na sociedade escravocrata. Esse foi o caso do escravo Ivo, tocador da tropa, que passava pelo Porto das Caixas, como mostra o *Jornal Popular* em 1855:

*“Fugiu do Porto das Caixas da tropa do tenente coronel Dionisio da Cunha Ribeiro Feijó, um escravo tocador dessa tropa, de nome Ivo, crioulo da Bahia, idade 20 a 22 anos pouco mais ou menos, (...) também trabalha de pedreiro, e na Bahia o seu ofício era de bolieiro. Quem o apreender ou dele der notícia certa ao seu senhor, o sobredito coronel, na sua fazenda (...) ou no Porto das Caixas ao Sr. Nabuco Monteiro Sarzedas, será bem gratificado”*<sup>220</sup>.

O escravo Ivo além de ser tropeiro, possuía outros ofícios, o que somado a sua idade, de 20 a 22 anos, estando consideravelmente na fase produtiva de um escravo, o tornava valioso para o seu senhor. Da mesma forma temos o escravo *“Sabino, pardo, de 24 anos de idade (...) oficial de carpinteiro e tropeiro que andava pelas terras das fazendas de S. Thomé, Pilões e Cassoritiba.”*<sup>221</sup>

A faixa etária produtiva, os diferentes domínio de ofícios e a implementação da Lei Eusébio de Queiróz em 1850, determinando o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil, fez com que o valor desses cativos se elevasse ainda mais, o que explica o direcionamento do interesse dos fazendeiros para esse tipo de escravo.

Outros exemplos de anúncios de fugas se inserem nesse contexto, inclusive publicações extensas contendo a descrição do perfil de um escravo tropeiro que fugiu nos arredores de Porto das Caixas. No anúncio de fugas de Setembro de 1860, o *Jornal O Popular* publica que fugiu:

*“no dia 18 de Agosto deste ano o escravo Fortunato crioulo, tropeiro vindo do Porto das Caixas com tropa, tendo perdido uma carga de café. Nessa noite dormiu em casa do Sr. Reginaldo Mauricio de Oliveira e ao amanhecer do dia 19 evadiu-se. Estatura ordinária, corpo regular, cor preta, rosto descarnado, pouca barba, com falta de alguns dentes na frente, as veias das pernas de tanto grossas e bastantes pulsadas; idade 40 anos, mas não representa ter; levou vestido calça e camisa azul de riscadinho miúdo, estando a calça mais desbotada e sendo as listas mais largas, chapéu de palha, costuma trazer por baixo do chapéu barrete de meia e outras vezes lenço amarrado com as pontas para trás, ele pita cachimbo e masca fumo. Quem o levar ao senhor Manoel Luiz da Silva (...) será gratificado”*<sup>222</sup>.

<sup>220</sup> *O Popular*. 21/03/1855. N. 101, quarta, p.4. Biblioteca Nacional.

<sup>221</sup> *Ibidem*. 30/07/1856. N.237, quarta, p.4. Biblioteca Nacional.

<sup>222</sup> *Ibidem*. 05/09/1860. N. 631, quarta, p.3. Biblioteca Nacional.

Para ilustrar ainda mais a imagem do escravo tropeiro, a obra de Debret nos proporciona uma considerável contribuição, como pode ser percebida abaixo:

**Figura 2.2: Escravo negro conduzindo tropas**



**Fonte: Jean-Baptiste Debret**<sup>223</sup>

Continuando a viagem de Hermann Burmeister, através da montaria, ele chega às proximidades de Porto das Caixas, o qual equivocadamente chama de Vila. Apesar de seu dinamismo econômico, essa região não alcançou a elevação de Vila, chegando ao máximo à condição de Freguesia pertencente à Vila de São João de Itaborahy e mesmo assim só em 1856. O observador estrangeiro comenta que *“o lugar de nosso pernoite chama-se Marabi e as luzes que víamos à noite eram da “Vila” Porto das Caixas, situada à margem do rio Aldeia, afluente do Macacu. A região toda é plana, pantanosa e tida como pouco saudável”*<sup>224</sup>.

No século XIX diversos outros viajantes passaram por Porto das Caixas e demonstraram a movimentação de tropas que existiam ao redor do Porto. Citando novamente o inglês Gilbert Farquhar Mathison é possível percebermos essa circulação. Em quatro de Setembro de 1825:

<sup>223</sup> Escravo negro conduzindo tropas na província do Rio Grande. Aquarela sobre papel; 15,3 x 22,1. 1823. BANDEIRA, J., LAGO, P. C. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Capivara Ed.2008. p. 243

<sup>224</sup> BURMEISTER, Hermann. Op. Cit., p. 72.

*“Viajamos devagar e alcançamos Porto das Caixas, um povoado a seis milhas dali, antes das três da tarde. Aí o embarque da produção do interior para a capital dá-se em uma escala bem maior. Observamos várias mulas e os tropeiros que as aguardavam, indo e vindo continuamente, muitos dos quais viajavam juntos com o intuito de se protegerem. Cada mula carregava dois cestos, feitos de couro de vaca, amarrados sobre o lombo do animal com um tipo de sela feita do mesmo material. São, de maneira geral, os negros e os crioulos brasileiros de classe mais baixa os guias subalternos. Os tropeiros-mestres, porém, são pessoas de certa importância, especialmente no que toca à autoestima que mostram ao cavalgarem juntos, em um grupo separado, a uma distância considerável da cavalgada. São, geralmente, coproprietários e muito ricos, comerciam por conta própria ou transportam grandes somas em dinheiro a eles confiadas”<sup>225</sup>.*

Na fala do viajante a participação do escravo nas tropas é direcionada à condição de subalternidade. Não negando que esse tipo de relação tenha ocorrido, ressaltamos que o olhar do estrangeiro estava carregado de concepções que inferiorizava o negro, logo, na maioria das vezes, não reconhecia, em sua totalidade, as habilidades dos escravos nas funções que exerciam. Assim, diferente da fala do viajante, pensar na possibilidade em ter um escravo tropeiro como mestre não nos soa como algo impossível.

Prosseguindo a viagem com Burmeister, o “alemão” se depara com a sede administrativa da Vila de Santo Antônio de Sá, ao qual ele chamou de Santo Antônio de Macacu, como também era conhecida. Faz nova referência a presença de epidemias e demonstra que por conta disso a região estava praticamente abandonada. De fato, como já foi dito no primeiro capítulo, essa localidade, por ter tido uma concentração maior de pessoas, possivelmente teve uma expressiva propagação de doenças. Tão expressivo quanto o número de mortes, foi também o medo dos moradores em permanecer na região. Assim ele comenta que:

*“A localidade que tínhamos diante de nós era Santo Antônio de Macacu, monótona, mas propícia ao comércio, devido ao rio navegável em cujas margens se encontra. Seus habitantes são vítimas da febre tifoide, que ali grassa muito frequentemente. Por este motivo, apesar de sua vantajosa situação, o lugar se acha isolado e quase abandonado. Rente da cidade desemboca o rio Caceribu, afluente do Macacu. Atravessamo-lo por uma ponte e subimos a colina onde edificada a vila. Não nos demoramos e seguimos, passando por uma segunda elevação, onde se ergue a igreja, rodeada de algumas casas em ruínas”<sup>226</sup>.*

Ao contrário de Burmeister, que visitou a Vila de Macacu rapidamente, os suíços que fizeram esse mesmo trajeto indo para a Nova Friburgo, no período anterior ao início das

<sup>225</sup> MATHISON, Gilbert Farquhar. Op Cit., p. 1.

<sup>226</sup> BURMEISTER, Hermann. Op. Cit., p.73.

“Febres de Macacu”, permaneciam na Vila em torno de cinco dias para descansar do primeiro percurso da viagem. Isso demonstra o quanto às epidemias e o medo de contraí-las alteraram o cotidiano da sede da Vila de Santo Antônio de Sá<sup>227</sup>.

O príncipe Adalberto da Prússia, conterrâneo de Burmeister, em 1842 também esteve na região de Itaboraí. Cruzou a Baía da Guanabara em navio e a partir de Praia Grande (Niterói) veio a cavalo, passando por Alcântara, pela Freguesia de São Baptista de Itaboraí, Porto das Caixas, chegando também a Vila de Macacu e assim como os outros viajantes até aqui mencionados, prosseguiu viagem para serra, passando por Nova Friburgo, Cantagalo e outras regiões acima.

O viajante prussiano Adalberto, ao contrário de Burmeister, passa pela sede administrativa da Vila de São João de Itaborahy. Sua narrativa representa um dos poucos, para não dizer o único, registro produzido por um viajante referente ao local onde foi construída a Igreja de São João Batista. Segundo ele:

*“a povoação de São João do Itaboraí, que alcançamos às seis horas, exatamente antes de anoitecer. Esta povoação consiste numa praça com um par de ruas muito curtas. Na praça ficava a igreja, perto da qual nos apeamos diante duma venda numa viela. Da entrada da igreja avista-se toda a região: meras cadeias de colinas umas atrás das outras, estendendo-se até ao horizonte”<sup>228</sup>.*

Como mostra a imagem abaixo, provavelmente a viela mencionada pelo príncipe é essa ao lado da Igreja, conhecida atualmente como travessa Espírito Santo:

---

<sup>227</sup> **Providências para a jornada da Colônia dos Suíços desde o Porto do Rio de Janeiro até à Nova Friburgo em Morro queimado no Distrito da Villa de S. Pedro de Cantagalo;** dadas em consequência das Ordens de SUA MAGESTADE. 1819. Brasileira USP. p.5. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01274400>> - Acessado em: 15/08/2012.

<sup>228</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia. Op. Cit., p. 105.

**Figura 2.3 - Igreja de São João Batista de Itaboraí<sup>229</sup>**



**Fonte: Centenário da Independência do Brasil:  
Albúm do Estado do Rio de Janeiro (1922)<sup>230</sup>**

Chegando a Porto das Caixas, o viajante prussiano se depara com uma região de pouso chamado Campus do Marabu, provavelmente a mesma região que posteriormente Burmeister passou e chamou de Marabi. Ao chegar ao lugarejo fica impressionado com a movimentação ao redor do porto. Fala que “*os barcos abertos com um pequeno toldo na popa (...) estavam ancorados (...) e testemunhavam o bastante grande movimento que reina nesse porto, o que era igualmente indicado pelas numerosas e grandes vendas (...)*”<sup>231</sup>.

Em direção a Vila de Macacu comenta que o caminho vindo de São João de Itaboraí, passando por Porto das Caixas era na sua maior parte largo, prosseguindo “*com a largura de uma estrada carroçável através da capoeira mais baixa e depois sob a forma de um terrapleno por um vasto prado pantanoso (...)*”<sup>232</sup>. Menciona também que “*na extremidade*

<sup>229</sup> **Tombada como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN em 1970**, possui a sua origem em 1672, com a construção de uma capela por João Vaz Pereira sob a invocação de São João Batista. Reconstruída entre 1725 e 1742, passa por nova reforma no período de 1767 a 1782, quando se estabelece o atual conjunto arquitetônico imponentemente instalado na parte mais alta da Praça Marechal Floriano Peixoto.

<sup>230</sup> Localizado no Centro de Memória Fluminenses (UFF).

<sup>231</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia. Op. Cit. p. 107.

<sup>232</sup> Idem.

*do terraplano, cortada por pontes, fica numa situação um pouco elevada a pequena aldeia de Macacu, ensombreada por palmeiras e arvoredos baixos*”.<sup>233</sup>

Logo em seguida o príncipe faz menções aos tropeiros, alegando que a composição desses grupos era maioria de escravos, negros e mulatos e em um tom depreciativo fala do local montado para abrigá-los.

*“Encontramos também alguns bivaques de tropas. Os muares estavam amarrados a altos moirões; as peneiras contendo o café e as selas ficavam empilhadas num montão quadrado. Por cima estavam estendidas peles que, excedendo-o de um lado e sustentadas por estacas, formavam a tenda para os homens seminus, servindo durante a marcha para cobrir as cargas. Diante dela os tropeiros tinham levantado três estacas, como se faz com as espingardas ensarilhadas, atadas no topo e entre elas pendia um caldeirão por cima do fogo. Essa gente cuja maioria era de escravos, negros e mulatos, entre os quais se veem às vezes alguns índios, não necessita de mais conforto*”<sup>234</sup>.

Burmeister prossegue sua viagem, assim como os outros estrangeiros, mas o acompanhamento do autor desta obra se retém ao espaço delineado como foco da pesquisa, indo desta forma, apenas até a sede da Vila de Santo Antônio de Sá.

Embora o foco desta parte da pesquisa seja o viajante Hermann Burmeister, outros viajantes foram aqui mencionados, como um meio de demonstrar o quanto a região da Vila de São João de Itaboraí representou, no século XIX, uma área de passagem no Recôncavo da Guanabara. Além disso, através desse recurso se tornou possível apontar a dimensão da circulação do escravo tropeiro em Itaboraí, na medida em que foram mencionados em diferentes relatos.

O troperismo representou um dos ofícios que contribuiu para ampliação dos espaços de sociabilidades dos escravos negros em Itaboraí. Uma especialização, que devido a sua mobilidade, foi capaz de gerar a confluência entre os espaços urbanos e rurais. Uma atividade que viabilizou variados níveis de negociação, e conseqüentemente, uma resistência à escravidão. Tal ofício reforça o que está sendo defendido neste estudo, na medida em que representa mais um meio de percebermos as diferentes ocupações dos escravos fora da área da grande lavoura monocultora.

---

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia. Op. Cit., p. 107 e 108.

### 2.3 - Daniel Parish Kidder (1837): A escravidão no Convento de São Boaventura

No ano de 1837, o missionário metodista Daniel Parish Kidder chega ao Rio de Janeiro e em seguida inicia sua viagem com destino a Vila de Macacu.<sup>235</sup> Assim como Burmeister utiliza o transporte fluvial. Embarca na Praia dos Mineiros, onde se depara com um expressivo número de escravos trabalhando como barqueiros<sup>236</sup>. Desses, Kidder aceita os serviços de dois escravos e inicia sua viagem em direção ao rio Macacu, junto com o Sr. Justin Spaulding, levando suas bíblias, evangelhos e folhetos para a realização de seus objetivos religiosos.

Três horas em meia após o embarque, o viajante chega à desembocadura do rio Macacu. Cita uma construção grande e branca no lado esquerdo da foz do rio, onde realizaram a primeira parada. Comenta que o local parecia uma *“miserável taberna de pinga”* e que *“A única pessoa que ali se encontrava era o negro sonolento que, escondido atrás do balcão, apoiado sobre os cotovelos, resmungava respostas às perguntas que íamos fazendo. O nome do “estabelecimento” era “Venda Paciência”*<sup>237</sup>.

Logo em seguida o viajante prossegue sua viagem. Narra que os barqueiros escravos navegavam esse trecho do rio com muito receio, pois segundo eles *“Era sempre necessário andar armado por aí, pois, sem armas é que ninguém ousava subir o Macacu, muito menos à noite”*. Kidder ouve a recomendação dos barqueiros e responde com uma metáfora religiosa de que suas *“armas não eram materiais”*, demonstrando assim que não necessitava de armas<sup>238</sup>.

Comenta que o rio Macacu *“tinha cerca de meia milha”*<sup>239</sup> *de largura; suas águas eram barrentas e forte a correnteza*<sup>240</sup>. No cair da tarde chega a Vila Nova de São José Del Rei (Itambi). Assim que aportou foi conhecer a região. Narra que próximo de onde estava visualizou *“doze ou quatorze casas diante das quais brilhava uma fogueira, rodeada de*

<sup>235</sup> O nome Vila de Macacu se refere à Vila de Santo Antônio de Sá.

<sup>236</sup> Os escravos barqueiros serão trabalhados no Capítulo III.

<sup>237</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit. p. 159. Sobre o mesmo estabelecimento John Luccock comenta que *“A cerca de uma milha para dentro da barra, acha-se uma venda que, em homenagem, talvez, a padecimentos tais, tem por nome Paciência.”* LUCCOCK, John. Op. Cit. p.231

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> Convertendo para quilômetros, meia milha equivale a 926 metros.

<sup>240</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit., p. 159.

*crianças. Dentro de uma das casas uns oito ou dez negros e negras dançavam nervosamente ao som de uma guitarra*”<sup>241</sup>.

A adjetivação a dança presente na narrativa de Kidder, assinala o estranhamento do viajante a manifestação cultural que os negros estavam realizando. Como prática naturalizada nos discursos dos viajantes estrangeiros do século XIX, a menção a informações sobre os negros para expressar uma opinião referente ao grau de civilização, se caracterizou como algo corriqueiro. Em relação a essas manifestações culturais, sejam elas africanas ou crioulas, essa literatura utilizou expressões carregadas de exageros.

O viajante continua conhecendo a região em que aportou e faz uma menção a uma Igreja, ao qual interpretamos ser a Igreja de São Barnabé em Itambi. Ele narra que:

*“nesse ponto o caminho rumava em direção a um morro em cujo topo existia uma igreja (...) Ao redor da igreja erguiam-se mais umas vinte casas e, pouco além, um enorme engenho de açúcar. E era tudo que se podia ver em S. José d’el-Rei, que, apesar de conhecido há já um século, pouco progrediu e ainda hoje apresenta escassas probabilidades de desenvolvimento. O luar era belo e, por esse motivo, todos os habitantes do lugar estavam sentados em frente às casas ou passeando fora.*”<sup>242</sup>.

**Figura 2.4: Igreja de São Barnabé - Itambi**<sup>243</sup>



**Fonte: Fundrem**<sup>244</sup>

<sup>241</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> A igreja foi construída em 1705, recebendo o nome de Paróquia em 15 de novembro de 1759. Em 1950 a igreja sofreu reformas. Tombado apenas pela esfera municipal em 1995. **Decreto nº 112 (30/10/96).**



Depois de repousar “*um pouco abaixo do Engenho de Sampaio*” seguiu viagem passando pelo “*rio que serve o Porto das Caixas*” (rio Aldeia) e finalmente chegou a “*Vila de Macacu, que era o ponto terminal*” da viagem. Kidder narra que “*depois de penosa luta contra a correnteza, puseram-nos em terra às 2 horas da tarde, embaixo da ponte construída sobre o rio Macacu*<sup>245</sup>”.

Assim que chegou foi recebido por dois moços portugueses que pretendiam lugar no bote quando Kidder regressasse rio abaixo. Em troca esses moços ofereceram-se para mostrar as curiosidades de Macacu. Sua chegada coincidiu com “*às vésperas da maior festa religiosa do lugar*”. O viajante narra que o primeiro local que ele e Spaulding visitaram foi o “*Convento de Santo Antônio.*”<sup>246</sup> Esse convento ao qual se refere é o Convento de São Boa Ventura. O observador estrangeiro relata que o Convento:

*“Era um grande edifício de imponente aparência externa, mas, bem mal acabado por dentro. Na ocasião em que o visitamos, estava caindo aos pedaços. Entramos primeiramente na capela onde os frades haviam iniciado o louvável trabalho de expulsar as baratas e remover a poeira, antes de começar a ornamentação para a qual haviam trazido da cidade os preparos necessários*<sup>247</sup>”.

Dentro do Convento, o viajante conversou com os frades as diferentes formas de culto, dando preferência à adoração de imagens como ponto abordado. Comenta que a Capela do Convento “*era extremamente pobre em imagens. De fato a única que vimos foi a de S. Benedito, “o pai dos negros”, como Jocosamente o denominam*<sup>248</sup>”. Prossegue a visitação acompanhado dos frades, conhecendo outras partes do Convento, como os dormitórios e a Biblioteca e cita uma pintura na parede. Kidder narra que:

*“Conduziram-nos então através de uma longa fila de dormitórios vazios e daí para o coro onde alguns frades se ocupavam em afinar um velho órgão e organizar algumas peças de música para a festa. No nicho que ficava num dos lados dessa galeria, sem dúvida destinado a algum patrono da boa música, descobrimos um monte de velhos livros corroídos de traça, ao lado de algumas pilhas de manuscritos que, ao que nos informaram, constituíam toda a biblioteca do convento.*

---

<sup>244</sup> **Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Itaboraí, Plano Diretor. 1975-1979. Localizado no Centro de Memória Fluminense (UFF).

<sup>245</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit., p. 161

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> Ibidem, pp. 161 e 162.

<sup>248</sup> Idem.

*Nas paredes laterais viam-se diversas pinturas toscas, uma das quais parecia representar Cristo subindo da Cruz ao Céu (...)*<sup>249</sup>.

O pastor metodista constata o esvaziamento do Convento, relatando que:

*“O Convento (...) foi ele ocupado por numerosos membros da Ordem monástica; na ocasião em que o visitamos, porém, havia apenas o guardião e oito ou dez escravos. As terras a ele pertencentes eram extensas. Podemos fazer ideia de sua vastidão olhando de uma das janelas superiores do edifício, mas, ninguém nos pôde dizer qual a área aproximada. Esta circunstância harmonizava-se perfeitamente com o fato de não haver o menor indício de cultura em ponto algum das terras”*<sup>250</sup>.

A narrativa de Kidder referente ao Convento de São Boaventura assinala tal estrutura em decadência. Porém vale ressaltar que sendo ele um missionário metodista, seus relatos em relação aos templos católicos tendiam a ter dosagens de exageros e narrativas em um tom depreciativo, ainda que sua visita coincida com o período próximo ao fechamento do Convento.

Em relação à história do Convento frei Apolinário da Conceição em 1730 argumenta que inicia-se no dia *“vinte de Novembro de mil seiscentos e quarenta e nove”*<sup>251</sup> com a construção de uma casa provisória, onde ficaram localizados os freis que chegaram para a construção do Convento. De acordo com o trabalho de Ana Maria Moraes Guzzo *“o Convento, quinto da ordem cronológica dos franciscanos dentro da Província da Imaculada Conceição, foi erguido em terras que em 1650 foram doadas a essa ordem pelo capitão João Gomes Sardinha e sua mulher Margarida Antunes (...).”*<sup>252</sup>

---

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> CONCEIÇÃO. Frei Apolinário da. **Epítome do que em breve suma contém a Santa Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, 1730**; IHGB, Vol. 296, Julho-Setembro. 1972. P. 131.

<sup>252</sup> GUZZO. Ana Maria Moraes, **O convento de São Boaventura de Macacu na arquitetura franciscana brasileira**. 1999. Rio de Janeiro: PROARQ – FAU / UFRJ. Dissertação de mestrado. p 108. Para saber mais ver: FIGUEIREDO, Adilson. **O estilo artístico através dos elementos decorativos do Convento de São Boaventura de Macacu**. FSB. Monografia do Programa de Pós graduação Lato Sensu. RJ, Junho de 2011, 117p.

**Figura 2.5: O Convento de São Boaventura**



**Fonte: IPHAN**<sup>253</sup>

A construção do Convento começou em 1660 e segundo Frei Basílio Röwer “*Esta obra durou dez anos, pois foi só no dia 4 de Fevereiro de 1670, (...) que a comunidade se trasladou para a nova Casa*”<sup>254</sup>. Röwer assinala que “*durou este convento 114 anos, pois em 1784 empreendeu-se a sua reconstrução (...),*”<sup>255</sup> momento em que os franciscanos da Ordem Terceira “*fizeram Capela própria, separada da igreja conventual*”<sup>256</sup>.

Em relação ao Noviciado no Convento, seu funcionamento durou de 1672 a 1784<sup>257</sup>. Algumas supressões ocorreram entre esses anos, o que fizeram com que o noviciado não funcionasse nos períodos de 1727 a 1750 e de 1764 a 1778<sup>258</sup>. Röwer considera a época de florescência do noviciado o período de 1750 a 1763, chegando a ter em 1762 um total de 25 noviços. Relata que “*foi nesse tempo que São Boaventura deu à Província religiosos muito distintos*”<sup>259</sup>. Entre alguns desses nomes que Röwer cita<sup>260</sup>, destacamos Frei Antônio de Sant’Ana Galvão (1760)<sup>261</sup> e Frei Mariano da Conceição Veloso (1761).<sup>262</sup>

<sup>253</sup> Foto de Edgar Jacintho. 1963. **Tombado definitivamente pelo IPHAN, em 11/07/1980**, processo nº 690-t-63, inscrição nº 476, Livro Histórico, H. 81, inscrição nº 540, Livro de Belas Artes, vol. 2, nº, iniciado em 28/04/1980.

<sup>254</sup> RÖWER, Frei Basílio. **Páginas de História Franciscana no Brasil**. Op Cit. p. 167.

<sup>255</sup> Idem.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 178.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 175.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 176.

As proibições, ou restrições, da vinda de novos noviços realizadas pela coroa portuguesa no período colonial, somado a eclosão das “Febres de Macacu” - neste local onde o Convento foi construído, de fato tais febres assolaram a população - configuraram os principais motivos da decadência do Convento de São Boaventura.

Vale ressaltar que essa decadência foi gradual e vem desde o final do século XVIII, se intensificando no decorrer das quatro primeiras décadas do século XIX. Desta forma, não condiz associar a implementação da ferrovia em Porto das Caixas, em 1860, como causador do fechamento do Convento. Naturalmente a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, intensificou a crise econômica já em curso na região sede da Vila de Santo Antônio de Sá, mas isso é outro contexto.

Röwer argumenta que o último guardião do Convento foi frei Teotônio de Santa Humiliana e que em Julho de 1841 as suas portas já estavam fechadas. Os escritos do frei Teotônio representam o último, ou um dos últimos relatos do Convento ainda em funcionamento. Neste texto, frei Teotônio, assim como o viajante metodista, menciona a presença de escravos entre os franciscanos no Convento de São Boaventura, ao dizer que: *“Vestiram-se os religiosos, escravos e curaram-se os enfermos. (...) Fez-se um novo portão para as senzalas. (...) Compraram-se (...) um cavalo para cangalha, cujo cavalo o escravo Martins é que sabe o fim que levou, ou que lhe deu, andando às esmolos.”*<sup>263</sup>.

Não é pretensão da presente pesquisa investigar a história da escravidão franciscana em Itaboraí, mas sim apontar que o convívio de cativos no Convento de São Boaventura viabilizou mais um espaço de sociabilidade dos escravos, na medida em que exerceram atividades que iam além da grande lavoura, diversificando desta forma, ainda mais as relações escravistas na região, embora tal forma de escravidão não tenha se configurado como predominante.

A análise do cotidiano desses escravos vai numa direção diferente de autores que utilizam a relação do Padroado para justificar a existência da escravidão nos Conventos. Entre eles, o Frei Venâncio Willeke que apresenta um referencial de como era a escravidão

<sup>260</sup> Ibidem, pp. 178 e 179.

<sup>261</sup> Conhecido como **Frei Galvão**, foi canonizado pelo Papa Bento VI em 11 de maio de 2007, tornando-se, segundo as crenças da Igreja Católica, o primeiro santo nascido no Brasil.

<sup>262</sup> Segundo o pesquisador Luiz Cruz, em seu artigo **“O primo de Tiradentes”** publicado na Revista de História no dia 15/06/2011, o botânico Frei Veloso foi para o Convento de São Boaventura com 19 anos e que este, era o primo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-primo-de-tiradentes>> Acessado em 17/12/2011.

<sup>263</sup> RÖWER, Frei Basílio. Op Cit., p. 182.

franciscana. Defende que os escravos pertencentes aos franciscanos recebiam um tratamento menos agressivo quando comparados com as senzalas dos senhores leigos, mas mesmo ele afirma que “*ainda assim havia certo rigor nas senzalas, onde o tronco ameaçava aos indisciplinados ao menos em vários conventos do Nordeste*<sup>264</sup>.”

Não entrando na discussão de um possível caráter mais brando da escravidão nos conventos franciscanos, o fato é que, ao que se refere ao Convento de São Boaventura, sua gradual decadência diminuiu, além do número de religiosos, a quantidade de escravos, o que possivelmente viabilizou uma ampliação das atividades dos cativos restantes e consequentemente o aumento de sua mobilidade nos arredores do Convento.

Esses escravos desempenhavam diversas atividades, como o trabalho na lavoura, na cozinha, na alvenaria, marcenaria, lavanderia e no acompanhamento aos frades na recolha das esmolas, sendo que alguns realizavam tais serviços sozinhos. Possivelmente o escravo Martins citado pelo último guardião do Convento de São Boaventura, se insere na prática de recolher esmolas sem o acompanhamento de um frade, devido à presença de poucos religiosos nesse período, o que assinala o nível de mobilidade que alguns desses cativos possuíam e a dimensão dos espaços de inserção social.

Röwer, ao escrever brevemente sobre os escravos da Penha, argumenta que esses cativos, ao aprenderem um ofício, se tornavam hábeis de tal forma que alguns se tornavam mestres. Demonstra que a construção e reconstrução desse Convento foram alcançadas por obra dos escravos. Situação que provavelmente ocorreu no Convento de São Boaventura<sup>265</sup>. Cita escravos músicos, com alguns compondo bandas de música. Comenta que “o mapa demonstrativo dos escravos da Penha de setembro de 1872 registra ainda a existência de 42, (...)” cujos ofícios são os seguintes: 3 pedreiros, 1 carpinteiro, 11 ocupados na lavoura, 7 cozinheiras, 6 lavadeiras, 3 engomadeiras, 5 costureiras e 6 sem ofício<sup>266</sup>.

Pelo exemplo dos escravos do Convento da Penha é possível percebermos a diversificação das relações escravistas nos conventos franciscanos. Daniel Parish Kidder ao relatar que no momento de sua visita ao Templo de São Boaventura, existiam em torno de oito a dez escravos, nos proporciona uma informação que nos permite supor que esse Convento

<sup>264</sup> WILLEKE, Fr. Venâncio. **Senzalas de Conventos**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, V. 27, p. 355-376, São Paulo, 1976. p. 479.

<sup>265</sup> No documentário “**Convento São Boaventura, uma herança cultural preservada pela Petrobras**” há referência da participação de escravos na construção do Convento. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SIRWWwVvsnM>> Acessado em: 20/12/2012.

<sup>266</sup> RÖWER, Frei Basílio. Op Cit., p. 222 e 223.

possuiu um número de escravos expressivo em décadas anteriores, haja vista que o período em que o relato foi elaborado pelo viajante representou o momento da véspera do término das funcionalidades do Convento.

Pela leitura do livro de batismo de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Sá,<sup>267</sup> dando ênfase apenas aos anos do século XIX, encontramos alguns escravos pertencentes aos religiosos do Convento de São Boaventura. A exclusividade dada na análise aos anos iniciais desse século se insere na preocupação em manter a proximidade com o corte cronológico da pesquisa, na medida em que sendo um livro de batismo é possível supor que esses cativos fizessem parte da sociedade escravista que está sendo estudada.

Dos nove anos de batismo, equivalendo à leitura de 154 registros, foram localizados sete escravos pertencentes aos religiosos de São Boaventura. Pela dimensão do livro, que possui um total de 48 anos, correspondendo a 864 registros, somado ao fato de que o período do livro analisado equivale ao momento em que a diminuição dos religiosos no Convento já vinha ocorrendo, é possível supor que o número de escravos no Convento São Boaventura tenha sido consideravelmente maior antes do período estudado, sobretudo na época do funcionamento do noviciado de 1672 a 1784.

Dos três registros de escravos pertencentes aos religiosos do Convento de São Boaventura, um nos chamou mais atenção, devido ao nome dado ao cativo que estava sendo batizado. Foi o do escravo Boaventura, inocente,<sup>268</sup> batizado pelo Frei Antônio do Sacramento no dia 11/05/1800. Filho legítimo de Manoel de nação Congo e de Joana Crioula, ou seja, filho de um africano e de uma escrava nascida no Brasil. O nome de um santo da igreja católica dado ao escravo e sendo este o nome do próprio Convento, possibilita supor o nível de influência cultural e certa “proximidade” dos religiosos com os escravos. Isso não significa dizer que tal prática representa um referencial de uma relação sem conflitos.

Filha dos mesmos pais do Boaventura, logo sua irmã, encontramos o registro de Ignocência. Batizada por Antonio Leodoro Avila de Bettancourt no dia 09/08/1802. Por fim, Francisca, crioula, batizada também por Antonio Leodoro Avila de Bettancourt em

---

<sup>267</sup> Livro de batismo de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Sá. 1761-1809. LABHOI.

<sup>268</sup> Iraci Del Nero da Costa assinala que “*Por inocentes entendiam-se as crianças - via de regra com menos de sete anos - que ainda não comungavam; adultos, consideravam-se, em geral, os negros africanos - com mais de sete anos - aqui chegados sem terem recebido o batismo em África*”; COSTA, Iraci Del Nero da . **Registro paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos**. Disponível em: <<http://arquivosefonteshistoricas.files.wordpress.com/2011/05/notas-sobre-assentos-de-batismos.pdf>> Acessado em: 15/11/2012.

04/08/1801. Filha legítima de um escravo ao qual não foi possível identificar o nome e de Maria, ambos crioulos.

Todos esses escravos foram batizados na Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá e seus padrinhos todos residiam na Vila de mesmo nome. Os batizados acima citados, todos era filhos legítimos de escravos também pertencentes aos religiosos do Convento, o que significa dizer que eram filhos de pais casados, o que assinala mais uma informação que demonstra a manutenção e afirmação dos valores dos religiosos de São Boaventura sobre seus escravos.

O viajante Kidder, depois de nos proporcionar o ponto de partida para a reflexão dos escravos em São Boaventura, prosseguiu sua caminhada na Vila de Macacu:

*“Saindo do convento, andamos sem destino pela cidade, examinando as coisas que mais interesse despertavam. A Câmara Municipal e a Cadeia Pública estavam ambas instaladas sob o mesmo teto. Através das grades desta última via-se um preso, preguiçosamente escarranchado num banco, perto da janela. Era um escravo, encarcerado pelo crime de desobediência aos seus senhores, umas crianças órfãs”<sup>269</sup>.*

No século XIX as prisões se localizavam no andar térreo das câmaras municipais e eram partes constitutivas do poder local. Serviam para recolher “desordeiros”, escravos fugitivos e criminosos à espera de julgamento e punição. Não eram cercados, e os presos mantinham contato com transeuntes através das grades, por onde recebiam esmolas, alimentos e obtinham informações<sup>270</sup>.

Essa estrutura facilitou a visualização de Kidder, percebendo a presença de um preso escravo. Embora o que se sabe sobre esse escravo, seja apenas a informação presente na narrativa de Kidder, esse relato demonstra o cotidiano de intolerância imposto ao escravo, ao mesmo tempo em que ser considerado “*desobediente aos seus senhores*” desconfigura a ideia de sujeição passiva do cativo.

O pastor metodista, finalizando sua caminhada pela sede da Vila de Macacu, comenta que “*quase todas as casas tinham arandelas para iluminação, junto à platibanda<sup>271</sup> e às janelas. Nas ruas o silêncio era completo; dificilmente encontrava-se alguém a passeio ou*

<sup>269</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit., 163.

<sup>270</sup> SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822- 1940** . São Paulo: Annablume, 1999. P. 41.

<sup>271</sup> O termo arquitetônico que designa uma faixa horizontal (muro ou grade) que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado.

*nas janelas*”<sup>272</sup>. Pela época que Kidder visita à sede administrativa da Vila, é provável que esse silêncio seja em função do esvaziamento dessa região com a propagação das “Febres de Macacu”, mas, sobretudo, com o medo que ameaça de contaminação gerou<sup>273</sup>.

As duas imagens abaixo, quando comparadas, nos auxiliam na visualização de como era a sede da Vila de Santo Antônio de Sá. A legenda corresponde as principais construções já mencionadas nesta obra através do relato de Kidder, em sequência temos: 1 - Câmara Municipal e a Cadeia Pública; 2 – Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência; 3 – Igreja Conventual; 4 – Convento de São Boaventura; 5 – Rio Macacu; 6 – Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá.

**Mapa 2.1: Sede da Vila de Santo Antônio de Sá (1838)**



**Fonte: (Adaptado) Major Rivierre - Arquivo Nacional**

<sup>272</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit., 163.

<sup>273</sup> Ao contrário de Kidder, John Luccock em 1816 relata que “Vila de Macacu, sede da administração regional. Compreende uns mil habitantes, com grande proporção de padres e advogados, por isso relatando os falatórios, com maior naturalidade (...). Seu porte e localização contribuíram junto para relembrar-me Littleport, na ilha de Ely”. LUCOCK, John. Op. Cit. p. 231.



**Figura 2.6: Sede da Vila de Santo Antônio de Sá (1838)**



**Fonte: Cadernos Proarq<sup>274</sup>**

Kidder distribuiu algumas publicações religiosas que segundo ele foram “*muito bem recebidas*” e voltou para o barco onde narra que auxiliado “*pela correnteza, a nossa viagem de retorno foi rápida e muito agradável. Em duas horas e meia atingimos um ponto do qual, em nossa viagem rio acima, havíamos remado durante sete horas.*”<sup>275</sup>

Voltando da sede da Vila de Santo Antônio de Sá, Kidder entra no rio da Aldeia para conhecer o Porto das Caixas e apresenta o nível de dificuldades existentes para a navegação. Ele narra que: “*Entramos novamente no rio do Porto das Caixas. Era tão estreito e sinuoso esse riacho que não se podiam usar os remos. Prevendo tais emergências havíamos levado varejões que então nos impulsionaram a uma velocidade bastante razoável*”<sup>276</sup>.

Ele caracteriza a localização do Porto das Caixas e demonstra o grau de importância da região enquanto entreposto comercial:

*“Atingimos o nosso destino entre nove e dez horas da noite. O arraial do Porto das Caixas está situado nas fraldas de um Outeiro em cuja base serpeia o riacho que lhe dá o nome e a sua razão de ser. É o ponto de encontro das tropas que trazem café e açúcar das colônias de Nova Friburgo e Cantagalo, bem como de uma grande parte da zona circunvizinha. Aí também carregam as mercadorias que voltam da capital em troca de gêneros. Além de sua importância comercial, o lugar*

<sup>274</sup> GUIMARÃES. Cêça. **Conceitos estruturantes da ideia e do projeto de requalificação das Ruínas do Convento de São Boaventura de Macacu.** Cadernos do PROARQ. RJ. UFRJ. 1997. p. 161.

<sup>275</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit., 164.

<sup>276</sup> Idem.

*é conhecido por ser a residência da família do Senhor Joaquim José Rodrigues Torres (...)*<sup>277</sup>”

No trajeto de retorno, o viajante visita o Engenho do Sampaio, ao qual ele comenta que em momentos anteriores foi visitado por D. João VI<sup>278</sup>. Narra que esse Engenho possuía uma escravaria com um número expressivo, em torno de 70 cativos, representando desta forma, um plantel relativamente grande para uma região do Recôncavo da Guanabara. Assim ele escreve:

*“Descendo esse braço do Macacu, (...) Ganhando novamente o curso principal, aportamos no Engenho do Sampaio onde desembarcamos e fomos apresentados ao proprietário. Esse cavalheiro, com grande urbanidade, mostrou-nos todas as suas Instalações onde estava montando um maquinário a vapor, construído na Inglaterra e importado por um preço de muitos contos de réis. Ao que nos informaram esse lugar havia sido frequentemente visitado por D. João VI e sua família durante sua permanência no Brasil, pois o antigo proprietário era amigo particular do monarca. Só muito recentemente tinha o engenho passado às mãos do então proprietário que nele empregava setenta e tantos escravos. O mesmo indivíduo possuía plantações muito mais extensas, a montante do Macacu, onde labutava muito maior número de escravos para os quais – também para sua família que lá residia mantinha um capelão”*<sup>279</sup>.

Daniel Parish Kidder passa novamente em Vila Nova e segue viagem descendo o rio, atingindo “(...) a desembocadura, às 3 horas, e, sem parar novamente na Venda Paciência (...)”, *iça vela e chega a Baía de Guanabara*<sup>280</sup>.

Os relatos do viajante Kidder, além de contribuir para conhecermos melhor a região estudada, representam um dos poucos documentos do século XIX que mostram informações referentes a sede da Vila de Santo Antônio de Sá e do Convento de São Boaventura. Dados que, quando comparados com outros documentos de época, nos auxilia perceber que a presença religiosa na região contribuiu para intensificar a diversidade das relações escravistas em Itaboraí.

---

<sup>277</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>278</sup> O viajante John Luccock em 1816 ao se referir a uma máquina a vapor de um engenho em Vila Nova comenta que “*dizem que (...) o Príncipe Regente visitou Vila Nova para ver a máquina trabalhar e que seu proprietário, afim de não rebaixar o caráter brasileiro no seu respeito a realza, preferiu perder uma grande parte da sua safra de cana, a ofender os ouvidos de seu visitante com a bulha do maquinário*”. LUCOCK, John. Op. Cit., p 231.

<sup>279</sup> KIDDER, Daniel Parish. Op Cit., 167.

<sup>280</sup> Idem.

## 2.4 - Thomas Ewbank (1846): A Diversidade do Trabalho escravo nas Fazendas

Em 1846, Thomas Ewbank chega ao Brasil, realizando assim sua primeira viagem exploratória<sup>281</sup>. Focado no campo da etnologia, buscando relatar o cotidiano e o trabalho no interior do Rio de Janeiro, Ewbank inicia sua viagem para a fazenda de Sambairatiba (atual Sambaetiba<sup>282</sup>) dos amigos J. e B localizada na Vila de São João de Itaboraí:

*“As três horas da tarde desembarcávamos uma milha adentro do Rio Macacu. O barco entrou uns oitenta centímetros na terra e por algum tempo as rodas trabalharam na lama.” (...) “Em meia hora a maré subia e nós entrávamos”<sup>283</sup>.*

Realizou o mesmo trajeto que Hermann Burmeister e Daniel P. Kidder, apresentando semelhantes problemas de navegação no rio Macacu e os medos que a região gerava com a presença das “Febres”:

*“Tendo uma largura de oitocentos metros na embocadura, a corrente logo se estreita, e torna-se tortuosa como uma serpente. A água é turva. Denso arvoredo entende-se à esquerda por um pântano impenetrável de sessenta a oitenta quilômetros, e a direita numa extensão de oito ou dez quilômetros, com eventuais áreas cultivadas. Diz-se que aqui temos mil e duzentos quilômetros de brejo, sempre dizimados de malária, e apenas ocupados por animais selvagens”<sup>284</sup>.*

Subindo o rio, Ewbank se depara com um carregamento de escravos e realiza uma ironia, que possivelmente, pode estar associada à explicitação da realização do tráfico de escravos no Brasil sem qualquer ameaça de punição pelo governo Imperial, o que demonstra o descaso pela lei de 1831<sup>285</sup>. Segundo Lia Osório Machado esse “*carregamento era provavelmente proveniente (...) da região dos Lagos*”<sup>286</sup>. O viajante narra que:

<sup>281</sup> PAULINO, Carla Viviane. Op. Cit., p. 3.

<sup>282</sup> **PLANO DE MANEJO - APA DA BACIA DO RIO MACACU** – Encarte2 – Contexto Regional. Instituto Bioatlântica. 2009. p.67.

<sup>283</sup> EWBank, Thomas. Op. Cit., p. 271.

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> Lei Feijó promulgada em 7 de novembro de 1831 ficou conhecida posteriormente como “Lei para inglês ver”. “Essa Lei tinha por finalidade principal reprimir o tráfico de africanos, dando assim à Coroa britânica uma demonstração de que o Brasil estava se empenhando em contribuir para a extinção do comércio internacional de escravos. Entretanto, na prática, ela nunca foi executada, sendo desrespeitada por todos os responsáveis pelo tráfico. Somente em 1850, com a publicação de uma segunda lei, pôde o seu objetivo inicial finalmente se realizar”. GURGEL, Argemiro Eloy. **Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831.**

*“Vimos passar quatro barcos carregados de escravos, parte de um carregamento recém-chegado ao Rio e que agora é contrabandeado – se é que se pode usar o termo num negócio em que nenhum segredo está implícito – dirigindo-se a São Cristóvão, ao depósito próximo ao palácio. Antes da manhã, eles serão dispersos, e dentro de poucos dias estarão todos trabalhando. Eram cinquenta em cada embarcação e todos jovens. Levantaram-se ao passarmos, surpresos, provavelmente, diante de um barco a vapor”<sup>287</sup>.*

Chegando ao Porto de Sampaio, Ewbank aluga uma tropa de mulas e se direciona a Fazenda de Sambairatiba, local utilizado para o início e descanso dos caminhos que realizou nas fazendas “próximas”:

*“Era escuro quando desembarcamos em Porto Sampaio, uma cidadezinha onde não havia espaço para o pequeno barco dar a volta, tão estreito era o canal. Tínhamos agora vinte e sete quilômetros que fazer por terra. De uma tropa de mulas, imediatamente arreadas, escolhemos quatro, ajustamos as esporas aos nossos calcanhares, e dentro em pouco estávamos franqueando o nosso caminho através de uma região de florestas quase selváticas. Tarde chegamos a Sambairatiba, a fazenda hospitaleira de nossos amigos J. e B., propriedade que há várias gerações vem pertencendo à família”<sup>288</sup>.*

Apresenta a escravaria da fazenda de seus amigos e comenta que em torno de trinta, dos setenta escravos da fazenda, estavam aptos ao trabalho, o que leva a crer que menos da metade da escravaria estava inserida na idade produtiva, ou seja, não estavam dentro da faixa etária de 15 a 40 anos<sup>289</sup>. A não exatidão numérica referente aos velhos e moços, citados pelo viajante, embora juntos sejam maioria, inviabiliza definir se essa escravaria era velha. Além disso, impede também de sabermos se ocorreu a reprodução natural dos cativos e em que proporções teria ocorrido:

*“A fazenda de nossos hospedeiros é considerada pequena, tendo apenas meia légua quadrada de superfície. Rodeada pelas montanhas vizinhas, boa parte*

---

p.1. Disponível em: [http://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1677-065x/v6n12/Microsoft\\_Word\\_-\\_ARTIGO\\_UMA\\_LEI\\_PARA\\_INGLxS\\_VER...\\_Argemiro\\_gurgel.pdf](http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12/Microsoft_Word_-_ARTIGO_UMA_LEI_PARA_INGLxS_VER..._Argemiro_gurgel.pdf) > Acessado em 09/11/2012.

<sup>286</sup> OSÓRIO, Lia. Op.Cit., p. 14.

<sup>287</sup> EWBANK, Thomas. Op. Cit., p 271.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 272.

<sup>289</sup> MATTOS, Hebe Maria. “Ao Sul da História”. Op. Cit., p 35.

*delas é constituída de florestas. O gado consiste em trinta e seis mulas, quarenta vacas, e setenta escravos, velhos e moços – e uns trinta são fisicamente aptos. Quatro deles, assim como duas crianças, avaliados em oitocentos mil réis, morreram recentemente de febre. Para a família e os negros, cultiva-se em quantidade suficiente mandioca, café, feijão, e criam-se porcos. O produto principal da fazenda é o açúcar.”<sup>290</sup>.*

Narra à produção de açúcar da fazenda, apontando a tecnologia utilizada no engenho como ultrapassada. Sua afirmação é acompanhada de um recurso literário que o viajante utiliza, que é a comparação com o continente europeu realizada no fragmento abaixo. Contudo, seu referencial principal de comparação, na maioria das vezes, é a sociedade “Norte americana”. A atenção dada pelo viajante ao nível de tecnologia, empregada nas unidades de produção, se dá, principalmente, por conta da busca de elementos que de certa forma determinassem o grau de civilidade, progresso e desenvolvimento da região. Assim ele comenta que:

*“O engenho, acionado por mulas, é o mesmo do século passado – a primeira forma europeia do original asiático – constituído de três cilindros de madeira revestidos de ferro. O suco é espremido e passa através de um barrote para o tacho vizinho, onde se segue o processo ordinário de concentração. Entre o engenho e a casa fica a senzala”<sup>291</sup>.*

Com o mesmo recurso comparativo, ao conhecer a Fazenda Sumidouro, agora sem um tom depreciativo, Ewbank relata o nível de tecnologia empregada e apresenta uma escravaria que pode ser considerada grande, até mesmo quando comparada com as regiões de ponta da produção de café:

*“Acompanhado pelo Sr. J. e montados em mulas, os Srs. M. e H. e eu fomos visitar algumas fazendas vizinhas. A seis quilômetros de distância, chegamos à fazenda do Sumidouro, propriedade de um ex-deputado e conselheiro de Estado. O engenho, de construção moderna, era, com a máquina a vapor que o move, importado da Inglaterra. Os cilindros trituradores são horizontais e a cana em cada operação passa duas vezes através deles. Aqui havia quatro tachos de evaporação. Em cada plantação de açúcar o melaço é destilado em cachaça; e aqui, como em outros, havia enormes tinas onde o álcool é armazenado e doneo é tirado para vender.” “Aqui estão empregados duzentos escravos e cem bois. Enchem-se catorze moldes por dia, ou seja, 540 quilos de açúcar, durante a estação”<sup>292</sup>.*

---

<sup>290</sup> EWBANK, Thomas. Op. Cit., p 273.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 274.

Ewbank, ao se referir ao proprietário dessa fazenda, realiza um relato onde é apresentada uma relação de afinidade e aproximação do fazendeiro com suas crianças escravas. A presença dessas crianças é um demonstrativo também da existência de família escrava na região. Além disso, como Republicano e crítico da escravidão, Ewbank menciona a opinião do proprietário sobre a escravidão, ao mesmo tempo, em que mostra a dependência do fazendeiro com o sistema escravista. Se o dono da fazenda realmente passou essa informação, isso não teremos como saber, porém a negativa da escravidão presente nesta narrativa assinala algumas das concepções do viajante. Ewbank relata que:

*“O proprietário, um cavalheiro gordo, estava sentado na casa de engenho. Ele perdeu há pouco sua mulher, e é paralítico. Crianças negras brincavam ao redor dele, e uma estava sentada entre os joelhos seus. Seus negros, ele dizia, eram seus filhos, e na verdade parecia que os tratava assim. É um dos engenhos mais velhos da província, e admite-se que seja dos melhores administrados; apesar de tudo, ele diz que não obtém lucro nenhum. Detesta a escravidão, mas acredita que os trabalhadores brancos não poderão substituí-la no Brasil”<sup>293</sup>.*

De acordo com algumas biografias, a Fazenda Sumidouro pertencia à família de Joaquim Gonçalves Ledo, sendo este um dos principais personagens da independência do Brasil. Segundo essas obras, a sua mulher faleceu no início de 1846, próximo ao período que Ewbank mencionou o falecimento da esposa do proprietário da fazenda. Desta forma, é possível supor que o proprietário citado por Ewbank seja o próprio Ledo, visto que este ao se retirar da política, veio para fazenda, falecendo apenas em 1847, um ano depois da visita do viajante.<sup>294</sup>

Sobre a relação dos fazendeiros com crianças escravas, Maria Lúcia de Barros Mott argumenta que *“a relação entre senhor e criança escrava, até cerca de cinco ou seis anos, é muito vezes descrita pelo viajante como sendo afetuosa”*. Para ela *“a idade de cinco a seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. A partir desta idade ela aparece desempenhando alguma atividade”*. A pesquisadora comenta que *“no meio rural, as mulheres e as crianças desempenhavam frequentemente a mesma tarefa, como por exemplo descascar mandioca, descaroçar algodão e arrancar ervas daninhas”<sup>295</sup>.*

<sup>293</sup> Ibidem, p.274.

<sup>294</sup> Para saber mais ver: ASLAN, Nicola. **Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo**. Tomos I e II. Edit. Maçônica. Rio de Janeiro. 1975.

<sup>295</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros Mott. **A criança escrava na literatura de viagens. Cadernos de pesquisa. Fundação Carlos Chagas**. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n31/n31a08.pdf>> - Acessado em: 03/01/2012. p. 60 e 61.

Ainda na Fazenda Sumidouro, Ewbank relata a produção de madeira, demonstrando desta forma, a presença da diversidade ocupacional dos escravos em Itaboraí:

*“No engenho de água uma roda com baldes de apenas quinze polegadas de largura movia três pilões de jacarandá que descascavam arroz em almofarizes de madeira. Na serraria havia vagões que eram feitos por escravos, a machadinha na mão plasmando rodas e pinos de maneira admirável. Havia sobre o chão toros de Jacarandá e eixos pesados de carro, gastos pelo atrito.”<sup>296</sup>*

Ao que se refere à região de Itaboraí, embora a produção de madeira não tenha priorizado o uso da mão de obra escrava, como já foi dito no Capítulo I, principalmente ao que se refere à derrubada na floresta, devido às possibilidades de prejuízo ao senhor, seja pelas fugas ou por acidentes ao escravo, o corte da madeira realizado pelo cativo dentro da fazenda, sob a vigília do feitor, ocorreu com mais frequência quando comparado ao trabalho nas florestas.

Quanto ao escravo serrador e aos métodos de serragem, Diogo de Carvalho Cabral realiza uma considerável contribuição para esta obra, ao analisar a descrição textual e pictórica da obra de Debret:

*“A serragem era feita manualmente, utilizando-se sempre dois trabalhadores. A tora, mais ou menos esquadrejada a machado (processo através do qual se obtinha pedaços de seis a 13 metros de comprimento), era apoiada no chão por uma de suas extremidades, onde se posicionava um dos serradores; o outro se punha em cima do estrado ou cavalete, uma espécie de suporte pouco mais alto do que um homem que sustentava, no ar, a outra extremidade da tora. Às vezes, construía-se um estrado “deitado”, com os serradores ficando quase no mesmo nível, sendo o golpe da serra desferido horizontalmente (figura 3.3). O tipo de serra mais comum era aquela conhecida como “de estaleiro”, com uma lâmina estreita na parte inferior e larga na superior.”<sup>297</sup>*

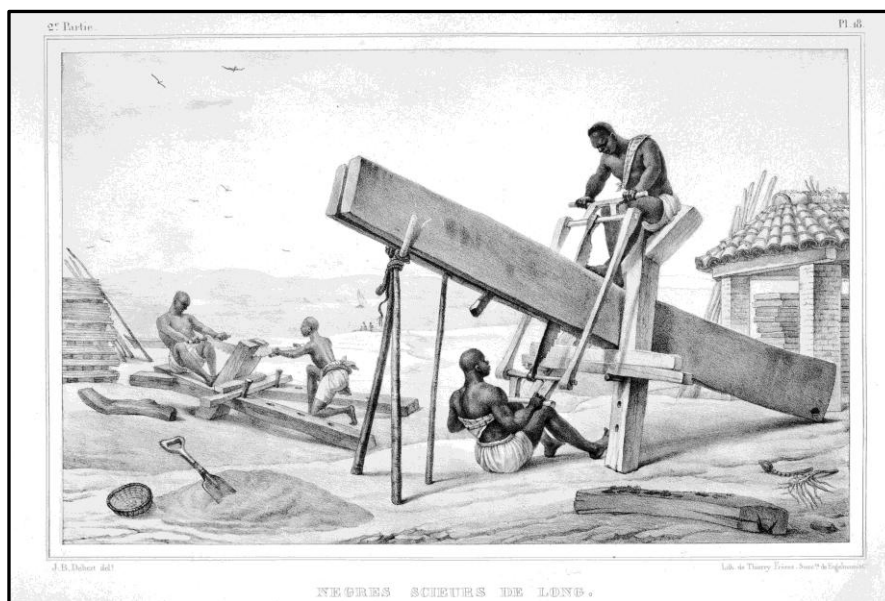
Pela obra de Jean Baptiste Debret é possível visualizar o que foi dito acima:

---

<sup>296</sup> EWBank, Thomas. Op. Cit., p. 275.

<sup>297</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. Op. Cit., p. 242.

**Figura 2.7: Escravos serrando a madeira**



**Fonte: Jean Baptiste Debret - Viagem pitoresca e histórica ao Brasil<sup>298</sup>**

Embora não seja no mesmo momento em que Ewbank esteve em Itaboraí, optamos analisar o censo demográfico de 1872, como forma de obtermos mais um documento que demonstre o trabalho na produção de madeira na região.

Na parte dos dados da população considerada em relação às profissões, ao que se refere aos operários em madeira do item das profissões manuais ou mecânicas, encontramos os seguintes dados: A Freguesia de São João Baptista de Itaboraí possuía 12 “operários”, desses, 8 eram brasileiros e 4 estrangeiros, sendo que todos eram trabalhadores livres. A Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (Itambi) apresentou 12 trabalhadores, sendo 10 livres, divididos em 6 brasileiros e 4 estrangeiros, tendo 2 escravos. A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas contava com 33 trabalhadores, todos trabalhadores livres e brasileiros. Por fim, a Freguesia de Santo Antônio de Sá que passa a pertencer a Vila de São João de Itaboraí em 1875 e que por isso é analisado nesta pesquisa, apresentou as seguintes informações: 15 “operários”, divididos em 7 livres, brasileiros, e 8 escravos<sup>299</sup>.

Todos esses trabalhadores eram homens. Ao que se refere aos escravos, não há menção específica de nacionalidade, apenas sua totalidade das profissões contidas no censo. Embora esse documento não represente com exatidão a quantidade de escravos nesse ofício, haja vista as dificuldades para elaboração de tais dados, sobretudo para época, ele serve como

<sup>298</sup> Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624520062>> - Acessado em 20/06/2012.

<sup>299</sup> **Recenseamento Geral do Brasil de 1872** (IBGE), pp. 154-162.



um indicativo para reafirmar a hipótese de que o trabalho com madeira em Itaboraí era realizado predominantemente por trabalhadores livres. O censo não menciona se esses “operários” eram brancos ou negros, o que inviabiliza saber a participação do negro liberto nessa atividade, embora seja provável.

Ewbank termina a visitação na Fazenda Sumidouro e retorna antes de anoitecer para a Fazenda de Sambairatiba. No dia seguinte inicia sua “aventura” às 09:00 horas da manhã em direção as Fazendas que ele denomina como Rio das Pedras, do “Colégio” e Macacu. Essas três propriedades não foram analisadas, na medida em que não faziam parte da Vila de São João de Itaboraí, estando localizadas na área em que conhecemos atualmente como Cachoeiras de Macacu.

É fundamental destacar que a Fazenda Macacu citada constantemente nesta obra, não é a mesma fazenda que Ewbank denomina de Macacu. Seja qual for o motivo que levou Ewbank utilizar semelhante denominação, o fato é que são propriedades diferentes. Neste sentido, o autor desta obra vai ao encontro à interpretação do pesquisador Vinícius Maia, que argumenta que: *“Esta fazenda talvez seja a de Nossa Senhora de Monserrate, de propriedade dos carmelitas, conforme menciona Pizarro em suas Visitas Pastoraes, de 1795. Localizava-se próxima à “Colégio” (...)”*<sup>300</sup>

Dias depois dessa “longa” visita, o viajante retorna para a fazenda de seus amigos. No seu hábito de observar o cotidiano dos diferentes tipos de produção, Ewbank relata de forma meticulosa a produção de farinha nessa propriedade em Itaboraí:

*“Quero aqui inserir o principal de minhas notas e observações sobre a fabricação da farinha: (...) Um campo de mandioca madura parece um viveiro de aveleiras. O Tronco de cada planta é isolado e tem apenas algumas folhas palmadas no vértice. Um rebento se insere quase em cada dois centímetros e meio do tronco, de outra maneira nu; sua extensão é de um metro e oitenta a dois e dez, e tem dois centímetros e meia de grossura na base. Quando um campo é cultivado, as hastes são partidas em três partes, de no máximo dez centímetros. Estas são plantadas, emitem rapidamente raízes e brotos curtos e em dois anos amadurece nova colheita. Os tubérculos produzidos pelos troncos chegam a cinco em média, o maior com um metro e oitenta centímetros a dois metros de comprimento e dez centímetros de espessura; a forma é irregular e em substância parecendo-se com a cenoura branca”*<sup>301</sup>.

Ele prossegue, mencionando a participação do escravo na atividade:

<sup>300</sup> CARDOSO, Vinicius Maia. **Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX**. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. 2009. Dissertação de Mestrado. p. 48.

<sup>301</sup> EW BANK, Thomas. Op. Cit., p. 284.

*Depois de raspados e enxaguados, são preparados para o moinho. Sempre no mesmo plano e com as mesmas dimensões, a máquina não é mais que um ralador gigante. Imagine uma pequena roda de carroça de 90 centímetros de diâmetro, adaptada a um eixo, que tem numa das extremidades aplicada uma manivela. Em vez de uma roda de ferro, uma folha de metal, de dez centímetros de largura, e toda crivada, é pregada às pinas, com o lado áspero para fora. Um escravo gira-a, enquanto outro vai empurrando de cada vez uma raiz ao seu encontro. Quando a parte deixada na mão se torna pequena demais para ser segura firmemente, usa-se então uma raiz fresca para empurrá-la para a frente até que esteja completamente moída”<sup>302</sup>.*

Finaliza, mostrando a racionalidade da produção em se aproveitar o máximo possível com a elaboração da tapioca:

*“A polpa é posta em sacos de fibra ou pano e é submetida à prensa. A matéria comprimida, semelhante ao queijo quanto à sua consistência, é esfregada numa peneira áspera, e posta depois em panelas de cobre moderadamente aquecidas. Não é então muito diferente da farinha de aveia ou da de milho. Assim em meia hora a raiz se converte naquilo que em geral se conhece como o pão do Brasil.” “O suco venenoso espremido não é inteiramente jogado fora. Recebido em vasilhas, coleta-se um bonito precipitado branco no fundo. O Sr. J., metendo a mão numa tina, apanhou um pouco. “Isto, disse ele, quando seco, é tapioca””<sup>303</sup>*

A plantação de mandioca era muito frequente no Recôncavo da Guanabara, na medida em que a farinha era à base de alimentação para os diferentes segmentos sociais no século XIX. Uma Mercadoria que representou a sustentabilidade econômica para os fazendeiros de pequena e média propriedade do Recôncavo. Assim como o tabaco e a cachaça, a farinha não se restringiu ao mercado interno, sendo também uma mercadoria a ser negociada no decorrer da aquisição de escravos através do tráfico internacional.

Apesar de Ewbank não ter mencionado a presença do Feitor no momento da produção da farinha, sua presença era muito comum no acompanhamento do trabalho dos escravos. O pesquisador Nielson Bezerra ao analisar a pintura de Johann Moritz Rugendas, exposta abaixo, comenta que as fases do processamento da mandioca para a forma de farinha passava pelo “descascar, moer, secar e torrar a farinha”. Comenta ainda que a presença da mão de obra escrava masculina ficava “reduzida à primeira etapa do trabalho”, estando às mulheres presentes “em todas as fases do processo”<sup>304</sup>.

---

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. “Escravidão, farinha e tráfico atlântico”. Op. Cit., p 42.

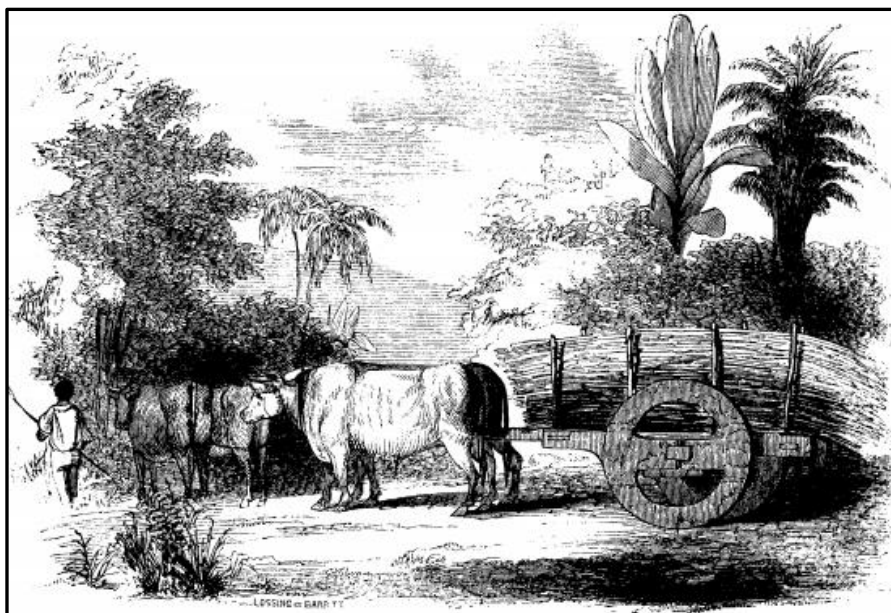
**Figura 2.8: O Trabalho do escravo na produção de farinha**



**Fonte: J. M. Rugendas – Biblioteca Nacional**<sup>305</sup>

Concluindo suas anotações, Ewbank cita o transporte da cana de açúcar realizado na Fazenda e registra o contexto apresentado em uma imagem que segue abaixo: “*Os carros de bois não são sem interesse. (...) Finalmente encontramos-nos com (...) doze carros, carregados de cana em seu caminho para o engenho.*”<sup>306</sup>”

**Figura 2.9: Transporte da Cana de Açúcar**



**Fonte: Thomas Ewbank**<sup>307</sup>

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> EWBank, Thomas. Op. Cit., p. 285.

<sup>307</sup> Ibidem, p. 286.

Encerrando a sua viagem em Itaboraí narra que: “Às cinco da manhã H., M. e eu despedimo-nos de nossos amáveis anfitriões, às dez chegávamos a Sampaio, e pouco depois embarcávamos em direção de Macacu. (...) Às quatro chegávamos à cidade.”<sup>308</sup>

O relato dos viajantes Hermann Burmeister, Daniel Parish Kidder e Thomas Ewbank viabiliza a percepção do amplo espaço de atuação que os escravos negros tiveram em Itaboraí no século XIX. Respectivamente, suas narrativas mostraram a mobilidade dos escravos tropeiros, a circulação nas instituições religiosas e a participação na produção em diferentes atividades das fazendas próxima ao rio Macacu. Ofícios que contribuíram para que o escravo buscasse diferentes formas de negociação, resistência e inserção em uma sociedade escravista.

### **CAPÍTULO III - Vila de São João de Itaborahy - Economia, Política e População no século XIX:**

Essa parte da pesquisa apresenta a consolidação da diversificação econômica e os reflexos que tal característica gerou nas relações escravistas em Itaboraí. Uma análise da economia, da política e da evolução demográfica da região no século XIX. Um estudo que se propõe a investigar os ofícios de escravos envolvidos, direta e indiretamente, nos serviços de transporte fluvial e ferroviário, além de uma breve análise do trabalho escravo nos espaços “industriais” em formação, como as olarias. Foram utilizadas como fontes primárias os Relatórios do Presidente de Província, o Almanaque Laemmert, Jornais locais, crônicas produzidas em Itaboraí, censos demográficos e o contínuo uso de imagens para ilustrar o que está sendo estudado.

#### **3.1 – A elevação a Vila e a sede administrativa:**

O povoamento do atual município de Itaboraí ocorreu principalmente em dois lugares: nas proximidades do rio Macacu, onde se desenvolveu a freguesia de Santo Antônio de Sá, sede da Vila de mesmo nome, e em uma pequena colina na freguesia de São João Baptista de Itaboraí.

O crescimento econômico e populacional da freguesia de Itaboraí, em finais do século XVIII e início do XIX, superou a freguesia de Santo Antônio de Sá. Itaboraí possuía um total de produção de alimentos de 45479 alqueires e 32 engenhos e uma população absoluta de

---

<sup>308</sup> Idem.

11.081, com 1250 fogos, enquanto que a freguesia de Santo Antônio de Sá possuía respectivamente um total de 13900 alqueires, 11 engenhos, 7744 habitantes e 893 fogos.<sup>309</sup> Com o início do século XIX a produção de café intensificou ainda mais o crescimento em Itaboraí.

Esse contexto, entre outros motivos, contribuiu para que essa freguesia fosse elevada a condição de Vila em 1833, deixando de fazer parte da Vila de Santo Antônio de Sá. Desta forma, como reflexo direto da nova divisão civil e judiciária da Província do Rio de Janeiro, foi criada a Vila de São João de Itaborahy (Itaboraí), conforme consta no artigo 2º do decreto de 15 de Janeiro de 1833:

*“A povoação de São João de Itaborahy fica ereta em Vila, compreendendo no seu termo, além da freguesia do mesmo nome, da do Rio Bonito e da de Itamby, todo o mais território, que pertencia a Vila Nova de São José de El Rei, que fica extinta”*<sup>310</sup>.

A Vila Nova de São José Del Rei extinta, suas duas freguesias, a de São Barnabé e a Nossa Senhora do Desterro de Itamby (Itambi) passam a fazer parte da Vila de São João de Itaborahy. Assim como Porto das Caixas, que era arraial, depois curato e em 1856 se torna freguesia<sup>311</sup>. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito (Rio do Ouro) é elevado a Vila em 1846<sup>312</sup>, contribuindo para um declínio nas rendas de Itaboraí neste período.

A dimensão do crescimento econômico e principalmente político de Itaboraí na primeira metade do século XIX, pode ser percebido pelo fato dessa região ter sido escolhida para ser "cabeça de comarca". O decreto de 15 de Janeiro de 1833 também estabelece a divisão da Província em comarcas: *“Art 1º Haverá na Província do Rio de Janeiro, seis comarcas, a saber: a da Ilha Grande, a de Resende, a de Cantagallo, a de Campos, a de S. João de Itaborahy, e a do Rio de Janeiro”*. O decreto mencionava que a comarca de São João

<sup>309</sup> Sobre esses dados ver as tabelas 1.3, 1.6, 1.7 do capítulo I desta obra.

<sup>310</sup> **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Decreto de 15 de Janeiro de 1833. p.28.

<sup>311</sup> **Almanaque Laemmert**. 1856. Província. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Porto das Caixas. p. 250.

<sup>312</sup> **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Lei provincial nº 381, de 07 de Maio de 1846.

de Itaborahy “*compreendera os termos das vilas de São João de Itaborahy, de Magé, de Santo Antônio de Macacu, de Maricá e da Praia Grande*”<sup>313</sup>.

A expressão da Nova Vila na Província repercutiu ao ponto da região disputar com Praia Grande (Niterói), na Assembleia Provincial, a capital da Província<sup>314</sup>. Em 1835 o itaboraiense Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente da Província do Rio de Janeiro, escrevia que: “*Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte: Artigo Primeiro: A Vila da Praia Grande é a Capital da Província do Rio de Janeiro*”<sup>315</sup>.

Essa expressão política e econômica chamava a atenção de quem passava pela região, como o viajante Milliet de Saint Adolphe que descreveu na década de 1840, a Vila de São João de Itaborahy de forma favorável, sobretudo Porto das Caixas, por onde a Vila se integrava mais intensamente no desenvolvimento da cultura cafeeira do século XIX, devido principalmente a sua condição de entreposto comercial<sup>316</sup>.

Sendo este um trabalho de História Local, a apresentação da sede administrativa, localizada na freguesia de São João Batista de Itaboraí, viabiliza percebermos o ritmo de crescimento econômico, político e urbano da região. Esse espaço, mais do que uma nova forma de organização social, representa também “*um novo padrão de materialidade, um novo modo de organização do espaço, um novo modelo formal capaz de abrigar novas formas de sociabilidade e atender às novas funcionalidades.*”<sup>317</sup>

Assim sendo, os escritos do romancista Joaquim Manuel de Macedo<sup>318</sup>, que também foi autor de livros de História do Brasil no Império e um itaboraiense apaixonado por sua cidade, assim como autor desta obra, configuram o ponto de partida para a caracterização da sede da Vila de Itaboraí na primeira metade do século XIX. Segundo Macedo:

---

<sup>313</sup> Idem. Decreto de 15 de Janeiro de 1833. p. 27.

<sup>314</sup> Saint-Adolphe, J.C.R. Milliet de. Op. Cit., Vol. I, p.479.

<sup>315</sup> **Coleção das Leis do Império do Brasil.** Carta de lei nº2 de 26 de Março de 1835.

<sup>316</sup> Saint-Adolphe, J.C.R. Milliet de. Op. Cit. Vol. II, p.351.

<sup>317</sup> BARROS, José D' Assunção. **Cidade, Forma, Espaço e Temporalidade: Aspectos de uma Relação Complexa.** Interpretar a Arquitetura, nº13, 2009.

<sup>318</sup> Para saber mais, ver: RAMOS, César Augusto Ornellas. **Itaboraí, paisagens, monumentos e Cultura.** Op. Cit.p. 33 e 34.

*“A Vila de Itaboraí (...) está assentada sobre uma graciosa colina pouco elevada (...). Por qualquer lado que os olhos se dilatam, os olhos se esquecem embebidos em imensos vales semeados de campos e estabelecimentos agrícolas, fazendas, sítios e montes isolados; e enfim ao longe, muito ao longe, a serra dos órgãos (...)”*<sup>319</sup>

Macedo apresenta a quantidade de casas e as principais construções da sede:

*“Formosa pela sua posição, a vila, pequeno povoado que consta de pouco mais de cem casas, oferece uma edificação regular, e sem dúvida defeituosa, como todas as cidades, vilas e povoações que tiveram seu princípio no tempo colonial; entretanto ela se distingue por alguns edifícios relativamente dignos de menção: a sua igreja matriz é uma das melhores e mais espaçosas da província; possui uma casa da Câmara Municipal muito decente, uma casa de mercado, um teatro, e entre as principais habitações particulares, a mais importante de todas, a casa, em que se hospedaram el-rei D. João VI, e o Sr. D. Pedro II<sup>320</sup>, quando visitaram este ponto da província. Uma grande praça formando um semicírculo em torno da matriz, e quatro ruas quase fronteiras uma das outras e comunicando com a praça, compõem a Vila de Itaboraí”*<sup>321</sup>.

As ruas que Macedo menciona são a Rua São João, do Cemitério, do Teatro e a Ladeira Lava-pés, ficando conhecida posteriormente como Carioca.<sup>322</sup>

---

<sup>319</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Rio do Quarto**. 2<sup>o</sup> Edição. Edições melhoramentos. SP. p.9.

<sup>320</sup> O pesquisador Dalmo Barreto, no decorrer de sua obra sobre Salvador de Mendonça, analisa fragmentos escritos pelo Diplomata e em um deles, Mendonça narra o momento em que D. Pedro II esteve em Itaboraí. BARRETO, Dalmo. **Salvador de Mendonça sua vida e sua obra**. IHGB, Vol. 148, Abril-Junho. 1987. p. 158.

<sup>321</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. Op. Cit., p. 9.

<sup>322</sup> Ibidem. pp. 9-10.

**Figura 3.1: Câmara Municipal da Vila de São João de Itaborahy (1920)**<sup>323</sup>



**Fonte: Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres**

A casa da Câmara Municipal mencionado por Macedo, presente na imagem acima, teve o início de suas funções no dia 22 de Maio de 1833.

Na primeira crônica escrita por Macedo, intitulada de S. João de Itaborahy, publicada no Jornal Ostensor brasileiro em 1846, foi publicado também no decorrer de seu texto uma pintura retratando o cotidiano da sede da Vila na primeira metade do século XIX. Através dessa imagem, exposta abaixo, é possível visualizar algumas das construções que o cronista mencionou acima:

---

<sup>323</sup> Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Data: 16-04-1979. Nº do processo: E-03/34.288178. Para saber mais, ver: RAMOS, César Augusto Ornellas. **Itaboraí, paisagens, monumentos e Cultura**. Op. Cit



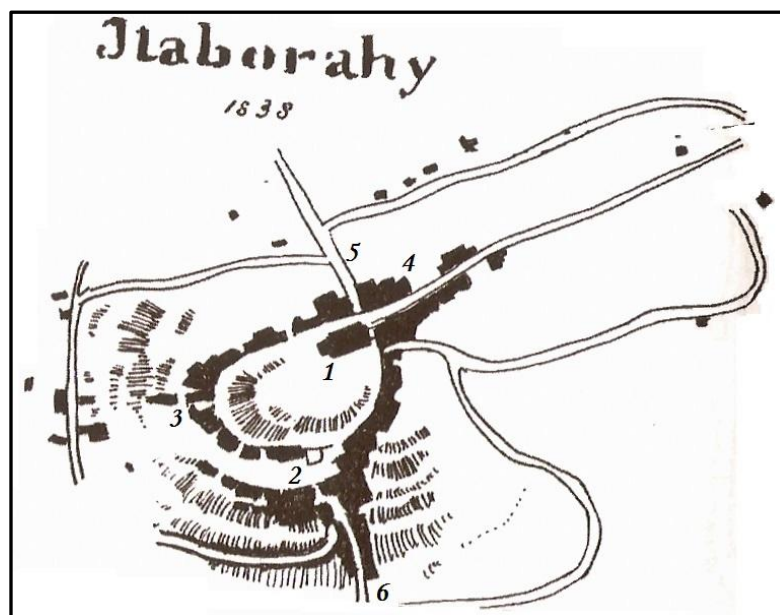
**Figura 3.2: Sede da Vila de São João de Itaborahy (Década de 1840)**



**Fonte: Jornal Ostensor brasileiro (1845)<sup>324</sup>**

A primeira construção na parte direita da imagem acima é a Igreja de São João Batista; O teatro está localizado no meio da figura, tendo a entrada de uma rua em sua lateral; a Câmara Municipal é o sobrado na ponta esquerda da pintura.

**Mapa 3.1: Sede da Vila de São João de Itaborahy (1838)**



**Fonte: (Adaptado) Major Rivierre<sup>325</sup>**

<sup>324</sup> Litografia da oficina de Heaton & Rensburg, publicada no Jornal o **Ostensor Brasileiro (1845-1846)**. p. 180. Biblioteca Nacional.

<sup>325</sup> Imagem cedida gentilmente pelo pesquisador Adilson Figueiredo;

As duas imagens acima foram apresentadas próximas para facilitar a comparação com o intuito de obter a dimensão do espaço urbano em formação na sede administrativa da Vila. A legenda do Mapa 3.1 apresenta as seguintes informações: 1 – Igreja de São Batista de Itaboraí; 2 – Câmara Municipal; 3 – Teatro; 4 – Rua São João; 5 – Rua do Cemitério; 6 - Rua da Ladeira Lava pés;

A Rua do Teatro não aparece no mapa de Rivierre. É provável que para época que foi elaborado a imagem ainda não existisse, visto que o mapa é da década de 1830 e a narrativa de Joaquim Manuel de Macedo é da década de 1860. As ruas mencionadas por Macedo, inclusive a do Teatro já aparecem na pintura exposta como figura 3.2 produzida na década de 1850 e no Almanaque Laemmert de 1858<sup>326</sup>. Abaixo a imagem da sede administrativa, que recebeu, no século XX, a denominação de Praça Marechal Floriano Peixoto. Embora seja um período consideravelmente posterior, para época que foi tirada a foto, o conjunto arquitetônico do século XIX ainda estava preservado.

**Figura 3.3: Praça Marechal Floriano Peixoto (Década de 1920)**



**Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do RJ (1922)<sup>327</sup>**

---

<sup>326</sup> **Almanaque Laemmert.** 1858. P. 140 e 141.

<sup>327</sup> Localizado no Centro de Memórias Fluminenses da UFF.

Além da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, parte do Teatro e outros casarões mostrados na imagem acima, o Palacete do Visconde de Itaboraí também compõe o conjunto arquitetônico da Praça Marechal Floriano Peixoto, como mostra a figura abaixo:

**Figura 3.4: Palacete do Visconde de Itaboraí (1920)**<sup>328</sup>



**Fonte: Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres**

### 3.2 – Café, Açúcar, gêneros alimentícios e os escravos no espaço urbano:

Realizada uma breve apresentação da região da sede administrativa da Vila, demonstrando desta forma, sua expressão urbana como meio de assinalar o contexto político, econômico e social de Itaboraí no século XIX, a continuação da análise de sua economia, política e população se torna fundamental para os objetivos desta pesquisa.

Assim sendo, iniciaremos o estudo pela produção de cana de açúcar, dando ênfase apenas ao século XIX, visto que a produção desenvolvida no último quartel do século XVIII já foi analisada no Capítulo I, quando Itaboraí ainda era freguesia da Vila de Santo Antônio de Sá.

Embora sem o mesmo ritmo de crescimento do final do século XVIII, a produção canavieira no século XIX foi mantida, ao contrário de várias regiões do Recôncavo, que entraram em crise com a concorrência de Campos. Ana Maria dos Santos comenta que ao lado de novas culturas de produção, a exploração canavieira e:

<sup>328</sup> Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Data: 23/04/1964. Livro de Tombo: LH insc. 366 fl. 59. Para saber mais, ver: RAMOS, César Augusto Ornellas. **Itaboraí, paisagens, monumentos e Cultura**. Op. Cit.

*“(...) suas possibilidades frente ao maior vigor canavieiro em Campos justificavam-se pela influência de um mercado interno regional e de um mercado local, para o qual parte do açúcar e a aguardente eram produzidas.”<sup>329</sup>*

A produção de cana de açúcar na região manteve-se em nível técnico e de produtividade mais baixos que em Campos. Apesar das baixas do preço do açúcar, essa produção garantia certa rentabilidade e a aguardente, produzida em engenhocas, encontrava melhoria de preços no mercado. Ao que se refere ao declínio no mercado externo, a cana se tornava produto dirigido, em parte, para o consumo interno. Permitia-se, desta forma, que essa cultura continuasse com bases tradicionais em Itaboraí.

**Tabela 3.1: Produtores de Cana de açúcar em Itaboraí (Século XIX)**

Ano	Freguesia sede	Itambi	Porto das Caixas	Total
1847	27	-----	2	29
1850	37	-----	1	38
1853	40	-----	-----	40
1857	27	-----	-----	27
1859	22	-----	1	23
1862	30	4	-----	34
1865	29	5	-----	34
1868	27	5	-----	32
1871	24	4	-----	28
1876	30	4	4	38
1879	30	3	3	36
1882	29	3	-----	32
1885	30	3	-----	33

**Fonte: Almanaque Laemmert e Ana Maria dos Santos**

No início do século XIX, Itaboraí enfrentou uma diminuição na quantidade de produtores de cana de açúcar; impacto gerado com a expansão do café, que embora não tenha ocorrido o deslocamento da cana pelo café, ainda assim fez gerar essa diminuição. Contudo, analisando a tabela acima, é possível perceber que a partir de 1847 ocorreu um aumento do número de produtores, voltando a diminuir novamente em 1857 e continuando em 1859. Entre 1862 e 1885 o número de cultivadores, embora com algumas oscilações, se situou entre 28 e 38 produtores. De forma geral, a quantidade de produtores de açúcar manteve-se equilibrada durante o século XIX, não chegando a menos de 23 e nem a mais de 40 produtores.

<sup>329</sup> SANTOS, Ana Maria. “Vida Econômica de Itaboraí no século XIX” Op. Cit., p. 44

O Almanaque Laemmert, em 1847, registrava o predomínio da quantidade de fazendas de cana sobre as de café, embora o cultivo deste último em algumas fazendas já vinha associado aos gêneros e a cana<sup>330</sup>.

Pela tabela 3.1 percebe-se que a Freguesia sede era a maior produtora de cana de açúcar da Vila e que Porto das Caixas era freguesia menos canavieira, ligada mais ao café - embora não como produtora e sim como intermediária do transporte desse produto - e ao comércio, tendo o desenvolvimento da produção canavieira a partir do momento que perde as funções de intermediário, com o prolongamento da ferrovia para Vila Nova em 1870.

No final da década de 1850 verificou-se uma diminuição no número de fazendeiros. Ao mesmo tempo, observa-se um aumento dos anúncios de venda em terras nos jornais de Porto das Caixas, enquanto que quase nenhum anúncio de compra<sup>331</sup>. A partir de 1862 ocorre certa recuperação na quantidade de fazendeiros de cana de açúcar. A exportação de aguardente aumentava no Brasil, conforme publicado no Almanaque Laemmert, gerando assim um novo estímulo à cultura da cana na região<sup>332</sup>.

No final da década de 1860, ocorreu certa estabilidade na quantidade de fazendeiros de açúcar, na sede da Vila e em Itambi. Ao mesmo tempo, já aparecia uma tendência em associar os cultivos de cana com outras atividades, como a criação, o comércio, a manutenção de olarias e atividades urbano-industriais, ou a diversificar a produção dentro da fazenda de cana de açúcar<sup>333</sup>. Santos, assinala que *“o “município” manteve a cultura da cana, mas face aos lucros que ela podia fornecer e suas flutuações, os produtores reorientavam suas atividades como maneira de superar os problemas do mercado, sem cortar com o cultivo tradicional”*<sup>334</sup>

Da parte Oriental da Baía de Guanabara, Itaboraí se constituiu na região do Recôncavo de maior orientação açucareira no século XIX. Entre os estímulos que possivelmente contribuíram para a manutenção da cultura da cana e até mesmo sobre o melhoramento técnico do fabrico do açúcar e da aguardente, temos o fato de que Itaboraí era localizado próximo à capital do Império e a da Província, importantes centros consumidores. Além disso,

---

<sup>330</sup> **Almanaque Laemmert.** 1847, Província, p. 78-82.

<sup>331</sup> **O Popular.** 26/01/1856. Nº 186, p. 31-32.

<sup>332</sup> **Almanaque Laemmert .** 1864. Suplemento, p. 184.

<sup>333</sup> *Ibidem.* 1865. Província, p. 129.

<sup>334</sup> SANTOS, Ana Maria. *Op. Cit.*, p. 50.

com a implementação das ferrovias, Itaboraí passou a se conectar com mais velocidade às Vilas vizinhas mais especializadas na produção de café.

Vale destacar que a cultura da cana não era especializada em uma fazenda. Havia diversificação das atividades produtivas na propriedade canaveira, não apenas por reunir produção agrícola e fabrico de açúcar e aguardente, mas por incluir produção de gêneros alimentícios. Isto permitia ao fazendeiro aumentar os seus rendimentos, vendendo ao mercado local. Assim, milho, feijão, mandioca, arroz, algodão eram produzidos associados à cultura da cana, assim como o café, frutas (laranjas principalmente) e a produção de olarias.

A criação também se constituía em atividades dentro da fazenda canaveira. Bois e mulas eram utilizados para a movimentação nos engenhos e para o transporte. Havia também galinheiros e a criação de carneiros e porcos. Essa criação visava atender, sobretudo, as necessidades da propriedade em força de alimentos, na medida em que o fornecimento de cabeças para a venda de carne verde era deficiente na região, o que não exclui a venda do excedente dessas criações.

**Figura 3.5: Ruínas da Fazenda Maravilha - Porto das Caixas**



**Fonte: Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres<sup>335</sup>**

Localizada na freguesia de Porto das Caixas, a Fazenda Maravilha, de propriedade de João José Teixeira da Fonseca, era a única especializada na criação de gado<sup>336</sup>.

Em relação às instalações de fazenda de açúcar em Itaboraí, a pesquisadora Ana Maria dos Santos ao analisar alguns inventários da região, argumenta que:

<sup>335</sup> Foto tirado em Agosto de 1997.

<sup>336</sup> **Almanaque Laemmert**. 1859. Província, p. 225.

*“variavam conforme a amplitude e diversificação da sua produção. (...) a fazenda incluía uma casa de vivenda, coberta de telhas, com tamanho e instalações diferentes conforme o nível econômico do seu proprietário. Além da casa, as edificações da fazenda constavam de paiol para milho, feijão e arroz, galinheiros, senzalas, casas de engenho (de socar e ralar mandioca ou de moer cana), casa de farinha com número variável de cômodos, casa de encaixe, olarias cobertas de telhas, casa de carpintaria e ferraria, torno e edificações diversas no campo. As vezes, na fazenda havia casa de negócio ou venda (...).”<sup>337</sup>*

As propriedades de cana mais diversificadas, que reuniam lavoura, gêneros, fabricação e transporte, possuíam também uma maior diversificação das relações de trabalho dentro da própria fazenda. Assim, havia escravos atuando em diferentes ofícios nesses espaços. Trabalhavam como carpinteiros, mestres de açúcar, calafates, ferreiros, oleiros e na realização do transporte tinham os carreiros, tropeiros e barqueiros. Além desses, existiam os cativos que atuavam nos serviços de roças e para o serviço de casa. Por conta do ofício que exerciam, tais escravos eram valorizados, o que permitia, ao fazendeiro, uma renda adicional com seu aluguel. Essa prática só era possível nas fazendas com maior diversificação de sua produção ou em propriedades sem muita lucratividade.

**Tabela 3.2: Plantéis de Escravos (Século XIX)**

Ano	Fazendas	Escravos
1851	Sumidouro	200
1846	Propriedade de D. Maria Eufrásia Nunes	90
1851	Sambairatiba	70
1837	Sampaio	70
1849	Propriedade de D. Ana Maria do Nascimento	62

**Fonte: Kidder; Ewbank; Santos**

Pela tabela acima, é possível perceber que na primeira metade do século XIX, as escravarias, nas fazendas de açúcar da região, representavam grandes unidades produtivas.

A produção de cana de açúcar, entre as culturas de exportação, foi a que mais estável se manteve na Vila de Itaboraí. Apesar da falta de braços, devido a não renovação com o término do tráfico internacional, somada com a concorrência do café e de outros produtores de cana e da presença das formas tradicionais, ocasionada principalmente pela lenta renovação técnica, ainda sim, o cultivo de cana apresentou maior resistência no tocante às crises do século XIX. Santos, afirma com ênfase que:

<sup>337</sup> SANTOS, Ana Maria. Op. Cit., p 56.

*“A manutenção da base canavieira em Itaboraí, auxiliada pela sua proximidade de mercados regionais e pela diversificação dentro das propriedades, conferiu ao “município” a possibilidade de uma estabilidade de rendas e até crescimento delas no século XIX, embora não o isentasse das flutuações que os produtos derivados da cana sofriam no mercado. A cana, ao lado do café, permitiu ao “município” um grau de diversificação ao nível dos produtos para exportar e possibilidades de reorientação econômica nos casos de crise, produzindo para o mercado interno o açúcar e a aguardente”<sup>338</sup>.*

Sobre o café, tal mercadoria gerou maior dinamismo na reintegração de Itaboraí ao mercado externo. Contudo, essa prática monocultora não foi exclusiva na região, sendo cultivada ao lado da cana e de outros gêneros, o que estimulou ainda mais a diversificação da produção. Com isso, sua produção não chegou a deslocar a cultura de cana e sua passagem foi rápida na Vila, na medida em que as terras utilizadas para o plantio não eram tão próprias e já estavam em parte esgotadas com a produção anterior.

Comparado à produção de cana e aguardente, o cultivo de café era relativamente menos dispendioso. Sua rentabilidade estava mais na ampliação da utilização dos fatores terra e mão de obra, do que na utilização de instrumentos. Nas propriedades cafeeiras em Itaboraí foi desenvolvido o cultivo de outras culturas, sobretudo a mandioca, em razão da própria técnica de plantio que protegia as mudas de café e gerava uma produção para o consumo interno da fazenda.

O trabalho era escravo e o tamanho das propriedades estava condicionado ao número de escravos que nelas podiam trabalhar. O plantio do café era realizado tanto em terras próprias, como em terras arrendadas ou aforadas.

Sobre as instalações das propriedades cafeeiras, Santos explica que:

*“constavam de casa de vivenda, geralmente coberta de telhas, paiol e casa de fazer farinha; engenho de socar e terreiro para secar e ventilar café; senzalas; às vezes casa de negócio junto à estrada; engenho de mandioca com seus acessórios, movido à água ou por animais; casa para armazém; quando havia e instalações de olaria.”<sup>339</sup>*

O café estava localizado principalmente na Freguesia de Rio Bonito e em suas proximidades pertencentes à freguesia sede. Rio Bonito alcançou a emancipação em 1846 e o seu cultivo de cana foi mais curto, tendo sua produção deslocada pelo café, ao contrário das regiões da Vila de Itaboraí. Na freguesia sede, o café foi produzido em Pachecos, Posse,

---

<sup>338</sup> Ibidem. p. 60.

<sup>339</sup> Ibidem. p.36.



Muriqui, Riachão, Ipitanga, Cabuçu, Pico, Pilões e principalmente no Morro do Chapéu, entre outras regiões.<sup>340</sup>

**Tabela 3.3: Produtores de Café na Freguesia de São João Batista (Sede da Vila)**

Ano	Fazendeiros de Café	Lavradores de Café	Café e mantimentos	Café e Açúcar	Total
1847	8	-----	1	3	12
1850	-----	-----	46	-----	46
1853	-----	-----	134	-----	134
1857	-----	23	-----	-----	23
1859	17	-----	-----	-----	17
1862	-----	69	-----	-----	69
1865	-----	66	-----	-----	66
1868	-----	60	-----	-----	60
1871	-----	51	-----	-----	51
1876	-----	-----	-----	-----	-----

**Fonte: Almanaque Laemmert e Santos**

Analisando a tabela acima, é possível perceber que o café na freguesia sede, entre 1847 e 1853, foi desenvolvido associado a outros cultivos. Entre os anos 1850 e 1860, tal prática foi realizada de forma isolada e a partir de 1876, o Almanaque Laemmert não apresentou mais dados referentes a produtores de café, o que não significa dizer que essa produção tenha desaparecido, mas sim que perdeu sua expressão, na medida em que o Almanaque priorizava a realização de registros de produtores de maior importância econômica.

A expressiva diminuição da produção de café, entre o período de 1853 e 1857, representa o reflexo direto da diminuição das exportações da Província que, no mesmo período, apresentou “*um decréscimo de quase 66,5% em comparação de igual período do ano anterior*”<sup>341</sup>. Naturalmente, Itaboraí enfrentou os problemas comerciais e de preços, contudo, o impacto era diminuído, devido ao fato da produção na região ser diversificada.

<sup>340</sup> **Almanaque Laemmert.** 1858. Itaboraí. Província, p. 140.

<sup>341</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro.** 1858. p. 35.

No ano de 1862, ocorreu um aumento do número de produtores, devido provavelmente ao retorno do crescimento das exportações da província e do aumento dos preços<sup>342</sup>, o que repercutiu numa “certa estabilização” do número de produtores, durando até 1871. Daí em diante, o café já tinha alcançado seus limites dentro da própria Vila, assim como já estava começando a alcançar na Província.

Desta forma, Santos argumenta que a produção de café em Itaboraí teve quatro fases. Segundo ela:

*“a primeira delas, até 1847, caracterizou-se pelo surto de um novo produto e esteve presa ao dinamismo de Rio Bonito; a segunda, de 1847 a 1860, foi um novo período de crescimento com altos e baixos, após a autonomia de Rio Bonito, até uma fase de estabilidade onde a produção alcançou seu limite, entre 1860 e 1871. A partir daí, finalmente, o cultivo do café entrou em decadência no “município” ”<sup>343</sup>.*

Apesar do café em Itaboraí ter apresentado um período de superioridade em relação à produção canavieira, sua decadência não gerou um impacto expressivo na região, visto que não existiu uma dependência exclusiva da monocultura cafeeira na Vila de Itaboraí. A expressividade dessa cultura ocorreu até o momento em que Rio Bonito pertencia a Itaboraí. A partir daí, o café recomeçaria o seu desenvolvimento mais lento e associado a outros gêneros agrícolas. A coexistência dos dois setores de exportação, cana e café, e de um setor produtivo voltado para o mercado interno, atenuou o grau de dependência de Itaboraí por não haver uma especialização da produção em um só produto de exportação, o que caracterizou a produção local como diversificada.

Mencionada a produção de açúcar e café, torna-se necessário agora uma breve análise da produção de gêneros, como forma de percebermos o nível da diversificação das atividades produtivas e os diferentes espaços de atuação dos escravos na sociedade que está sendo analisada.

Em Itaboraí, a produção de gêneros esteve associada aos cultivos de exportação. Entre os produtos, os mais comercializados eram o feijão, milho, arroz e com mais destaque, a farinha. O consumo de tais mercadorias ultrapassou o nível de subsistência das fazendas, encontrando mercado nos espaços urbanos da Vila, como na região onde foi desenvolvida a sede administrativa, nos arredores dos portos de Vila Nova, Sampaio e Porto das Caixas. Essa produção de alimentos atendia tanto ao mercado local, quanto regional.

<sup>342</sup> **Almanaque Laemmert**. 1862. Província, p. 96-104; Apêndice, p. 113.

<sup>343</sup> SANTOS, Ana Maria. Op. Cit., p 27.

Entre os motivos que estimularam a produção de alimentos no século XIX em Itaboraí, destacam-se o aumento dos preços dos gêneros; a especialização da produção escravista serra acima; a possibilidade de alcançar esses mercados com a construção e extensão das ferrovias; pela possibilidade de ampliação dos mercados com o desenvolvimento dos centros urbanos e com a proximidade da capital da província e do Império.

A mão de obra utilizada nessas plantações variava entre escravos e pequenos lavradores livres. Com o término do tráfico internacional em 1850, a não reposição de cativos para a região gerou a diminuição do trabalho escravo nessas plantações. O uso da mão de obra livre pode ser interpretado como um meio de evitar ou atenuar a concorrência da grande lavoura com a pequena lavoura.

Junto à produção de mantimentos ocorreu o desenvolvimento de atividades “industriais” com caráter ainda artesanal. O desenvolvimento econômico de Itaboraí, somado ao comércio intermediário estimulou a urbanização na região, o que contribuiu para a criação de um mercado de pequenas indústrias de bens de consumo interno, entre elas, as olarias, que exigiam muito menos capital do que a fabricação de açúcar.

As olarias atendiam não apenas as necessidades das edificações das fazendas e da Vila, mas como também produziam telhas e tijolos que era exportado para a Corte. Essa atividade foi estimulada pelo crescimento urbano de Niterói e do Rio de Janeiro. De acordo com as publicações do Almanaque Laemmert, na segunda metade do século XIX, as olarias estavam localizadas principalmente em Venda das Pedras, local de maior produção, seguidas de Porto das Caixas, Itambi e em menor quantidade nas regiões de Sape, Areal, Dendê e Rio Várzea<sup>344</sup>.

A produção era acompanhada pelo próprio dono, ao qual comercializava o que tinha sido produzido. Em algumas olarias o trabalho era realizado por escravos, como a de Paulo Cesar de Andrade que, segundo o Almanaque Laemmert de 1847, era dono de fazenda de açúcar. Sua olaria era localizada no Retiro, sendo está outra região de Olaria. Durante os anos de 1850, 1851 e 1852, encontramos diversos anúncios de fugas de seus escravos no Jornal A Civilização. Entre eles temos: Ricardo de nação Moçambique, Roberto de nação Mucena, Raymundo de Nação Inhambane e João de nação Benguela, todos africanos<sup>345</sup>.

As constantes fugas das olarias no período de apenas três anos, assinalam, possivelmente, para uma relação que foi além dos maus tratos e do intenso trabalho, mostram,

---

<sup>344</sup> Almanaque Laemmert 1861. pp 84-90.

<sup>345</sup> A Civilização. 28/02/1850. Nº 104.

além da fragilidade da vigilância senhorial nesses espaços, que provavelmente ocorreu uma ausência, ou uma ruptura, da expectativa de liberdade do escravo negociada com seu senhor.

Além dos ofícios dos escravos já apresentados, como tropeiro, barqueiro e oleiro, diversas outras formas do uso da mão de obra escrava foram percebidas nos anúncios de fugas dos jornais locais do século XIX. Como o Adriano oficial de Tanoeiro, crioulo, de 25 anos, escravo de Otaviano Soares Pereira<sup>346</sup>. Em 1848 no Porto das Caixas, o Almanaque Laemmert também mencionou a presença escrava nessa função, ao publicar a existência de “*três oficinas com mestres e escravos, de Manoel José Rodrigues Terras, de Antônio Gonçalves Bastos e de Meiratt*”<sup>347</sup>.

Do hotel Boulanger, em Porto das Caixas, o cativo José de 40 anos, trabalhava como escravo do próprio estabelecimento<sup>348</sup>. Sobre esse hotel, o viajante Daniel Parish Kidder, ao passar em Porto das Caixas, comenta que era “*uma ótima hospedaria, mantida por um francês, da qual o preço, apesar de não tão moderado quanto no interior do país, pode junto com outras despesas ser interessante para viajantes que venham depois de mim*”. Ao comentar que os valores do hotel Boulanger eram mais caros do que os hotéis de Friburgo e Cantagalo, cita algumas informações do hotel: “*Hospedaria do Sr. Boulanger. – Dois jantares, duas velas, duas camas, café para dois, dois lanches de café da manhã e estacionamento para duas mulas – 7\$200*” (por volta de dezessete xelins ingleses). Kidder menciona também que Porto das Caixas “*Além da sua importância comercial, é destacada como a residência da família do Visconde de Itaboraí (...)*”<sup>349</sup>.

---

<sup>346</sup> **O Popular**. 23/03/1859. Nº 497, p. 04.

<sup>347</sup> **Almanaque Laemmert**. 1848. p184.

<sup>348</sup> **O Popular**. 23/03/1859. Nº 497, p. 4

<sup>349</sup> KIDDER, Daniel P. (Daniel Parish); FLEETCHER, James C. **Brazil and the Brazilians : portrayed in historical and descriptive sketches (1857)**. Tradução Maria Suellen Timóteo Correa. 2013, p. 295.

**Figura 3.6: Propriedade do Visconde de Itaboraí - Palacete da Cruz  
(Década de 1950)**



**Fonte: Alberto Ribeiro Lamego<sup>350</sup>**

Pela rua exposta na imagem acima passavam as mulas que transportavam o café de Friburgo e Cantagalo até o Porto no rio Aldeia. A propriedade na parte superior da figura é a residência do Visconde de Itaboraí, em Porto das Caixas, mencionada por Daniel P. Kidder.

Ainda em relação aos ofícios dos escravos, encontramos Antonio carpinteiro, escravo de D. Maria de Jesus Varella;<sup>351</sup> o cativo Benedito, de 24 anos, é mencionado no jornal exercendo as funções de pedreiro, serrador e falquejador. Considerado, possivelmente, um escravo valioso por saber atuar em diversos ofícios;<sup>352</sup>

Ivo, crioulo de 22 anos, era bolieiro e tropeiro, escravo do Coronel Deonísio da Cunha Ribeiro Feijó<sup>353</sup>; Pedro de nação Monjolo, maior de 50 anos, trabalhava na “*padaria em Itaborahy, na rua de S. João n.5*”. Era “*bem conhecido desde a estrada da Venda das Pedras, até Tanguá, por onde vendia pão.*” Pertenceu ao comendador João Hilário de Menezes Drumond<sup>354</sup>. O crioulo Braz, de 34 anos, trabalhava de carreiro e feitor. Era cativo de

<sup>350</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Op. Cit. p. 215.

<sup>351</sup> **O Popular**. 26/03/1859. Nº 498, p. 4.

<sup>352</sup> *Ibidem*. 09/04/1859. Nº 501, p. 4.

<sup>353</sup> *Ibidem*. 21/03/1855, Nº 101, p. 4.

<sup>354</sup> **O Popular**. 21/05/1856. Nº 217, p.4.

Alexandre Alves de Azevedo;<sup>355</sup> Um escravo do Sr. João Ferreira Gomes da Silva trabalhava na limpeza do rio Casseribu<sup>356</sup>. Tal escravo, ao qual não foi dito o nome, cometeu suicídio. Esse ato, também pode ser considerado uma das formas de resistência à escravidão.

Entre os escravos de aluguel, encontramos os cativos que trabalhavam na construção das ferrovias e nos serviços de roças. Além desses, o aluguel de escravos era direcionado também para os serviços de casa, de ama de leite, costureira, entre outros, atividades que tinham a predominância das mulheres escravas.

Pelo Leilão de escravos que ocorreu em 1855, na hospedaria do Sr. Ludgero da Silva Moura, na Vila de Itaboraí travessa da Matriz n.11, essa diversificação das relações escravistas também estiveram presentes, pois estava sendo leiloados dois escravos oficiais charuteiros, uma cativa que cozia e um barbeiro<sup>357</sup>.

Diante da diminuição da lucratividade dos produtos exportadores, a solução encontrada em Itaboraí foi produzir para o mercado interno, aumentando a produção de gêneros ou associando-a às culturas já existentes. O plantio dos gêneros alimentícios foi desenvolvido, principalmente, em volta do Porto das Caixas, nas várzeas do Tipotá, nas margens do Macacu e nos terrenos secos de Itaboraí.<sup>358</sup>

A crise constatada no fornecimento da mão de obra escrava atingiu também a economia de Itaboraí nos setores ligados direta ou indiretamente à exportação. Porém, a própria crise e a não renovação dos braços viabilizaram orientações no sentido de superá-las, através do trabalho livre e da produção para o mercado interno.

Se essa orientação não chegou a proporcionar a Vila o crescimento do início do século XIX, quando a produção para exportação se desenvolvia, ela gerou uma maior capacidade de resistência aos impactos externos e a perda de funções econômicas. Essa menor dependência em Itaboraí proporcionou certa estabilidade às rendas municipais em um período de crise para a maioria das Vilas do Recôncavo. Desta forma, a dependência da produção para exportação, característica marcante da economia provincial, teve seus efeitos atenuados em Itaboraí, devido, principalmente, a uma produção mais diversificada e a possibilidade de produzir para o consumo interno.

---

<sup>355</sup> **A Civilização.** 16/08/1851. N°76, p4.

<sup>356</sup> **O Popular.** 19/02/1859. N° 486, p.1.

<sup>357</sup> *Ibidem.* 12/05/1855. N° 114. p.4.

<sup>358</sup> *Ibidem.* 16/08/1856. N° 241.

Tabela 3.4: Participação na renda municipal da Província (%) - Comparação com outras Vilas

Exercício	Itaboraí	Iguassu	Magé	Estrela	Rio Bonito
1836-37	3,1	-----	8,1	-----	-----
1837-38	7,1	3,5	6,2	-----	-----
1838-39	7,4	6,0	5,6	-----	-----
1839-40	6,5	9,8	3,6	-----	-----
1840-41	6,5	9,3	3,0	-----	-----
1841-42	5,9	11,3	3,4	-----	-----
1842-43	5,2	10,3	3,2	-----	-----
1843-44	5,3	8,4	3,0	-----	-----
1844-45	5,1	7,3	2,8	-----	-----
1845-46	5,1	7,3	2,8	-----	-----
1846-47	6,1	7,7	3,2	-----	-----
1847-48	4,3	6,0	2,0	2,5	2,2
1848-49	4,1	6,1	2,3	2,8	2,6
1849-50	4,4	6,1	2,5	2,8	2,4
1850-51	4,2	5,9	2,5	3,7	2,4
1851-52	4,1	5,1	2,4	3,5	2,4
1852-53	3,8	5,7	2,2	3,2	2,2
1853-54	3,5	5,4	2,2	4,2	2,2
1854-55	3,0	5,1	2,1	5,6	1,9
1855-56	2,9	5,2	2,1	4,0	2,1
1856-57	2,8	4,4	2,2	4,2	2,0
1857-58	2,4	3,3	1,8	5,5	1,7
1858-59	2,2	2,6	1,8	6,6	1,6
1859-60	2,5	2,5	2,1	7,3	1,9
1860-61	2,5	2,4	2,2	7,6	1,8
1861-62	2,3	2,7	2,1	6,7	1,8
1862-63	2,4	2,4	2,2	4,5	1,8
1863-64	2,6	2,5	2,8	1,8	1,8
1864-65	2,6	2,2	2,9	1,9	2,0
1865-66	2,8	2,2	3,1	1,8	1,9
1866-67	3,1	2,1	3,0	1,7	1,9
1867-68	2,9	1,9	2,8	1,5	1,8
1868-69	2,6	2,0	2,8	1,4	1,8
1869-70	2,3	1,9	2,8	1,3	1,8
1870-71	2,3	1,9	2,6	1,3	1,7
1871-72	2,4	1,9	2,3	1,2	1,8
1872-73	2,3	1,7	2,6	1,0	1,6
1873-74	2,3	1,6	2,4	1,0	1,5
1874-75	2,4	1,4	1,9	1,0	1,6
1875-76	2,2	1,4	1,5	1,0	1,5
1876-77	2,2	1,3	1,4	1,0	1,4
1877-78	2,3	1,6	1,3	0,9	1,4
1878-79	2,0	1,5	1,2	0,9	1,3
1879-80	2,0	1,4	1,2	0,9	1,3

Fonte: SANTOS; Relatório do Presidente de Província

**Tabela 3.5: Crescimento da Vila de Itaboraí e do Recôncavo – Ano base: 1850**

<b>Exercício</b>	<b>Itaboraí</b>	<b>%</b>	<b>Recôncavo</b>	<b>%</b>
1836-37	2:064\$000	25,220	11:554\$000	28,769
1837-38	8:000\$000	97,753	25:294\$000	72,982
1838-39	9:300\$000	113,638	33:587\$000	83,632
1839-40	10:800\$000	131,966	44:791\$000	111,530
1840-41	14:043\$000	171,593	59:726\$600	148,719
1841-42	10:221\$750	124,900	46:325\$117	115,350
1842-43	9:566\$750	116,897	47:667\$062	118,691
1843-44	9:946\$940	121,543	38:745\$015	96,475
1844-45	10:206\$440	124,713	43:532\$681	108,396
1845-46	10:200\$444	124,640	43:532\$681	108,396
1846-47	11:777\$390	143,909	43:058\$315	107,215
1847-48	8:084\$290	98,783	40:246\$594	100,214
1848-49	7:563\$665	92,421	38:872\$843	97,793
1849-50	8:183\$915	100,000	40:160\$633	100,000
1850-51	7:580\$220	92,623	40:040\$244	99,700
1851-52	8:078\$765	98,715	40:031\$293	99,678
1852-53	8:311\$479	101,559	43:055\$788	107,209
1853-54	8:170\$000	99,830	45:451\$915	113,175
1854-55	7:970\$000	97,386	52:691\$875	131,203
1855-56	8:020\$000	97,997	53:330\$211	132,792
1856-57	7:940\$000	97,020	53:384\$211	132,927
1857-58	8:040\$000	98,241	60:608\$106	150,914
1858-59	7:890\$000	96,409	66:463\$149	165,493
1859-60	7:890\$000	96,409	64:540\$000	160,705
1860-61	8:500\$000	103,862	63:520\$000	158,165
1861-62	9:000\$000	109,972	71:500\$000	178,035
1862-63	8:590\$000	104,962	53:090\$000	132,194
1863-64	9:000\$000	109,972	44:600\$000	111,054
1864-65	9:000\$000	109,972	44:500\$000	110,805
1865-66	9:500\$000	116,081	45:300\$000	112,797
1866-67	10:414\$000	127,250	44:414\$000	110,591
1867-68	10:300\$000	125,857	43:400\$000	108,066
1868-69	9:000\$000	109,972	40:100\$000	99,849
1869-70	8:000\$000	97,573	39:250\$000	97,733
1870-71	7:923\$166	96,814	38:802\$745	96,619
1871-72	8:125\$000	99,280	36:940\$400	91,982
1872-73	8:489\$200	103,730	37:886\$944	94,339
1873-74	8:857\$454	108,230	37:991\$253	94,598
1874-75	10:192\$450	124,542	38:607\$811	96,133
1875-76	9:971\$150	121,838	37:711\$847	93,903
1876-77	9:971\$150	121,838	38:070\$520	94,796
1877-78	11:973\$250	146,302	42:183\$980	105,038
1878-79	11:077\$860	135,361	42:448\$867	105,698
1879-80	11:554\$060	141,180	43:965\$807	109,475

Fonte: SANTOS; Relatório do Presidente de Província



### 3.3 – A Substituição do transporte fluvial pelo ferroviário e os escravos barqueiros:

O transporte fluvial e os caminhos que o complementava, conduzidos pelo sistema de tropas, constituíam o meio utilizado para realização das comunicações e do transporte na Vila. Esse transporte atendia as demandas enquanto a produtividade era menor, os mercados mais reduzidos e a proximidade dos centros consumidores maior.

Com o café, esse quadro foi alterado. A interiorização, ocasionada pela busca de terras novas e mais produtivas, provocou o afastamento dos mercados consumidores, o que ocasionou maiores dificuldades, gerando o aumento das despesas do produtor, o que levou esses produtores a pressionarem por inovações no transporte.

No período anterior à implementação da ferrovia, o comércio era realizado por tropas e por barcos que navegavam até os portos do fundo da Baía de Guanabara e para os mercados da Corte. Com as culturas de café crescendo na região de serra acima, esse tipo de transporte foi interpretado, cada vez mais, como um expressivo problema para a agricultura. Isso porque as despesas com a manutenção e pouso de tropas, somado aos prejuízos causados pelo estado precário das vias de comunicação, aumentavam os gastos da produção. Além disso, esses transportes absorviam parte da mão de obra escrava que poderia estar trabalhando nas plantações.

Nesse contexto, as mercadorias desciam a serra com as tropas até o Porto das Caixas, pelo aterrado do Tipotá, região baixa e alagadiça tornada transitável por meio de aterros<sup>359</sup>. Pelo rio Aldeia os barcos levavam os produtos até o porto de Sampaio, no rio Macacu. Daí em diante, a navegação era realizada pelos barcos a vapores<sup>360</sup>, passando pelo porto de Vila Nova e atravessando a Baía de Guanabara até chegar a Corte. Esses barcos transportavam produtos e passageiros, sempre tendo como obstáculos os meandros do rio Macacu e a sua barra constantemente obstruída. Os carros ou animais de aluguel representaram uma alternativa utilizada, sobretudo, pelos passageiros que desciam no porto de Sampaio e se direcionavam para o Porto das Caixas. O transporte de mercadorias do Porto das Caixas para Sampaio priorizou a navegação fluvial<sup>361</sup>.

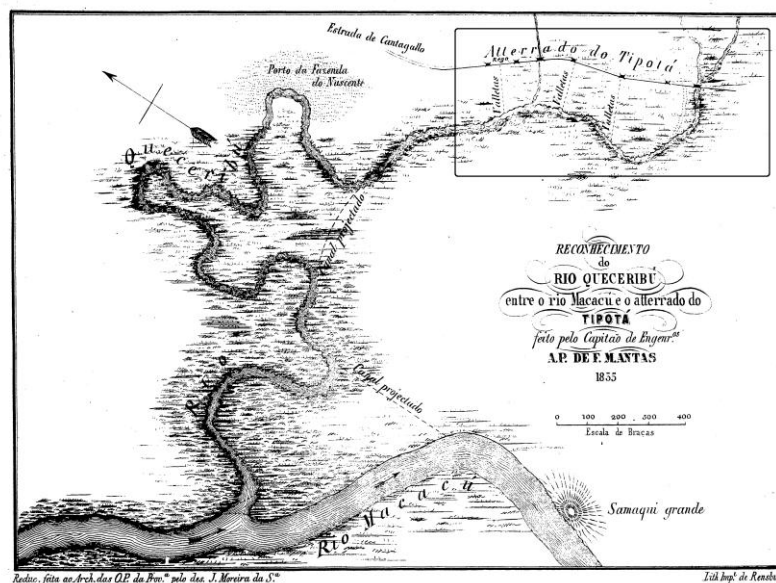
---

<sup>359</sup> **A Civilização.** Nº 6, 15/04/1850.

<sup>360</sup> Os barcos a vapores passaram a ser utilizados na região a partir da década 1840.

<sup>361</sup> **A Civilização.** Nº24. 17/06/1850.

**Mapa 3.2: Aterrado do Tipotá nas proximidades de Porto das Caixas (1855)**



**Fonte: (Adaptado) Relatório do Presidente de Província**<sup>362</sup>

O Almanaque Laemmert passou a registrar a navegação fluvial, a vapor, a partir de 1851. Pelas suas publicações foram encontradas cinco empresas diferentes, realizando esse transporte na região, sendo que em 1854, duas atuaram ao mesmo tempo. Uma barca ia até Vila Nova, com seu escritório no Largo do Paço e a outra navegava mais adiante, até o Porto de Sampaio, denominada de “*Empreendedora e Sampaense*”, sendo seu proprietário o comendador Antonio da Silveira Caldeira com escritório na Rua de São Pedro 78, sobrado<sup>363</sup>.

A partir do ano seguinte, apenas uma empresa passou a conduzir o transporte fluvial no Macacu. Nesse ano, a navegação foi realizada pela empresa que possuía Manoel Teixeira Coimbra como gerente, tendo seu escritório na Rua São Clemente, nº 62. Seus trabalhos foram realizados até 1858, quando a “*Vapor Sampaense*” passou a administrar o transporte. Os gestores dessa empresa eram os senhores Hermegildo Duarte Monteiro e João Martins Cornelio dos Santos e seu escritório era localizado na Rua dos Benditos, nº 5.

Em 1860, a “*União Niteroiense*” assume, realizando seus trabalhos até 1871. Desse ano em diante, o Almanaque não registra mais a navegação no Macacu e a partir de 1867, os barcos iam apenas até Vila Nova. O contrato com essa empresa foi rescindido em Março de 1868, devido ao não pagamento de dívidas com o governo provincial e pela não realização da

<sup>362</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro.** 1856. Mapa SN, p785.

<sup>363</sup> Os escritórios e os nomes dos gerentes foram mencionados como forma de diferenciar as empresas, na medida em que o Almanaque Laemmert não cita o nome de duas companhias, apenas seus gestores.

desobstrução do rio, sendo está uma função determinada em contrato, mas seus trabalhos prosseguiram nos três anos seguintes<sup>364</sup>.

Essa companhia realizava duas linhas de navegação: uma para Sampaio e outra para Paquetá. Seu gerente era Bernardo Joaquim de Oliveira e o escritório estava localizado na Rua de São Bento, nº 50. Em relação a essa empresa o Almanaque apresentou informações mais detalhadas como os dias, horários e onde embarcavam e desembarcavam, além do valor do transporte:

*“Da Corte (Ponte Maua na Prainha) para Sampaio com escala por Vila Nova, as terças, quintas e sábados às 11 horas da manhã e vice versa às segundas, quartas e sextas feiras às mesmas horas. Preço das passagens: Passageiro calçado: 2\$000; passageiro descalço: 1\$000; e animais de montaria: 3\$000”<sup>365</sup>.*

Sobre a menção aos passageiros descalços, a empresa está referindo-se aos escravos, na medida em que pés descalços representavam o símbolo e o estigma da condição escrava.

Em relação ao comércio realizado no Porto das Caixas, vale destacar que os produtos agrícolas ali comercializados vinham da *“freguesia sede da Vila, Rio Bonito, Macacu, Capivary, Saquarema, Maricá e Cantagalo.”<sup>366</sup>*. Naturalmente, as duas primeiras regiões por serem mais próximas, enviavam ao porto toda a sua produção, enquanto as outras regiões direcionavam uma parte de sua colheita, embora tal parte representasse uma quantia expressiva do que tinha sido produzido.

O Almanaque Laemmert, publicou em 1857, que *“a exportação do Porto das Caixas consiste em café (que é a maior força), açúcar, feijão, milho e farinha de mandioca; também exporta grande quantidade de telhas de carvão de madeira”<sup>367</sup>*. Sobre a importação de produtos, menciona que importam todos os gêneros que se faz uso entre os moradores e que a carne seca desperta mais atenção. A variação dos produtos comercializados configurou-se em uma das características existentes do porto, embora ocorresse o predomínio de um produto pelos outros, dependendo do período.

Pelo Relatório do Presidente de Província, as informações acima, citadas pelo Almanaque Laemmert, conferem tanto para os produtos exportados em Porto das Caixas,

<sup>364</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro.** 1869. pp. 24-25.

<sup>365</sup> **Almanaque Laemmert.** 1860. Almanak. p.463.

<sup>366</sup> *Ibidem.* 1857. Província. Porto das Caixas. p.252.

<sup>367</sup> *Idem.*

assim como para as regiões de origem dessas mercadorias, acrescentando apenas Nova Friburgo, que o Almanaque não cita.

**Figura 3.7: Porto das Caixas – Rio Aldeia**



**Fonte: Acervo Pessoal<sup>368</sup>**

Do movimentado porto de um período de crescimento econômico na primeira metade do século XIX, restou apenas, como mostra a imagem acima, a lembrança.

O Relatório apresenta os principais portos da Província, mencionando quinze em ordem de importância econômica. Nele, “o Porto das Caixas é o terceiro na importância de comércio”, ficando atrás apenas dos portos de São João da Barra e o do porto de Iguassú. As dificuldades do transporte eram constantemente assinaladas e apontadas como causadoras de prejuízos para a agricultura, sendo o transporte ferroviário assinalado como solução:

*“Cumpré aqui dizer que com as estradas de Cantagalo a Macaé e S. Fidelis, e com o péssimo estado, em que se tem achado a sua estrada, que nos últimos anos proíbe o transito de tropas durante três meses a quatro, diminuiu o Porto das Caixas na exportação de café; que foi no ano de 1855 de 1:680,000 arrobas, além de que também tem diminuído a produção do açúcar, mas a estrada de ferro tende necessariamente a eleva-lo de importância”<sup>369</sup>.*

<sup>368</sup> Local onde existiu o Porto fluvial de Porto das Caixas. Foto tirada por Gilciano Menezes em 03/05/2013.

<sup>369</sup> **Relatório do Presidente de Província.** 1857. p. 69. Segundo esse Relatório os portos mencionados em ordem de importância econômica são os seguintes: S. João da Barra, Iguassú, Porto das Caixas, Mangaratiba, Itaguahy, Macahé, Nictheroy, Cabo Frio, Paraty, Estrela, Magé, Jerumerim, Mambucaba, Mauá e o porto da Barra do Rio de S. João.

Como ponto intermediário entre a produção e o consumidor, Porto das Caixas tornou-se um considerável centro comercializador, sendo o café, a partir dos meados do século XIX, a principal mercadoria comercializada. Seu comércio era dividido em três áreas. O cronista João de Magalhães escreveu que essas áreas comerciais eram:

*“no Campinho que era porto fluvial, estava o grosso do comércio atacadista, o misto, isto é varejo e atacado, ocupava as ruas de Santo Antônio e do Comércio e, as casas de varejo, localizavam-se nas ruas da Conceição e Capela”*<sup>370</sup>.

Pelas publicações do Almanaque Laemmert foi possível obter informações referentes à quantidade de viagens realizadas no Porto das Caixas, e principalmente, a composição da tripulação dos barcos, constatando o uso frequente da mão de obra escrava nesse transporte:

*“Para este importante tráfego, emprega o comércio vinte barcas de lotação de 1,200 a 2,000 arrobas, fazendo termo médio 80 viagens redondas anuais cada um. A tripulação destes barcos é composta de 1 mestre e 1 contra mestre que são livres e de 4 marinheiros escravos”*<sup>371</sup>.

O maior número de escravos na tripulação demonstra, de certa forma, que os cativos marinheiros participaram ativamente do transporte fluvial no rio Macacu e em seus adjacentes. A realização desse ofício por escravos em Itaboraí contribuiu para diversificar ainda mais as relações escravistas na região, na medida em que se constituíam como mais uma relação de trabalho além da zona da grande lavoura monocultora.

Na Baía da Guanabara “o número de tripulantes variava de acordo com o tamanho da embarcação e do serviço realizado. Geralmente incluía um Arrais (ou mestres) da embarcação e um número variável de marinheiros”. Uma característica presente nessas tripulações era “a diversidade étnica.”<sup>372</sup>

O cotidiano da navegação pelo rio Macacu e o embarque no porto dos Mineiros foi mencionado nos relatos do viajante Daniel Parish Kidder, que passou por Itaboraí em 1837.

<sup>370</sup> MAGALHÃES, João de. **Reminiscências do Porto das Caixas**. Março de 1944.

<sup>371</sup> **Almanaque Laemmert**. 1857. Província. p.252.

<sup>372</sup> BEZERRA. Nielson Roza. “**Mosaicos da Escravidão**”. Op. Cit., p. 115.

Sua narrativa demonstra a dimensão do uso da mão de obra escrava no serviço de transporte e as negociações que os cativos realizavam com seu senhor, segundo Kidder:

*“Quando chegamos ao ponto onde devíamos tomar a embarcação, fomos, como de costume, assaltados por cerca de cinquenta barqueiros, em tremenda concorrência, oferecendo botes, faluas ou canoas e enaltecendo os seus serviços; todos reclamavam preferência e alardeavam a superioridade de seus barcos. Esses homens pertencem à numerosa classe de escravos adestrados no mister de catraieiros e empregados no transporte de passageiros no interior da baía. Dão-lhes botes e canoas pelos quais ficam pessoalmente responsáveis, assumindo perante os seus senhores a obrigação de pagar certa parcela diária, depois de deduzida, da fêria quotidiana, a quantia necessária para sua subsistência”<sup>373</sup>.*

Kidder comenta a relação que os escravos marinheiros estavam subordinados, citando uma modalidade de escravidão existente em espaços urbanos, o escravo de ganho:

*“É, portanto, perfeitamente explicável a ansiedade que demonstram em obter passageiros; não trabalham apenas para ganhar a vida, mas, ainda para escapar ao castigo que lhes está reservado caso não consigam entregar a seus senhores a parcela estipulada. (...) Na ocasião (...) alugamos um bote bem proporcionado, munido de velas e remos e conduzido por dois negros que se diziam perfeitos conhecedores de todos os portos da baía”<sup>374</sup>.*

A navegação no interior da Baía da Guanabara foi realizada por indivíduos que possuíam botes, faluas e canoas, empregando seus escravos nesse serviço. A partir dos anos de 1840, as embarcações a vapor foram substituindo parcialmente, e gradualmente, as embarcações à vela ou a remo no transporte de carga e passageiros. Essa navegação ligava o Rio de Janeiro com suas ilhas, como a das Cobras, Governador e Paquetá, além de Niterói, Magé, Estrela, Vila Nova, Sampaio, Porto das Caixas e outras regiões.

*“Alguns poucos escravos chegaram a ser proprietários dos barcos que conduziam”<sup>375</sup>*, porém, a responsabilidade dos barcos e dos escravos eram dos seus senhores, que deveriam registrar ambos no Arsenal da Marinha, como forma de obter a licença para navegar pela Baía de Guanabara.

<sup>373</sup> KIDDER, Daniel Parish. **“Reminiscências de viagens e permanência no Brasil.”** Op. Cit., p. 157-158.

<sup>374</sup> Idem.

<sup>375</sup> SOARES, Luís Carlos. **O “povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.** Rio de Janeiro: Faperj - 7 letras, 2007, p.173.

Na mesma direção de Kidder, que mostrou o uso frequente dos escravos de ganho no trabalho marítimo da Guanabara, o pesquisador Luís Carlos Soares afirma que “a maioria dos escravos empregados nos barcos a remo ou a vela, sobretudo na primeira metade do século XIX, constituía-se de escravos de ganho (...)”<sup>376</sup>

Sobre o trabalho desses escravos, Soares argumenta que:

*“Os escravos de ganho remadores e barqueiros geralmente trabalhavam em embarcações pertencentes aos seus senhores, mas não era raro que eles se empregassem em embarcações de terceiros mediante um salário previamente ajustado. Alguns poucos escravos possuíam as suas próprias embarcações (pequenos botes e canoas) e puderam desenvolver suas atividades com mais autonomia, porém, eram obrigados a repartir com os seus senhores do dinheiro que arrecadavam diária ou semanalmente. Os escravos de ganho marinheiros (...) geralmente eram empregados das companhias que exploravam a navegação a vapor no interior da baía”<sup>377</sup>.*

Vale ressaltar que a especialização dos escravos, enquanto marítimos, gerou uma valorização desses cativos, ao ponto de serem usados nas modalidades de escravo a ganho, assim como na condição de escravos de aluguel.

Em relação à diferença dos escravos a ganho para os escravos de aluguel, Soares explica que:

*“Aqueles primeiros, como vimos, eram trabalhadores obrigados a dar uma parte considerável do que arrecadavam aos seus senhores. Já estes últimos, fossem alugados diretamente por seus senhores ou por intermédio das agências locadoras que proliferavam na cidade, prestavam serviços aos locatários e ficavam sob sua responsabilidade, como se escravos deles fossem. Os locatários ainda tinham a obrigação de lhes dar comida, roupas e um lugar para dormir. O dinheiro que os locatários pagavam pelo aluguel dos escravos ia diretamente para as mãos dos senhores locadores, com exceção daqueles que entregavam os seus cativos às agências de aluguel, que cobravam uma comissão pela sua intermediação”<sup>378</sup>.*

Além das modalidades acima mencionadas, é possível supor que a valorização desse ofício tenha repercutido também na elevação do valor do escravo na hora da venda. A sua habilidade era ressaltada nos anúncios dos jornais locais:

---

<sup>376</sup> Idem.

<sup>377</sup> SOARES, Luís Carlos. **Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX**. Revista brasileira de História. São Paulo. Vol. 8, nº16. Março-agosto 1988. p 124. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3677](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3677)> Acessado em: 20/10/2012.

<sup>378</sup> Ibidem. p. 133.

*“Vende-se um ótimo preto de 22 a 24 anos de idade, que além de entender bem do trabalho de roça, é muito próprio para marinheiro, por ser lesto e forçoso; quem o pretender dirija-se a José Gonçalves de Amorim nesta Vila”<sup>379</sup>.*

Em relação à idade do escravo marinheiro acima, este, estava em plena idade produtiva, o que o valorizava ainda mais. Embora o anúncio do jornal não mencione, se o escravo era mestre de embarcações ou remador, sua idade se insere na constatação do trabalho de Nielson Bezerra, que demonstrou que a maioria dos Arrais que comandava as embarcações da Baía da Guanabara possuía a idade entre 20 e 40 anos, além de serem, também em sua maioria, escravos africanos.<sup>380</sup>

A diversidade era uma característica presente no cotidiano das navegações da Baía de Guanabara. Trabalho realizado por indivíduos de diferentes condições sociais, livres ou escravos, e por diversas etnias. Dando ênfase na análise do micro, nos arredores do Macacu, foi possível constatar que, embora o uso da mão de obra escrava tenha predominado, em períodos anteriores, os indígenas, sobretudo os de São Barnabé, participaram também da realização desse trabalho, inclusive no Porto das Caixas<sup>381</sup>.

O que reforça a observação da diversidade do cotidiano, na navegação da região de Itaboraí, são as informações obtidas pelo trabalho do pesquisador Nielson Bezerra. Foram analisadas em sua obra as matrículas de embarcações de frete e serviços de frete empregados na Baía de Guanabara, entre os anos de 1829 a 1832. Apesar de não estar inserida diretamente no corte cronológico da pesquisa, essa fonte apresenta uma proximidade com o período estudado, viabilizando assim a realização de algumas constatações.

Entre os indivíduos livres, não africanos nascidos fora do Brasil, que atuavam no rio Macacu, encontramos o turco Sebastião Mouro, de 44 anos de idade, que trabalhava como mestre no barco de frete do Juiz de Paz da Freguesia de Itambi. Possivelmente ele conduzia o barco no trajeto do porto de Vila Nova em Itambi, navegando pelo rio Macacu e indo até o rio Aldeia em Porto das Caixas. De acordo com a hierarquia social existente nas embarcações, o turco era auxiliado pelos escravos remadores João e Francisco, ambos procedentes de Moçambique<sup>382</sup>. Dos Arrais não africanos nascidos no Brasil, ao que se refere à região estudada, foram mencionados apenas três mestres, sendo um em Macacu e dois em Itambi<sup>383</sup>.

<sup>379</sup> **A Civilização**. N° 43, Sábado, 28 de Dezembro de 1850. p.4.

<sup>380</sup> BEZERRA. Nielson Roza. Op. Cit. p. 133.

<sup>381</sup> OLIVEIRA, Nanci Vieira de. “**São Barnabé: lugar de memória**” Op. Cit., p. 199.

<sup>382</sup> BEZERRA. Nielson Roza. Op. Cit., pp. 128-129.



Pelas informações apresentadas na pesquisa de Bezerra, elaboramos a seguinte tabela, mostrando os grupos dos escravos remadores de africanos que trabalhavam na região de Itaboraí. Naturalmente, inserimos Macacu como parte integrante da área de estudo, na medida em que os lugares de atuação dos escravos marinheiros, em sua grande maioria, passaram a pertencer a Itaboraí em 1875.

**Tabela 3.6: Grupo de Procedência dos Remadores Africanos em Itaboraí**

<b>Procedência</b>	<b>Porto das Caixas</b>	<b>Itaboraí</b>	<b>Macacu</b>
Angola	4	-----	-----
Rebolo	7	-----	-----
Mussambi	1	-----	-----
Manjolo	2	-----	-----
Cabinda	15	-----	-----
Mussá	2	-----	-----
Moçambique	26	-----	8
Congo	14	-----	2
Hinambana	2	-----	6
Quilimane	-----	-----	2
Moange	2	-----	-----
Camundongo	2	-----	-----
Benguela	21	1	-----
Cassange	2	-----	2
Mufumbi	1	-----	2
Baca	1	-----	-----
Mina	2	-----	2
<b>Total:</b>	104	1	24

**Fonte: Nielson Rosa Bezerra**<sup>384</sup>

A região de Itambi não foi mencionada nos dados do pesquisador. Pela tabela acima é possível perceber que Porto das Caixas possuía o maior número de escravos remadores na região de Itaboraí. Além disso, das dezenove regiões citadas na obra de Bezerra, Porto das Caixas possuía o quarto maior número de cativos remadores africanos, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro com 1014 remadores, de Praia Grande com 593 e de Iguazu com 142. Isso demonstra, de certa forma, a expressividade do uso da mão de obra escrava nos rios Macacu e Aldeia, assim como a dimensão da circulação de pessoas e mercadorias nesse porto.

<sup>383</sup> Ibidem, p.130.

<sup>384</sup> Ibidem, p. 135.

A menção específica a Itaboraí, provavelmente deve ser uma referência à freguesia sede. Para essa área foi apresentado apenas um remador, naturalmente por essa freguesia não ser uma região portuária. Para área de Macacu, o número de remadores menor do que Porto das Caixas pode ser explicado pelo seu difícil acesso, devido ao fato de ser rio acima, ultrapassando a entrada do rio Aldeia do Porto das Caixas, ficando desta forma, cada vez mais difícil a navegação, sendo realizada apenas por pequenos barcos.

Vale destacar que os grupos citados na tabela 3.6, além de etnias, representam também, e principalmente, os portos de embarque, vilas e reinos de onde vieram esses africanos. Assim, tendo como pressuposto essa cautela, podemos afirmar que os grupos majoritários, que navegaram no rio Macacu, são representados primeiro pelos de procedência de Moçambique, acompanhados logo em seguida, de Benguela, Cabinda e Congo. Isso pode ser explicado, pelo fato dessas regiões representarem as principais áreas do tráfico de africanos para o Rio de Janeiro no século XIX.

Entre os escravos remadores não tinham só africanos. Os crioulos<sup>385</sup> também estiveram presentes. Para a Vila de Itaboraí foram localizados três em Porto das Caixas e três em Macacu.

Pela análise realizada dos tripulantes das embarcações que navegaram no rio Macacu, constatamos que esse transporte foi realizado por diferentes etnias, nacionalidades e variadas condições sociais, o que repercutiu na obtenção de trocas culturais constantes. Nesse sentido, Bezerra argumenta que:

*“no caso dos marinheiros da Baía da Guanabara o que caracteriza sua atividade é (...) a mobilidade dentro de um espaço restrito. A vida de marinheiro, mesmo com a variação de mobilidade em um espaço mais restrito ou mais amplo, marcava-se por um cotidiano de trabalho duro, disciplina e possibilidades de estar diante de diferentes práticas sociais e conviver com agentes de outros extratos da sociedade. Assim, (...) na Guanabara, a vida dos trabalhadores embarcados revelava-se dura, mas com um concorrido cotidiano de muitas experiências”<sup>386</sup>.*

Os escravos marinheiros desenvolveram experiências de autonomia, devido principalmente à obtenção da mobilidade que era inerente à realização do serviço de transporte. Desta forma, é possível supor que houve certo “distanciamento” da vigilância senhorial, o que não significa dizer que não houve iniciativas, dos senhores de escravos e das autoridades, para tentar garantir o controle e o retorno financeiro do trabalho desses cativos.

<sup>385</sup> Termo utilizado a geração de filhos de africanos nascido no contexto do período colonial.

<sup>386</sup> BEZERRA. Nielson Roza. Op. Cit., pp. 116 e 117.

Assim como já foi mostrado em relação aos tropeiros, a continuidade do êxito do trabalho escravo dos barqueiros, também dependia diretamente de uma negociação que fosse capaz de manter as expectativas de liberdade desses cativos.

Comparando os dois ofícios, tropeiros e barqueiros, pela análise dos anúncios de fugas dos Jornais, a Civilização e o Popular, tornou-se possível constatar que, embora tenham sido poucas, as menções às fugas de tropeiros foram realizadas, enquanto que nenhuma para escravos barqueiros. Isso no período entre os anos de 1850 a 1862, com intervalo sem publicação apenas para o ano de 1854. Esse dado gera algumas questões: Teria o escravo barqueiro mais autonomia do que o Tropeiro? Ou os meios utilizados de controle para eles eram mais eficazes do que para os escravos tropeiros? Ou ainda, o retorno financeiro dos escravos barqueiros aos seus senhores era maior e menos demorado do que o dos tropeiros?

Seja como for, a questão é que a continuidade da realização do serviço de navegação pelos escravos, não dependia apenas e exclusivamente da imposição e do uso da violência de seus senhores, mas, principalmente, pela manutenção dos espaços de inserção social que os cativos alcançaram.

Pela construção da tabela abaixo, se tornou possível realizar uma análise comparativa de alguns dados das matrículas de embarcações na Baía de Guanabara de 1832, com os dados do Recenseamento de 1872.

**Tabela 3.7: Marítimos da Vila de São João de Itaborahy (1872)**

Freguesias	Brasileiros livres		Estrangeiros livres		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
N. S. da C. de Porto das Caixas	34	-----	11	-----	78	-----	123
Santo Antônio de Sá	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
N. S. do D. de Itambi	-----	-----	17	-----	-----	-----	17
São J. Batista de Itaboraí	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Recenseamento de 1872<sup>387</sup>

Os marítimos, que aqui são interpretados como “*marinheiros, remadores e barqueiros*,”<sup>388</sup> tanto no documento das matrículas de 1832, assim como no recenseamento de 1872, eram todos homens.

<sup>387</sup> IBGE. pp. 154-162; 201.

<sup>388</sup> SOARES, Luís Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”. Op. Cit. p.110.

Das três regiões que possuíam um total de escravos remadores maiores do que Porto das Caixas, Iguaçu chamou mais atenção. Isso porque no documento de 1832 essa região possuía 142 escravos remadores, enquanto que em 1872 não possuía nenhum marítimo, seja remador, Arrais ou outra função na navegação. Em contrapartida, Porto das Caixas que possuía um total de 104 escravos remadores, embora tenha tido uma diminuição no número de escravos atuando nesse serviço, ainda possuía 78 escravos, 45 livres, totalizando de 123 marítimos. Em 1872, Rio de Janeiro e Praia Grande, que passou a se chamar Niterói, mantiveram-se como as duas regiões com os maiores números de marítimos da Província, embora também tenha diminuído a quantidade de escravos nesse ofício.

De acordo com a tabela 3.7, a freguesia de São João Batista de Itaboraí não apresentou nenhum marítimo, provavelmente por não ser uma região portuária. Em Itambi, entre os marítimos não há nenhum escravo, mas há a presença de trabalhadores livres. Na freguesia de Santo Antônio de Sá, também não há referência de nenhum marítimo. A análise dessa tabela viabiliza o desenvolvimento de algumas problematizações referentes à implementação do transporte ferroviário.

A explicação da substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, como causador de crises em Vilas no século XIX, deve ser relativizada como meio de impedir as generalizações interpretativas para esse contexto, sobretudo para a região de Itaboraí que possuía uma expressiva diversificação econômica. Para Iguaçu, provavelmente essa substituição do transporte, tenha ocasionado essa ausência de marítimos em 1872, assim como para a Freguesia de Santo Antônio de Sá, que ficava localizada rio acima de Porto das Caixas, o que significa dizer, que o traçado ferroviário passava distante de sua localidade, arruinando de fato o transporte fluvial.

Mas o que dizer em relação à região de Itambi e, principalmente, a de Porto das Caixas, por onde a malha ferroviária já estava concluída e em uso e, ainda assim, apresentava uma expressiva quantidade de marítimos?

Diante dessas questões, a análise da substituição do transporte fluvial pelo ferroviário se torna fundamental. Pela leitura do Relatório do Presidente de Província foi possível constatar que o contexto da construção da malha ferroviária em Itaboraí tem sua discussão iniciada em 1856, período no qual Porto das Caixas é elevado à condição de Freguesia. Embora na esfera da suposição, acreditamos que essa elevação esteja associada, entre outros motivos, a uma entrada de capital maior na região, por conta da notícia da construção da ferrovia e de ser, a princípio, Porto das Caixas o ponto final desse transporte e o ponto de partida para o escoamento para o Rio de Janeiro via navegação. Naturalmente, com o decorrer

dos anos, a discussão do prolongamento da ferrovia ganha destaque e a situação econômica se altera. Abaixo, parte do conjunto arquitetônico de Porto das Caixas construído no século XIX:

**Figura 3.8: Rua da Conceição no Porto das Caixas  
(Década de 1940)**



**Fonte: Fundrem 1982<sup>389</sup>**

A Igreja na imagem é denominada de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas<sup>390</sup>.

Sobre a inauguração dos trabalhos da ferrovia, que ocorreram em 1857, o Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, pelo presidente e conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino, encaminhou as seguintes informações:

*“No dia 8 de Novembro do ano findo assisti á inauguração dos trabalhos desta estrada, que continuam com bastante celeridade. (...) desde o Porto das Caixas até á fazenda do Carmo, todas as obras de pedreiro se construíram com tijolo, e desse ponto em diante com pedra. Para dar começo ao aterro do brejo do Iguá, por onde deságuam os rios Casseribú e Cumbica, construíram-se duas pontes temporárias, e posteriormente uma permanente para a via férrea. (...) Resta concluir um terço do aterro, e duas pontes, sendo uma sobre o rio Casseribú, e outra no meio do brejo”<sup>391</sup>.*

<sup>389</sup> Imagem cedida gentilmente pelo pesquisador Adilson Figueiredo.

<sup>390</sup> Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) 14/08/2001 – Processo E-18/001.047/99.

<sup>391</sup> **Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro.** 1858. p. 85.

Continua o Presidente mencionando a construção do túnel e a quantidade dos trabalhadores, mas não apresentou a especificação de suas condições jurídicas, o que impediu de saber a quantidade de escravos utilizados nesse trabalho:

*“Tendo-se de atravessar a rua da Conceição, foi necessário construir um túnel para dar cômodo transito aos viajantes e gêneros que procuram o mercado do Porto das Caixas. Dividiu-se o túnel em 7 partes, 4 das quais estão concluídas, e trabalha-se assiduamente em acabar as outras.(...) A estação do Porto das Caixas apresenta 2 pés acima do alicerce, e a de Sant’Anna 10. O canal que deve ligar a estação do Porto á ponte da Maravilha ainda não está concluído. Do Porto das Caixas ao Macacú, na direção da estrada, são quase 19 milhas, que deviam ficar prontas a receber os trilhos até fim de Julho passado. O numero dos trabalhadores tem sido: em Novembro 431; Dezembro 716; Janeiro 1,062; Fevereiro 828; Março 775; Abril 774; Maio 854”<sup>392</sup>.*

Em 1860, o Relatório, de outro presidente de província, expõe que as obras foram concluídas:

*“Ficou terminada a 1º seção desta estrada, compreendida entre o Porto das Caixas e a raiz da serra de Friburgo, e tendo sido inaugurada no dia 22 de Abril ultimo em presença de Suas Majestades Imperiais, foi a 28 do mesmo mês aberta ao transito publico”<sup>393</sup>.*

Inaugurada a primeira seção da Estrada de Ferro Cantagalo, que ia até Sant’Anna, as preocupações com as dificuldades do restante do trajeto realizado pela navegação no rio Macacu já eram apontadas:

*“Não dando o rio Macacú navegação a barcos de vapor até ao Porto das Caixas, onde é presentemente o ponto de partida da estrada, nem mesmo sendo essa fácil, antes difícil até aos portos do Sampaio e Vila Nova, por depender das marés, e da desobstrução da foz, e de cortes em diversas voltas do mesmo rio, parece-me ser isto obstáculo muito sério que deve chamar a atenção da companhia para a necessidade de procurar o meio mais conveniente de expedir com prontidão os produtos, que vierem pela estrada, aumentando assim os seus lucros e os da província, também envolvidos na empresa”<sup>394</sup>.*

---

<sup>392</sup> Idem.

<sup>393</sup> Ibidem. 1860. p. 43.

<sup>394</sup> Ibidem, p. 44.

É interessante observar que a distinção social era realizada de acordo com os vagões que os passageiros eram transportados. Assim, “*nos carros de 1º e 2º classes não poderiam entrar pessoas descalças*”<sup>395</sup>. A menção a ausência de sapatos, como já foi dito antes, é uma referência aos escravos, o que expressa o fato de que os cativos possuíam vagões determinados para o seu uso.

Em 21 de Novembro de 1863 foi autorizado, por lei provincial de nº 1274, o prolongamento da ferrovia para Vila Nova, localizado em Itambi na margem esquerda do Macacu. Sendo concluídas as obras de extensão de 14 quilômetros, a ferrovia foi aberta ao público no dia 16 de Novembro de 1866. Ainda assim, nos relatórios eram constantes as observações referentes aos problemas existentes na navegação pelo rio Macacu e “*a necessidade absoluta da estrada até a capital.*”<sup>396</sup>

No dia 24 de Abril de 1872, a Companhia Ferro-Carril Niteroiense iniciou a construção da primeira seção de sua estrada de ferro, que ligava Niterói a Campos, com um ramal em Vila Nova<sup>397</sup>. Essa obra representava a construção de 26,8 quilômetros de estradas de ferro, sendo entregue ao tráfego no dia 1 de Dezembro de 1874,<sup>398</sup> realizando desta forma, a junção das duas linhas pertencentes às empresas da Estrada de Ferro de Cantagalo com a Ferro-Carril Niteroiense.

Em relação ao prolongamento em direção a serra, o trecho de Cachoeiras a Nova Friburgo foi aberto ao tráfego em 18 de dezembro de 1873, sendo prolongado para Macuco, passando por Cantagalo e aberto ao tráfego no dia 18 de Setembro de 1876<sup>399</sup>. As extensões da malha ferroviária das duas empresas, para outras regiões, praticamente ficaram prontas no final década de 1880. Contudo, o presente estudo se retém até essa parte.

A explicitação das datas das construções das seções ferroviárias em Itaboraí foi realizada com o intuito de chamar atenção para as três fases existentes no período da substituição do transporte fluvial pelo ferroviário.

Desta forma, a 1º fase inicia-se em 1856, com a divulgação do projeto ferroviário, indo até 1866, quando ocorreu a conclusão do prolongamento da estrada de ferro de Porto das

---

<sup>395</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>396</sup> Ibidem. 1866. p. 19.

<sup>397</sup> Ibidem. 1872. p. 32.

<sup>398</sup> RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no rio de janeiro. O resgate de sua memória.** Rio de Janeiro, sociedade de pesquisa para memória do Trem. 2004, p. 58.

<sup>399</sup> Idem.

Caixas para Vila Nova em Itambi; nesse mesmo ano, inicia-se a 2º fase, que durou até 1874, momento em que ocorre a ligação da estrada de ferro de Vila Nova a Niterói; O ano de 1875 representa o início da 3º fase e marca o período ao qual o traçado ferroviário de Friburgo a Niterói está em pleno funcionamento, caracterizando desta forma, a conclusão da substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, que passou a ser extremamente priorizado na locomoção de mercadorias e pessoas na região.

A elaboração das fases acima tem como objetivo demonstrar que a substituição da navegação pela ferrovia, na realização do transporte de pessoas e mercadorias, ocorreu em Itaboraí de forma relativamente gradual e os seus reflexos, repercutiram de diferentes formas, dependendo do momento em que a malha ferroviária era construída e do nível do vínculo que cada região possuía com as áreas portuárias. Desta forma, é essencial destacar que as interpretações que associam a crise econômica como principal reflexo da introdução das ferrovias para toda Vila de Itaboraí, não possuem viabilidade com a leitura dos documentos de época.

Entre os trabalhos de pesquisadores e de projetos que escreveram sobre a história de Itaboraí e que assinalaram o surgimento de uma crise econômica, para toda Vila, como reflexo direto da implementação da ferrovia, destacamos o de César Augusto Ornellas Ramos que afirma que:

*“Com a inauguração da estrada de Ferro de Cantagalo, em 1876, após sua união com estrada de Ferro Carril Niteroiense (...) o antigo entreposto de Porto das Caixas e a Vila de São João de Itaboraí entraram em declínio, em consequência da decadência do transporte fluvial (...)”<sup>400</sup>*

Em mesma direção Carlos Cabral argumenta que:

*“Em 5 de julho de 1874, é inaugurada a Estrada de Ferro Carril Niteroiense, que partia de Maruí (Niterói) até Porto das Caixas, (...) substituindo o transporte fluvial através do Porto das Caixas, determinando assim seu declínio e, conseqüentemente, da Vila de São João de Itaboraí”<sup>401</sup>.*

O trabalho arqueológico do projeto Sagas apresenta semelhante interpretação: “(...) tendo sido inaugurado o trecho complementar da Estrada de Ferro Carril Niteroiense,

---

<sup>400</sup> RAMOS, César Augusto Ornellas. “**Itaboraí, paisagens, monumentos e Cultura**”. Op. Cit. p.18.

<sup>401</sup> CABRAL, Carlos. “**Itaboraí e suas histórias: conheça, valorize e divulgue**”. Op. Cit. p. 3.



*ligando Porto das Caixas a capital fluminense, também Itaboraí entrou em declínio acentuado*”<sup>402</sup>.

Dialogando com os três trabalhos acima, ressaltamos que os reflexos negativos da implementação da ferrovia na região, não devem ser generalizados para toda Vila. Levando em consideração a presença de diferentes práticas produtivas, a Freguesia de São João Batista de Itaboraí, região com um número expressivo de fazendeiros de açúcar, obteve um retorno positivo com o uso da ferrovia, na medida em que sua produção passou a ser escoada com mais velocidade e com menos prejuízos.

A menção à crise econômica no século XIX para região de Itaboraí não tem sustentabilidade, pois de acordo com as tabelas 3.4 e 3.5, as rendas municipais da Vila mantiveram-se estáveis, não tendo estagnação econômica e nem tão pouco crise, mesmo a malha ferroviária em pleno uso.

Por fim, vale destacar que a ferrovia trouxe reflexos positivos também para as regiões portuárias, porém em curto prazo. As crises econômicas especificamente para essas áreas, de fato ocorreram, mas estiveram diretamente associadas ao prolongamento da malha ferroviária para outras localidades. Tal situação ocorreu, em momentos diferentes, tanto em Porto das Caixas, quanto em Vila Nova. Essas regiões que se beneficiavam da condição de entreposto comercial, através da navegação fluvial, foram as mais atingidas na Vila com a ligação direta da capital com as áreas cafeeiras serra acima, embora isso não significasse a substituição imediata das funções desse transporte.

Isso viabiliza compreendermos a expressiva quantidade existente de escravos e livres marítimos em Porto das Caixas no ano 1872, como mostra a tabela 3.7. Nesse período o prolongamento da ferrovia para Vila Nova já tinha sido realizado e ainda assim, o transporte fluvial continuava sendo utilizado. Não é intenção negar que houve o declínio desse transporte, mas sim ressaltar que foi de forma gradual.

Ao mesmo tempo, esse contexto facilita a compreensão do porque a freguesia de Santo Antônio de Sá, que era uma região portuária, não possuía mais nenhum marítimo em 1872. Essa região, de fato, foi prejudicada em curto prazo, pelo fato da malha ferroviária passar com certa distância de seus portos, mudando assim, a circulação de pessoas e mercadorias que existia antes do advento da ferrovia.

De escoadouro e comercializador da produção do interior para os mercados consumidores do litoral, a região de Itaboraí passou a ser ponto de estações ferroviárias. Por

---

<sup>402</sup> Pesquisas arqueológicas do projeto Sagas e seu contexto histórico. Op. Cit. p. 61.

um lado, a ferrovia eliminava a importância do porto, mas por outro, a Vila teria então um papel de entroncamento ferroviário e estaria em contato mais rápido e direto com a capital da província e com o Rio de Janeiro, com centros das atividades culturais, burocráticas, comerciais, industriais-urbanas, enfim, com um mercado que constantemente ampliava-se.

As atividades urbanas e comerciais em Itaboraí poderiam diminuir, pela proximidade das metrópoles, mas não morreriam a um ponto de decadência, na medida em que os produtores deveriam procurar as estações para embarcar seus produtos e a Vila era o centro administrativo e comercial. A produção agrícola seria até estimulada pela maior facilidade de transporte e colocação em mercados regionais. A ferrovia, em lugar de decadência, levaria a uma reorientação dos centros econômicos dentro da própria Vila.

No final do século houve, inclusive, um aumento nas rendas municipais, em termos absolutos e relativamente ao percentual de participação na renda municipal total da província. Embora reduzidas, permaneciam as atividades com vistas ao abastecimento do mercado local, limitadas agora pela concorrência dos grandes centros produtores ou distribuidores. Uma base interna pré-existente deu condições de resistência às crises provocadas por fatores externos a Vila e que poderiam ser acentuadas com o traçado ferroviário.

### 3.4 - A movimentação populacional dos escravos no século XIX:

Nessa etapa da pesquisa será realizada uma análise demográfica no decorrer do século XIX, como forma de ampliarmos a compreensão da economia e da sociedade que está sendo estudada.

**Tabela 3.8: População da Vila de São João de Itaboraí (1840, 1850, 1856 e 1872)<sup>403</sup>**

Freguesias	S. J. Batista de Itaboraí	Nossa S. do D. de Itambi	Porto das Caixas	Rio Bonito	Soma de livres e escravos
<b>1840</b>					
Livres	7.390	-----	-----	6.435	<b>13.825</b>
%	46.3	-----	-----	49.5	47.7
Escravos	8.553	-----	-----	6.578	<b>15.131</b>
%	53.7	-----	-----	50.5	52.3
Total por Freguesia	<b>15.943</b>	-----	-----	<b>13.013</b>	<b>28.956</b>
<b>1850</b>					
Livres	8.000	1.000	-----	-----	<b>9.000</b>
%	50.2	47.4	-----	-----	49.9
Escravos	7.935	1.107	-----	-----	<b>9.042</b>
%	49.8	52.6	-----	-----	50.1
Total por Freguesia	<b>15.935</b>	<b>2.107</b>	-----	-----	<b>18.042</b>
<b>1856</b>					
Livres	9.321	1.316	1.380	-----	<b>12017</b>
%	53.9	56.6	65.1	-----	55.4
Escravos	7.944	1.007	742	-----	<b>9.693</b>
%	46.1	43.4	34.9	-----	44.6
Total por Freguesia	<b>17.265</b>	<b>2.323</b>	<b>2.122</b>	-----	<b>21.710</b>
<b>1872</b>					
Livres	12.716	1.764	2.488	-----	<b>16.968</b>
%	68.7	77	74.9	-----	70.3
Escravos	5.804	528	834	-----	<b>7.166</b>
%	31.3	23	25.1	-----	29.7
Total por Freguesia	<b>18.520</b>	<b>2.292</b>	<b>3.322</b>	-----	<b>24134</b>

Fonte: Recenseamento da população da província do Rio de Janeiro<sup>404</sup> e do

Recenseamento Geral do Brasil de 1872.

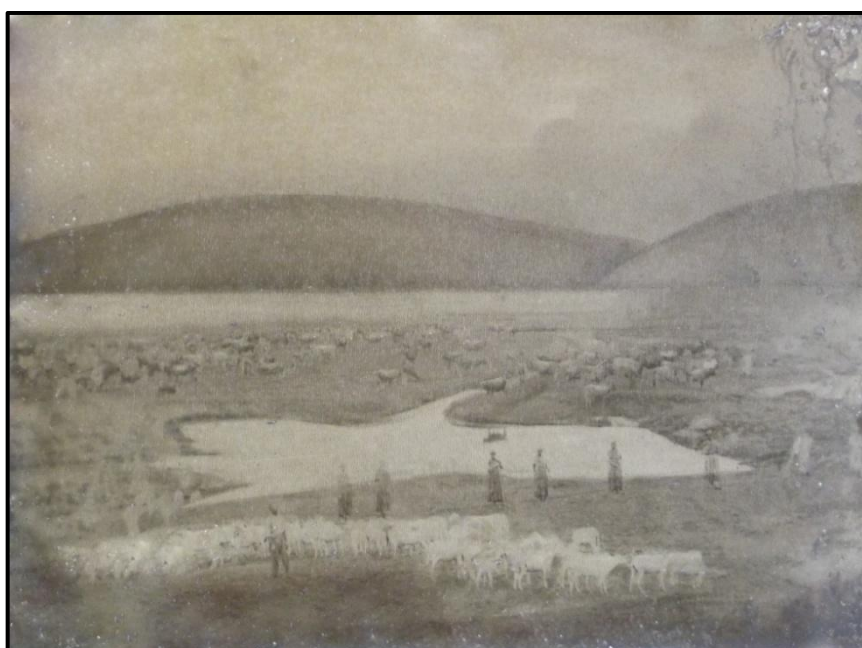
<sup>403</sup> A freguesia de Santo Antônio de Sá não foi incluída na tabela, na medida em que essa região só foi anexada a Vila de São João de Itaboraí em 1875.

<sup>404</sup> Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro. 1840; 1851 e 1858.

Os dados do Mapa populacional de 1821, exposto na tabela 1.6 no primeiro capítulo, não foram incluídos na tabela acima, pois além de já terem sido analisados, tais informações foram direcionadas para a Vila de Santo Antônio de Sá. Contudo, para uma análise comparativa, as observações da freguesia de São João Batista de Itaboraí e de Rio Bonito serão utilizadas. Assim, em 1821, a freguesia de Itaboraí possuía uma população absoluta de 11.081, tendo 4.517 livres e 6.564 escravos e a população total de Rio Bonito era de 12.215, sendo que desses, 2.318 eram livres e 9.897 eram escravos.

Como foi narrado no Capítulo I, essas freguesias possuíam, em 1821, um dos maiores quantitativos de escravos da província do Rio de Janeiro, chamando ainda mais atenção para o percentual de presença escrava em relação ao total da população por freguesia, pois Itaboraí possuía o segundo maior da província, com 59.2%, ficando atrás apenas de Rio Bonito que tinha 81%.

**Figura 3.9: Escravos trabalhando na criação de Ovelhas  
(segunda metade do século XIX)**



**Fonte: Acervo pessoal do Dawson Nascimento**

Na imagem acima, segundo o pesquisador local Dawson Nascimento<sup>405</sup>, os escravos da foto são da Fazenda do Rio Vermelho em Rio Bonito e estão trabalhando na extração de lã das ovelhas. A dimensão da escravaria dessa região refletia também nas diferentes práticas produtivas.

---

<sup>405</sup> Comunicação realizada no dia 23 de Maio na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres.

Para uma compreensão mais detalhada, a ideia do uso do micro para atingir o macro é aqui novamente acionada. Desta forma, a reflexão tem como ponto de partida as freguesias para compreender melhor as variações demográficas da Vila de São João de Itaboraí.

Ao compararmos os dados de Itaboraí e Rio Bonito, citados acima, com as estatísticas de 1840, presentes na tabela 3.8, percebemos que a população da freguesia de Itaboraí superou o quantitativo de livres e escravos de Rio Bonito e o seu número total de habitantes. Itaboraí obteve um aumento de 43.8%, passando a ter mais 4.862 habitantes na região, sendo que desses, 1.989 eram escravos, o que representou um aumento de 30.3 %. Já Rio Bonito, quando comparado com a freguesia de Itaboraí, apresentou um inexpressivo crescimento da população total (6.5%) e sua população cativa diminuiu 33.5%, correspondendo a 3.319 habitantes.

Focando em Itaboraí, na medida em que essa freguesia possui informações em todas as estatísticas demográficas, o período entre o último quartel do século XVIII<sup>406</sup> e 1840, representa o momento de contínuo crescimento da população total e principalmente da população cativa na região. Tal período é acompanhado também de um contínuo crescimento econômico local<sup>407</sup>, o que viabiliza supor que tal crescimento estimulou a compra de mais escravos para Itaboraí durante esse período.

Esse contínuo crescimento populacional da freguesia, nesse período, reforça o argumento apresentado no Capítulo I, de que o impacto das “Febres de Macacu” em 1829 e de outras epidemias no decorrer da primeira metade do século XIX não atingiu em mesmas proporções toda área do Vale Macacu, na medida em que não houve diminuição da quantidade de habitantes em Itaboraí, ao contrário da freguesia de Santo Antônio de Sá.

A partir de 1850, como mostra a tabela 3.8, esse contexto de crescimento populacional acompanhado de um expressivo aumento da população cativa se altera.

Assim, prosseguindo com a movimentação populacional da Vila de São João de Itaboraí, os dados da tabela demonstram que ocorreu uma diminuição no número de escravos na freguesia de Itaboraí, tendo a massa escrava em 1840 de 53.7% passando para 49.8 % em 1850. No todo da Vila essa diminuição é mais expressiva.

Apesar da estatística de 1850 apresentar os dados da população da freguesia de Itambi, ao contrário de 1840, ainda assim o total de escravos e de sua população absoluta<sup>408</sup> da Vila

---

<sup>406</sup> Ver tabela 1.5.

<sup>407</sup> Ver tabela 3.5.

<sup>408</sup> Número total de habitantes de uma determinada região.

em 1850 se torna inferior a 1840. A Vila passou a ter menos 6.089 escravos e 10.914 habitantes do total, equivalente a uma diminuição em percentuais, respectivamente, de 40.2 % e 37.6%. Em relação à Vila de Itaboraí, a diminuição pode ser compreendida pelo fato de que, em 1846, a freguesia de Rio Bonito foi elevada a categoria de Vila, alcançando, desta forma, sua emancipação de Itaboraí.

Para o ano de 1856, embora a freguesia de Itaboraí tenha apresentado um número um pouco maior de escravos em relação a 1850 (apenas 9 escravos) seu percentual de cativos diminuiu de 49.8% em 1850 para 46.1%. Isso pode ser explicado pelo fato de que o aumento de escravos não acompanhou, em proporções, o aumento do total da população da Vila que cresceu 20.3%. Da mesma forma, embora a Vila de São João de Itaboraí tenha apresentado um aumento de 651 escravos (7.1%, em 1856), sua massa escrava total diminuiu de 50,1% em 1850 para 44,6% em 1856.

É possível supor que esse aumento da quantidade de escravos no quantitativo da Vila de São João de Itaboraí, tenha ocorrido por conta da incorporação dos dados de Porto das Caixas no todo da Vila, que ao ser elevado à freguesia em 1856, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas, tornou-se mais uma freguesia da Vila de Itaboraí.

Essa informação reforça o fato de que com o fim do tráfico de escravos em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós, a Vila de Itaboraí, incluindo sua freguesia sede com maior peso econômico e político, não conseguiu adquirir mais um número expressivo de novos escravos, devido ao aumento do valor dos cativos e da concorrência com as regiões de expressiva economia cafeeira. Situação semelhante ocorreu em quase todo Recôncavo da Guanabara, como mostra Flávio Gomes ao constatar os motivos da diminuição do quantitativo de escravos em Iguazú:

*“Tal situação pode ter se originado de vários fatores. Com o cessar do tráfico negreiro em 1850, provavelmente os fazendeiros e lavradores desta região não conseguiram renovar seus planteis devido ao súbito aumento do preço dos escravos. O grosso da mão de obra escrava disponível estava direcionado às áreas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense. Mesmo com estratégias alternativas de constituição de pequenos planteis, aluguel de escravos, etc, as áreas não voltadas à grande lavoura devem ter tido dificuldades para se abastecerem de braço escravo na segunda metade do século XIX”<sup>409</sup>.*

---

<sup>409</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **“Para matar a Hidra”**: uma História Quilombos no Recôncavo da Guanabara. Séc. XIX. p. 6. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5750/4757>> Acessado em 29/03/2013.

Da mesma forma, Antônio Carlos Jucá de Sampaio argumenta que, com o fim do tráfico negro, em Magé:

*“a população escrava começou então a diminuir, (...) por outro lado, o preço de cada escravo começou a subir, o que dificultou ainda mais a reprodução da empresa escravista. O resultado disso foi à transferência de grande parte da população cativa para as áreas econômicas mais fortes, principalmente para a região sudeste. Boa parte das regiões abastecedoras perderam, então, um percentual significativo de seus escravos”*<sup>410</sup>.

Estendendo a comparação para regiões além do Recôncavo da Guanabara, mas pertencente à província do Rio de Janeiro, Hebe Mattos, ao analisar a década de 1850 na região de Capivary, demonstra um conjunto de modificações semelhantes ao que ocorreu em Itaboraí, Iguacú e Magé e que contribuiu para a diminuição do quantitativo de escravos nessas regiões. Segundo a historiadora:

*“Durante essa década, soma-se à crescente especialização do Vale, a extinção do tráfico atlântico de escravos. Tem início uma subida vertiginosa do preço do cativo, que passa a se concentrar, através do tráfico interno, nas áreas de ponta da produção”*.<sup>411</sup>

No Recenseamento Geral de 1872, considerado o primeiro levantamento censitário oficial brasileiro, desenvolvido no contexto do Segundo Reinado, a diminuição da população cativa da Vila de Itaboraí se acentuou ainda mais. Dos 9.693 escravos citados nas estatísticas de 1856, em 1872 a Vila passou a ter 7.166, uma queda de 26%, diminuição que ocorreu também no percentual de escravos em relação ao total de habitantes da Vila, que respectivamente passou de 44.6% para 29.7%.

Reduzindo a escala de análise para as freguesias, iniciando pela de Itaboraí, encontramos situação semelhante, pois além de ocorrer à diminuição da massa da população cativa de 46.1 % em 1856 para 31.3% em 1872, a quantidade de escravos também diminuiu, respectivamente, de 7.944 para 5.804. O mesmo ocorreu com a freguesia de Itambi, tendo uma diminuição tanto na quantidade de escravos, com 479 a menos, quanto no percentual de cativos em relação ao total da população da freguesia, que era de 43.4% e passou a ter 23%. A exceção desse contexto é a freguesia de Porto das Caixas, na medida em que embora tenha

<sup>410</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. “Magé na crise do escravismo”. Op. Cit., p. 141.

<sup>411</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História*. Op. Cit.

ocorrido diminuição do percentual de cativos, pois em 1856 possuía 34.9 % e em 1872 apresentou 25.1 %, essa região alcançou um aumento no quantitativo total de escravos, recebendo 92 cativos a mais na região.

Tais dados reforçam o argumento, mencionado no tópico 3.3, de que a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário não representou o imediato abandono da navegação enquanto transporte, e nem tão pouco se converteu em uma crise em curto prazo para a região. O período de 1856 a 1866 representou a primeira fase da implementação da ferrovia iniciada em Porto das Caixas e se caracterizou pelo intenso fluxo comercial e de pessoas na região.

Embora o prolongamento da ferrovia para Vila Nova (Itambi) tenha alterado esse quadro, os reflexos desse período áureo podem ainda ser percebidos no censo de 1872, na medida em que tal censo apresenta um aumento da população absoluta, assim como da população cativa. Naturalmente, com o decorrer do Século XIX a crise nas regiões portuárias, como Porto das Caixas, ganhou maior expressão e passou a ser mais visível.

Como mais um dado demográfico a ser analisado, apesar de não ter sido mencionado na tabela 3.8, o mapa dos escravos matriculados de 1877<sup>412</sup>, apesar de não apresentar informações específicas das freguesias, se constitui em uma valiosa fonte, pois menciona o total da população cativa da Vila de Itaboraí.

Ao compararmos o total de escravos de 1872 com 1877, constatamos que houve um aumento, respectivamente, de 7.166 para 7.221. Embora tenha sido um crescimento inexpressivo, 0.7%, esse quadro se diferencia da maioria das Vilas do Recôncavo da Guanabara, visto que nessas regiões a diminuição do total de escravos era algo contínuo, principalmente em áreas ligadas ao abastecimento interno.

Novamente as modificações políticas administrativas, que vem ocorrendo desde o final do século XVIII, nos auxiliam como ferramenta para compreender as movimentações populacionais da Vila. Desta forma, esse aumento da escravaria constatado na Vila de Itaboraí, ao se levar em consideração as dificuldades dos impactos do fim do tráfico negreiro, não é interpretado aqui como fruto da aquisição de novos cativos, mas sim devido à anexação da freguesia de Santo Antônio de Sá a Vila de Itaboraí, ocorrida em 1875. A partir daí, os dados da freguesia de Santo Antônio de Sá passam a ser contabilizados nas estatísticas demográficas referentes à Itaboraí.

Sobre o quantitativo populacional da freguesia de Santo Antônio de Sá, algumas observações viabilizam a realização de mais algumas considerações. No decorrer desta obra, a

---

<sup>412</sup> **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro.** 1878. Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877.



interpretação dada às “Febres de Macacu” por diversos trabalhos, como já foi mostrada, foi questionada, sobretudo quando esses trabalhos generalizam os níveis das dimensões das Febres para toda região do Macacu e quando mencionam tais epidemias como fatores determinantes para explicar a fragmentação da Vila de Santo Antônio de Sá. Embora o autor desta obra tenha criticado essa perspectiva, a todo momento foi assinalado que na freguesia de Santo Antônio de Sá, essa região de fato foi assolada pelas epidemias.

Da mesma forma que comparamos o mapa populacional de 1821 com 1840, para demonstrar que a freguesia de Itaboraí não foi atingida pelas febres em grandes proporções, visto que o crescimento populacional foi expressivo nesse período, utilizaremos agora tal comparação para refletir o quanto essas febres geraram repercussões para a demografia de Santo Antônio de Sá.

Comparando as estatísticas populacionais da freguesia de Santo Antônio de Sá encontramos as seguintes informações: no ano de 1821 a população total da freguesia era de 7.744, sendo que tinha 3.918 livres e 3.826 escravos. No ano de 1840 a população total da mesma freguesia era apenas de 2.522 pessoas, com 1.105 livres e 1.417 escravos. A população total teve uma diminuição de 5.222 pessoas, correspondendo a uma queda em percentuais em torno de 67.4 %. A população livre diminuiu 2.813 pessoas, representando assim um percentual de 71.7 % e a escrava teve uma diminuição de 2.409 pessoas, uma queda de 62.9%. Essa diminuição continuou, em proporções diferentes, nos anos posteriores de acordo com os dados seguintes: em 1850 a região tinha 2.210, em 1856 passou a ter 1.940.

De fato, esses dados representam uma expressiva diminuição dos habitantes da freguesia, porém não temos como afirmar que toda essa diminuição é consequência direta da mortandade gerada pelas febres. É possível também supor que essa diminuição tenha ocorrido, em grande parte, mais pela ida dos habitantes para outras freguesias, por conta do medo da contaminação, do que pela própria quantidade de mortes.

Assim, embora a presente pesquisa mencione que as “Febres de Macacu” atingiram a freguesia de Santo Antônio de Sá, é ressaltada aqui uma direção interpretativa que viabilize a construção de uma série de questionamentos sobre esse contexto. Teriam as outras freguesias próximas interesses políticos e econômicos no “esvaziamento” populacional da freguesia de Santo Antônio de Sá? Tal diminuição populacional é efeito direto da busca de novas áreas produtivas? Seja como for, o que está sendo proposto aqui é o questionamento dos modelos interpretativos que superdimensionam as repercussões das Febres para explicar a fragmentação política e territorial ocorrida na região, principalmente, na primeira metade do

século XIX. Nesse sentido, como foi mostrada acima, a análise demográfica permite tal questionamento.

Voltando aos impactos do tráfico para a demografia de Itaboraí, a análise da evolução da razão de masculinidade<sup>413</sup> da população cativa viabiliza a compreensão de suas dimensões.

**Tabela 3.9: Razão de Masculinidade dos escravos de Itaboraí, Magé, Capivary e Paraíba do Sul (1850 a 1872)**

Vila	1850	1856	1872
Itaboraí	136.1	121.1	115
Magé	165	140	112
Capivary	-----	-----	111.3
Paraíba do Sul	-----	-----	134,9

**Fonte: Relatório do Presidente de Província**

Nesse sentido, de acordo com a tabela acima, no período entre 1850 e 1872, a Vila de Itaboraí passou de uma razão de masculinidade de 136.1, proporção comparável a algumas áreas do Vale Paraíba, como Paraíba do Sul, embora em períodos diferentes, para 115, passando a ter desta forma, uma proximidade com regiões de abastecimento interno, como Capivary.

É possível perceber também, além do predomínio da proporção de homens na escravaria em Itaboraí, que a queda verificada é contínua, na medida em que os três anos presentes na tabela mostram números seguidamente decrescentes, o que dá ao fenômeno estudado o caráter de uma tendência de longo prazo.

Em relação à compreensão da razão de masculinidade, Sampaio realiza consideráveis contribuições:

*“Razões de masculinidade excessivamente altas têm sua origem num padrão de reprodução de caráter exógeno baseado, no caso dos escravos, no tráfico internacional e/ou interno. Este padrão sem dúvida atendia aos interesses da empresa escravista, sobretudo aquela agrícola, para a qual interessava possuir principalmente homens adultos. Mas era perverso no que se refere às taxas de natalidade entre os cativos. A desproporção entre os sexos dificultava, para os homens, o estabelecimento de uniões duradouras, limitando assim o seu potencial reprodutivo. Além disso, o tráfico internacional representava a constante chegada, em cada região, de mulheres com o seu período fértil já iniciado, o que terminava por reduzir ainda mais a fecundidade geral”.*

<sup>413</sup> Expressa a relação quantitativa entre os sexos. Seu cálculo é realizado dividindo o número de habitantes do sexo masculino pelo número de habitantes do sexo feminino, multiplicando esse resultado por 100.

Em mesma direção, Francisco Vidal Luna assinala as alterações que o tráfico gerava para as regiões que recebiam escravos:

*“Ao intensificar-se o afluxo de africanos para a região paulista, modificaram-se de forma marcante as condições reprodutivas de tal população. Isto porque criava-se profundo desequilíbrio com o aumento na razão de masculinidade; a população envelhecia, com significativa redução no peso das crianças; além disso, perdia-se parte da capacidade reprodutiva das mulheres, pelo peso das africanas, à medida que parte de seu período fértil ocorria antes de sua transferência para o território brasileiro. Nessas condições, se eventualmente ao longo do século XVIII se haviam criado condições para a reprodução natural dos escravos em São Paulo, tal possibilidade reduzia-se fortemente com o intenso afluxo de africanos para a região.”<sup>414</sup>*

Como já foi demonstrado, em Itaboraí, houve uma diminuição da população escrava entre o período de 1850 a 1872. Assim, além da não aquisição de novos escravos para a região, reflexo do fim do tráfico de escravos que contribuiu expressivamente para a diminuição da razão de masculinidade, outro fator para essa queda, seja da população total cativa, assim como da razão de masculinidade, foi a provável venda para fora de seus limites, de um maior número de escravos do sexo masculino. Desta forma, a obtenção de carta de alforrias por alguns escravos homens não é interpretado aqui como determinante para essa diminuição.

Com isso, nesse mesmo período, as regiões que mantiveram altas taxas de razão de masculinidade foram, em sua grande maioria, as áreas de ponta da economia exportadora, como o Vale do Paraíba, que comprovam, via tráfico interno, escravos preferencialmente homens e adultos. Para o Recôncavo da Guanabara, percebido nos exemplos de Itaboraí e Magé, essas taxas, embora nem sempre pelos mesmos motivos, ficaram baixas em 1872.

Em Itaboraí, no período entre 1850 e 1872, a diminuição da razão de masculinidade foi acompanhada pela diminuição da quantidade de escravos, o que viabiliza supor, que tal queda é efeito direto do término do tráfico e da posterior venda de escravos para outras regiões, e não consequência direta de uma reprodução natural de escravos na região. Ao contrário de Itaboraí, segundo Sampaio, em Magé ocorreu a reprodução natural de escravos, na medida em que essa região apresentou, nesse mesmo período, crescimento da população cativa com queda da razão de masculinidade. Desta forma, segundo Sampaio:

---

<sup>414</sup> Luna, Francisco V., **"Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829."** Comunicação apresentada no Congresso sobre história da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989, p.11.

*“a mudança ocorrida na razão de masculinidade da população escrava refletia um novo padrão de reprodução desta mesma população, agora de caráter endógeno, pois se o crescimento verificado tivesse se dado através do tráfico, esta razão teria aumentado ou se mantido, nunca diminuído bruscamente (...)”<sup>415</sup>.*

**Tabela 3.10: Proporção de Africanos e crioulos na população escrava (1856-1870)<sup>416</sup>**

<b>Origem</b>	<b>1856</b>	<b>1872</b>
Africano	37%	27%
Crioulo	63%	73%

**Relatório do Presidente de Província**

Pela tabela acima, podemos constatar que a região de Itaboraí, assim como diversas outras regiões no Brasil, apresentou, a partir do fim do tráfico negreiro em 1850, uma diminuição de africanos. Essa “crioulização”, além de demonstrar que a partir de 1850 praticamente não entrou mais africano na região, reforça a ideia de que uma parcela expressiva de sua população escrava migrou, via tráfico interno, para outras regiões. Isso porque a venda de escravos do sexo masculino significava a venda, em grande parte, de africanos, uma vez que a maioria da população masculina tinha essa origem.

Analisando a faixa etária dos escravos, focando a investigação entre as idades de 15 a 40 anos, como forma de obtermos um quantitativo de sua idade produtiva, temos os seguintes dados: Para o recenseamento de 1850, a freguesia de Itambi não foi mencionada, o que inviabilizou a comparação com outras estatísticas da Vila como um todo. Contudo, tal comparação pode ser realizada com a freguesia de Itaboraí. Desta forma, em 1850, essa freguesia possuía 2.655 cativos inseridos na idade produtiva. Em 1856, eram 3.355 e em 1872<sup>417</sup>, eram 2.888.

Para a Vila como um todo, agora incluindo Itambi e Porto das Caixas, em 1856, a Vila de São João de Itaboraí possuía 4.153 e em 1872, 3.462 cativos dentro da faixa etária de 15 a 40 anos. Apesar da região apresentar em 1872, uma proporção de escravos entre essas idades de 34.6%, no ano de 1856, essa mesma proporção era de 42.8 %, não muito distante de

<sup>415</sup>SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Op. Cit., p.144.

<sup>416</sup> Os dados de 1850 não foram utilizados, pois para a região de Itaboraí encontram-se incompletos.

<sup>417</sup> Embora o censo de 1872, inicie a referência da faixa etária analisada a partir dos 16 anos, ao contrário de 1850 e 1856 que começa aos 15, interpretamos que a diferença de um ano não altera bruscamente o resultado encontrado.

regiões ligadas à agroexportação, como Vassouras, onde a proporção de cativos em período próximo era de 51%.<sup>418</sup>

Desta forma, esses dados demonstram que embora a crise do escravismo também tenha atingido a Vila de Itaboraí, seus impactos não foram tão imediatos, na medida em que para a Freguesia sede foi possível constatar aumento da quantidade de escravos na idade produtiva, quando comparadas as estatísticas de 1850 e 1856. Contudo, apresentou posteriormente, assim como o todo da Vila, uma diminuição em 1872.

A diminuição da quantidade de escravos na idade produtiva em Itaboraí, entre os anos de 1856 e 1872, sustenta a hipótese de que essa região, nesse período, deixou de ser uma área receptora de escravos, ao mesmo tempo em que passou a ser mais uma região que vendia seus cativos para áreas de ponta da economia. Além disso, viabiliza reafirmar também a suposição de que não houve reprodução natural de cativos na área analisada. Em Capivary, ao contrário de Itaboraí, ocorreu um aumento da idade produtiva de 42% para 60% na segunda metade dos anos de 1870. Segundo Hebe Mattos tal fato provavelmente refletiu:

*“uma reprodução natural das escravarias, com o crescimento de crianças nascidas após 1850, associada aos efeitos da chamada Lei do Ventre Livre, que libertou as crianças nascidas de mãe escrava após 1871”*<sup>419</sup>.

Por essa breve análise da demografia escrava em Itaboraí, foi possível perceber que a partir de 1850, essa região também enfrentou a crise do escravismo. Os impactos dessa crise, e as reações a ela, variaram de acordo com o tipo de atividade produtiva e o nível de dependência pela mão de obra cativa. Numa região onde existiu uma expressiva coexistência de diferentes produções agrícolas e com diversos usos da mão de obra escrava, tendo esses diferentes níveis de mobilidade, tais impactos e reações não devem ser interpretados da mesma forma para toda a Vila.

---

<sup>418</sup> Stein, Stanley, **Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850 -1900**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p.109.

<sup>419</sup> MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit. p. 36.

### **Considerações Finais:**

A presente obra apresentou um estudo da escravidão em Itaboraí, focando a análise no século XIX e realizando, quando necessário, um recuo para o século XVIII. A ideia foi buscar mais recursos para o entendimento das características socioeconômicas existentes no decorrer do período oitocentista. Através desse recuo, foi possível compreender que a fragmentação da Vila de Santo Antônio de Sá e a elevação de suas freguesias em Vilas, representaram o desfecho de um conjunto de fatores que se desenvolveram no final do século XVIII e ganharam mais força na primeira metade do século XIX.

Assim, pela primeira vez, as interpretações que defendem os reflexos imediatistas das “Febres de Macacu” como causadoras exclusivas da fragmentação da Vila de Santo Antônio de Sá passaram a ser problematizados. Desenvolvemos um olhar mais cauteloso nos documentos da época em que ocorreram tais febres, para enxergar os interesses presentes nos discursos. A diminuição da escala de análise para as freguesias tornou possível demonstrar os diferentes níveis da dimensão das doenças. O que se apresentou foi uma interseção entre história local e micro-história. Com essa metodologia, quando cruzadas com as estatísticas demográficas, as lacunas nos discursos memorialistas se tornaram mais explícitas.

Soma-se a isso, a implementação das ferrovias que foram apresentadas em etapas e com diferentes impactos para cada Freguesia. Novamente o micro é o ponto de partida. A substituição do transporte fluvial pelo ferroviário é narrada levando em consideração os diferentes referenciais econômicos de cada freguesia e o ritmo das iniciativas no prolongamento da malha ferroviária.

As regiões portuárias como Itambi, Porto das Caixas e Santo Antônio de Sá, que dependiam diretamente do fluxo de pessoas e mercadorias que por lá passaram, receberam o impacto negativo dessa substituição, mas ainda assim, levamos em consideração que tal impacto foi associado ao momento do prolongamento dos pontos finais e de partida de cada seção ferroviária. A exceção foi a freguesia de Santo Antônio de Sá que de fato teve um declínio mais rápido do que as outras regiões, pois o escoamento da produção de serra acima deixou de passar por essa localidade, visto que os trilhos ferroviários foram direcionados diretamente para Porto das Caixas.

A freguesia de Itaboraí de maior expressão agrícola e com a presença considerável da monocultura exportadora, embora coexistisse com a produção de alimentos, se beneficiou da implementação da ferrovia, na medida em que, além de não ter sua economia dependente

exclusivamente dos portos, o escoamento de sua produção se tornou mais ágil, gerando menos possibilidades de prejuízos, ao contrário do que ocorria com o transporte fluvial.

Nessa direção, o diálogo com os memorialistas e com obras que apresentam abordagens semelhantes, partiu do pressuposto de uma análise comparativa com as fontes primárias. A partir daí, as lacunas referentes à formação político administrativa de Itaboraí puderam ser diminuídas. A história pública da cidade foi inserida em um contexto mais amplo, levando em consideração as transformações que ocorreram em toda província.

Desta forma, as relações escravistas foram determinantes para compreender a organização socioeconômica e política da área de estudo no século XIX. A construção de uma história demográfica ficou mais viável, devido à releitura das diversas obras sobre a história do município. O recuo ao século XVIII viabilizou o entendimento da movimentação das fronteiras que vieram a se tornar a Vila de Itaboraí. Isso permitiu o uso mais definido do quantitativo populacional da região.

Procurou-se mostrar que a formação da configuração territorial do atual município de Itaboraí, possui suas origens no desfecho das divisões políticas-administrativas ocorridas na Vila de Santo Antônio de Sá e conseqüentemente na junção da Vila Nova de São José Del Rei com a Vila de São João de Itaborahy, quando está última foi criada em 1833.

A escassez de fontes primárias sistematizadas, sobre a temática estudada, foi amenizada pela variedade de documentos apresentados no decorrer de toda obra, o que viabilizou o desenvolvimento de uma análise comparativa. O uso e a apresentação dessas fontes tiveram como objetivo, entre outros, facilitar o acesso desse material para outros pesquisadores.

A construção de uma história social trabalhando o escravo como agente, analisando suas experiências enquanto sujeitos históricos tiveram como intenção contribuir no reconhecimento da participação dos negros no processo de formação do município. O silêncio foi rompido. Agora, a história patrimonial de Itaboraí é inserida numa leitura com um referencial variado das relações sociais.

Com o intuito de alcançar o entendimento das complexidades sociais realizamos um estudo que se distanciou das interpretações pautadas no modelo *Plantation* escravista, na medida em que buscou compreender as relações escravocratas em diferentes áreas, não se restringido no entendimento apenas para as áreas de ponta da produção exportadora. O

desenvolvimento desse estudo procurou contribuir com o entendimento das relações escravistas na parte Oriental do Recôncavo da Guanabara.

Levando em consideração as dinâmicas internas, mostramos que a hipertrofia do setor exportador não eliminou a diversificação da economia em Itaboraí, visto que as principais atividades econômicas para exportação, como café e açúcar, apresentavam setores complementares e setores voltados para o mercado interno local e regional.

A condição de entreposto comercial de Itaboraí contribuiu para o desenvolvimento de diferentes relações de trabalho dos escravos na região e uma ampliação de seus espaços de atuação. O ir e vir dos escravos nas áreas portuárias proporcionou uma movimentação desses para outros ambientes, inclusive em espaços onde a urbanização era mais acentuada. A ideia defendida por Nielson Bezerra, de confluência dos espaços urbanos e rurais, foi também utilizada para a análise dessa parte do Recôncavo. Assim, procurou-se questionar no decorrer dessa obra, a perspectiva de estudar o Recôncavo da Guanabara com o referencial de centro/periferia, na medida em que esse tipo de abordagem reforça a ideia de sujeição da periferia ao centro.

Com o objetivo em demonstrar a dimensão do caráter diversificado das relações escravistas na região, realizamos uma análise da escravidão no Convento de São Boaventura. Além de gerar contribuições com informações sobre o Convento, esse estudo procurou mostrar os diferentes níveis de autonomia dos escravos em São Boaventura. Desta forma, foi apresentada uma nova leitura nas relações sociais presentes no período de funcionamento do Convento.

A freguesia de São João Batista de Itaboraí foi elevada a Vila em um momento ao qual possuía a maior quantidade de escravos e o maior quantitativo populacional do Recôncavo da Guanabara. Como demonstrado, tal quadro demográfico foi reflexo direto do fato de que a região era uma das principais produtoras de açúcar da capitania e a maior produtora do Recôncavo nas primeiras décadas do século XIX.

Essas projeções econômicas e políticas contribuíram para pensarmos na possibilidade de Itaboraí ter sido uma região com proprietários de fazendas envolvidos no tráfico de escravos. O envolvimento de Fernando Carneiro Leão no tráfico, sendo ele filho de Braz Carneiro Leão, um dos principais fazendeiros em Itaboraí no início do século XIX, viabilizou supor que parte da produção de Itaboraí tenha sido direcionada para África, sobretudo a produção de aguardente.

Embora não tenha sido pretensão desta obra desenvolver um estudo detalhado sobre o tráfico de escravos, optamos demonstrar de uma forma objetiva que a região Oriental do



Recôncavo da Guanabara, onde Itaboraí está localizado, também pode ser inserida numa perspectiva mais ampla das relações comerciais e culturais. Nesse sentido, os dados apresentados na presente obra podem contribuir para futuras pesquisas sobre essa temática.

A presente obra procurou também demonstrar a expressividade política de Itaboraí, tendo personagens oriundos da Vila, ou com propriedades na região, atuando na vida política da Província.

Ainda sobre as fontes, principalmente os relatos dos viajantes, foi apresentado um detalhamento das condições naturais da região na primeira metade do século XIX. Essas informações podem contribuir para o desenvolvimento de uma história ambiental na região.

A atenção nesses documentos foi direcionada para o cotidiano dos escravos e o seu envolvimento em diferentes espaços produtivos. O trajeto dos barcos pela Baía de Guanabara e pelo rio Macacu foi narrado inserindo o envolvimento dos cativos no transporte de mercadorias e pessoas. Tanto os barqueiros, assim como os tropeiros que se direcionavam para os portos, foram trabalhados com intuito de mostrar os diferentes níveis de autonomia que esses escravos exerceram. Essa forma de abordar a escravidão demonstrou no quanto às ações dos escravos são carregadas de negociações, contribuindo desta forma, para desconfigurar as interpretações onde o cativo é colocado como submisso à escravidão.

As ideias que foram escritas neste trabalho representam apenas um ponto de partida sobre a temática do negro na cidade. Ainda assim, acreditamos ter contribuído para que outras obras possam desenvolver com mais aprofundamento as temáticas que não foram priorizadas aqui. Por fim, destacamos como mais uma das contribuições, a elaboração de um material que escreve uma história associada ao todo do Recôncavo da Guanabara, onde a história local e patrimonial da região passa a ser trabalhada por uma perspectiva social. Como foi dito antes, é partir do humano, principalmente daqueles que não tiveram sua história contada, para conhecermos através de um novo olhar os patrimônios materiais e imateriais de Itaboraí.

## Bibliografia:

### I – Fontes:

#### Jornais:

A Civilização (1850-1853). Biblioteca Nacional.

Astrea. (1829). Biblioteca Nacional.

Aurora Fluminense (1827-1839). Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>>.

O Popular (1855-1862). Biblioteca Nacional.

Ostensor Brasileiro (1845-1846). Biblioteca Nacional.

Coleção das Leis do Império do Brasil (Biblioteca Municipal de Niterói):

Lei provincial nº 381, de 07 de Maio de 1846.

Lei provincial nº 1379, de 06/11/1868.

Carta de lei nº2 de 26 de Março de 1835.

Decreto de 15 de Janeiro de 1833.

Decreto Imperial nº 2193. 1875 – nº82. 29/12/1875.

#### Viajantes:

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1084>>.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. São Paulo: Martins, 1952.

DARWIN, Charles Robert. **O diário do Beagle (1831-1836)**. Tradução de Bernardo Esteves. 2009.

EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil**. São Paulo, EDUSP, 1976.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil : Rio de Janeiro e província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias**. Brasília Senado Federal. 2001.

\_\_\_\_\_ ; FLEETCHER, James C. *Brazil and the Brazilians : portrayed in historical and descriptive sketches (1857)*. Tradução Maria Suellen Timóteo Correa. 2013, p.295.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil.

MATHISON, Gilbert Farquhar. **Narrativa de uma visita ao Brasil, Chile, Peru e as Ilhas Sanduiche**. Capítulo II: Excursão ao Interior. Tradução de: Cláudia Pacheco de Oliveira. Londres, 1825.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**, 2 vol. Paris. 1845.

#### **Outras:**

**Almanaque Laemmert** (1844-1875). Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/almanak>>.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. RJ. Edição original, 1820, Imprensa Régia. Livro II.

\_\_\_\_\_ ; (Monsenhor Pizarro) **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753 – 1830**. RJ. INEPAC. 2009. Vol. II.

**Auto de ereção da Vila de Santo Antônio de Sá**. Extraído do Registro de Ordens Régias, Códice 78, vol. 12, pág. 132 a 134.

CONCEIÇÃO. Frei Apolinário da. **Epítome do que em breve suma contém a Santa Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, 1730**; IHGB, Vol. 296, Julho-Setembro. 1972.

“Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. RIHGB, Tomo 76, Parte 1”. p. 289-303.

**Inventário dos Bens Imóveis de interesse Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro**.

LEÃO, Manuel Vieira. **Cartas topográficas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brasil - 1767**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Livro de Batismos da Freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1807)**.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Rio do Quarto**. 2º Edição. Edições melhoramentos. SP.

Major Rivierre. **Mapa da sede administrativa da Freguesia de Santo Antônio de Sá. 1838**.

\_\_\_\_\_, **Mapa da sede administrativa da Freguesia de São João Batista de Itaboraí. 1838**.

MENDONÇA, Salvador de Menezes Drummond Furtado de. **Reminiscências de Itaboraí.** Jornal “O Brasil. 1907.”

**Providências para a jornada da Colônia dos Suíços desde o Porto do Rio de Janeiro até à Nova Friburgo em Morro queimado no Distrito da Villa de S. Pedro de Cantagalo;** dadas em consequência das Ordens de SUA Magestade. 1819. Brasiliana USP.

**Relação da Catedral do Rio de Janeiro que foi sufragada na Bahia,** de quem se desmembrou em 19 de Agosto de 1682.

**Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro (1835-1875).** Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio\\_de\\_janeiro](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_de_janeiro)>.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Tomo XXXIII. 1870.

**Recenseamento Geral do Brasil de 1872 (IBGE).** Disponível na Coleção digital do IBGE. <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=7115>>.

**Trans-Atlantic Slave Trade Database.** Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>

## II – Livros, artigos, dissertações e teses:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ASLAN, Nicola. **Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo.** Tomos I e II. Edit. Maçônica. Rio de Janeiro. 1975.

AZEVEDO, Célia Marinho de, **Onda Negra, Medo Branco. O Negro no imaginário das elites - século XIX,** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

BARTH, Frederick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra-capas, 2000.

BANDEIRA, J., LAGO, P. C. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831.** 2ª Ed. Rio de Janeiro, Capivara Ed.2008.

BARATA. Carlos Eduardo. **Diccionario Aristocratico Augusto Romano Sanches de Baena.** 2001. Disponível em: <<http://www.hcgallery.com.br/diccionario2.htm>>.

BARRETO, Dalmo. **Salvador de Mendonça sua vida e sua obra.** IHGB, Vol. 148, Abril-Junho. 1987.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade, Forma, Espaço e Temporalidade: Aspectos de uma Relação Complexa.** Interpretar a Arquitetura, nº13, 2009.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes.** São Paulo: Metalivros/ Salvador: Odebrecht, 1995, vol. 1.

BERNARDES, Lysia M. C. & SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: cidade e região**. RJ. Secr. Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural. 1990.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Cenas da escravidão africana no Recôncavo do Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: < <http://www.debatesculturais.com.br/cenas-da-escravidao-africana-no-reconcavo-do-rio-de-janeiro/>>.

\_\_\_\_\_. **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010,

\_\_\_\_\_. **Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)**. RJ. Biblioteca Nacional. 2010. p7. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Nielson\\_Bezerra.pdf](http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Nielson_Bezerra.pdf)>.

\_\_\_\_\_; e SOARES, Mariza de Carvalho. **Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII-XIX**. Introdução.

BOHER, C. B. A. 2007. “**Diagnóstico Ambiental das Bacias do Rio Macacu e Caceribú: Cobertura vegetal, uso e ocupação do solo.**” Relatório Técnico Final (PETROBRÁS).

BURMESTER, Ana Maria de O. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, Iraci Del Nero da. **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

CABRAL, Carlos. **Itaboraí e suas histórias: conheça, valorize e divulgue**. 8º Simpósio de Educação de Itaboraí. 2010.

**Cadernos Itadados**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. PMI, 2006.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Entre a sombra e o sol: A revolta da cachaça, a Freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2003.

CANDIDO, Luciana de Fátima. **Hermann Burmeister: um viajante apaixonado pela ‘História Natural’ do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/732> - [Acessado 10/02/2013](#)> Acessado em 09/07/2012.

CARDOSO, Vinicius Maia. **Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX**. Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. 2009. Dissertação de Mestrado.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

\_\_\_\_\_. **Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte**, São Paulo, Companhia das Letras, 1990

COSTA, Iraci del Nero da. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE/USP, 1979.

\_\_\_\_\_. **Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778)**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: USP, n°28,1988.

\_\_\_\_\_. **Registro paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos**. Disponível em: <<http://arquivosefonteshistoricas.files.wordpress.com/2011/05/notas-sobre-assentos-de-batismos.pdf>>.

CUNHA, Manuela Carneiro, **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**, São Paulo, Brasiliense, 1985.

DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História. UFF. 2008.

ENGEMAN, Carlos. **De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ/IFCS, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed, São Paulo, Ática, 1978.

FIGUEIREDO, Adilson. **O estilo artístico através dos elementos decorativos do Convento de São Boaventura de Macacu**. FSB. Monografia do Programa de Pós graduação Lato Sensu. RJ, Junho de 2011.

FLEURY, Michel, HENRY, Louis. **Nouveau manuel de dépouillement e d'exploitation de l'état civil ancien**. Paris: INED, 1965.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

\_\_\_\_\_. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)**. Afro-Ásia, 31. 2004, 83-126.

\_\_\_\_\_; ENGEMANN, Carlos; ASSIS, Marcelo de. **Das possibilidades de uma fonte múltipla: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbito da Freguesia de Itambi**. RJ. 1720-1742,

FORTE, José Matoso Maia. **“Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá”**. PMI, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 2. ed, Rio de Janeiro, Graal, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Brasília: UNB, 1963.

FRIDMAN, Fania. **Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII**. Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.p11. Disponível em: <[www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)>

\_\_\_\_\_; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense**. Revista Praia Vermelha. RJ. Vol. 20.nº1.p.157-168. Jan-Jun 2010. p163. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/search/titles?searchPage=3>>

FROES, Vânia. **Município de Estrela (1846-1892)**. 1974. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

**Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Itaboraí, Plano Diretor. 1975-1979.

GINZBURG, Carlo. “**O nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico**”. IN: A Micro-História e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro- século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)**. Afro-Ásia, nº 17, 1-28, p. 15. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p7.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p7.pdf)>.

\_\_\_\_\_. “**Para matar a Hidra**”: uma História Quilombos no Recôncavo da Guanabara Séc. XIX. p. 6. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5750/4757>>.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

GRAHAM, Maria. **Escorço biográfico de Dom Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo**. Rio de Janeiro. 2010. Cadernos da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1305313.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1305313.pdf)>.

GUIMARÃES, Ceça. **A memória do esquecimento: a vila e o convento de Macacu**. Cadernos do PROARQ. RJ. UFRJ. 1997.

\_\_\_\_\_. **Conceitos estruturantes da ideia e do projeto de requalificação das Ruínas do Convento de São Boaventura de Macacu.** Cadernos do PROARQ. RJ. UFRJ. 1997.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)** São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GURGEL, Argemiro Eloy. **Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831.** p.1. Disponível em: [http://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1677-065x/v6n12/Microsoft\\_Word\\_-\\_ARTIGO\\_UMA\\_LEI\\_PARA\\_INGLxS\\_VER....\\_Argemiro\\_gurgel.pdf](http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12/Microsoft_Word_-_ARTIGO_UMA_LEI_PARA_INGLxS_VER...._Argemiro_gurgel.pdf)

GUZZO, Ana Maria Moraes, **O convento de São Boaventura de Macacu na arquitetura franciscana brasileira.** 1999. Rio de Janeiro: PROARQ – FAU / UFRJ. Dissertação de mestrado.

HOLANDA, Sergio Buarque. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** SP: Companhias das letras, 2000.

LACOMBE, A. J. **A igreja no Brasil colonial.** In: História geral da civilização brasileira, vol. 2, RJ: Bertrand Brasil, 1993, 7ª ed.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara.** Rio de Janeiro: instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1964.

LARA, Silva Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem: 1803-1900,** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In.: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura ocupacional e econômica de alguns núcleos mineratórios (1718-1804).** São Paulo: IPE/USP, 1981.

\_\_\_\_\_. **"Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829."** Comunicação apresentada no Congresso sobre história da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989.



MACHADO, Maria Helena Toledo. **O Plano e Pânico, os movimentos sociais na década da Abolição**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo**. IN: História da Cidade de São Paulo, (Paula Porta, org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 59-99.

MAGALHÃES, João de. **Reminiscências do Porto das Caixas**. Março de 1944.

MANSUR, Kátia Leite. **Darwin no RJ: o encantamento e a descoberta da diversidade tropical**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2012/01/darwin-no-rj-o-encantamento-e-descoberta-da-diversidade-tropical.html>>.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população**. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao Sul da História. Lavradores Pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe. História Social In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São. Paulo: Editora Hucitec, 1987

MATTOSO. Kátia M. Queirós. **Ser escravo no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, v.33.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**, SP: Boletim CX, Geografia n.4, Universidade de S.P, 1950.

MOTT, Maria Lúcia de Barros Mott. **A criança escrava na literatura de viagens. Cadernos de pesquisa. Fundação Carlos Chagas**. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n31/n31a08.pdf>>

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablum, FAPESP, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Pelas Bandas do Além (Fronteira fechada e Arrendatários Escravistas em uma Região policultora -1808-1888)**. Niterói, Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1989.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 2. ed. (1. ed. de 1959), Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1972.

MUNIZ, Ubirajara. **O Homem e a História: A verdadeira História de Cachoeiras de Macacu**.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

NOMURA, Miriam do Prado Giacchetto Maia. **Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011.

OLIVEIRA, Nanci de. **São Barnabé: lugar de memória**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2002

OSÓRIO, Lia. **Diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu. Gente do Caceribu, sua geografia, sua história**. RJ. 2004.

PAIVA, Clotilde Andrade. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, Iraci Del Nero da. **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

PAULINO, Carla Viviane. Thomas Ewbank : **Um viajante norte-americano no Rio de Janeiro imperial (1846)**. In: VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008, Vitória - ES., 2008, Vitória-ES. Anais Eletrônicos do VIII Encontro internacional da ANPHLAC, 2008. Disponível em: <[http://anphlac.org/upload/anais/encontro8/carla\\_viviane\\_paulino.pdf](http://anphlac.org/upload/anais/encontro8/carla_viviane_paulino.pdf)>

**Pesquisas arqueológicas do projeto Sagas e seu contexto histórico**. Monografia apresentada como parte do Contrato estabelecido entre a CEG e o IAB e integrante do Projeto SAGÁS. 2011-2003

**PLANO DE MANEJO - APA DA BACIA DO RIO MACACU** – Encarte2 – Contexto Regional. Instituto Bioatlântica. 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RAMOS, César Augusto Ornellas. **Visconde de Itaboraí: trajetórias de um estadista do Império**. Itaboraí, Mimeo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Itaboraí, paisagens, monumentos e Cultura**. Niterói. SACEM. 2003.

\_\_\_\_\_. **Notícia Biográfica de Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913)**. PMI. 2006.

Reis, João José. **Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)**, São Paulo, Brasiliense, 1986.

REICHEL, Heloisa Jochims. **Os relatos dos viajantes como fonte para o estudo da história**. XIII Congresso do Programa de Pós- Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo. s.d. <<http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf>>.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Revel, J. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998.

Reznik, Luís. **História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades**. Apresentado na 6º mostra de extensão da UERJ. 2002. Disponível em: <[http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp\\_hsg\\_lista\\_artigos.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm)>

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no rio de janeiro. O resgate de sua memória**. Rio de Janeiro, sociedade de pesquisa para memória do Trem. 2004.

ROSENTAL, Paul. Construir o “macro” pelo “micro”: Frederik Barth e a “micro-história” In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escala. A Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Rower, Frei Basílio. **Páginas de História Franciscana no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 1941.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822- 1940** . São Paulo: Annablume, 1999.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História na UFF. Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **“Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. **“Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750”**. ABPHE (org.) Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Belo Horizonte, ABPHE. 2003. p. 33. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/abphe2003/>>

SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1975.

SALLES, Ricardo. **Escravidão e política no império**. Resenha de NEEDELL, Jeffrey. The Party of Order: The Conservaties, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, v.15, n.1, p.231-235, jan.-mar. 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo: século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SCHWARTZ. Stuart B. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. 1995.

\_\_\_\_\_. **"Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial"**, Estudos Econômicos, nº 17, (1987), pp. 61-88.

SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)**. UNICAMP, Tese de Doutorado, 2006.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1990.

SILVA, Salvador Mata e. **Nobreza Itaboraiense**. Editora Berlamino de Matos, 1996.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. **Transformações na estrutura fundiária de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo (1850-1890)**. 1998.293 p. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 1998.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Luís Carlos. **Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX**. Revista brasileira de História. São Paulo. Vol. 8, nº16. Março-agosto 1988. p 124. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3677](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3677)>

\_\_\_\_\_. **O "povo de Cam" na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj - 7 letras, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Mina, Angola e Guiné, nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista**. Revista Tempo, Vol. 3. Nº6, Dezembro de 1998, p.6. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-6.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-6.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial**. RIHGB.161 (407), abr./jun. 2000.  
SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. SP. Ática. 2006.

Stein, Stanley, **Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850 -1900**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SLENES, Robert W. **"Malungu, Ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil'**, Revista USP, nº 12 (dez./jan./fev., 1991-1992).

TSCHUDI, J. J. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Coleção Reconquista. 1980.

VAINFAS. Ronaldo. **"Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira"**. In: Revista Tempo, vol. 4, nº8, Agosto de 1999.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. João Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

WILLEKE, Fr. Venâncio. **Senzalas de Conventos.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, V. 27, p. 355-376, São Paulo, 1976.

WRIGLEY, Edward Anthony (ed.). **An introduction to English historical demography from the sixteenth to the nineteenth century.** New York: Basic Books, 1966.